

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Pedro Fassoni Arruda

O imperialismo e a dominação burguesa na Primeira República  
brasileira (1889-1930)

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Pedro Fassoni Arruda

O imperialismo e a dominação burguesa na Primeira República  
brasileira (1889-1930)

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.**

SÃO PAULO  
2007

Banca Examinadora

-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Para Marina, minha filha.

“A reflexão sobre as formas de vida humana e, portanto, também a sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento” (K. Marx, *O Capital*, vol. 01, tomo I, livro 01, p. 73).

“Tortura-nos (...) não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séqüito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. *Le mort saisit le vif!*” (Marx, Prefácio da primeira edição do *Capital*).

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de uma *construção coletiva*. Depois da escolha do objeto de pesquisa, devo reconhecer que esta deixou de depender inteiramente de minha vontade. Os fatos não me desmentiram.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade, na verdade um privilégio, de contar com interlocutores competentes que, observando atentamente “de fora” a evolução deste meu estudo acerca do imperialismo e da sociedade brasileira, apontaram problemas que eu dificilmente conseguiria enxergar sozinho.

Por isso, agradeço imensamente aos companheiros do NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais –, que leram atentamente fragmentos ou capítulos originais e proporcionaram um debate rico e fecundo nas diversas reuniões, seminários e mesas-redondas promovidas pelo grupo. São eles: Cristiano Monteiro, Julia Gomes e Souza, Marcelo Buzzeto, Renata Gonçalves, Andrew Hand, Mariana Bueno, Walson Lopes, Fhoutine Marie Souto, Yara Andrade, José Rubens Mascarenhas, Vanderlei Nery, Joana Coutinho, Núbia Ribeiro, Ramon Vilarino, Luís Antonio Gabriel, Débora Lessa e Marcelho Cunha.

Agradeço aos professores Marcos Del Roio e Maria Angélica Borges, que contribuíram de maneira significativa com as observações feitas no exame de qualificação do doutorado. E também aos colegas do Departamento de Política da PUC/SP, em especial Vera Chaia, então Chefe do Departamento, e Edson Nunes, um interlocutor permanente.

Agradeço imensamente ao orientador e amigo Lúcio Flávio de Almeida. Foram três anos e meio de aprendizado com o mestre, absorvendo o que há de melhor na ciência política. Um grande professor, dotado de uma tremenda erudição, que está sempre a serviço das melhores causas, políticas e acadêmicas. Coerente, teoricamente rigoroso, foi um leitor atento de todas as versões, sempre prestativo nos melhores e piores momentos.

Agradeço ao meu pai, Lécio, pelo incentivo e pela presença em todos os momentos, apesar da distância geográfica.

Agradeço à minha mãe, Laurita, pela força, carinho e atenção. Uma mulher forte que me ensinou a ser forte, a procurar nos estudos uma maneira de transformar o mundo, sem desistir. Foi na sua biblioteca que tive contato pela primeira vez com Marx, Lênin e a tradição do socialismo revolucionário. Com ela, aprendi que podemos combinar o rigor da pesquisa com a paixão pelo objeto. Ela me acompanhou do começo ao fim do trabalho, lendo atentamente cada capítulo. Mas é absolutamente impossível expressar toda minha gratidão,

que vai muito além dos estreitos limites deste trabalho. Melhor seria dizer simplesmente que a amo.

Agradeço à pequena Marina, fonte inesgotável de amor, carinho e companheirismo. Parceira nos meus passeios de bicicleta ou no parque, brincadeiras divertidas e muita música, na apreciação das belezas naturais como as praias, lagos e bosques, assim como a natureza humana, com nossas conversas e gargalhadas, estórias infantis e desenhos animados, redobrou minhas forças e a convicção de que a emancipação humana pode e deve ser objeto de luta intransigente de todos aqueles que acreditam num mundo livre, para muito além da sociedade do capital. Que maravilha será o dia em que pudermos fazer isso todos os dias, e nos reunir para produzir a riqueza com o mínimo emprego de forças possível... Imagine, it's easy if you try...



## RESUMO

No final do século XIX e começo do século XX, importantes transformações ocorreram na economia, na sociedade e na política brasileiras. A economia agromercantil, voltada para a exportação de produtos primários, tinha no café a sua principal fonte de divisas. O desenvolvimento da economia cafeeira, que se constituiu como eixo da acumulação capitalista do período, exigia também o aparelhamento dos sistemas de transporte e da infraestrutura de serviços e comunicações, colocando o problema da concentração e da centralização dos capitais. Pressupondo uma certa divisão internacional do trabalho, o imperialismo penetrava no Brasil e açambarcava os setores mais dinâmicos, exportando capitais e mercadorias e contribuindo, até certo ponto, para o desenvolvimento da indústria local.

Internamente, verificava-se a hegemonia política da burguesia cafeeira, sendo que os fazendeiros eram os *sócios-menores* da oligarquia financeira e da alta burguesia comercial. O sistema jurídico-político ajustava-se ao *modus operandi* da economia agroexportadora, em que o desenvolvimento das forças produtivas era bastante acanhado. Apesar da moldura institucional burguesa (governo representativo, separação de poderes, liberdade econômica, garantia da propriedade privada, trabalho livre etc.), havia um fraco desenvolvimento do capitalismo *ao nível da produção*. O liberalismo excludente da Primeira República, que alijava a maior parte da população do jogo político em sentido estrito, era uma consequência de um sistema extremamente fechado, que praticamente impedia qualquer alteração do equilíbrio de poder dentro das regras estabelecidas, formal ou tacitamente. A ideologia do “país essencialmente agrícola” era uma das fórmulas encontradas para conferir legitimidade a um modelo político-econômico que condenava o país ao atraso e à subordinação diante das grandes potências imperialistas.

## PALAVRAS-CHAVE

Imperialismo, Primeira República, Constituição de 1891, ideologias e lutas sociais.

## ABSTRACT

At the end of XIX century and beginning of XX century, important transformations had occurred in the economy, in society and in Brazilian politics. The agromercantile economy, focused on the export of primary products, had in coffee its main source of foreign exchange. The development of coffee economy, that was constituted as axle of the capitalist accumulation of the period, also demanded the improvement of the transport systems and the infrastructure of services and communications, placing the problem of the concentration and the centralization of capitals. Estimating a certain international division of the work, the imperialism penetrated in Brazil and abroached the most dynamic sectors, exporting capitals and goods and contributing, to a certain extent, for the development of the local industry.

Internally, it was verified the political hegemony of coffee bourgeoisie, when farmers constituted the partner-minors of the financial oligarchy and of the high commercial bourgeoisie. The legal political system was adjusted to the *modus operandi* of the agroexport economy, in which the development of the productive forces was quite unsatisfactory. Despite the bourgeois institucional frame (representative government, separation of powers, economic freedom, guarantee of the private property, free work etc.), there was a weak development of the capitalism in terms of production. The excludent liberalism of the First Republic, that had excluded most of the population of the political participation in strict sense, it was a consequence of an extremely closed system, that practically prevented any alteration in the balance of power within the established rules, formally or tacitly. The ideology of a “essentially agriculturist country” was one of founded way to confer legitimacy to a political-economic model which condemned the country to the delay and to the subordination front of the great imperialist powers.

### KEY WORDS:

Imperialism, brazilian First Republic, Constitution of 1891, ideologies and social struggles.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.</b>	<b>13</b>
<b>PARTE PRIMEIRA:</b>	
<b>O IMPERIALISMO E A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CENTRO DA ECONOMIA MUNDIAL</b>	
<b>Capítulo I: A industrialização e o papel da oligarquia financeira.</b>	<b>17</b>
1. A necessidade do crédito para o desenvolvimento industrial.	17
<b>Capítulo II: A estrutura da empresa monopolista.</b>	<b>27</b>
1. Concentração e centralização de capitais.	27
2. Os superlucros de monopólio.	34
<b>Capítulo III: A eliminação da concorrência mediante métodos extraeconômicos.</b>	<b>39</b>
1. Acordos entre as grandes empresas.	39
2. Conflitos entre as diferentes facções burguesas.	45
<b>Capítulo IV: O imperialismo e as crises.</b>	<b>49</b>
1. Problemas de superprodução.	49
2. O parasitismo e a anarquia da produção.	53
<b>Capítulo V: Estado e política econômica.</b>	<b>56</b>
1. Teoria e prática do sistema protecionista.	56
1.1. A teoria das “vantagens comparativas” e as assimetrias de poder entre as nações.	56
1.2. A “via prussiana” e a ideologia do protecionismo: nacionalismo e dominação burguesa no pensamento de Friedrich List.	62
2. O Estado e a crise do Parlamentarismo.	71
<b>Capítulo VI: Classes sociais e consciência de classe.</b>	<b>79</b>
1. O operário-massa e a aristocracia operária.	79
2. A ideologia na época do imperialismo.	86
2.1. A crítica de Rosa Luxemburgo ao método oportunista de Eduard Bernstein.	87
2.2. Lênin e o “renegado Kautsky”, representante da pior espécie de oportunismo.	92
2.3. A política e os problemas decorrentes da transplantação ideológica.	95
<b>Capítulo VII: Conseqüências da política imperialista sobre as colônias e os países dependentes.</b>	<b>99</b>
1. A contribuição e os limites do capital estrangeiro em relação à industrialização nos países atrasados.	99

**PARTE SEGUNDA:**

**GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL**

<b>Capítulo VIII: Imperialismo e capitalismo no Brasil: condições e obstáculos para o processo de industrialização (1889-1930).</b>	<b>113</b>
1. Introdução.	113
2. Presença imperialista nas origens da industrialização brasileira.	114
2.1. Estado e acomodação dos interesses do capital financeiro.	114
2.2. Tendência dos investimentos estrangeiros durante a Primeira República.	122
3. Impulsos internos da acumulação capitalista no Brasil: questões preliminares.	139
Relações entre modelo econômico e dominação política.	139
Especialização agrícola e desvantagens comparativas.	141
A economia brasileira na ótica de Celso Furtado.	142
O pensamento de Ruy Mauro Marini.	148
A revisão historiográfica de Warren Dean.	154
4. O desenvolvimento econômico durante a Primeira República: pressupostos para uma tentativa de reinterpretação teórica.	164
5. Circunstâncias que contra-arrestaram a revolução burguesa no Brasil.	169
5.1. Hegemonia política e econômica da burguesia agroexportadora.	169
5.2. Classes subalternas e formas de apropriação do excedente econômico.	175
5.3. O poder do latifúndio e a divisão social do trabalho.	178
Algumas considerações sobre a particularidade do processo de entificação do capitalismo no Brasil.	185
<b>Capítulo IX: Gênese e desenvolvimento das indústrias no Brasil, de acordo com a perspectiva do capitalismo tardio (Escola de Campinas).</b>	<b>189</b>
1. A importância da economia cafeeira nos primórdios da industrialização brasileira: estudos sobre a particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil.	189
2. O desenvolvimento do capital comercial como condição para o surgimento da moderna indústria no Brasil.	194
2.1. Política imigratória e substituição do trabalho escravo pelo assalariado.	196
2.2. Expansão das estradas de ferro.	203
2.3. Processo de mecanização.	204
2.4. Política monetária e o desenvolvimento do sistema comercial e bancário.	206
2.5. A questão da terra e sua disponibilidade relativa.	211
2.6. O desenvolvimento da indústria foi possibilitado pela própria acumulação cafeeira, e prescindiu de uma demanda preexistente.	212
3. Os <i>problemas</i> do desenvolvimento baseado na economia cafeeira, de acordo com a Escola de Campinas.	217
3.1. Política econômica do governo.	216
3.2. Dependência comercial e financeira.	220
4. Algumas observações críticas em torno da análise de Sérgio Silva.	222
5. Conclusão.	229
6. Quadro 01: Alcances e limites da “perspectiva do capitalismo tardio”.	230

<b>Capítulo X: Classes sociais, legislação e política.</b>	<b>231</b>
1. As diversas frações da burguesia cafeeira: interesses políticos, identidades e conflitos.	231
2. Constituição Republicana de 1891: instrumento de transformação ou simples letra morta?	241
3. A revisão constitucional defendida por Rui Barbosa e os limites de sua crítica.	265
3.1. A “Campanha Civilista” de 1910.	265
3.2. A candidatura presidencial de 1919.	269
<b>Capítulo XI: Ideologias da dominação burguesa no Brasil: o discurso do protecionismo.</b>	<b>275</b>
1. Latifúndio e alta burguesia comercial: argumentos contrários à política de industrialização acelerada.	277
2. Burguesia industrial: a ideologia do protecionismo como principal instrumento de ação política.	287
3. Vicissitudes do protecionismo industrial brasileiro.	296
<b>Considerações finais.</b>	<b>308</b>
<b>Referências bibliográficas.</b>	<b>313</b>

## APRESENTAÇÃO

A iniciativa de escrever este trabalho partiu da preocupação em repensar algumas correntes historiográficas, que cuidaram da teoria da revolução burguesa no Brasil, em geral, e das superestruturas política, jurídica e ideológica da Primeira República, em particular. Ao mesmo tempo, procurei interpretar a “dialética entre o interno e o externo”, articulando a análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil à luz da teoria do imperialismo formulada por Lênin, em 1916.

A primeira parte da pesquisa é inteiramente voltada para o estudo do imperialismo, e as mudanças provocadas nos países de capitalismo avançado na virada do século XIX para o XX. Nesta parte, procuro demonstrar que na “etapa superior do capitalismo” operou-se uma reconfiguração no equilíbrio de forças entre as diversas frações e camadas burguesas, conduzindo à hegemonia política do capital financeiro. E que esta hegemonia teve sérias e catastróficas repercussões, como o desencadeamento da repressão sobre o movimento operário, o surgimento de setores oportunistas no interior da Segunda Internacional e a sua posterior bancarrota, assim como a partilha do mundo entre as grandes potências, a rapina colonial e a primeira guerra mundial.

No final da primeira parte da pesquisa e início da segunda, procuro estabelecer os nexos de causalidade entre a ofensiva imperialista e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em que predominavam as atividades agromercantis. Trata-se, em suma, de uma tentativa de testar empiricamente a validade da teoria do imperialismo e sua aplicabilidade para a compreensão da formação social brasileira do período. Neste ponto da pesquisa, chamo a atenção para os seguintes problemas: a transição da hegemonia mundial da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, que teve repercussões na política e na economia brasileiras. Entre os resultados, estão: a) o deslocamento do eixo diplomático Rio de Janeiro – Londres para Rio de Janeiro – Washington; b) a consolidação dos EUA como maiores credores da dívida externa brasileira, quando Nova Iorque substituiu a City londrina nesta posição, que havia ocupado durante mais de um século.

Mas o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não pode ser encarado tão-somente como um epifenômeno das contradições externas, impostas pelo mercado mundial sob controle dos trustes e cartéis, cujas matrizes estão instaladas no coração do imperialismo. Por isso, nos capítulos seguintes levo em consideração o comportamento político das frações burguesas locais (agromercantis e industriais), que constituem a *expressão interna* da dependência estrutural, na medida em que se *associam* ao capital estrangeiro, submetendo

deliberadamente o país às ordens do imperialismo. Antes, porém, faço um breve “acerto de contas” com algumas correntes historiográficas, que trataram de analisar a relação entre a agricultura mercantil de exportação e o processo de industrialização. Isso se fez necessário, uma vez que tal ordem de problema é a chave explicativa para a gênese da moderna indústria capitalista brasileira. Enquanto a teoria reformista (nacional-estatista) da CEPAL apresenta dificuldades em explicar a instalação de indústrias a partir do esquema baseado nos “choques adversos”, o esforço de autores que se apoiaram no pensamento liberal/ neoclássico, como Warren Dean (com sua análise de inspiração ricardiana), supõe uma relação linear entre exportação de produtos agropecuários e processo de industrialização. Pretendo, mais do que efetuar uma análise das teorias econômicas, demonstrar o *caráter ideológico* de tais interpretações, associando-as com os interesses de determinados grupos econômicos no contexto de uma luta que ganhou importância na segunda metade do século XX, travada em torno da formulação da política econômica do Estado.

O estudo da “Escola de Campinas”, que percorre os trabalhos de Sérgio Silva, Cardoso de Mello, Wilson Cano e Liana Aureliano, decorre da mesma preocupação. Como toda tentativa de revisão historiográfica, também estes trabalhos estão sujeitos a revisão, num processo dialético fecundo e inesgotável. Procuro indicar a originalidade destes autores, que cuidaram de explicar as origens do capitalismo brasileiro, mas sem perder de vista as lacunas e defeitos encontráveis nos seus trabalhos, expressão da força da burguesia industrial paulista que inspirou toda uma geração de cientistas sociais, *think-tanks* e formuladores de políticas de governo.

Certamente, nenhuma pesquisa sobre a revolução burguesa no Brasil pode prescindir de uma análise do Estado, inclusive da superestrutura jurídica, que passou por um processo de transformação extremamente rápido com a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana (1891). Estes, como assinalou Décio Saes, constituem os momentos da *revolução política burguesa* no Brasil, ou *revolução burguesa stricto sensu*. Ignorar a importância do direito como condição para o exercício da dominação de classe, identificando-o como simples manifestação da “base material” sobre o qual assenta, seria cair num economicismo vulgar e estéril. São inúmeros os exemplos, a começar pela Revolução Inglesa do século XVII, em que o momento da transição política pode parecer *precoce*, em relação ao desenvolvimento das forças produtivas

capitalistas e à capacidade de direção da burguesia industrial.<sup>1</sup> A formação do Estado burguês no Brasil será, portanto analisada nesta perspectiva.

O capítulo sobre a Constituição Federal de 1891 também leva em consideração os *limites* da própria legislação, diante dos interesses sócio-econômicos envolvidos. Tal procedimento é importante, para não cair num erro muito comum entre os estudiosos da assim chamada ciência jurídica: o de considerar a Constituição liberal-burguesa (com seu governo representativo, a separação entre os poderes, a garantia da propriedade privada etc.), o verdadeiro demiurgo da sociedade burguesa, tal como presente na obra hegeliana. Na pesquisa, tento demonstrar como a Constituição foi *instrumentalizada* pela burguesia agromercantil para atender aos seus interesses de classe, alijando praticamente todas as demais classes e frações de classe do jogo político institucional.

O trabalho é encerrado com um estudo das ideologias burguesas na Primeira República. Não ignoro a contradição entre ciência e ideologia, sendo que a primeira pode ser objeto de criterioso estudo, além de comprovável empiricamente. Mas, na medida em que a ideologia, apesar de “representar alguma coisa sem representar algo real” contribui, inegavelmente, para *produzir efeitos reais*, seu conhecimento torna-se necessário e até mesmo indispensável para entendermos melhor o caráter da própria revolução brasileira.

---

<sup>1</sup> Cf. POULANTZAS, *Poder político e classes sociais*, p. 165.



**PARTE PRIMEIRA:**  
**O IMPERIALISMO E A QUESTÃO DA**  
**INDUSTRIALIZAÇÃO NO CENTRO DA**  
**ECONOMIA MUNDIAL**

## Capítulo I

### A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PAPEL DA OLIGARQUIA FINANCEIRA: A NECESSIDADE DO CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A instalação e também a posterior ampliação da capacidade produtiva das modernas indústrias capitalistas devem ser explicadas, dentro de uma perspectiva dialética não-mistificada, como processos social e historicamente determinados, ou seja, como a expressão dos antagonismos sociais contraídos por determinadas sociedades num certo período histórico. A existência da maquinaria e da grande indústria traz no seu bojo uma contradição que é essencial para a reprodução das relações de produção capitalistas: o antagonismo estrutural entre capital e trabalho, dentro do qual torna-se cada vez mais acentuada a contradição entre a socialização da produção, de um lado, e a apropriação privada da riqueza produzida, de outro. A produção social de mercadorias em grande quantidade é um fato que entra em flagrante contradição com o caráter privado de sua apropriação, e pressupõe necessariamente um processo de acumulação preexistente.

A reprodução em escala ampliada ( $D - M - D'$ ), lei econômica fundamental da produção capitalista, possui uma característica que a distingue da reprodução simples ( $M - D - M$ ). Esta diferença pode ser facilmente constatada através de uma análise empírica, uma vez que, no início de cada período da rotação do capital *fixo* empregado produtivamente, o empresário industrial controla uma quantidade de meios de produção que é sempre maior (em volume e valor) do que aquela que movimentou o ciclo anterior<sup>2</sup>. Deste modo, a acumulação progressiva envolve necessariamente a produção de uma quantidade de mercadorias cujo valor, depois de ser realizado sob a forma de capital-dinheiro, deve permitir não apenas a obtenção de uma quantidade de mais-valia e sua posterior reinversão produtiva, mas também a introdução de *novos* meios de produção, para *ampliar* a escala produtiva. Em outras palavras, isto significa que no modo de produção capitalista o desenvolvimento das forças produtivas e toda a riqueza social repousam, em última instância, em trabalho que é pretérito (“trabalho morto”, de acordo com Marx), mas que não é pago aos produtores diretos. A riqueza da burguesia repousa, portanto, na apropriação do trabalho excedente dos

---

<sup>2</sup> “A marcha do desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista condiciona processos de trabalho em escala cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento industrial” (MARX, *O Capital*, III, 1, p. 168).

trabalhadores assalariados, cuja atividade contribui para aumentar uma riqueza que permanece alheia aos indivíduos desta classe.<sup>3</sup>

Entretanto, o poder da burguesia sobre a classe operária, que está estreitamente ligado à organização do processo de trabalho no interior das fábricas, é antes um *poder social* do que o resultado da vontade dos seus representantes. Marx, denunciando o caráter fetichista da mercadoria (entendida como a materialização de relações sociais antagônicas, e não a “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” dotadas de autonomia diante dos produtores da riqueza) e o estranhamento decorrente da separação entre a “vontade” do capital e a vontade dos indivíduos reais, percebeu que o poder do capital sobre os indivíduos impedia até mesmo a burguesia de compreender o verdadeiro sentido da produção capitalista<sup>4</sup>. Os empresários industriais, enquanto personificações do capital, ocupam uma posição que é antes *social* do que meramente um atributo individual, e conseqüentemente são impelidos por força de leis econômicas objetivas (e que *escapam completamente ao seu próprio controle*) a revolucionar constantemente a base técnica da acumulação<sup>5</sup>, sob pena de serem arruinados pela concorrência. Para tanto, precisam reinvestir produtivamente uma parte do montante subtraído da classe operária.

Não obstante, a reinversão produtiva de um determinado montante de capital, acumulado dentro dos muros de uma fábrica, deve ser considerada apenas como *uma* das formas de financiamento da expansão da produção. Karl Marx, escrevendo na segunda metade do século XIX (tendo em vista o período que se convencionou chamar de “capitalismo concorrencial”), privilegiou o estudo *deste* mecanismo ao elaborar os seus conhecidos esquemas da reprodução. Posteriormente, Hilferding procurou reter as especificidades do desenvolvimento econômico na fase imperialista, e notou que o agigantamento das fábricas – que resultou na formação dos trustes e cartéis –, associado à disputa cada vez mais acirrada entre os grandes consórcios de empresas, estava exigindo uma concentração cada vez maior

---

<sup>3</sup> “Mas o trabalho do proletário, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? De modo algum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente” (MARX e ENGELS, *Manifesto do partido comunista*, p. 89).

<sup>4</sup> “Assim [com a acumulação crescente de capital], cresce o poder do capital, a autonomização, personificada no capitalista, das condições sociais da produção em face dos produtores reais. O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista, e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar – mas como poder social alienado, autonomizado, que como coisa, e como poder do capitalista mediante essa coisa, confronta a sociedade. A contradição entre o poder social geral, que o capital está se tornando, e o poder privado dos capitalistas individuais sobre essas condições sociais de produção torna-se cada vez mais gritante” (MARX, *O Capital*, III, 1, p. 198; ver também *O manifesto do partido comunista*, p. 89).

<sup>5</sup> “O aumento constante de seu capital torna-se condição para a conservação do mesmo” (MARX, *O Capital*, II, p. 59).

dos recursos disponíveis. A fusão do capital industrial com o capital bancário, que conduziu à formação do capital financeiro, foi um instrumento que imprimiu um extraordinário dinamismo às fábricas modernas, pois facilitou a aquisição de meios de produção cujo valor era tão elevado, que o empresário industrial não poderia adquirir se dispusesse tão-somente dos lucros sobre o seu capital. Na era da produção em série, do consumo de massa e da disputa pelo mercado mundial entre os oligopólios industriais, era cada vez mais evidente que a organização de um sistema financeiro forte e centralizado havia se tornado indispensável para superar os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas (uma vez que estes traziam, para os industriais, a necessidade de operar enormes “saltos” quantitativos e qualitativos na escala de produção).

Hilferding, procurando comprovar os prognósticos contidos em *O Capital* (mais precisamente, as tendências à concentração e centralização do capital), elaborou um trabalho que representou, para a teoria econômica marxista, um grande passo adiante. Suas descobertas no campo econômico serviram de ponto de partida para os estudos de Lênin, Bukharin e até mesmo de Rosa Luxemburgo, apesar das divergências profundas existentes entre eles no campo da estratégia política. O economista austríaco, sem negar por um instante a contribuição de Marx no campo da economia, levou a cabo um esforço notável no sentido de *continuar* os estudos iniciados pelo fundador do materialismo histórico, a tal ponto que Otto Bauer afirmou que seu trabalho poderia ser considerado uma espécie de “volume adicional” do *Capital*.<sup>6</sup>

O trabalho de Hilferding (publicado em 1909) parte do pressuposto de que a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista já havia se completado. O autor identificou e estudou detalhadamente os “traços mais característicos” dos países imperialistas daquele período: a concentração-centralização de capitais, a abolição da livre-concorrência mediante a formação dos trustes e cartéis e a fusão do capital bancário com o capital industrial, que representa a “forma mais avançada e abstrata” de capital: o capital financeiro.<sup>7</sup> O autor estabeleceu uma relação entre o aumento da composição orgânica do capital, que exige elevados investimentos em máquinas e equipamentos modernos (concentração de capitais), com a fusão dos diversos capitais que antes se encontravam dispersos e atomizados (centralização). Aqui, mais uma vez, o ponto de partida é o estudo do mecanismo de funcionamento da economia capitalista, contido em *O Capital*: a força de trabalho (capital variável), de acordo com os esquemas de reprodução de Marx, representa no processo

---

<sup>6</sup> Cf. T. BOTTOMORE, “Introdução à edição inglesa” de *O capital financeiro* de Hilferding, p. 09.

<sup>7</sup> R. HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 27.

produtivo um valor relativamente menor do que aquele representado pelo capital constante (fixo e circulante). Se considerarmos a fase do capitalismo monopolista, onde a composição orgânica do capital é ainda maior do que a existente nas pequenas fábricas ou oficinas típicas da etapa “concorrencial” do capitalismo, verificamos que os investimentos em capital (sobretudo fixo) chegam a atingir um montante que está muito além da capacidade financeira da maior parte das empresas industriais.

Na etapa do capitalismo monopolista, portanto, os investimentos produtivos chegaram a ultrapassar, por ampla margem, as possibilidades financeiras dos capitalistas individuais, tornando necessária a centralização dos recursos. Como se sabe, o montante necessário para efetuar o investimento foi disponibilizado aos produtores através do sistema de crédito bancário. O crédito se tornou uma poderosa alavanca do processo de industrialização: foi ele que tornou possível a aquisição dos novos meios de produção, mediante *adiantamentos* concedidos ao empresário industrial. Este poderia pagar o empréstimo, *depois* de transcorrido um período mais ou menos longo, com uma parte da riqueza aumentada pelas novas forças produtivas.

Hilferding analisou com profundidade, no capítulo V de *O capital financeiro*, a formação e o desenvolvimento do sistema de crédito destinado à indústria. Notou que, preliminarmente, os próprios industriais concediam crédito uns aos outros, através de um sistema de compensação recíproca de pagamentos que ele chamou de “crédito de circulação”.<sup>8</sup> Este crédito era disponibilizado aos empresários industriais mediante a utilização de letras de câmbio e notas promissórias, que serviam diretamente como moeda fiduciária. O crédito de circulação recebeu este nome porque as transações comerciais efetuadas mediante a utilização de letras de câmbio e notas promissórias pressupunha a circulação das próprias mercadorias que elas representavam. Deste modo, o empresário industrial poderia adquirir os meios de produção que precisasse, especialmente as matérias-primas (capital constante não-fixo, ou seja, circulante), cujo valor é integralmente transferido para a mercadoria depois de um período relativamente *curto*. Neste caso, o título de crédito representa uma *promessa de pagamento futuro*, ou a contrapartida que o empresário deve oferecer para receber a mercadoria. Entretanto, o crédito de circulação (hoje conhecido como capital de *giro*) tornou-se insuficiente, na fase do capital monopolista, para substituir o capital *fixo* das grandes companhias que já operavam em regime de oligopólio, pois estas passaram a exigir um volume de investimentos muitas vezes maior.

---

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 86.

Os limites deste tipo de crédito encontram-se, portanto, na intensidade do processo de circulação de mercadorias. Hilferding afirmou que a expansão do crédito de circulação, como não poderia deixar de ser, “baseia-se na transferência de mercadorias, e como esta envolve o capital mercantil (por se tratar, no caso, de transações entre capitalistas produtores), essa expansão também depende da expansão do processo de reprodução”.<sup>9</sup> É precisamente neste ponto que reside a superioridade do capital financeiro: é absolutamente impossível emitir letras de câmbio sobre transações comerciais *que não são efetivamente realizadas*. Na fase do capitalismo monopolista, esta base de financiamento da produção industrial tornou-se evidentemente muito estreita, e já não satisfazia às necessidades dos magnatas das grandes indústrias, envolvidos em disputas pelo território econômico mundial com gigantescos trustes e cartéis. O grande volume de investimentos que se tornou necessário, nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, obrigou-os a repensar a questão do financiamento, sob pena de sucumbirem diante de uma concorrência cada dia mais implacável.

É importante observar que os empréstimos que os bancos passaram a conceder às indústrias não levaram ao desaparecimento do “crédito de circulação”. Ocorreu justamente o contrário: foram os bancos que passaram a desempenhar, antes mesmo de sua fusão com o capital industrial, a função de *reunir* e confrontar as letras de câmbio comercial e industrial umas com as outras, para substituí-las pelas letras de câmbio bancário. Tratava-se, portanto, de substituir o crédito comercial por um tipo de crédito bancário que goza, sem dúvida, de maior receptividade.<sup>10</sup> Entretanto, como notou mais uma vez Hilferding, este tipo de nota bancária não poderia deixar de possuir os mesmos limites que a nota promissória e a letra de câmbio: a nota bancária *não pode ser emitida em excesso*, pois como ela opera meramente a substituição daqueles títulos de crédito, “sua emissão está sujeita às mesmas leis”. A vantagem destas notas bancárias sobre as promissórias e letras de câmbio emitidas não consiste em *aumentar* o montante de recursos à disposição dos comerciantes e industriais: ela se encontra na *facilidade técnica* que é concedida às transações comerciais (uma vez que a compensação das importâncias devidas numa faixa mais ampla permite agilizar a circulação das mercadorias, reduzindo o tempo de rotação do capital).

O dinheiro que antes os capitalistas produtivos tinham que manter em disponibilidade para saldar as diferenças na compensação de seus próprios títulos [capital de giro] torna-se então supérfluo e vai parar, como depósito, nos

---

<sup>9</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 86.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 87.

bancos, os quais dele vão se servir para a liquidação dos saldos de seus balanços. Diminui, dessa maneira, a parte do capital que os capitalistas produtivos eram obrigados a ter à sua disposição sob a forma de capital monetário.<sup>11</sup>

Deste modo, à medida que o sistema bancário ia se fortalecendo, toda aquela parte do excedente que não era imediatamente reinvestida pelos empresários (industriais, comerciantes e proprietários de companhias de transporte), tendia a seguir o mesmo curso: seus lucros eram canalizados para os bancos, que assim conseguiam “expandir a superestrutura do crédito em escala bem maior do que o teria conseguido a circulação das letras de câmbio restrita aos capitalistas produtores”. Os bancos passaram a receber os depósitos efetuados pelos comerciantes e industriais, e este capital, reunido nas mãos de alguns poucos magnatas, atingia um montante suficiente para satisfazer as exigências específicas da “etapa superior do capitalismo”. Gradativamente, os bancos foram assumindo o monopólio do sistema de crédito, até tornarem-se os controladores de fato, quando não de direito, da atividade industrial. Este controle foi consolidado com o surgimento daquilo que Hilferding chamou de “crédito de capital” (ou crédito de investimento) que, diferentemente do crédito de circulação, permite que o empresário tenha acesso a um montante de recursos que ele efetivamente ainda *não dispunha*, e que poderia ser *transferido* para o seu patrimônio sem uma acumulação prévia da mesma magnitude.<sup>12</sup>

A distinção entre “crédito de circulação” e “crédito de capital” é fundamental para entender a análise de Rudolf Hilferding, e também o próprio desenvolvimento do sistema de concessão de créditos para a moderna indústria.

O capital monetário que os bancos fornecem aos capitalistas industriais pode ser empregado na ampliação da produção de duas maneiras: pode haver necessidade de capital monetário para ser transformado em capital circulante ou então em capital fixo. A distinção é importante por causa da diversidade de retorno. O capital monetário que é adiantado para a aquisição do capital circulante volta sob a mesma forma, ou seja, depois de completado o período de rotação, seu valor se reproduz completamente e se transforma de novo em capital monetário. Com o adiantamento que visa a transformação do capital

---

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>12</sup> *Ibid.*, pp. 90-1.

monetário em fixo, a situação é outra. Aí o dinheiro retorna apenas paulatinamente durante uma série mais longa de períodos de rotação e permanece preso durante esse tempo. A diversidade de retorno condiciona dessa maneira a diversidade da forma de imobilização do dinheiro por parte do banco. O banco deposita seu capital na empresa capitalista e com isso participa do destino dessa empresa. Essa participação é tanto mais firme quanto mais capital bancário entra como fixo na empresa.<sup>13</sup>

A participação dos bancos no processo de industrialização tornou-se, então, decisiva. A situação das indústrias e sua capacidade de honrar os compromissos assumidos (que repousam, em última instância, na sua participação relativa no mercado) tornaram-se matéria que interessava diretamente os diretores dos bancos. Como condição imposta para a concessão de empréstimos, estes passaram a exigir o fornecimento de informações detalhadas sobre a situação financeira da indústria e procuravam, de todas as maneiras possíveis, exercer uma estrita vigilância sobre a atividade dos empresários industriais.

A necessidade do crédito estava conduzindo as indústrias a uma situação de estrita *dependência diante dos bancos*<sup>14</sup>, cuja superioridade era bastante evidente. Os banqueiros dispunham de diversos meios (de chantagens econômicas até estratégias jurídicas) para submeter as empresas industriais ao seu controle, direto ou indireto. Em alguns casos, a simples recusa do banco em conceder crédito a uma determinada indústria poderia ocultar uma estratégia de forçar seus proprietários a submeter-se a determinadas condições. Em outros casos, o objetivo poderia ser o de simplesmente arruinar os negócios da empresa, sufocando-a por inanição financeira. Neste último caso, o propósito era o de precipitar o encerramento das atividades de empresas à beira da falência, para em seguida adquiri-las mediante o pagamento de um valor irrisório.

Com o crescimento da interdependência entre o capital bancário e o capital industrial, aumentava também o controle do primeiro sobre as atividades do segundo. Algumas indústrias foram literalmente aniquiladas pela ação deliberada dos agentes da aristocracia financeira, que deste modo conseguiam garantir um novo mercado para as indústrias que contassem com algum tipo de vínculo econômico com o banco. Os problemas decorrentes da síntese dialética representada pela fusão do capital bancário com o industrial podem ser resumidos da seguinte maneira:

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>14</sup> Cf. HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 188.



- 1) Só os bancos dispõem de recursos em quantidade suficiente para investimentos em capital fixo;
- 2) A expansão da produção mediante “saltos” só é possível com a prévia centralização dos recursos, tornada possível pelas instituições financeiras. Os limites do capital industrial, deste modo, são ultrapassados mediante sua fusão com o capital bancário, levando à formação do *capital financeiro*. O capital financeiro, portanto, é a *negação da negação* (Hilferding, 1985, pp. 219-20), síntese de uma *unidade contraditória* entre o capital industrial e o capital bancário. Esta aliança implica a subordinação do capital industrial, que é colocado na condição de parceiro mais débil ou sócio-menor;
- 3) O capital financeiro, entretanto, traz vantagens para as indústrias que buscam sobreviver na luta com as outras empresas combinadas. Ele torna possível a ampliação mais rápida da produção, a redução dos custos e a obtenção de lucros suplementares. Os preços podem ser fixados num patamar abaixo do custo de produção (este corresponde ao preço de custo mais o lucro *médio*), baixando até PC + J (preço de custo mais *juro*) (Hilferding, 1985, pp. 95-6);
- 4) O maior prazo de maturação dos investimentos realizados aumenta o “interesse” dos banqueiros pelo futuro da indústria;
- 5) Os bancos exigem, como condição para concessão de empréstimos, que os industriais transfiram informações sobre a situação dos seus negócios;
- 6) Os banqueiros exercem controle e vigilância sobre as atividades dos empresários industriais;
- 7) A venda ou as condições de venda de uma empresa industrial pode depender das decisões do banco (escolha do melhor momento para a venda etc.).

A fusão do capital industrial com o capital bancário foi uma conseqüência da correlação de forças no interior dos países imperialistas daquele período (trata-se de um fenômeno que possui raízes na organização econômica e social daqueles territórios). Este processo, portanto, só pode ser explicado a partir das condições objetivas existentes, que resultaram do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. É por isso que qualquer tentativa de explicar a subordinação da indústria ao setor bancário a partir de um confronto entre classes portadoras de concepções morais divergentes – a do “heróico empreendedor” contra a dos “rapaces banqueiros”, por exemplo – resta totalmente inócua. Este tipo de análise era comum no interior de alguns círculos pequeno-burgueses, que dispunham de bastante espaço nos jornais e revistas para lamentar a sua perda de prestígio social, mas pouca objetividade científica.

A rigor, não se tratava de “chantagens” praticadas pelos banqueiros, nem de uma suposta “capitulação” dos empresários industriais: a fusão do capital industrial com o bancário deve ser entendida menos como a expressão de antagonismos entre duas facções burguesas distintas e mais como a entrada em cena de um novo personagem, que rapidamente conquistava a hegemonia política: a oligarquia financeira. Esta, de fato, era a própria personificação do capital financeiro, ou seja, da classe que exprimia uma relação de

*solidariedade* ou *complementaridade objetiva* entre a moderna indústria cartelizada e os grandes bancos. Em nenhum momento, desde a gênese do capitalismo monopolista de Estado até os dias atuais, o conflito de interesses envolvendo o capital bancário e o capital industrial colocou em questão os fundamentos mesmos da dominação imperialista. A luta pela destruição desta dominação foi sempre o resultado da ação organizada das vanguardas operárias dos países imperialistas ou da luta antiimperialista nos países dependentes e coloniais, onde a discussão sobre a questão nacional caminhava *pari passu* com as lutas anticapitalistas (ver capítulos seguintes). No interior dos países imperialistas, contudo, as disputas entre as diversas facções burguesas eram secundárias em pelo menos um aspecto: para a estabilidade da economia mundial capitalista e para o domínio da oligarquia financeira.

Como em toda relação dialética, a relação entre o capital bancário e o capital industrial trazia no seu bojo, simultaneamente, a unidade e a oposição. O capital bancário aparece como uma força antagonista aos interesses da burguesia industrial de duas maneiras: em primeiro lugar, quando exige uma *participação sobre os lucros do setor industrial*<sup>15</sup>; em segundo, quando *conquista também o controle sobre as operações da indústria*, por intermédio da separação entre a administração e a propriedade da empresa (possibilitado pela formação das sociedades anônimas). Mas este controle, por sua vez, é o que permite ao empresário industrial manter sua indústria em condições de competir com as empresas concorrentes, uma vez que o acesso ao crédito bancário facilita a introdução de aperfeiçoamentos técnicos:

A expansão da empresa também deixa, ao mesmo tempo, de depender dos excedentes de produção da própria empresa e permite rápidas expansões, freqüentemente aos saltos, em tempos de conjuntura mais favorável, sujeitas a demandas intensas e imediatas de capital. Essa demanda repentina de capital só pode ser satisfeita pelo grande volume de capital concentrado nos bancos. Só eles são capazes de levantá-lo sem abalar o mercado monetário (...) Vê-se, por aí, que a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto

---

<sup>15</sup> “Apesar de não haver estatísticas disponíveis, é certo que os lucros das ‘finanças’ constituem um tributo cada vez mais pesado para a indústria. É provável, também, que esse tributo e o controle que ele representa estejam centralizados em poucas mãos. É bem verdade que, com a posse generalizada de capital, grande número de pessoas se converte em pequenos participantes dos lucros financeiros, mas esses ganhos do pequeno investidor são reduzidos a um mínimo (...). A cota do *proletariado de capitalistas* nos lucros líquidos da empresa financeira é muito pequena, se comparada com a dos *magnatas das finanças*” (HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 189; os itálicos são nossos).

resultam na concentração bancária, como na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária.<sup>16</sup>

Portanto, se é inegável que a tendência à concentração econômica faz parte da própria essência do regime de acumulação capitalista, não é menos verdadeiro o fato de que isto só pôde alcançar o *ritmo e a intensidade* verificados no início do século XX porque houve uma forte participação do capital financeiro. A indústria cartelizada, diferentemente da pequena e média indústrias, “é acionada por um capital que é muito maior do que o capital global de propriedade dos capitalistas industriais”.<sup>17</sup> A virada de séculos representou, deste modo, o fim de uma etapa de desenvolvimento capitalista, centrada na organização de pequenas e médias indústrias, e sua substituição pelo predomínio incontrastável dos grandes consórcios de empresas, que disputavam fatias do mercado que se estendiam para muito além das fronteiras nacionais.

---

<sup>16</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 99.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 218.

## Capítulo II

### A ESTRUTURA DA EMPRESA MONOPOLISTA

#### 1. Concentração e centralização de capitais

Marx estabeleceu uma distinção entre dois tipos de centralização (reunião ou fusão de elementos que antes se encontravam separados) da propriedade privada dos meios de produção: a primeira confunde-se com “a assim chamada acumulação primitiva” (*Capital*, livro primeiro, cap. XXIV), e consistiu, pelo menos no modelo “clássico” representado pela Inglaterra, no processo de cercamento dos campos (*enclosures*) que acompanhou a violenta expulsão dos camponeses de suas terras. A expropriação dos camponeses, que tinha o objetivo de revolucionar a base fundiária da economia do país (aumentar a área destinada às pastagens, em detrimento da lavoura), foi absolutamente necessária para substituir a produção em pequena escala dos produtores independentes pela produção em grande escala de matérias-primas para a indústria. A consequência mais importante da revolução agrícola foi a *criação do mercado interno para o capital industrial*<sup>18</sup> mediante a subordinação formal do trabalho ao capital. A marcha da acumulação em escala ampliada criou, sem dúvida, as condições necessárias para os capitalistas individuais aumentarem a massa de meios de produção sob seu controle (processo de concentração de capitais).

O segundo tipo de centralização ocorreu “assim que o modo de produção capitalista pôde sustentar-se sobre os seus próprios pés”. Marx constatou que, neste momento, já não se tratava mais de expropriar à força os pequenos proprietários independentes, para depois lhes impor a disciplina nas fábricas (“educá-los para o trabalho”, como se dizia) mediante a pressão das forças econômicas. Tratava-se, ao contrário, de *expropriar uma parte dos próprios capitalistas*: “Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da *centralização* de capitais. Cada capitalista mata muitos outros”, e assim o número de magnatas do capital vai diminuindo constantemente.<sup>19</sup>

A tendência à centralização (que acompanha a concentração da produção, isto é, o aumento da escala de produção) foi um dos prognósticos de Marx mais comentados pelos teóricos do imperialismo. Lênin observou<sup>20</sup> que o desenvolvimento das forças produtivas, na fase do capitalismo monopolista, conduzia a uma concentração da *produção* que era muito mais intensa do que a concentração dos *operários* (em virtude da maior produtividade por

<sup>18</sup> MARX, *O Capital*, volume I, tomo 2, p. 283. Consultar também B. MOORE Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia*, capítulo I.

<sup>19</sup> MARX, *O Capital*, volume I, tomo 2, p. 293.

<sup>20</sup> LÊNIN, *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, p. 12.

unidade de trabalho, nas maiores indústrias capitalistas). Trata-se, como vimos, de uma tendência histórica, ou de uma lei geral do desenvolvimento capitalista: o aumento da composição orgânica do capital, que implica um incremento mais rápido do capital constante, em detrimento do capital variável.

A concentração da produção e a limitação da concorrência chegaram a atingir um grau tão avançado, na era dos monopólios, que alguns consórcios de empresas passaram a estender suas atividades para *outros* setores (foi o que aconteceu, por exemplo, com as companhias de mineração, indústria pesada, transporte marítimo e outras, que adquiriram empresas ligadas à comercialização e ao fornecimento de matérias-primas). Os trustes e cartéis foram além do controle de *um* setor determinado da indústria ou do comércio; alguns destes conquistaram o controle simultâneo de *diversos* ramos da economia, criando “empresas combinadas” cuja esfera de atuação se tornava cada vez mais diversificada. Estas empresas combinadas, na luta pela ampliação de suas esferas de influência, eram estabelecidas com o firme propósito de esmagar as “empresas simples” (também chamadas de *outsiders*), que se tornavam bastante vulneráveis diante do amplo controle que os cartéis e trustes vinham exercendo sobre toda a vida econômica, política e social.

Mas havia ainda uma outra razão para os magnatas das indústrias buscarem a diversificação dos seus negócios: a impossibilidade de manter indefinidamente os investimentos no setor econômico de origem sem afetar a taxa de lucros. Afinal, a ampliação da capacidade produtiva tende a encontrar um limite que se confunde com o próprio tamanho do mercado consumidor. Ignorar este problema equivale, para o capitalista, a “um suicídio”, razão pela qual “ele tem de procurar *fora* de sua própria empresa áreas de investimentos vantajosos para seus lucros”, como afirmou Hobson.<sup>21</sup>

A combinação poderia ser horizontal ou vertical: “no exame geral da grande empresa moderna, vemos que ela se estendia tanto verticalmente, a fim de abranger processos anteriores e posteriores, como horizontalmente, acrescentando novos tipos de produto e

---

<sup>21</sup> HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, pp. 189-90. O poder dos monopólios privados apoiava-se, segundo Hobson, em cinco “sustentáculos”: 1) acesso especial a matérias-primas; 2) controle especial de meios de transporte e distribuição; 3) vantagens diferenciais na produção ou comercialização, em virtude da posse de patentes, marcas registradas, processos especiais; 4) franquias, licenças ou outros privilégios públicos, concedendo monopólio ou restringindo a concorrência; 5) Legislação tarifária (*ibid.*, pp. 144-6). A debilidade de sua teoria situa-se precisamente neste ponto, pois o autor ignorou a característica mais importante do sistema econômico imperialista: o acesso ao *crédito*, no contexto de fusão do capital industrial com o bancário. Não obstante, em diversas passagens o político liberal inglês destacou questões superficiais, tais como qualidades individuais dos homens de negócios. É assim que a “rara capacidade empresarial” (*ibid.*, pp. 150-1), entre outras características não-essenciais (porque dizem respeito ao perfil psicológico do capitalista), demonstram que o autor aceitou argumentos de caráter ideológico, apesar de seus esforços para superar a ideologia do imperialismo.

subproduto à sua linha original de produção”.<sup>22</sup> Para reduzir o grau de vulnerabilidade diante de conjunturas desfavoráveis, e até mesmo da combinação de outras empresas, tornou-se questão de vida ou morte para os empresários industriais conquistar o controle de diferentes etapas da produção de uma mercadoria, especialmente através do acesso privilegiado às fontes de suas matérias-primas (por exemplo, o minério de ferro utilizado pela indústria siderúrgica, no caso da combinação vertical). A combinação vertical, como Hobson demonstrou, visava garantir a auto-suficiência de um truste. Por outro lado, podemos citar como exemplos de extensão horizontal (reunião de empresas pertencentes a setores que, embora distintos, são complementares ou interdependentes)<sup>23</sup> o avanço da Standard Oil sobre companhias de gás e a aquisição de canais pelas empresas de transporte ferroviário.

Com muita precisão, Lênin demonstrou a existência de um nexo de causalidade entre o advento das crises periódicas e a formação dos trustes e cartéis.<sup>24</sup> O “primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios”, afirmou Lênin, foi uma consequência da depressão internacional da indústria na década de 1870 (mais precisamente, depois do *crack* de 1873). A “seleção das melhores empresas” – segundo os critérios de avanço tecnológico, economias de escala e diversificação das atividades – teve como corolário o aniquilamento das pequenas e médias indústrias, fato que se repetiria com o advento de novas crises. Estas contribuíam para modificar a correlação de forças em favor das empresas combinadas, facilitando a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, o que de fato ocorreu com a crise de 1900: neste ano, houve um aprofundamento do grau de concentração, “em proporções muito

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>23</sup> Cf. também LÊNIN, *El Imperialismo*, p. 14, e BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 63 e 112.

<sup>24</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 17, 26-7, 44, 54, 66, 72-3. No Brasil, foi Frederico Mazzucchelli quem estudou mais detalhadamente esta questão: “O funcionamento da economia capitalista indica, assim, uma tendência de movimento manifestamente contraditória, expressa no próprio caráter cíclico da acumulação: a expansão, ao tornar atraentes as perspectivas de valorização, estimula o crescimento desenfreado da capacidade produtiva. Desenvolvem-se as forças produtivas, diferencia-se a estrutura produtiva, ampliam-se os mercados e estende-se o raio de ação da produção social, no bojo de um movimento que confirma a natureza progressiva do capital. Dado, entretanto, o caráter intrinsecamente instável e descoordenado do investimento, suas variações tendem a produzir um processo depressivo cumulativo através da criação generalizada de capacidade ociosa não-planejada. Cai a taxa esperada de lucro, declina, em consequência, a taxa de acumulação, o que redundará na criação de nova capacidade ociosa adicional, em novo declínio da taxa de acumulação, e assim sucessivamente. Configura-se, destarte, uma situação de crise, *que envolve o acirramento da concorrência intercapitalista*, a desvalorização e destruição de parte do capital em funções, de modo que, através da própria crise, se restabelece a unidade dos processos de produção e circulação, com o que se recriam as condições necessárias a um novo ciclo de valorização do capital” (MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, pp. 62-3). O restabelecimento do equilíbrio é obtido às custas das empresas com menor capacidade financeira, o que facilita a ação dos monopólios para ampliar o seu raio de ação mediante a centralização dos capitais. “Deste modo, a totalidade dos *linkages* criados (...) permanece sob o estrito controle das grandes empresas que comandam os principais mercados” (*ibid.*, p. 97).

maiores que a de 1873”.<sup>25</sup> A crise da virada do século, de fato, consolidou não apenas a concentração do capital industrial, como levou à fusão deste com o capital bancário.

A “política industrial dos bancos” significava, acima de tudo, uma tentativa do capital financeiro de alcançar instrumentos que permitissem reduzir o grau de vulnerabilidade ou a imprevisibilidade diante das crises. Ou seja, o grau de incerteza diante das crises periódicas poderia ser reduzido com o controle de diversos ramos da atividade econômica<sup>26</sup>. Com o advento das crises, os maiores bancos procuravam avançar sobre as pequenas e médias indústrias (que sentiam mais fortemente o impacto da queda dos lucros e dos preços), e estas podiam ser adquiridas a baixo preço, sendo depois submetidas a um processo de “saneamento e reorganização”.<sup>27</sup> Lênin citou o exemplo de um setor da indústria cujo grau de concentração era um dos maiores naquele período: o da indústria elétrica da Alemanha. Afirmou que, em consequência da crise de 1900, os bancos alemães negaram socorro justamente àquelas empresas que mais necessidade possuíam, com o propósito *deliberado* de arruiná-las para depois adquiri-las mediante o pagamento de um preço ínfimo.<sup>28</sup> Diante das crises, muitos acordos entre *grandes* empresas foram celebrados com o objetivo de repartir mercados e evitar a perda de suas esferas de influência, às custas dos *outsiders* que permaneciam de fora das negociações. Mas Lênin observou que qualquer acordo neste sentido só poderia ser temporário, uma *trégua* numa guerra sem fim: com a recuperação econômica, tornava-se muito difícil manter o acordo entre as empresas, que não se contentariam em simplesmente *manter* sua participação relativa justamente em períodos de prosperidade.<sup>29</sup>

Para os escritores marxistas daquele período, entender as razões da transição do “capitalismo concorrencial” para o capitalismo monopolista de Estado não tinha, como é óbvio, um interesse puramente teórico. Entender o “sentido” e o caráter deste processo – de acordo com a estratégia traçada pelas oligarquias financeiras dos países imperialistas, e tendo as demais facções burguesas como caudatárias dos projetos nacionalistas que visavam a conquista da hegemonia econômica e militar – eram fundamentais para a elaboração de um projeto contra-hegemônico de caráter socialista. Neste sentido, o que mais lhes chamou a atenção foram as transformações ocorridas nos países imperialistas de industrialização

<sup>25</sup> Cf. LÊNIN, *op. cit.*

<sup>26</sup> É importante frisar que esta constatação não autoriza a afirmação da existência de um suposto “capitalismo organizado”. É indubitável que a empresa monopolista possui instrumentos que permitem proteger, dentro de certos limites, variáveis como tamanho do mercado, níveis de preços e taxa de lucros. O equívoco de teorias como a de Eduard Bernstein “consiste em transpor esta capacidade de regulação ao conjunto do sistema” (MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, p. 124). Analisaremos mais detalhadamente a teoria de Bernstein no capítulo VI, item 2.

<sup>27</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 54.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>29</sup> *Ibid.*, pp. 72-3.

retardatária. Afinal, foi precisamente em dois países não-contemporâneos da revolução industrial inglesa que a concentração de capitais atingiu o seu mais alto grau: Estados Unidos e Alemanha. Neste último, a rápida transição para o capitalismo monopolista (pressupondo um modelo de “revolução pelo alto”, onde o Estado desempenhou um papel decisivo para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas) abriu novas perspectivas para o movimento operário mundial, através de uma igualmente rápida ascensão do movimento das massas. As políticas protecionistas aplicadas pelos governos destes países, que visavam atingir *rapidamente* o mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, foram um poderoso estímulo para a formação dos trustes e cartéis. De fato, os acordos entre os mais poderosos bancos e indústrias eram celebrados tendo em vista a reivindicação, junto ao aparelho do Estado, de tarifas alfandegárias capazes de evitar a exportação inglesa de mercadorias e capitais, num período de vulnerabilidade das economias e empresas alemãs e estadunidenses.

Na Alemanha, a concentração do capital bancário ocorreu de forma impressionante: em 1909, estimava-se que os nove maiores bancos de Berlim controlavam cerca de 83% de todo o capital bancário alemão, e a tendência verificada era a de prosseguimento da transformação dos pequenos bancos em simples sucursais dos grandes.<sup>30</sup> É verdade que os bancos alemães ainda não possuíam, no início do século XX, uma participação tão intensa na vida econômica de *outros* países, como os bancos ingleses e franceses (que contavam com uma quantidade imensa de colônias que “importavam” seus capitais em larga escala); mas a concentração de capitais dentro das fronteiras de um país deve ser entendida sempre como um processo que *antecede* a disputa no mercado mundial, e foi precisamente a luta do capitalismo alemão pela repartição do butim que conduziria, alguns anos depois, à primeira guerra mundial.

Dos nove maiores bancos alemães, apenas *seis* exerciam efetivamente o controle de toda a vida econômica do país. Ali, o capital financeiro havia estendido suas atividades para setores que ofereciam algumas das oportunidades mais lucrativas, num contexto de rápido crescimento das cidades. A necessidade de instalação da complexa infra-estrutura urbana favoreceu principalmente os setores da construção civil, sistemas de transporte urbano e especulação imobiliária. Lênin descreveu o amplo controle exercido pelos bancos alemães sobre este processo: aquisição de grandes terrenos localizados nos subúrbios (garantindo o monopólio da renda do solo), que poderiam ser loteados e revendidos a preços muito superiores. Os superlucros auferidos com a revenda dos terrenos estavam diretamente ligados

---

<sup>30</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 28.



ao controle do sistema de transportes, uma vez que este deveria fazer a conexão com os centros urbanos (garantindo assim a valorização dos terrenos do subúrbio).<sup>31</sup>

Mas nos Estados Unidos, a concentração do capital bancário era talvez a maior entre todos os países imperialistas: apenas dois bancos – Rockefeller e Morgan – controlavam a maior parte das atividades econômicas do país, incluindo os poderosos trustes do aço e do petróleo.<sup>32</sup> O controle de diversos setores da economia – bancos, companhias de seguros, estradas de ferro, navegação marítima, petróleo, extração vegetal e mineral, siderurgia, armamentos, construção civil, companhias elétricas, indústria automobilística etc. – por um punhado de magnatas capitalistas permitiu o exercício de um poder sobre todas as esferas da vida social. Bukharin afirmou, com toda razão, que os trustes e cartéis representavam “um Estado dentro do Estado”<sup>33</sup>, pois todos os interesses materiais – preços, acesso ao crédito, condições de vida e trabalho, relações entre as empresas etc. – dependiam da política estabelecida pelo capital financeiro.

A concentração do capital bancário no interior de um determinado país, sendo uma condição para o seu escoamento em direção ao exterior, trazia no seu bojo o agravamento das contradições nos países mais atrasados. Na Rússia, por exemplo, a concentração do capital bancário operava-se segundo os interesses da oligarquia financeira da França, da Inglaterra e da Alemanha. Enquanto os investidores dos países exportadores de capital ficavam com a maior parte dos superlucros de monopólio, os acionistas russos que seguiam o caminho da associação tornavam-se cada vez mais *impotentes* para modificar uma correlação de forças amplamente desfavorável aos seus interesses de classe. De fato, cerca de  $\frac{3}{4}$  do capital bancário russo correspondiam, em 1913, a bancos que nada mais eram do que filiais de bancos estrangeiros.<sup>34</sup> O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, portanto, acentuou os laços de dependência econômica em relação aos países europeus mais desenvolvidos.

Sobre a relação de causa e efeito entre a política do Estado imperialista e o processo de concentração de capitais, os escritores marxistas afirmaram que o aparecimento dos monopólios não poderia ser encarado como mero resultado da intervenção do poder estatal (especialmente no que diz respeito ao protecionismo alfandegário). Os monopólios, de acordo com estes escritores, não são fenômenos “artificiais”, pois o seu aparecimento resultou da própria lógica do processo de acumulação; portanto, não devem a sua existência à intervenção de elementos estranhos à economia: fazem parte de uma *tendência inerente ao próprio*

<sup>31</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 54-5.

<sup>32</sup> Cf. BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 61 e 64-5.

<sup>33</sup> *Ibid.*, pp. 115-6.

<sup>34</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 50-1.

*desenvolvimento da economia capitalista*, que se realizaria independentemente da intervenção do Estado burguês. Bukharin, por exemplo, afirmou que as tarifas protecionistas, as encomendas do Estado ou os subsídios, entre outros estímulos, “contribuíram para acelerar o processo [de concentração de capitais], mas não constituíram – e muito menos constituem – sua condição necessária”.<sup>35</sup>

Lênin, partindo igualmente da premissa marxiana de que a concentração é uma conseqüência mais diretamente ligada às tendências econômicas que das decisões políticas, apenas divergiu de Bukharin no tocante ao *grau* de importância atribuído ao segundo aspecto; notou que mesmo o “país do livre comércio, a Inglaterra”, estava avançando bastante no processo de monopolização econômica, “ainda que um pouco mais tarde”.<sup>36</sup> Mas, apesar da grande “afinidade intelectual e política” entre seu pensamento e o de Bukharin<sup>37</sup>, neste ponto parece haver um certo distanciamento quando se trata de verificar o alcance do protecionismo: Lênin, acompanhando Hilferding na análise do protecionismo, entendeu que esta política estava *diretamente* relacionada com a perda da hegemonia econômica britânica e a superioridade do capitalismo alemão.<sup>38</sup>

O estudo do processo de concentração da produção capitalista, feito pelos autores marxistas no início do século XX, deve ser entendido como o desdobramento de uma tendência apontada por Marx, n’*O Capital*.<sup>39</sup> E, tal como Marx já havia indicado, este processo trazia no seu bojo as *condições objetivas* para a superação do modo de produção capitalista. Hilferding, Lênin, Bukharin – e neste ponto também Rosa Luxemburgo – entendiam que os “coveiros” do capitalismo já haviam acumulado poder social e político (em torno de sindicatos e partidos políticos) suficientes para substituir o sistema capitalista pela ditadura do proletariado. “Uma economia que monopoliza o mercado mundial”, disse Bukharin, “torna-se condição necessária da produção organizada em sua forma superior não-capitalista”.<sup>40</sup> Mas é preciso observar que este tipo de análise não desemboca na conclusão equivocada de que a humanidade estivesse diante de um processo linear e inexorável de superação do modo de produção capitalista: não existe uma correspondência automática entre a superação da base miserável em que repousavam os modos de produção pretéritos (e as relações de produção que a acompanhavam) e a consumação da revolução sob hegemonia do

<sup>35</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 58-9.

<sup>36</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 15.

<sup>37</sup> Cf. P. SANTI, “El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo”, p. 22.

<sup>38</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 60; HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 287, 294 e 306.

<sup>39</sup> Neste aspecto, como em outros da teoria econômica, Rosa Luxemburgo divergia dos seus companheiros marxistas: “Sem a proteção alfandegária, o desenvolvimento da grande indústria nos diferentes países *teria sido impossível*” (*Reforma ou revolução?*, p. 51. Os itálicos são meus, Pedro Arruda).

<sup>40</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 66-7.

proletariado, já que esta depende fundamentalmente da correlação de forças e também da existência de condições subjetivas.

## 2. Os superlucros de monopólio

Marx constatou que a concentração-centralização de capitais permite contornar os problemas decorrentes da tendência de queda da taxa de lucros: a tendência de declínio da *taxa*, que leva à redução da *massa* de lucros contida em cada mercadoria, pode ser compensada com o crescimento da massa *total* de lucros, se ocorrer um aumento expressivo da quantidade de mercadorias produzidas.<sup>41</sup> O comércio exterior atua igualmente como uma causa contrariante do declínio, pois permite o barateamento tanto dos meios de subsistência quanto das matérias-primas, ou seja, do capital variável e do capital constante.<sup>42</sup> Estas duas características do capitalismo monopolista atuaram simultaneamente como *causa e efeito* do fortalecimento dos trustes e cartéis, que forjaram o aparecimento de uma tendência diametralmente oposta à de queda da taxa de lucros<sup>43</sup>: a de obtenção de *superlucros* ou *lucros suplementares*, muito maiores que aqueles obtidos num sistema de “livre concorrência”.

Os estudos “clássicos” sobre o sistema imperialista contêm informações mais ou menos detalhadas sobre as principais indústrias da época, e indicam que a obtenção de lucros muito acima da média era uma consequência da combinação de diversos fatores: intervenção direta ou indireta do Estado burguês, utilização de máquinas e equipamentos modernos (que permitem a obtenção de gigantescas economias de escala), acesso às matérias-primas, controle sobre o sistema de transportes e facilidades de obtenção de crédito. A diferença entre os superlucros de monopólio e a taxa média de lucros era tanto maior quanto maior a possibilidade de excluir as empresas concorrentes do acesso às inovações tecnológicas<sup>44</sup>. As economias de escala eram obtidas por meio da utilização de grande quantidade de maquinaria

<sup>41</sup> MARX, *O Capital*, vol. III, Livro Terceiro, tomo 1, pp. 175, 183 e 193.

<sup>42</sup> *Ibid.*, pp. 180-2.

<sup>43</sup> Além destas causas, contribui também para aumentar a taxa de lucros a elevação do grau de exploração da força de trabalho. Isto pode ocorrer de diversas maneiras: um trabalhador pode ser obrigado a supervisionar uma quantidade de maquinaria maior; a velocidade das máquinas pode ser aumentada; mulheres e crianças podem ser empregadas no lugar de homens adultos; a jornada de trabalho pode ser prolongada; o salário pode ser reduzido até um nível abaixo de seu próprio valor, por força da existência de uma superpopulação relativa etc. (MARX, *O Capital*, III, 1, pp. 177-9). É importante considerar que o enunciado da lei de tendência não autoriza interpretá-la como um processo que culminaria inexoravelmente numa situação de desaparecimento dos lucros: a tendência e as contra-tendências são *elementos em permanente conflito*, sendo que o predomínio de uma delas depende sempre do movimento real do processo de valorização e das lutas de classes, que determinam, em última instância, os avanços e recuos da taxa média de lucros (cf. *ibid.*, pp. 177-9 e 181; DOBB, *Economia política e capitalismo*, p. 87; MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, p. 43).

<sup>44</sup> “O capitalista que emprega modos de produção mais aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, mas acima de seu preço de produção individual” (MARX, *O Capital*, vol. III, tomo 1, p. 176; consultar também *ibid.*, pp. 178, 181, 198).

e também como conseqüência do aprofundamento da divisão *manufatureira* do trabalho. Além do acesso privilegiado ao financiamento da produção junto aos bancos, o controle da atividade industrial era exercido simultaneamente com o controle do fornecimento das matérias-primas, da utilização de oficinas próprias de reparação da maquinaria e do transporte e comercialização (reduzindo, portanto, gastos com intermediários nos negócios). Aos monopólios, seguiam-se os *preços de monopólio* (que, acrescento, colocam um novo problema à questão da transformação do valor em preço) que ampliam consideravelmente a massa de lucros e permitem, ao mesmo tempo, recompor a própria taxa de exploração da força de trabalho (m/v).

Já no caso dos bancos, os superlucros provinham das emissões de títulos, empréstimos a Estados (com cláusulas vantajosas para a oligarquia financeira, mas extremamente onerosas para a imensa maioria da população dos países coloniais e dependentes) e atividades especulativas (gerando uma massa incalculável de capital fictício) que vinham aprofundando cada vez mais o caráter parasitário do sistema imperialista. Tendo em vista a escassez de capital nas regiões atrasadas e a precariedade dos seus sistemas de crédito, a taxa de juros tendia a ser maior ali do que nos países exportadores de capital.

Esse caráter parasitário, a propósito, era o que permitia aos magnatas das finanças o enriquecimento mesmo nos períodos de crise da indústria e redução do comércio. No capítulo VIII de seu *Imperialismo* (“o parasitismo e a decomposição do capitalismo”), Lênin observou que a lógica do processo de valorização (a acumulação pela acumulação), na fase do imperialismo, conduzia ao extremo a tendência de ignorar as necessidades humanas mais elementares. A burguesia, de acordo com o revolucionário russo, já havia esgotado (ou estava muito próxima disto) seu papel revolucionário na história da humanidade, que consistia em aperfeiçoar as forças produtivas. Se Marx e Engels afirmaram, no *Manifesto*, que a única possibilidade desta classe continuar existindo seria através da revolução permanente das condições da produção,<sup>45</sup> Lênin parece ter chegado à conclusão de que ela já não poderia mais ser considerada a classe portadora desta missão: “En la medida en que se fijan, aunque sea temporalmente, precios monopolistas, desaparecen hasta cierto punto las causas estimulantes del progreso técnico y, por consiguiente, de todo progreso, de todo avance, surgiendo así, además, la posibilidad *económica* de contener artificialmente el progreso técnico”.<sup>46</sup>

É evidente que o emprego das expressões “até certo ponto” e “possibilidade” contém a sugestão de uma crítica a quaisquer formas de determinismo econômico. É absolutamente

<sup>45</sup> MARX & ENGELS, *Manifesto do partido comunista*, p. 79.

<sup>46</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 99.

impossível “encontrar” um limite para o desenvolvimento das forças produtivas, no contexto das relações sócio-econômicas capitalistas, e o próprio Lênin demonstrou, em outras passagens, como a dialética das relações de produção converte a tendência estagnadora no seu próprio contrário. A ação deliberada dos magnatas da indústria, no sentido de paralisar ou deter o ritmo das transformações da base técnica, é um recurso *temporário*, que deve ser abandonado assim que ocorrer o restabelecimento da concorrência, ou seja, quando outras empresas voltarem a ameaçar a posição deste ou daquele grupo monopolista. A propósito, a história econômica do século XX demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas sofreu alguns abalos momentâneos (por ação deliberada de magnatas da indústria e também como consequência de crises imprevisíveis), mas que a *tendência estagnadora* do imperialismo não foi suficiente para impedir o restabelecimento da marcha progressiva do capital. Esta constatação, obviamente, não nos impede de repensar o papel revolucionário da burguesia no início do século XX, quando o principal estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas – a concorrência – havia sofrido uma profunda transformação quanto ao seu *modus operandi* (este fenômeno, como muitos outros, foi um dos importantes prognósticos de Marx acerca do futuro do capitalismo).

O estudo do capital fictício, neste aspecto, é de suma importância. O desenvolvimento deste tipo de capital foi acompanhado por um processo de obtenção de superlucros igualmente fictícios, no mercado de ações. De acordo com a própria natureza dos títulos sobre a propriedade das empresas, “a cotação das ações é superior ao valor do capital industrial em que foi transformado o dinheiro”.<sup>47</sup> Hilferding demonstrou que a compra e venda de ações opera tão-somente uma transferência da *propriedade* dos meios de produção, mas não contribui, por si só, para que estes meios sejam aperfeiçoados: “visto que deixa intacta a produção, essa transferência, na verdade, é apenas a transferência do título de propriedade sobre o lucro. A esfera na qual foi produzido o lucro lhe é indiferente. O capitalista não faz uma mercadoria, mas faz lucro de uma mercadoria”.<sup>48</sup> As ações, deste modo, sofrem uma valorização que *deve ser* maior do que o próprio crescimento da produção física (não obstante o fato de que o valor das ações repousa, em última instância, nos indicadores da produção: “toda ação é valorizada de acordo com o lucro que produz”)<sup>49</sup>.

Se a captação de recursos mediante a venda de ações de *uma* companhia industrial já era suficiente para expandir a massa de capital em circulação, deve-se observar que o

<sup>47</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 185.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 185.

<sup>49</sup> Cf. *ibid.*, e também MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, pp. 89-90.

processo de  *fusão* de duas ou mais empresas contribuiu para aprofundar ainda mais o descompasso entre a valorização das ações de uma companhia e o crescimento de sua produção física. Quando uma nova indústria é criada, através da centralização dos recursos de empresas já existentes, a vantagem não reside apenas na redução dos custos de produção, comercialização ou transporte: neste caso, haverá uma substituição das ações antigas por outras (que representam, em princípio, o capital reunido das antigas companhias), mas que serão negociadas tendo em vista a  *previsão* de superlucros daí em diante. Trata-se daquilo que Hilferding chamou de “lucros de fundador”: a centralização, primeiramente, exclui a livre-concorrência; depois, os superlucros obtidos pela empresa recém-fundada poderão ser aumentados ainda mais se as ações emitidas forem negociadas na bolsa de valores.

O truste estadunidense do açúcar é um bom exemplo de como se obtém lucros de fundador: este truste “foi fundado em 1887 por Havemeyer, mediante a fusão de 15 sociedades pequenas que, juntas, davam um capital de 6,5 milhões de dólares. O capital acionário do truste foi fixado em 50 milhões de dólares”.<sup>50</sup> Manobras como esta foram realizadas em muitos outros setores da produção, e contribuíram bastante para acelerar o processo de transição do capitalismo “concorrencial” para o monopolista. A obtenção de lucros de fundador era tanto a consequência quanto a causa da restrição da concorrência, uma vez que eles poderiam ser utilizados para  *forçar* os empresários que ainda resistiam em participar do cartel a ceder às pressões, mediante o pagamento de um preço de compra elevado.<sup>51</sup>

Lênin também mencionou algumas empresas que, após um processo de fusão, passaram a constituir um capital muitas vezes maior do que o existente antes da união. O valor das ações sofria um aumento acentuado, tendo em vista unicamente a  *expectativa* de lucros fáceis no futuro (já que a concorrência, na prática, tendia a desaparecer). Apostando nas oscilações favoráveis da Bolsa de Valores, os magnatas, por meio da “recapitalização”, estendiam cada vez mais seu controle sobre os mais diversos ramos da atividade econômica.<sup>52</sup>

Outra fonte aparentemente inesgotável de superlucros eram os empréstimos estrangeiros dos bancos. Uma matéria da revista alemã  *Die Bank* afirmou o seguinte: “no interior do país não há nenhum negócio que dê, mesmo aproximadamente, um lucro tão elevado como o de servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros”.<sup>53</sup> Nos países mais desenvolvidos, a superprodução de  *capitais* (e não meramente de

<sup>50</sup> HILFERDING,  *O capital financeiro*, p. 217.

<sup>51</sup> Cf.  *ibid.*, p. 218.

<sup>52</sup> LÊNIN,  *El imperialismo*, pp. 52 e 83.

<sup>53</sup> Cf.  *ibid.*, p. 53.

mercadorias) obrigava seus possuidores, como uma necessidade objetiva imposta pela marcha do desenvolvimento capitalista, a buscar áreas de investimento que permitissem a obtenção de juros maiores do que os existentes nos seus países de origem. Tendo em vista a relativa escassez de capitais nos países atrasados e a redução do campo de investimento nos países adiantados, os investidores destes últimos, em aliança com a classe dominante daqueles, levaram a cabo uma política bem-sucedida (do ponto de vista de seus interesses de classe) de “ajuda” e fomento da atividade econômica. Como afirmou Lênin: “La necesidad de la exportación de capitales obedece al hecho de que en algunos países el capitalismo ha ‘madurado excesivamente’ y al capital (atendido el desarrollo insuficiente de la agricultura y la miseria de las masas) le falta campo para su colocación ‘lucrativa’”.<sup>54</sup>

No capítulo V de seu estudo sobre o imperialismo (“Mercado mundial e modificações das condições de escoamento”), Bukharin procurou identificar a origem do “superlucro obtido no intercâmbio entre países de estruturas econômicas diferentes”. Baseando-se na explicação dada por Marx, no *Capital*, Bukharin apoiou-se na teoria do valor e no problema da transformação deste em preço de venda. Como nos países capitalistas mais desenvolvidos a quantidade de trabalho exigida para produzir uma determinada mercadoria é *menor* do que nos países atrasados, segue-se necessariamente que também o *preço* de venda das mercadorias produzidas nos países centrais será menor, mesmo no mercado dos países atrasados.<sup>55</sup> Quanto maior o grau de desenvolvimento das forças produtivas, menores serão os custos da produção industrial, e esta redução é suficiente para compensar as despesas com o transporte ultramarino e terrestre. De fato, o argumento das “vantagens comparativas” já havia caído por terra, sendo visto pelos escritores marxistas, e inclusive (partindo, obviamente, de uma visão de mundo diferente) pelos imperialistas alemães, estadunidenses e japoneses como uma “teoria” que, na prática, havia falhado completamente. Para os marxistas, a “teoria” das vantagens comparativas nada mais era do que uma justificção ideológica para a dominação da maioria da população do planeta por um punhado de magnatas protegidos pelos *seus* Estados (mas não se tratava, obviamente, de pleitear a substituição do *laissez-faire* pelo sistema protecionista, enquanto estratégia para superar o atraso econômico, mas de eliminar o próprio modo de produção capitalista).

---

<sup>54</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 61.

<sup>55</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 75.

### Capítulo III

## A ELIMINAÇÃO DA CONCORRÊNCIA MEDIANTE MÉTODOS EXTRAECONÔMICOS

#### 1. Acordos entre grandes empresas:

A concentração da produção em um número cada vez mais reduzido de grandes empresas conduziu a uma reconfiguração no equilíbrio de forças entre as próprias facções burguesas. Esta foi, como indicamos anteriormente, a base que tornou possível a organização do capital financeiro. O desenvolvimento do *capital financeiro*, que redefiniu a relação entre a atividade industrial e o financiamento da produção, fortaleceu imensamente não apenas o poder de barganha dos magnatas das finanças (diante dos empresários industriais e também sobre todas as outras classes sociais), mas a sua própria capacidade de representar política e ideologicamente a “nação”, nas disputas com os outros países. A oligarquia financeira era a classe mais interessada em construir e apresentar ao conjunto da sociedade projetos geopolíticos de pretensões hegemônicas, e era a única classe suficientemente capaz de exercer a liderança deste movimento.

A diferenciação de interesses no seio da burguesia operou-se em diversos níveis, e uma investigação exaustiva destes problemas seria praticamente impossível, tendo em vista os limites deste trabalho. Para a questão da industrialização, interessa-nos mais diretamente a relação entre as camadas da burguesia industrial e a oligarquia financeira. Mas, para entender essa alteração na estrutura de poder, será preciso estabelecer um nexo de causalidade entre a materialidade (classe em si) e a subjetividade (classe para si) da oligarquia financeira, para então determinar com maior precisão a *unidade contraditória* existente entre esta facção e a burguesia industrial. Existem, na verdade, diversos níveis em que pode ocorrer uma diferenciação de interesses no seio da burguesia, tornando-a cada vez mais segmentada: a oposição entre burguesias de países diferentes; entre camadas “altas”, de um lado, e a “pequena” e “média” burguesia, de outro; entre a oligarquia financeira e os empresários industriais e comerciais; entre “empresas combinadas” e os “outsiders” etc.

Durante a etapa do assim chamado “capitalismo concorrencial”, nenhum empresário possuía poder suficiente para prejudicar intencionalmente os demais.<sup>56</sup> As variáveis econômicas (tais como preços, taxa de lucros, condições de pagamento, volume da produção, custos de transportes etc.) dependiam quase que exclusivamente do poder impessoal do

---

<sup>56</sup> Não ignoramos a advertência de Marx, no sentido de que a “concorrência” já pressupõe o mais importante monopólio da sociedade burguesa: o *monopólio da propriedade privada dos meios de produção*.



mercado, onde os agentes envolvidos eram praticamente desconhecidos. Com a “passagem do velho para o novo capitalismo”, o estímulo para o crescimento da produção e do comércio deslocou-se em direção a outros elementos, que dificilmente poderiam ser encontrados num manual qualquer de economia política burguesa. Isto porque o novo fenômeno não é inerente ao “mercado”, e tampouco pode ser explicado a partir da enunciação de leis econômicas que fazem tábua rasa da organização monopolística da produção: nesta, os preços podem ser fixados arbitrariamente<sup>57</sup>, para baixo ou para cima; o equilíbrio entre a oferta e a procura poderia ser obtido através da ação consciente dos magnatas da indústria e das finanças (tornando previsível a “solução” deste problema ao eliminar as incertezas associadas à “mão invisível” do mercado não-regulado); e o próprio Estado converteu-se num instrumento de socorro aos trustes e cartéis com dificuldades na luta pelo domínio do mercado internacional.

O novo capitalismo, afirmou Lênin, era quantitativa e qualitativamente distinto do velho sistema, baseado na “antiga livre competição de proprietários dispersos, que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado”. O autor, partindo das indicações contidas no livro de um economista alemão, citou algumas “estratégias” adotadas pelos cartéis na luta contra os *outsiders*:

- 1) privación de materias primas (‘...uno de los procedimientos más importantes para obligar a entrar em el cartel’); 2) privación de mano de obra mediante ‘alianzas’ (es decir, mediante acuerdos entre los

---

<sup>57</sup> É preciso levar em consideração que podem existir duas situações absolutamente distintas: a transformação do valor em preços no contexto do “capitalismo concorrencial” e a fixação monopolística dos preços de venda. Quando Marx criticou a economia vulgar, sobretudo a “idéia simplória de que os preços sejam de fato determinados por adição de uma cota de lucro mais ou menos *arbitrária* sobre o verdadeiro valor das mercadorias (*O Capital*, vol. III, tomo 1, p. 172), estava se referido a uma situação não-monopolística. A queda dos preços das mercadorias obedece a razões distintas, quando se trata de uma situação de monopólio. A observação de Marx está presente no capítulo sobre a lei de tendência de queda da taxa de lucros, numa passagem em que ele pretendia demonstrar o equívoco da teoria clássica: seus representantes interpretaram a queda da taxa de lucros “como se o capitalista, *por sua vontade*, adicionasse menos lucro à mercadoria individual, compensando-se, porém, pelo número maior de mercadorias que ele produz” (*ibid.*, p. 176). Marx procurou demonstrar que, se aquilo de fato ocorria (a saber, a queda dos preços e o aumento da quantidade de mercadorias produzidas), era tão-somente como uma consequência inevitável da existência de leis econômicas objetivas que não dependiam, em absoluto, da vontade dos capitalistas. A ideologia econômica burguesa, “colocando a cabeça no lugar dos pés”, apresentava então o capitalista individual como o grande responsável pela diminuição dos preços, num quadro favorável onde todos se beneficiariam: os “consumidores” poderiam pagar menos pelas mercadorias, e a classe dos empresários embolsaria um montante de lucros maior. Este tipo de análise é extremamente superficial, e “repousa numa total falta de conceitos sobre aquilo que a taxa de lucros geral é ao todo” (*ibid.*, p. 172). Percebe-se que Marx estava se referindo a uma tendência de longo prazo da economia capitalista. Mas, no caso dos trustes e cartéis, a redução dos preços era sempre *temporária*: os preços voltavam a subir assim que o objetivo fosse alcançado, isto é, a eliminação das empresas menores. Já no caso do *aumento* dos preços por determinação dos grupos monopolistas, é importante ressaltar que havia um certo limite para este tipo de ação: ele aparece quando se atinge o ponto em que a redução da procura já não é suficiente para compensar as economias de escala.

capitalistas y los sindicatos obreros para que estos últimos acepten trabajo solamente en las empresas cartelizadas); 3) privación de medios de transporte; 4) privación de posibilidades de venta; 5) acuerdo com los compradores para sostener relaciones comerciales únicamente com los cartels; 6) disminución sistemática de los precios (con objeto de arruinar a los *outsiders*, es decir, a los empresas que no se someten a los monopolistas, durante um tiempo se gastan millones para vender a precios inferiores al coste: en la industria de la gasolina se han dado casos de bajar el precio de 40 a 22 marcos, es decir, ¡casi a la mitad!); 7) privación de créditos; 8) declaración de boicot.<sup>58</sup>

Lênin afirmou que a crítica pequeno-burguesa do imperialismo tinha um conteúdo profundamente reacionário, e isto poderia ser constatado na maneira como seus representantes lamentavam o fim de uma época supostamente baseada na competição “justa e pacífica” entre as empresas. Lênin notou que estes autores vinham revelando o desejo, absolutamente irrealizável, de fazer a roda da história girar para trás. As utopias pequeno-burguesas, inócuas na prática e aparentemente progressistas, simplesmente ignoravam que “competição” e “monopólio” fazem parte de um único e mesmo processo, ou seja, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, e tinham uma consequência política da maior importância: a incompreensão das verdadeiras causas dos problemas que o capitalismo de início do século XX apresentava, conduzindo a uma estratégia política igualmente equivocada.

O sistema ideológico elaborado pelos imperialistas e seus lacaios foi um dos instrumentos utilizados para justificar as atrocidades praticadas contra os povos tidos como “incivilizados”. Ao esconder da população as verdadeiras intenções da oligarquia financeira, a ideologia contribuiu para reforçar a hegemonia daquela classe sobre o conjunto da sociedade, seduzindo as classes subalternas com a apresentação de um falso nacionalismo disfarçado de ciência. A crítica pequeno-burguesa, que deixou de lado as raízes profundas do sistema imperialista para concentrar suas denúncias em aspectos não-essenciais, não tinha condições de impor uma derrota política aos defensores da guerra. Estes já não pensavam mais em garantir uma concorrência “justa e pacífica” entre empresas e países; no máximo, pretendiam celebrar acordos para *adaptar-se* às transformações da economia capitalista, aceitando como algo inexorável justamente o veredicto do fim da “etapa concorrencial” do capitalismo.

---

<sup>58</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 22-3.

O surgimento de sindicatos patronais, cuja razão de ser era absolutamente inconfessável, foi simultaneamente a *causa* e o *efeito* da política expansionista do Estado imperialista: os magnatas das indústrias e das altas finanças, na luta pela defesa dos seus interesses, pressionavam sem cessar o Parlamento para que este aprovasse medidas de apoio às suas atividades, e estas medidas criavam condições favoráveis para o fortalecimento dos trustes e cartéis enquanto grupos organizados de interesses políticos (inclusive, forçando a entrada de lobistas no Congresso para legislar em prol de seus interesses). Os “braços sindicais e políticos” do capital monopolista eram de fato a expressão, respectivamente, da luta destas novas camadas plutocráticas em torno de seus interesses diretamente econômicos (tal como a fixação dos preços e a repartição dos mercados) e dos interesses políticos (aplicação de tarifas alfandegárias, aprovação de créditos de guerra etc.). A intervenção da oligarquia financeira modificou completamente o equilíbrio de forças na economia e até mesmo o seu *modus operandi*: “milhões de pequenos, médios e inclusive uma parte dos grandes ‘patrões’ se encontram, na prática, completamente submetidos a uma centena de financistas milionários”.<sup>59</sup> Tratava-se de uma restrição *de fato* da concorrência, apesar da retórica da oligarquia financeira e dos seus representantes instalados no aparelho do Estado.

A luta política *stricto sensu* era travada nos estreitos limites do Estado democrático burguês, e isto poderia continuar sendo feito até o momento da eclosão de uma guerra interimperialista, que se tornava cada vez mais inevitável. No pré-guerra – correspondente ao período de gestação das contradições do capital monopolista – a burguesia ainda pôde apresentar o Estado como o árbitro supostamente “imparcial e acima dos interesses das classes”, mesmo sabendo que a disputa *econômica* já havia se convertido numa “luta sem quartel” (tomando aqui de empréstimo a expressão utilizada por Bukharin). Nesta luta, de nada adiantava a legislação do Estado burguês, que era sistematicamente burlada através da aplicação de condutas criminosas que tinham como objetivo o aniquilamento puro e simples de empresas concorrentes.

---

<sup>59</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 13. Nos momentos de crise, as tensões envolvendo as diferentes facções burguesas se convertiam em luta declarada. Marx já havia antecipado a colocação deste problema: “Quando já não se trata de repartição do lucro, mas do prejuízo, cada um procura diminuir tanto quanto possível seu quantum do mesmo e empurrá-lo ao outro. O prejuízo é inevitável para a classe. Quanto, porém, cada um tem de suportar, até que ponto ele tem de acabar participando dele, *torna-se uma questão de poder e de astúcia, transformando-se então a concorrência numa luta entre irmãos inimigos. A antítese entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista se faz valer então, assim como antes a identidade desses interesses se impunha praticamente mediante a concorrência (...). A distribuição desse prejuízo não se estende, de modo algum, de maneira uniforme aos diferentes capitais particulares, mas se decide numa luta concorrencial em que, conforme as vantagens especiais ou as posições já conquistadas, o prejuízo se reparte de forma muito desigual e muito diferenciada, de modo que um capital é colocado em alqueive, outro é aniquilado, um terceiro sofre apenas prejuízo relativo ou desvalorização transitória*” (MARX, *O Capital*, III, 1, p. 191).

Foram, e continuam sendo, inúmeras as “estratégias” utilizadas pelos trustes e cartéis para ampliar sua esfera de atuação às custas das pequenas e médias empresas, ou até mesmo dos trustes e cartéis concorrentes. O tipo de acordo mais comum foi aquele celebrado em torno dos preços ou condições de venda de mercadorias (como prazo de pagamento etc.). Em alguns casos, como relatou Bukharin no capítulo XI de seu trabalho, foram efetuadas vendas *com prejuízos*, ou seja, as mercadorias foram vendidas a preços abaixo do custo de produção (preço de custo + lucro médio, segundo a fórmula de Hilferding) para deslocar a concorrência do mercado. Nestas condições, é evidente que somente as empresas mais poderosas possuíam condições para sustentar este tipo de disputa<sup>60</sup>, que somente poderia “terminar” depois de um período de tempo mais ou menos prolongado. As indústrias associadas ao capital bancário eram, evidentemente, aquelas que conseguiam sustentar estas disputas por períodos maiores, mas “suportavam” os prejuízos apenas porque estes seriam compensados no futuro, quando a concorrência fosse de fato eliminada.

Outra estratégia dos trustes e cartéis consistia na *repartição dos mercados*, por meio de acordos que implicavam o “respeito” que uns grupos deveriam ter em relação à área de atuação dos demais. Geralmente, acordos deste tipo implicavam também o *cálculo* mais ou menos preciso da quantidade de mercadorias produzidas por cada uma das empresas integrantes do cartel, tendo em vista o tamanho do mercado consumidor a que cada uma tinha “direito” por força do pacto. Neste ponto, como em muitos outros, percebe-se claramente a agudização de uma tendência que também já havia sido apontada por Karl Marx: a contradição entre a racionalidade parcial (ou seja, dentro dos muros de uma empresa capitalista, onde o cálculo e o grau de certeza atingem um grau de aperfeiçoamento sem paralelos na história da produção material) e a irracionalidade total do sistema capitalista.

Nos Estados Unidos, onde o processo de monopolização atingiu o mais alto grau em princípios do século XX, as coisas...

Foram além do limite permitido num “Estado policiado”: recrutamento de bandos de energúmenos chamados a destruir as estradas de ferro, a sabotar e arruinar os oleodutos; incêndios e assassinatos; corrupção, em

---

<sup>60</sup> De acordo com as circunstâncias, os trustes e cartéis conseguem também *sustentar* o nível de preços, evitando uma queda maior em tempos de crise. “Por exemplo, na Alemanha (...), a queda dos preços das mercadorias cartelizadas (que compreendem, aproximadamente, a metade das matérias-primas industriais e os artigos semi-manufaturados) entre janeiro de 1929 e janeiro de 1932, foi somente de 19%, enquanto que a das mercadorias não cartelizadas chegou até a 50%. Um dos efeitos deste fenômeno parece ter sido a característica peculiar desta crise, de que os preços dos bens de produção caíram menos rapidamente do que o dos artigos de consumo” (DOBB, *Economia política e imperialismo*, p. 190).

larga escala, dos funcionários e, notadamente, de corporações inteiras de juízes; colocação de espões nas empresas concorrentes etc.<sup>61</sup>

Sobre a situação dos monopólios na Alemanha, Lênin citou um episódio envolvendo os poderosos sindicatos do cimento, agrupados em torno das diversas regiões do país. Alguns representantes deste setor da indústria procuraram espalhar falsos rumores, na imprensa local, sobre a péssima situação dos negócios. Tinham o objetivo de evitar novos investimentos no setor, garantindo o monopólio das vendas. Mas, quando estes rumores não eram suficientes, os magnatas do cimento não hesitavam em recorrer também ao “procedimento norte-americano de dinamitar a empresa concorrente”.<sup>62</sup>

Os tipos de acordo que indicamos acima se referem, sobretudo, aos conluíus entre as grandes empresas *no interior* das fronteiras de um determinado país. Entretanto, sabe-se que o desenvolvimento do capitalismo monopolista implicava também a celebração de acordos *em âmbito internacional*. Vejamos alguns deles, que interessam pela repercussão sobre os países mais atrasados.

Lênin e Bukharin mencionaram vários acordos internacionais entre empresas que atuavam em regime de oligopólio. Citaram a indústria elétrica como exemplo de acordo entre empresas para repartir o mercado mundial: o truste estadunidense (General Electric Co.) e o truste alemão (A. E. G.) dividiram o mercado da seguinte maneira: o primeiro “recebeu” os mercados dos Estados Unidos e do Canadá; o segundo ficou com Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e a região dos Bálcãs. Acordos semelhantes foram celebrados pelos trustes do petróleo (com cláusulas que permitiam romper o pacto caso fosse aprovada uma legislação que implantasse o monopólio estatal), da marinha mercante (fixação do valor dos fretes), do zinco (sobre a quantidade a ser produzida), do aço, dos automóveis, da indústria química, têxtil, banana, carne, nafta, dinamite e outros.<sup>63</sup> Muitos destes sindicatos patronais já traziam inclusive cunhada a expressão “kartell” para designá-los.

As diferenças entre trustes e cartéis são apenas formais: dizem respeito à *forma* de organização monopolista, mas o seu *conteúdo* é idêntico.<sup>64</sup> O cartel pode ser definido como uma “comunidade de interesses” (Hilferding), que consiste em acordos informais entre empresas para dominar o mercado e sustentar o nível de preços; entretanto, a entrada de uma

<sup>61</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 116.

<sup>62</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 25.

<sup>63</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 68 e seguintes; BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 49 e seguintes.

<sup>64</sup> Cf. BUKHARIN, *op. cit.*, p. 58; HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 193-4 e 199; HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, pp. 136 e 138-9.

empresa no cartel não traz mudanças na sua situação jurídica, e ela permanece *formalmente* independente (não há transferência da sua propriedade, tampouco existe um contrato com força de lei que obrigue as partes a respeitarem o acordo; em alguns casos, o acordo pode ser simplesmente ilegal). O truste, ao contrário, pressupõe a mudança na forma jurídica das empresas que são reunidas: trata-se de uma  *fusão*, se não de todo o capital, ao menos do controle das empresas mediante a compra de ações (o que leva ao desaparecimento completo da autonomia das empresas que antes eram separadas). Nossa preocupação é antes a compreensão do verdadeiro conteúdo da atividade das empresas monopolistas do que as suas diferenças formais, não-essenciais.

## **2. Conflitos entre as diferentes facções burguesas:**

Os acordos celebrados entre as grandes empresas são apenas *um* dos aspectos relacionados com os processos de produção, circulação e distribuição das riquezas, na era do capitalismo monopolista. Necessariamente, estes acordos só podem ser estabelecidos tendo em vista a luta ferrenha pela disputa de poder econômico. Disputas e acordos são, portanto, os dois lados de uma só moeda. Os acordos que levam à formação dos trustes e cartéis representam, simultaneamente, comunidades de interesses envolvendo as grandes corporações capitalistas e disputa entre estas (agora consideradas como um só competidor) e aquelas que não fazem parte do acordo (via de regra, mas não necessariamente, empresas de menor porte). A concentração de poder econômico nas mãos de um número bastante reduzido de capitalistas *facilitava*, como observou Lênin, a celebração de acordos cujo propósito era o de assegurar o controle efetivo sobre os seus respectivos setores: os diversos membros da classe burguesa, antes atomizados e dispersos, se transformam num “capitalista coletivo”.

(...) un puñado de monopolistas subordina las operaciones comerciales e industriales de toda la sociedad capitalista, colocándose em condiciones – por medio de sus relaciones bancarias, de las cuentas corrientes y otras operaciones financieras –, primero, de *conocer con exactitud* la situación de los distintos capitalistas, después, de *controlarlos*, de ejercer influencia sobre ellos mediante la ampliación o la restricción del crédito, facilitándolo o dificultándolo y, finalmente, de *decidir enteramente* su destino, de determinar su rentabilidad, de privarles de

capital o de permitirles acrecentarlo rapidamente y em proporciones inmensas.<sup>65</sup>

É precisamente neste ponto que reside a *dependência* da indústria diante das altas finanças. O progresso técnico alcançado em alguns setores da atividade econômica (mais exatamente, aqueles considerados estratégicos na era dos monopólios, como energia, petróleo, mineração, transportes e comunicação, entre outros), no início do século XX, exigia a prévia formação de uma *poupança* que, em muitos casos, ultrapassava as possibilidades da própria indústria. A exigência de investimentos gigantescos decorria da necessidade de construção de fábricas cada vez maiores, que permitissem a instalação adequada da moderna maquinaria.

Os bancos, como é sabido, cumprem o papel de concentrar os capitais acumulados (e que até então se encontravam dispersos), para colocá-los à disposição dos investidores, por meio de empréstimos. Na fase do capitalismo monopolista, a concentração e centralização do capital bancário permitem a redução deliberada da oferta da mercadoria-capital, fortalecendo em consequência o poder de barganha de seus “ofertantes”. Neste contexto, muitos empresários industriais encontravam-se diante de uma impossibilidade prática: acompanhar o progresso tecnológico e aumentar a escala de produção contando unicamente com o reinvestimento da mais-valia produzida e realizada no ciclo D-M-D’.

Lênin percebeu que, numa situação como esta, “la libertad de movimiento de las sociedades industriales necesitadas de capital bancário se ve restringida”, conduzindo a “una dependencia cada día más completa del capitalista industrial con respecto al banco”.<sup>66</sup> A burguesia financeira, consciente de sua hegemonia no interior do próprio bloco no poder, procurava explorar ao máximo a posição estratégica que ocupava também no processo de acumulação. E explorava em diversas frentes de batalha: podia simplesmente *negar* a concessão de um empréstimo solicitado, com o propósito deliberado de levar a indústria à bancarrota; ou ainda condicionar a concessão de um empréstimo ao cumprimento de algumas cláusulas consideradas “extorsivas” pelo empresário industrial (juros, prazos de pagamento, cláusulas que impunham a obrigatoriedade de comprar equipamentos somente de empresas controladas pelo banco etc.).

Muitas indústrias que não dispunham de um suporte financeiro simplesmente encerraram suas atividades; neste caso, a empresa falida, cujo capital restava depreciado, poderia ser adquirida mediante o pagamento de um preço vil, depois de ser conduzida

---

<sup>65</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 32.

<sup>66</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 38.

deliberadamente à “inanição”.<sup>67</sup> Este tipo de compra mediante uma “oferta hostil”, como define a literatura burguesa, encontrava maiores facilidades justamente nos períodos de crise da atividade industrial, quando grande parte das empresas era colocada numa situação de insolvência (o fato de os banqueiros *conhecerem* a situação financeira de seus clientes ajudava igualmente no sentido de concretizar as pretensões de estender os “tentáculos” do capital financeiro).

Fechava-se desta maneira o “cerco” do capital financeiro aos últimos bastiões da resistência “heróica” de um tipo de capitalista – o capitalista individual, em oposição ao “coletivo” – que estava condenado ao gradual desaparecimento. Neste sentido (como em muitos outros), o prognóstico dos autores marxistas que se dedicaram ao estudo do imperialismo, no início do século XX, revelou-se muito mais correto do que o dos economistas de tendência reformista, especialmente Keynes (que acreditou ingenuamente numa tendência à “eutanasia do rentista”). Parafraseando este economista burguês, pode-se falar mais apropriadamente em “eutanasia do pequeno burguês”, justamente como corolário do *fortalecimento* das condições materiais que permitiram a sobrevivência do capitalista-parasita.

Como observou Lênin, esta assimetria de poder entre as facções burguesas levou muitos comerciantes e industriais a lamentarem o “terrorismo praticado pelos bancos”. O teórico e revolucionário russo concluiu, com ironia, que nesta luta entre o “pequeno” e o “grande” capital, os assim chamados pequenos patrões representavam, na verdade, todo um sindicato de grandes companhias! Com o avanço do processo de concentração-centralização, redefinia-se o próprio conceito de “grande capital” e surgia, a partir da reconfiguração do equilíbrio de forças entre os diferentes grupos econômicos, disputas no interior da própria “camada alta da burguesia”. Esta se redefinia com o avanço do capitalismo monopolista (novos tipos de alianças e também das formas de luta, visando a conquista dos mercados), que conduzia a novas subdivisões da classe burguesa, distribuída em grupos com possibilidades financeiras cada vez mais desiguais. A maior parte das grandes indústrias, no início do século XX, já havia caído sob o controle dos grandes bancos<sup>68</sup>, com seus diretores fazendo parte dos

---

<sup>67</sup> J. A. HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 163.

<sup>68</sup> Poucas indústrias, como a Ford Motors Company, dispunham de recursos próprios para expandir a escala de produção. Seu presidente e fundador, Henry Ford, se sentia aliviado por conseguir escapar da dependência diante do capital financeiro: “Penso que os industriais se metem muito com os bancos e os banqueiros se metem muito com a indústria. O capital tem de vir da fábrica e não do banco (...) Com a finança temos mantido sempre *relações negativas* (...) *somos contra o banqueiro que vê na indústria um melão a talhar*” (H. FORD, *Os princípios da prosperidade*, pp. 115-6. Os itálicos são meus, PFA).



conselhos de administração e decidindo, na prática, todas as questões relativas à sua organização.

Mas é importante também não ignorar que, do ponto de vista da estabilidade do modo de produção capitalista, o antagonismo entre as facções burguesas não foi decisivo, ao contrário da contradição estrutural entre capital e trabalho.<sup>69</sup> Para as pequenas e médias empresas que conseguiam se manter de pé, ainda restava a possibilidade de *acomodar-se* às linhas gerais da política do capital financeiro, buscando tirar proveito de alguns de seus aspectos. A questão do protecionismo, por exemplo, atesta que os *outsiders* e as “empresas combinadas” atuavam da mesma maneira diante da política do Estado imperialista. A luta das pequenas e médias empresas contra os trustes e cartéis transformava-se, aos poucos, no seu contrário, ou seja, na convergência de seus interesses de classe. A partir do momento em que o poder dos monopólios já não podia mais ser colocado em questão pelas camadas inferiores da burguesia, estas passaram a sentir mais claramente (apesar de lamentarem) a necessidade de se adaptarem à nova realidade. Afinal, se as “disputas” intraburguesas seriam mesmo decididas em favor dos monopólios, porque tentar inutilmente combatê-los, quando se poderia tirar proveito da situação, acomodando-se a ela? Os grupos não-monopolistas poderiam, por exemplo, reorientar as atividades de suas empresas, para se tornarem fornecedores de bens e serviços para as grandes companhias.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Os estudos de Poulantzas sobre as classes sociais constituem uma referência teórica que, neste ponto, possuem uma enorme força explicativa: “É indubitável que as contradições internas das frações dominantes, e sua luta interna para ocupar o lugar hegemônico, desempenham um papel secundário em relação à contradição principal (burguesia-proletariado); mas este papel permanece importante. Com efeito, as diversas formas de Estado e formas de regime – Marx já observara em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* – estão marcadas por mudanças de hegemonia *entre as diversas frações burguesas*” (N. POULANTZAS, “Classes sociais e luta de classes”, p. 116. Os itálicos são meus, Pedro Arruda). A propósito, quando afirmo que a passagem da hegemonia da burguesia industrial para a burguesia financeira ocorreu no bojo da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, não estou sugerindo a existência de uma relação mecânica entre as instâncias infra e superestrutural: pode não haver coincidência, como Marx já havia observado, entre poder econômico e poder político (o fenômeno do bonapartismo é um exemplo sempre recorrente: a emergência de um líder que “paira sobre as classes sociais” ocorre sempre em contextos de crises hegemônicas, nas quais o “velho” ainda consegue se manter de pé, enquanto o “novo” não acumulou forças suficientes para se impor diante do conjunto da sociedade, ou melhor, das outras classes sociais).

<sup>70</sup> Sobre esta questão, consultar também R. HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 322-3. É oportuno levar em consideração que a “tendência” de eliminação das pequenas empresas é contra-arrestada por um movimento em sentido contrário, que impede o seu desaparecimento. De fato, podem ocorrer situações em que o tamanho relativamente grande de uma fábrica se torna até mesmo contraproducente, se o investimento em capital fixo, por exemplo, for superior à economia de escala que poderia ser obtida desta maneira. Assim, enquanto em alguns setores (mineração, siderurgia, construção naval, indústria de armamentos, petróleo, estradas de ferro e companhias de navegação, etc.) o monopólio é praticamente inevitável, em outros (embalagens, peças de reposição, alimentação, vestuário etc.) podem ocorrer diversas situações, entre elas a coexistência de pequenas, médias e grandes empresas. Nas palavras de Rosa Luxemburgo: “É absolutamente errôneo imaginar-se que a história das médias empresas capitalistas progride retilineamente no sentido do seu desaparecimento progressivo (...) A luta das empresas médias contra o grande capital não deve ser considerado [sic] como uma batalha regular, com o aniquilamento cada vez mais direto e quantitativo dos exércitos da parte mais fraca, e antes como

## Capítulo IV

### O IMPERIALISMO E AS CRISES

“O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio” (Marx e Engels, *Manifesto do partido comunista*, p. 82).

#### 1. Problemas de superprodução

No sistema capitalista, a superprodução não pode ser entendida a partir do exame das possibilidades de consumo de *valores de uso* da população. Não existe contradição (a não ser aparentemente), por exemplo, entre o fato de grande parte da população de um país sofrer com a fome ou desnutrição, num contexto de superprodução de alimentos. O excesso de produção é sempre relativo, e está relacionado à produção e ao consumo em *suas formas especificamente capitalistas*. É por isso que nem todo indivíduo pode ser considerado consumidor: as necessidades humanas não são necessariamente as mesmas necessidades do processo tautológico de valorização do capital (um valor que valoriza a si mesmo), que faz do indivíduo real uma mera abstração. Nas palavras de Marx: “não se produzem em demasia meios de subsistência em relação à população existente. Pelo contrário. Produzem-se muito poucos para bastar à massa da população de forma decente e humana”.<sup>71</sup> Esta superprodução, sendo relativa, ocorre não porque a sociedade produz mais do que as necessidades do corpo ou da alma, e sim porque produz além das possibilidades de realização da mais-valia produzida. Não se trata, portanto, das condições da produção “em geral”, mas da produção *mercantil* de alimentos ou de qualquer outra mercadoria, que seguem estritamente a lei geral da produção capitalista. “Indivíduo” e “consumidor”, não sendo necessariamente as mesmas coisas, podem opor-se como inimigos neste campo de forças invisível chamado mercado.

No interior dos Estados imperialistas, o extraordinário incremento da riqueza produzida pelas fábricas modernas chocava-se com o ritmo mais lento de crescimento da demanda efetiva. Os dados disponíveis indicam que o aumento da composição orgânica do capital acentuava cada vez mais o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por mercadorias no interior dos países avançados. Diante deste cenário, os trustes e cartéis procuraram celebrar

---

uma ceifa periódica dos pequenos capitais, que sempre tornam a brotar rapidamente para ser [sic] de novo ceifados pela grande indústria” (LUXEMBURGO, *Reforma ou revolução?*, pp. 38-9).

<sup>71</sup> MARX, *O Capital*, III, 1, p. 194.

acordos para fixar o volume de produção das mercadorias, contendo artificialmente o incremento da oferta para sustentar o nível de preços<sup>72</sup>.

Esta alternativa, obviamente, choca-se com a própria lógica da reprodução em escala ampliada: não poderia representar, portanto, outra coisa que não fosse uma *solução temporária* para a desproporção entre a oferta e a procura. Intervenções governamentais de caráter anticíclico (tal como os “remédios keynesianos”), que consistiam em uma alternativa burguesa para ampliar a demanda efetiva no interior do Estado imperialista, demorariam ainda algumas décadas para serem aplicadas de forma generalizada (mais exatamente, somente após a segunda guerra interimperialista). Dentro da correlação de forças existente entre a burguesia e o proletariado dos países imperialistas, era praticamente impossível converter toda a massa populacional em consumidores da produção capitalista. Hilferding, a propósito, observou que desenvolvimento das forças produtivas, num contexto de consolidação de políticas ultra-protecionistas, tendia a esgotar as possibilidades de uma ampliação do consumo: os elevados preços de monopólio reduziam a capacidade de consumo da população, e esta contradição poderia dar ensejo a uma tendência diametralmente oposta (ou seja, uma queda acentuada dos preços das mercadorias).

Mas restava a possibilidade de ampliar o mercado para além das fronteiras da metrópole, desde que se dispusesse dos meios “diplomáticos” necessários. Sendo impossível ampliar o mercado interno, a conquista de *novos* mercados tornava-se cada vez mais inadiável. Seguindo a linha de menor resistência, a política do Estado imperialista (que se confundia com os interesses da oligarquia financeira) consistiu, até a primeira guerra mundial, em anexar territórios e convertê-los em colônias que permitiriam dar vazão ao excedente produzido na metrópole. Enquanto isso ainda era possível, podia-se conter a ameaça de superprodução e, conseqüentemente, de queda dos preços e eclosão de crises econômicas maiores.

Lênin também procurou estabelecer uma relação direta entre o notável incremento das forças produtivas, sobretudo na Alemanha, nos EUA, na Inglaterra e na França, e a tendência à restrição do campo para reinvestimentos produtivos nestes países<sup>73</sup>. Para contornar as dificuldades para a realização da mais-valia, recorria-se cada vez mais aos investimentos não-produtivos – que aprofundavam o caráter parasitário da oligarquia financeira e também

---

<sup>72</sup> Hobson afirmou que decisões como esta revelam o “poder opressor exercido pelo truste sobre a mão-de-obra”, ao deixar que grande parte do capital fixo e também um grande contingente de trabalhadores permaneçam ociosos. (HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, pp. 166 e 193).

<sup>73</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 61.

aceleravam a decomposição do próprio capitalismo – ou então aos investimentos produtivos nas colônias e países economicamente dependentes.

Na análise de Rosa Luxemburgo, é a oposição “capitalismo *versus* formações sociais pré-capitalistas” o que explica o movimento de exportação de capitais (como se não houvesse exportação de capitais também para os países capitalistas mais desenvolvidos). Hilferding, Lênin e Bukharin, acertadamente, apoiaram-se na oposição entre dois tipos de formações sociais *capitalistas*: de um lado, as economias “maduras” com elevada composição orgânica do capital, e de outro as economias “atrasadas” cuja composição orgânica ainda era baixa e que, portanto, ofereciam maior taxa de lucro para os investimentos produtivos. A exportação de capitais deve ser entendida como uma estratégia do capital financeiro que visa tirar o máximo proveito das tendências que contrarrestam a queda da taxa de lucros nos países de capitalismo “maduro”.<sup>74</sup>

Bukharin explicou detalhadamente como estava ocorrendo a mudança na relação entre capital variável e capital constante, e como a parte fixa deste último crescia muito mais rapidamente que sua parte circulante. A exportação de capitais pressupunha uma base econômica bastante desenvolvida, cujas principais características são explicadas da seguinte maneira:

Quanto mais desenvolvido é um país, tanto mais baixa é ali a taxa de lucro, da mesma forma que é mais intensa a “reprodução” do capital e mais violento o processo de eliminação. E, inversamente, quanto mais elevada é a taxa de lucro, mais fraca a composição orgânica do capital, e mais forte a demanda de capital, tanto mais intensa é a sua força de atração.<sup>75</sup>

Bukharin, mais adiante, procurou demonstrar o equívoco da idéia de que o capitalismo pressupõe necessariamente o intercâmbio com formações sociais não-capitalistas:

Não é a impossibilidade de desdobrar uma atividade no país, e sim a busca de uma taxa de lucro mais elevada que constitui a força motriz do capitalismo. A “pletora capitalista” moderna, inclusive, não significa

<sup>74</sup> R. BANFI, “A propósito de ‘El imperialismo’ de Lênin”, p. 92.

<sup>75</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 41 (os itálicos são nossos).

um limite absoluto. Uma taxa de lucro mais baixa expulsa mercadorias e capitais para longe de seu “país de origem”.<sup>76</sup>

A política colonial preparava o terreno para a exportação de capitais e também de mercadorias (atendendo diretamente os interesses do capital financeiro), mas buscava solucionar problemas decorrentes também do lado da *oferta*, e não apenas da demanda. A queda da taxa de lucros poderia ser compensada, como Marx afirmou em *O Capital*, com o aumento da taxa de mais-valia (que mede precisamente o grau de exploração da força de trabalho). Partindo desta premissa, Bukharin notou que a política colonial de sua época permitia intensificar a utilização da força de trabalho, seja mediante o recurso à utilização de uma mão-de-obra mais barata, seja através do prolongamento da jornada. A política colonial, portanto, parte da premissa de que existe uma superprodução de capitais nos países mais desenvolvidos.

O mercado mundial de matérias-primas tornou-se uma questão de fundamental importância para a manutenção do poder econômico dos países imperialistas. Uma análise cuidadosa desta questão faz-se igualmente necessária, pois ela contém algumas indicações importantes que os teóricos do subconsumo tenderam a ignorar. Estes, de fato, privilegiaram o problema da realização da mais-valia (ou seja, a fase  $M'-D'$ ) que, embora importante, só pode ser explicada a partir da exposição de *todas* as fases do ciclo do capital-dinheiro. Bukharin demonstrou que também na primeira fase percorrida pelo capital (D-M) podem surgir algumas dificuldades. Como esta fase decompõe-se em duas (conversão do capital-dinheiro em força de trabalho e também em meios de produção, ou seja, D-T e D-Mp) e estas são cruciais para a determinação do grau de exploração da força de trabalho e da taxa de lucros, conclui-se forçosamente que o controle sobre extensas áreas territoriais torna-se questão de vida e morte para as potências imperialistas. Afinal, as colônias e países dependentes possuem em abundância elementos que se tornaram escassos nos países imperialistas: imensas reservas naturais, que garantem o “fornecimento” de matérias-primas para a moderna indústria, e uma população várias vezes maior do que a da própria metrópole (analisaremos mais detalhadamente estes aspectos no capítulo VII).

A anexação de territórios, portanto, tem a função de resolver simultaneamente os problemas decorrentes da produção (D-M) e da realização ( $M'-D'$ ), num contexto de gestão de sérios desequilíbrios econômicos e de tensões sociais e políticas. O caso da indústria

---

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 76. Na página 87 do mesmo trabalho, Bukharin reforçou seu argumento citando uma passagem do *Capital* de Marx, que igualmente serve para refutar os argumentos de Rosa Luxemburgo.

bélica, neste sentido, revela sem disfarces o verdadeiro caráter da política colonial: de um lado, os gastos do Estado com armamentos e tropas foram absolutamente necessários para levar adiante a política de repartição dos territórios da Ásia, da África e das Américas. De outro lado, comprovam também o fato de que a política do capital financeiro, além de sustentar os enormes lucros destes verdadeiros “senhores da guerra” (mediante a venda de equipamentos pesados), criava as condições para que estes “contribuíssem” para o desenvolvimento destas regiões, mediante empréstimos governamentais e compra a um “preço justo” de suas matérias-primas.

## 2. O parasitismo e a anarquia da produção

Durante os períodos de crise econômica, quando a produção industrial e também a circulação de mercadorias reduziam-se drasticamente, a oligarquia financeira podia lançar mão de um instrumento que possibilitava a obtenção de ganhos enormes: as operações usurárias. Através da emissão de ações e títulos de crédito, os maiores bancos asseguravam a distribuição dos dividendos aos seus acionistas-controladores. O enriquecimento deste pequeno grupo de capitalistas implicava necessariamente enormes perdas para o “público”, que era quem deveria suportar as dificuldades decorrentes da estagnação na esfera da produção material.<sup>77</sup>

Os problemas decorrentes das atividades parasitárias, exercidas pelo capital financeiro, não eram os únicos obstáculos ao crescimento da produção. Nas empresas industriais, a paralisação das máquinas poderia ser deliberadamente estabelecida pelos controladores dos trustes e cartéis, se as circunstâncias os “aconselhassem”. Esta questão chamou a atenção dos economistas marxistas daquele período, que a explicaram da seguinte maneira:

- a) O imperialismo tornava cada vez mais próximo o momento de uma *estagnação da atividade industrial* sem precedentes na história do capitalismo: a eliminação da concorrência *tendia* a enfraquecer o estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que os trustes e cartéis já possuíam o controle de fato sobre a produção e o consumo, tornando contraproducente – e até mesmo desnecessária, em alguns casos – a inovação tecnológica, mediante a introdução de novos meios de produção. Este amplo controle sobre o mercado é o que explica, entre outras coisas, a *possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico*<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 52-3.

<sup>78</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 99. Marx já havia deixado algumas indicações precisas sobre esta questão: “E assim que a formação de capital caísse exclusivamente nas mãos de alguns poucos capitais completados, para os quais a massa de lucro compensa a [queda da] taxa, o fogo vivificador da produção estaria extinto. Ela

Esta constatação não implica a aceitação das versões catastrofistas, como aquela que “prevê” um colapso inevitável do capitalismo. Está, antes de qualquer outra coisa, ligada à necessidade de substituição da dominação burguesa por uma nova forma de organização social: “Y al ver cómo *retrasa* el capitalismo ya hoy, de modo increíble, este desarrollo y cuánto podríamos avanzar sobre la base de la técnica moderna ya lograda, tenemos derecho a decir con la mayor certidumbre que la expropiación de los capitalistas originará inevitablemente un desarrollo gigantesco de las fuerzas productivas de la sociedad humana. Lo que no sabemos *ni podemos* saber es la rapidez con que avanzará este desarrollo” etc.<sup>79</sup>

- b) A exportação de capitais e a ociosidade do setor rentista caminhavam lado a lado, uma vez que o incremento do grau de exploração dos trabalhadores nos países atrasados permitia a melhoria constante do nível de vida da oligarquia financeira e outras camadas da população, inclusive da própria “aristocracia operária”. Na prática, a quantidade de trabalho que os países imperialistas forneciam em troca do trabalho dos países atrasados era muito pequena. Os países imperialistas (sobretudo a Inglaterra, cujo setor industrial havia atingido a “maturidade industrial” muito antes dos demais), procuraram tirar proveito das oportunidades que surgiram nos setores de seguros, empréstimos e transportes marítimos. A renda gerada pelo setor industrial passou a representar uma parcela cada vez menor do produto nacional bruto destes países, não obstante o fato de alguns economistas burgueses (em especial John Maynard Keynes) acreditarem na lenta e gradual “eutanasia do rentista”. A constatação dessa assimetria na divisão internacional do trabalho é a chave que explica inclusive as leis do assim chamado “desenvolvimento desigual e combinado”.
- c) A oposição países exportadores de capitais *versus* países importadores dos mesmos pode também ser definida como uma oposição entre *Estados credores* e *Estados devedores*. Lênin demonstrou que a Inglaterra – justamente a antiga “oficina do mundo” – vinha redefinindo sua forma de inserção na economia mundial, ao procurar obter vantagens comparativas no setor financeiro. Esta tentativa, como se sabe, foi relativamente bem sucedida, e Lênin sugeriu que esta estratégia estava

---

adormeceria” (MARX, *O Capital*, III, 1, pp. 194-5). Hilferding também deu destaque a este tipo de problema, e acrescentou que a queda da taxa de lucros no setor não-monopolista poderia igualmente retardar novos investimentos (HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 225-6). Consultar também HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 167, MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, pp. 113, 119 e 164 e BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, p. 163.

<sup>79</sup> LÊNIN, “El Estado y la revolución”, p. 366.

relacionada com a perda da hegemonia britânica no setor industrial (isto porque, apesar de ter havido um aumento da produção industrial britânica – medida em termos absolutos – sua importância relativa decrescia na razão inversa do aumento das receitas provenientes dos juros obtidos por meio de empréstimos no exterior etc.).

O imperialismo, longe de conduzir ao desaparecimento das contradições da economia capitalista, acentuou-as ainda mais. Isto é válido também para uma característica do processo de acumulação que foi exaustivamente estudada por Marx: o *caráter anárquico da produção de mercadorias*, ou seja, a ausência de planejamento ou controle sobre a produção, a circulação e a distribuição das riquezas. No período de “internacionalização das atividades econômicas”, a anarquia da produção ultrapassou definitivamente as fronteiras dos Estados nacionais e estendeu sua tendência destrutiva também para o mercado mundial.

As crises econômicas de âmbito internacional (que tendem a arrastar, indistintamente, todos os subsistemas econômicos nacionais), o acirramento dos conflitos interimperialistas e a eclosão de guerras foram as conseqüências imediatas desta disputa econômica, cujo critério em última instância reside na força. Cada subsistema econômico nacional desenvolve-se tendo em vista os interesses de seus próprios protagonistas, inexistindo qualquer racionalidade na sua relação com os demais países. Cada país dispõe de fatores econômicos que são reunidos de maneiras diferentes: reservas de matérias-primas, mercado de trabalho, organização do sistema bancário e creditício, grau de desenvolvimento das forças produtivas etc. A economia mundial, como afirmou Bukharin, é “um sistema de economias entrelaçadas pela troca e onde cada qual produz por sua conta e risco”. Portanto, nada mais natural do que entender a guerra como a “lei imanente de uma sociedade chamada a produzir sob a pressão das leis cegas do mercado mundial que se desenvolve caoticamente”.<sup>80</sup> Estas são as razões que explicam a impossibilidade de celebrar acordos interimperialistas definitivos (tal como pretendia Karl Kautsky), que não representam mais do que vãs tentativas de esconder um problema que é absolutamente ineliminável, enquanto forem mantidas as relações de exploração capitalistas.

---

<sup>80</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 107 e 48.



## Capítulo V

### ESTADO E POLÍTICA ECONÔMICA

#### 1. Teoria e prática do sistema protecionista

##### 1.1. A teoria das “vantagens comparativas” e as assimetrias de poder entre as nações.

David Ricardo, em seu clássico *Princípios de Economia Política e Tributação* (publicado pela primeira vez em 1817), elaborou uma teoria do comércio exterior cujos postulados permanecem até hoje – nestes anos de hegemonia neoliberal – como o ponto de partida para a discussão de um tema polêmico: a intervenção do Estado no comércio internacional. Procurando demonstrar a superioridade do sistema de livre comércio, Ricardo pretendia deslegitimar as tentativas de implantação, nos EUA e nos países do continente europeu, de políticas alfandegárias visando dificultar a importação dos produtos manufaturados ingleses, como forma de proteger as indústrias nascentes. O comércio internacional, mesmo nos casos que envolvem a troca de mercadorias produzidas em países com graus diferentes de desenvolvimento econômico – portanto, com indústrias que apresentam diferentes níveis de produtividade – deveria ser regido pelo princípio do *laissez-faire*.

A justificativa de Ricardo seguia a mesma lógica da “mão invisível” de Adam Smith: os recursos produtivos, num sistema que garante a irrestrita liberdade das transações econômicas, podem ser facilmente transferidos de um setor de atividade econômica para outro. Isto se torna muito importante para os capitalistas, que sofrem constantemente a ameaça de queda da taxa de lucros onde seus capitais foram aplicados. Neste caso, havendo liberdade, eles podem transferir sem dificuldades seus capitais para outros setores da economia, que num determinado momento apresentam maior lucratividade. Deste modo, o equilíbrio poderia ser restabelecido pelos próprios agentes econômicos, que são os maiores interessados em manter a rentabilidade dos investimentos que realizam.<sup>81</sup>

O Estado, nestes termos, agiria insensatamente toda vez que tentasse criar incentivos “artificiais” para determinados setores da economia. Como a alocação de recursos produtivos poderia ser efetuada com menos desperdício e maior eficiência pelos próprios investidores,

---

<sup>81</sup> Marx notou que esta suposição de Ricardo – ou seja, a “hipótese de um contínuo afluxo de capital de uma a outra esfera de produção” – pressupõe necessariamente a produção capitalista plenamente desenvolvida (*Teorias sobre a plusvalia*, II, p. 206). Deste modo, para que os capitalistas possam “escolher” livremente o local de investimento de seus capitais, é necessário que existam as *condições objetivas* (tal como uma relativa diferenciação da estrutura produtiva ou um certo aprofundamento da divisão social do trabalho) que vinculam a *intenção do agente* com o *resultado da ação*. Ricardo não levou em consideração que a inexistência de tais condições fora da Inglaterra impedia, na prática, que a classe burguesa dos países atrasados atuasse de acordo com os pressupostos de sua teoria.

levando-se em conta as condições de concorrência num mercado livre de restrições, não caberia ao Estado estimular a criação artificial de indústrias em países onde os custos de produção fossem relativamente elevados:

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, *produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países*, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros.<sup>82</sup>

De acordo com Ricardo, o estímulo mais poderoso que se pode conceder a uma nação, para aumentar a sua riqueza (qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontre), consiste em *concentrar a atividade produtiva naqueles setores que, comparativamente, apresentam os menores custos de produção*. A divisão internacional do trabalho (sobretudo quando se tem em vista a clássica oposição “países industrializados versus países agrícolas”) se justificaria, então, porque um país tido como atrasado poderia *vantajosamente* trocar matérias-primas e produtos agrícolas por produtos manufaturados. A explicação é bastante simples: um país como Portugal, por exemplo, poderia abrir mão de produzir tecidos de lã, pois estes poderiam ser fabricados com menores custos pelas indústrias já instaladas na Inglaterra. Mas Portugal, em contrapartida, possui condições naturais que permitem a fabricação de vinhos de melhor qualidade e com menores custos, em relação à Inglaterra. Nestas condições, será vantajoso para “os portugueses” (ou seja, seus empresários e consumidores), ao invés de tentar *inutilmente* reivindicar medidas protecionistas em favor de sua indústria de tecidos, adquiri-las diretamente dos produtores ingleses, com preços inferiores. A exportação de vinhos portugueses para a Inglaterra, como compensação aos “consumidores” de Portugal, geraria os recursos necessários para importar as manufaturas inglesas.

Se [nós, os ingleses], ao invés de cultivar o nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrirmos um novo mercado do qual possamos abastecer-nos de

---

<sup>82</sup> RICARDO, *Princípios de economia política e tributação*, p. 103 (os itálicos são nossos).

todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão<sup>83</sup> e os lucros aumentarão (...) Num sistema comercial perfeitamente livre, *cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica*. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e *propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico*, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.<sup>84</sup>

O comércio internacional, de acordo com os postulados da teoria ricardiana, seria *sempre* benéfico para os países que dele participam, pois a livre circulação de mercadorias teria demonstrado ser uma poderosa alavanca do crescimento econômico (independentemente do fato de um país especializar-se na produção de matérias-primas ou alimentos). O protecionismo, de acordo com Ricardo e seus discípulos, não levaria em consideração o fato de que seria muito mais vantajoso aproveitar as condições naturais de cada país, a fim de se evitar um dispêndio de capital contrário à racionalidade econômica. Na prática, os investidores deveriam evitar a aplicação de recursos produtivos nos países ou regiões menos adaptados à produção de determinadas mercadorias, para evitar um esforço que, do seu ponto de vista, restaria inteiramente infrutífero.

Ricardo entendia ser contraproducente, num sistema de liberdade econômica, insistir em alterar os termos do comércio internacional, resultado em grande parte de condições naturais, quando se podem obter maiores vantagens na troca de mercadorias produzidas com “vantagens comparativas”. As políticas protecionistas, que restringem o comércio mundial,

---

<sup>83</sup> Acrescento [Pedro Arruda] que se trata de uma diminuição *relativa* dos salários, o que corresponde na teoria marxista a uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens de consumo da classe trabalhadora. Isto não significa necessariamente uma redução da quantidade de mercadorias que os trabalhadores podem comprar com seu salário, apesar do aumento da mais-valia apropriada pelos capitalistas.

<sup>84</sup> *Ibid.* pp. 103-4.

teriam como conseqüência inevitável a produção de mercadorias caras e de má qualidade: “Se Portugal não tivesse nenhuma ligação comercial com outros países, em vez de empregar grande parte de seu capital e de seu esforço na produção de vinhos, com os quais importa, para seu uso, tecidos e ferramentas de outros países, seria obrigado a empregar parte daquele capital na fabricação de tais mercadorias, *com resultados provavelmente inferiores em qualidade e em quantidade*”.<sup>85</sup> Neste caso, o tempo de trabalho que seria gasto para produzir tecidos e ferramentas em Portugal seria muito maior do que o verificado na Inglaterra, razão pela qual seria mais vantajoso para o primeiro produzir vinhos de qualidade com menos tempo de trabalho. Ricardo admitiu inclusive a hipótese de que poderia ser mais vantajoso para um país agrícola continuar importando produtos manufaturados, mesmo que estes fossem produzidos *com mais tempo de trabalho* no país exportador:

Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será portanto vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. *Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra*. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter *mais* tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.<sup>86</sup>

Ricardo, um notório defensor da burguesia industrial inglesa, empenhou todas as suas energias intelectuais para justificar a divisão internacional do trabalho que existia na época. Na prática, a manutenção dos termos de intercâmbio representava a garantia da hegemonia econômica da Inglaterra (que deste modo poderia justificar sua condição de “oficina do mundo”) e a persistência do atraso econômico relativo dos outros países.<sup>87</sup> Seus argumentos

---

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>86</sup> *Ibid.*, pp. 104-5.

<sup>87</sup> Embora o autor tenha admitido, numa passagem, que o comércio internacional *pudesse* “ser menos benéfico para a colônia e mais vantajoso para a metrópole do que um comércio perfeitamente livre” (*ibid.*, p. 232), traz implícita a idéia de que este problema decorre tão-somente da intervenção de fatores estranhos à economia. Ora,

não tinham fundamento empírico ou histórico: ao contrário, eram todos elaborados a partir do método lógico-dedutivo, fazendo tábua rasa do desenvolvimento real do modo de produção capitalista.

Mas, ainda que fosse possível reconhecer a validade de seu método e estender suas conclusões para o plano das relações políticas, uma outra objeção pode e deve ser levantada contra o seu mais conhecido trabalho. Não é possível ignorar, apesar da dissimulação, o fato de que Ricardo deliberadamente “ajustou” as premissas de sua teoria ao seu próprio compromisso de classe.<sup>88</sup> E o fez de duas maneiras: primeiro, ao considerar que o modo de produção capitalista constitui a forma eterna e imutável da produção de riquezas, fazendo abstração dos métodos violentos e extra-econômicos que explicam não apenas a sua gênese, mas a própria situação hegemônica da Inglaterra; segundo, por ter projetado *também para o futuro* as mesmas condições que, numa perspectiva dialética, podemos encarar como a manifestação de relações que eram (e continuam sendo) determinadas social e historicamente.

Sub-repticiamente, a teoria de Ricardo sustenta a crença na inevitabilidade de determinadas relações, não apenas econômicas, mas também políticas e sociais. Na verdade, o comprometimento ideológico, que permeia toda a obra – e também a própria vida – de Ricardo, era duplamente determinado, uma vez que ele assumia o ponto de vista tanto de uma classe quanto de uma nação. De fato, o economista inglês não admitiu a possibilidade de converter os países produtores de matérias-primas e gêneros agrícolas em produtores de máquinas, equipamentos ou bens de consumo duráveis. Ricardo costumava interromper suas explicações sem cogitar as virtualidades do processo de industrialização nos países atrasados, um silêncio bastante conveniente para os imperialistas britânicos. A seqüência de seu raciocínio costumava ser interrompida antes mesmo de atingir seu termo lógico (mais precisamente, quando a sua continuidade pudesse representar uma ameaça aos interesses dos industriais britânicos, e isto o autor obviamente não poderia admitir).

---

este tipo de “crítica” da *regulamentação* do comércio colonial – e não do colonialismo em si mesmo – apenas escamoteia os interesses industrialistas ingleses diante das outras metrópoles (o *free trade*, sem dúvida, favorecia muito mais a Inglaterra do que os seus competidores diretos) e também diante dos países politicamente livres, mas economicamente dependentes.

<sup>88</sup> A observação feita por Paul Singer na apresentação à edição brasileira do trabalho de David Ricardo é extremamente apropriada: “A economia política é uma ciência social que se originou e desenvolveu tendo por objeto sociedades de classe, em que se contrapõem não somente os interesses econômicos das diferentes classes, mas também e sobretudo o modo de cada uma encarar a própria realidade social e econômica. Nessas condições, os problemas fundamentais de que trata esta ciência não têm solução unívoca, dada pela dedução lógica ou pela comprovação empírica. Cada problema é ‘resolvido’ de diferentes maneiras, correspondentes a diferentes concepções globais da História, derivadas, em última análise, dos interesses históricos de classes sociais que fundamentam projetos alternativos de organização sócio-econômica” (SINGER, “Apresentação”, pp. VII-VIII).

Ele não explicou, por exemplo, porque Portugal não poderia (de acordo com a hipótese acima) produzir vinhos *e também tecidos* e depois trocá-los por *outros* produtos fabricados na Inglaterra. O autor poderia aventar ainda uma outra possibilidade, que seria a de Portugal trocar vinhos por manufaturas produzidas em *outro* país, que não fosse a “oficina do mundo”: se Portugal, em tese, poderia produzir manufaturas com custos menores que os das fábricas inglesas (hipótese admitida pelo autor, como vimos acima), outro país também o poderia, mas aqui Ricardo apenas substituiu o protecionismo tarifário por uma espécie de “protecionismo ideológico”, estendendo para o mundo das idéias o monopólio britânico sobre a produção industrial.

Ricardo tentou justificar a manutenção dos termos de intercâmbio, afirmando que Portugal poderia obter mais tecido *da Inglaterra*, o que pode ser verdadeiro. Mas esta hipótese é apenas *uma* dentre outras possíveis, pois devemos considerar que o autor deixou de considerar algo muito importante: o fato de que, *se os tecidos fossem produzidos em Portugal, como consequência de um esforço substitutivo de importações* – que poderia reproduzir num patamar ainda mais elevado as relações de dominação burguesas –, uma quantidade ainda maior destas mercadorias poderia ser comprada pelos consumidores locais. Por que, então, comprá-las justamente dos fabricantes ingleses, se o intercâmbio poderia ser realizado dentro do próprio país, contando-se inclusive com vantagens como redução de custos com transporte etc.? O autor supõe que, neste caso, a vantagem obtida por Portugal seria apenas aparente, “pois a produção conjunta de tecidos e vinho nesse país teria diminuído”,<sup>89</sup> mas não consegue explicar porque, podendo produzir vinhos e tecidos melhores e mais baratos, acabaria produzindo-os em menor quantidade. Fica realmente difícil acreditar que os fabricantes ingleses estivessem dispostos a aceitar os termos de um intercâmbio no qual “entregariam o produto do trabalho de 100 homens em troca do produto do trabalho de 80”.<sup>90</sup> Se isto de fato ocorresse, seria óbvio que os fabricantes ingleses se sentiriam prejudicados.

Mais sintomático ainda do *caráter ideológico* de sua teoria das vantagens comparativas foi o silêncio mantido pelo autor no que diz respeito ao aspecto mais importante do comércio entre Inglaterra e Portugal:

<sup>89</sup> RICARDO, *Princípios de economia política e tributação*, p. 107. É sintomático de sua opção de classe a tentativa de confundir o leitor com a escolha de alguns argumentos que poderiam servir de objeção à sua teoria, para depois refutá-los. Exemplo: “Em tais condições, seria indubitavelmente vantajoso *para os capitalistas da Inglaterra* e para os consumidores de ambos os países, que o vinho e o tecido fossem feitos em Portugal, transferindo-se para lá o capital e o trabalho empregados na Inglaterra na fabricação de tecidos” (*Ibid*, p. 105). Além de insistir nas “vantagens para o consumidor português”, desta vez o autor simplesmente fez desaparecer os capitalistas portugueses. Por que o controle das atividades manufatureiras em Portugal seria exercido pelos empresários ingleses? O capital acumulado na vinicultura não poderia ser canalizado para a manufatura de tecidos?

<sup>90</sup> Cf. *ibid*, p. 105. Aqui, o autor parece ter jogado até mesmo a teoria do valor-trabalho na lata do lixo.

O enorme e crônico *déficit* criado por este tipo de divisão internacional do trabalho no balanço de pagamentos português fez com que o ouro brasileiro (por volta de 1700-1760) escoasse inteiramente de Portugal e fosse dirigido na sua maior parte para a Inglaterra, onde, dadas as condições diferentes, contribuiu para a industrialização deste país muito mais do que em Portugal, cujo setor manufatureiro havia sido sacrificado para a produção de vinho.<sup>91</sup>

Apesar das contradições existentes na teoria ricardiana das vantagens comparativas, é inegável que ela foi e continua sendo um poderoso instrumento de ação política para os partidários do liberalismo econômico. Sua difusão, aceitação e aplicação puderam ser notadas inclusive em formações sociais capitalistas retardatárias, como atesta a história do pensamento político e econômico brasileiro, que analisarei no capítulo XI. Antes, porém, comentarei o movimento de reação à doutrina das vantagens comparativas, a partir dos argumentos de um de seus principais críticos burgueses no século XIX.

### 1.2. A “via prussiana” e a ideologia do protecionismo: nacionalismo e dominação burguesa no pensamento de Friedrich List.

Na Alemanha, foi Friedrich List quem mais vigorosamente combateu os postulados da teoria ricardiana do comércio internacional. Procurando refutar os argumentos favoráveis ao livre cambismo, o autor afirmou que Adam Smith e seus discípulos (incluindo David Ricardo) cometeram um grande equívoco, por “não terem percebido” que somente a intervenção estatal poderia estimular a superação do atraso nos países não-industrializados. Nas relações econômicas entre países com níveis de desenvolvimento desigual, os mais atrasados *jamais conseguiriam atingir uma força manufatureira própria perfeitamente desenvolvida, nem poderiam conseguir sua independência nacional completa, se não recorressem ao sistema protecionista.*<sup>92</sup>

Ao contrário de Ricardo (cuja teoria permaneceu no plano lógico-dedutivo), List apoiou-se na *história* do comércio internacional para comprovar a ineficácia da “mão invisível”, destacando os prejuízos que sua aplicação vinha trazendo para os países menos industrializados. Crítico feroz do sistema defendido pelos economistas britânicos, que só foi adotado *depois* de consolidada a hegemonia daquela nação, o “pai” do protecionismo alemão

<sup>91</sup> Sandro Sideri, citado por A. G. FRANK, *Acumulação dependente e desenvolvimento*, p. 126.

<sup>92</sup> LIST, *Sistema nacional de economia política*, p. 213.

afirmou que os acordos de livre comércio, que alguns países haviam celebrado com o governo britânico, resultaram no aumento da desigualdade entre as nações: enquanto a Inglaterra beneficiava-se da compra de matérias-primas e alimentos a preços vis, os demais países eram *obrigados* a comprar os produtos manufaturados ingleses a preços de monopólio. Foi este o resultado, por exemplo, da celebração dos Tratados de Methuen e Eden:

“Portugal e França, em decorrência desses tratados, renunciaram, em favor da Inglaterra, ao progresso que já haviam feito na atividade manufatureira, *renunciando também ao progresso que poderiam fazer no futuro*, na esperança de poderem assim aumentar suas exportações de produtos naturais à Inglaterra; que, portanto, em decorrência dos tratados mencionados, aqueles dois países tiveram uma baixa em seu desenvolvimento industrial. Disso, porém, segue apenas que *uma nação age insensatamente ao sacrificar sua força manufatureira à concorrência estrangeira por meio de tratados comerciais, e com isso obriga-se a permanecer sempre dependente de um estágio puramente agrícola*”.<sup>93</sup>

List afirmou que a hegemonia britânica, presente em todos os níveis da atividade econômica (incluindo a indústria, o comércio, o sistema de transportes e até mesmo as ciências e as artes), havia sido conquistada através de políticas estatais que estavam em flagrante contradição com a retórica de sua classe dirigente. O domínio britânico não possuía nada de “natural”: ele foi o resultado de políticas alfandegárias conscientes, guerras de conquistas, fraudes e violações sistemáticas aos princípios de liberdade econômica e política (imposição de tratados mediante ameaças de agressão etc.).<sup>94</sup> Para comprovar sua tese, List enumerou algumas “máximas ou princípios que permitiram à Inglaterra alcançar a grandeza que hoje tem”: “importar somente matérias-primas e produtos agrícolas, e exportar somente bens manufaturados” (...) “direcionar todo o excedente de forças produtivas para a colonização e para subjugar povos incivilizados” (...) “reservar exclusivamente à nação-mãe o fornecimento de manufaturados às colônias e aos países dominados, e em troca receber, em termos preferenciais, suas matérias-primas e sobretudo seus produtos coloniais; (...) “estabelecer uma supremacia naval e, por meio desta, ampliar o comércio exterior, e aumentar

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 217.

<sup>94</sup> Consultar também FRANK, *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, p. 124.



continuamente seus domínios coloniais”; (...) “celebrar acordos ou fazer concessões econômicas somente se a vantagem estiver do lado da Inglaterra”; (...) não abrir mão da guerra e do contrabando, quando forem necessários; (...) “Dissimular a verdadeira política da Inglaterra sob o manto das expressões e argumentos cosmopolíticos de Adam Smith, a fim de induzir outras nações a não imitarem a política que a Inglaterra sempre seguiu na realidade”.<sup>95</sup>

O economista alemão procurou contestar, um a um, todos os principais argumentos da teoria clássica sobre o comércio internacional. Acusou duramente os economistas, homens de negócios e representantes do governo britânico de astutos e mentirosos, que insistiam em expor argumentos falsos e inconsistentes para proteger os seus próprios interesses. List utilizou uma metáfora para exprimir sua repulsa aos métodos empregados pelos ingleses: “Quando alguém conseguiu atingir o ponto máximo de grandeza, é muito comum recorrer ele a um artifício astuto: atira para longe a escada que lhe permitiu subir, para que outros não a usem para subir atrás dele”. Foi exatamente esta a estratégia adotada pelos ingleses: a industrialização e o domínio do comércio mundial foram alcançados, respectivamente, mediante a utilização de tarifas alfandegárias protecionistas e restrições à navegação estrangeira; depois de atingido este domínio, “nada melhor e mais sábio pode fazer do que atirar para longe essas escadas que serviram para construir sua própria grandeza, apregoar às outras nações as vantagens e benefícios do livre comércio, e declarar, em tons penitentes, que até aqui andou por caminhos errados, e só agora, pela primeira vez, conseguiu descobrir a verdade”.<sup>96</sup>

A “heresia” de Friedrich List foi violentamente combatida pelos defensores do *laissez-faire*, que o acusaram de “tentar convencer as pessoas que Adam Smith era estúpido, e Ricardo ignorante”.<sup>97</sup> Mas o notável incremento da produção industrial alemã, mediante a criação do *Zollverein* (a união aduaneira dos Estados alemães, antes mesmo do processo de unificação política da nação), deu grande notoriedade ao economista alemão. Afinal, esta idéia – “que seria a base da formação econômica da futura nação alemã” – havia sido proposta justamente por List, através da publicação de uma série de artigos na imprensa do país.<sup>98</sup> Gradualmente, as idéias de List foram superando as resistências no interior dos próprios Estados alemães, até tornarem-se (alguns anos após seu suicídio, ocorrido em 1846) a própria “arma da crítica” dos industrialistas alemães. A rápida conversão da economia alemã – que, num intervalo relativamente curto, saltou de um estágio predominantemente agrícola para o

<sup>95</sup> LIST, *Sistema nacional de economia política*, pp. 248-9.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 249.

<sup>97</sup> Cf. SINGER, “Apresentação”, p. XII.

<sup>98</sup> Cf. *ibid.*, p. X.

capitalismo monopolista, como veremos – foi a base que tornou possível a afirmação de uma política externa agressiva, sob hegemonia dos seus magnatas das indústrias e das finanças. As tarifas protecionistas, que deveriam ser transitórias – pois teriam que ser abolidas assim que tivessem cumprido a sua função “educativa” –, acabaram se tornando uma verdadeira “mania” entre as potências imperialistas, como afirmou Engels.

\*\*\*

A questão do protecionismo conduz à indagação de um aspecto aparentemente contraditório do processo de acumulação. De um lado, o desenvolvimento das forças produtivas havia gerado um intenso movimento de exportação de mercadorias, que culminou num surto de exportação de capitais para praticamente todos os países do mundo. Mas, de outro lado, os mesmos trustes e cartéis – que tendiam a ampliar sua esfera de influência para além das fronteiras nacionais – lutavam com unhas e dentes na defesa de barreiras alfandegárias que *limitavam* aquele mesmo movimento<sup>99</sup>. A defesa da “indústria nacional”, por meio de tarifas alfandegárias – fenômeno descrito por Giovanni Arrighi como o *fechamento das economias nacionais em seus iglus* – representa justamente uma contratendência ao processo de internacionalização da economia capitalista.

A expressão “capitalismo concorrencial” foi amplamente utilizada para descrever as características da fase inicial do capitalismo (da Revolução Industrial até as décadas de 1860/70, aproximadamente). Entretanto, é preciso não perder de vista que tal expressão foi utilizada pela literatura econômica com uma certa dose de flexibilidade. Outros tipos de monopólio podem ser identificados, dependendo do recorte operado pelo cientista social no estudo do modo de produção capitalista:

- a) O “monopólio” pode ser considerado, num sentido diferente daquele amplamente utilizado, como uma condição para a *emergência* do capitalismo, e não a característica de uma fase determinada de seu desenvolvimento. Trata-se, neste caso, de um tipo bem específico de monopólio: o *monopólio da propriedade privada dos meios de produção*, como observou Marx. A identificação deste problema é parte essencial da perspectiva crítica, na luta pela substituição do sistema econômico capitalista pelo “governo dos produtores livremente associados”;

---

<sup>99</sup> Cf. BUKHARIN, *A economia mundial*, capítulo IV; HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 157.

- b) Ainda que ignorássemos o monopólio dos meios de produção (sintoma de todas as vertentes do pensamento econômico burguês), a expressão “capitalismo concorrencial” não deixaria de apresentar alguns problemas de natureza metodológica. Este foi, afinal, o período de existência de um dos mais poderosos monopólios da história do capitalismo: o *monopólio britânico do mercado mundial*, que Lênin considerou com muita propriedade, no início do capítulo IV de seu *Imperialismo*.
- c) Em último (mas não derradeiro) lugar, deve-se apontar que também o emprego da expressão *monopólios*, para designar os trustes e os cartéis, só pode ser feito quando se tem consciência de que neste caso trata-se, mais exatamente, de *oligopólios*. A constatação da existência e a análise das diferentes formas de monopólio estão diretamente ligadas a determinadas concepções de mundo, que recusam a paisagem retratada pela economia política burguesa. A história econômica pode ser analisada sob diferentes perspectivas, sendo que estas estão ligadas, via de regra, à questão dos interesses de uma ou outra classe social.

Tendo em vista estas advertências, esclareço que estarei utilizando as expressões “capitalismo monopolista” e “monopólios”, seguindo a tradição marxista do século XX, sempre que me referir à concorrência ou aos acordos entre um *número reduzido de grandes empresas*; não se trata, portanto, de uma situação caracterizada pelo controle da produção por apenas uma empresa. Deve-se igualmente levar em consideração a validade da expressão “capitalismo concorrencial”, cuja força explicativa reside no fato de apontar as linhas gerais de um período histórico em que havia uma concorrência entre muitas empresas com tamanho reduzido (a assim chamada “concorrência perfeita” só existiu nos manuais de economia política burguesa).

O protecionismo não criou, mas favoreceu, a concentração econômica em torno de um número reduzido de grandes empresas (ver capítulo 02). Ao mesmo tempo, permitiu a “desconstrução” do monopólio britânico sobre a economia mundial, ao permitir que países de desenvolvimento capitalista retardatário pudessem saltar algumas etapas do desenvolvimento que caracterizaram as “vias clássicas” de revolução burguesa. Os principais setores da indústria estadunidense e alemã tinham alcançado, em vésperas da primeira guerra mundial, um grau de concentração maior do que o alcançado pelas indústrias britânicas. Os principais defensores da política imperialista – a oligarquia financeira e os magnatas da indústria – tinham consciência de que o poder de suas empresas estava diretamente relacionado à correlação de forças entre os Estados imperiais, e que qualquer modificação neste sentido,

como a que assinalou o fim da hegemonia britânica, resultaria numa alteração no próprio jogo de poder entre os trustes e cartéis dos diferentes países.

O Estado imperial britânico procurou reagir, diante do crescimento econômico vertiginoso da Alemanha e dos Estados Unidos. A “mania dos direitos protecionistas”, segundo a expressão de Engels, provocou uma mudança de atitude dos imperialistas britânicos, que se sentiram compelidos a admitir a introdução de tarifas alfandegárias cada vez maiores:

Cidadela do livre-câmbio, a Inglaterra atravessa um período de transformação. Tornam-se cada vez mais altas e imperiosas as vozes que exigem a “reforma aduaneira”, a substituição do *free trade* (livre-câmbio) pelo *fair trade* (justo câmbio), isto é, pelo sistema protecionista.<sup>100</sup>

Numa das conferências imperiais, um defensor do protecionismo britânico afirmou que “somente um pensador de segunda categoria poderia, hoje, manifestar-se a favor do livre-câmbio e ser, ao mesmo tempo, otimista em relação à sorte da Inglaterra”.<sup>101</sup> A polêmica em torno da oposição livre comércio *versus* protecionismo deixou de revestir aquela aparência dogmática (tal como fora apresentada por Adam Smith e David Ricardo) e tornou-se cada vez mais pragmática, tendo em vista a disputa econômica em âmbito mundial.

Lênin, percebendo a mudança de atitude dos economistas burgueses e dos homens de negócios, notou que, na era das gigantescas empresas combinadas, as diferenças entre as taxas protecionistas já não podiam mesmo ser consideradas diferenças essenciais.<sup>102</sup> De fato, o debate nos círculos burgueses em torno da elevação das tarifas alfandegárias tendia a ocultar justamente aquela que foi considerada por Lênin a principal característica desta etapa do capitalismo: a concentração da produção e o aparecimento dos monopólios, um problema que os representantes do capitalismo procuravam ignorar, guardando neste aspecto o mais completo silêncio. Além disso, o “nacionalismo econômico” dos magnatas da indústria tendia a fazer tábua rasa das graves tensões sociais e das lutas de classes no interior do Estado imperialista.

---

<sup>100</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 69-70; consultar também M. DOBB, *Economia política e capitalismo*, p. 182.

<sup>101</sup> Cf. BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 70.

<sup>102</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 16-7.

Outro aspecto desta questão que a ideologia burguesa ignorou, de maneira deliberada e sistemática, foi o fato de que o próprio “caráter” do protecionismo havia se transformado. Friedrich List, um dos mais influentes economistas alemães da época, procurou justificar a aplicação de tarifas alfandegárias com caráter “educativo”, visando preparar a classe industrial de seu país para competir em condições de igualdade com a indústria da Grã-Bretanha. Ele foi, de fato, *apenas um* dentre muitos outros representantes de uma classe industrial que se sentia prejudicada com a assimetria de poder econômico que favorecia os industriais britânicos.<sup>103</sup> A idéia de utilizar a política do Estado como instrumento de *defesa* diante das mercadorias importadas, melhores e mais baratas, seduziu os industriais e até mesmo setores da classe trabalhadora dos países menos industrializados. Quando alguns destes países, sobretudo a Alemanha e os Estados Unidos, lograram superar o atraso econômico relativo (chegando mesmo a ultrapassar a produção industrial da Inglaterra)<sup>104</sup>, seria de esperar que as tarifas alfandegárias fossem eliminadas, já que teriam cumprido a sua função “educativa” (essas tarifas seriam, por definição, *transitórias*). Mas, como se sabe, isto não aconteceu: os maiores beneficiados pelo protecionismo agora defendiam a sua *manutenção*, mas já não mais como um instrumento de defesa diante da concorrência estrangeira, e sim como *instrumento de ataque* contra os Estados e empresas monopolistas rivais. Nas palavras de Bukharin:

O caráter dessa política modificou-se inteiramente. Se os antigos direitos aduaneiros tinham um objetivo defensivo, o mesmo não acontece com os direitos atuais, que têm um objetivo ofensivo. Se antes visavam-se aos artigos cuja fabricação no país era ainda tão pouco

<sup>103</sup> São diversas as passagens, ao longo do seu mais conhecido trabalho, nas quais o economista alemão invocou os sentimentos antibritânicos, para isolar o seu corpo diplomático e anular a enorme influência que ele vinha exercendo sobre os outros países. Cito literalmente duas destas passagens: “Neste momento, a única coisa que todos [os países] juntos têm a temer é a concorrência preponderante da Inglaterra” (LIST, *Sistema nacional de economia política*, p. 218); “[não] desejamos que a Inglaterra construa um domínio universal sobre as ruínas das demais nações” (*ibid.*, p. 247). O esforço de List não foi em vão: “todas as suas idéias, orientadas para a nação alemã, poderiam ser transformadas num sistema coerente de validade para qualquer nação, com o que ele teria criado – sem saber – uma teoria básica transcendental, explicativa e operacional do *processo de indução ao desenvolvimento das nações economicamente atrasadas*” (Cristovam BUARQUE, “Apresentação”, p. XV; os itálicos são nossos). Apesar de List e Ricardo divergirem profundamente, deve-se reconhecer que cada um representou, à sua maneira, os interesses da burguesia industrial de seu respectivo país.

<sup>104</sup> “Em 1870, o Reino Unido detinha 31,8% da produção industrial de todo mundo, sendo seguido com 23,3% pelos Estados Unidos, com 13,2% pela Alemanha e com 10,3% pela França. No período 1896/1900, o primeiro lugar já era ocupado pelos Estados Unidos com 30,1%, estando o Reino Unido em segundo com 19,5%, a Alemanha em terceiro com 16,6% e a França em quarto com 7,1%. A queda relativa da Grã-Bretanha se acentua mais com o passar do tempo. Ainda antes da Primeira Guerra Mundial, em 1913, ela cai para o terceiro lugar com 14%, superada tanto pelos Estados Unidos, com 35,8% como pela Alemanha com 15,7%” (SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, p. 371).

desenvolvida que não suportava a concorrência no mercado mundial, hoje, ao contrário, “protegem-se” precisamente os ramos industriais mais aptos para sustentar a concorrência.<sup>105</sup>

O protecionismo colocado em prática na fase do capitalismo monopolista de Estado permitiu que os trustes e cartéis exercessem um controle quase absoluto sobre a produção e o consumo nos seus países de origem. O alijamento da concorrência, por métodos extraeconômicos, garantiu àquelas empresas a obtenção de uma quantidade de *lucros de monopólio* que foram a base para sua expansão rumo aos mercados externos.

O “protecionismo superior” de nossos dias é apenas a fórmula estatal da política econômica dos cartéis. Os direitos alfandegários modernos são direitos de cartéis, um meio para que adquiram lucro suplementar. Pois se, no mercado externo [sic: trata-se do mercado *interno*], a concorrência é eliminada – ou reduzida ao mínimo – os “produtores” podem elevar os preços em toda a margem deixada pelos direitos aduaneiros. Ora, esse lucro suplementar dá a possibilidade de escoar as mercadorias, no mercado externo, a preços inferiores aos preços de custo, a “preços vis”. Assim se estrutura a política de exportação específica dos cartéis (*dumping*). Assim se explica o fato, estranho à primeira vista, de os direitos aduaneiros modernos “protegerem” a indústria de exportação.<sup>106</sup>

De instrumento de defesa dos fracos, o protecionismo se converteu numa arma de destruição que os mais fortes passaram a utilizar para aniquilar a concorrência<sup>107</sup>. O *dumping* equívale, como demonstrou Bukharin, a um *prêmio de exportação na luta pelos mercados*,

<sup>105</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 67.

<sup>106</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 68.

<sup>107</sup> Uma leitura atenta do trabalho de Friedrich List pode fornecer informações que revelam o verdadeiro caráter da primeira fase da política protecionista: A Alemanha “encontrará colônias, executando com seus próprios meios seu comércio colonial. Com efeito, uma União de Estados englobando 35 milhões de habitantes (...) poderá facilmente dispor anualmente de 200 ou 300 mil cidadãos instruídos e bem formados que procurarão fortuna em países estrangeiros, cidadãos que podem estabelecer-se em qualquer lugar e constituir um lar onde quer que haja terra a cultivar – está *chamada pela própria Natureza a posicionar-se na primeira categoria das nações colonizadoras e difusoras da civilização*” (LIST, *Sistema nacional de economia política*, p. 271). Portanto, quando analisamos esta questão de uma perspectiva histórica, constatamos que as tarifas não poderiam ser apenas “educativas”: estavam condenadas a permanecerem indefinidamente, como desdobramento lógico das contradições geradas pelo seu próprio movimento.

pois são justamente os elevados preços internos que permitem a redução do preço de venda das mercadorias nos países atrasados, onde a concorrência entre os cartéis é mais intensa.<sup>108</sup> Esta contradição entre o caráter progressista das forças produtivas e a lógica destrutiva do capitalismo monopolista de Estado estava na raiz da *decomposição do próprio sistema capitalista*, acelerada pela disputa cada vez mais feroz entre os Estados burgueses.

O domínio dos mercados, uma vez consolidado, afetava *negativamente* o próprio ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Em última instância, os preços internos das mercadorias poderiam ser elevados até o ponto “permitido” pelo nível das tarifas (que, juntamente com os custos de transporte, representam a diferença dos custos de produção entre as mercadorias produzidas internamente e as importadas, pressupondo um mesmo grau de produtividade do trabalho). Portanto, quanto maior o nível das tarifas, maior a margem deixada aos trustes e cartéis para fixar preços *acima* dos custos de produção. Se os custos de produção representam o preço de custo acrescido do lucro *médio*<sup>109</sup>, então fica evidente que a obtenção de lucros muito acima da média (que seriam obtidos num contexto de concorrência entre empresas pequenas e não-combinadas) implicava necessariamente uma espécie de socialização dos prejuízos, pois eram justamente os consumidores que deveriam suportar o ônus decorrente da elevação dos preços. O elevado preço de cartel, portanto, já estava impondo certos limites à expansão do mercado interno. Este problema, que obviamente preocupava a oligarquia financeira, só poderia ser compensado mediante a expansão das vendas para o mercado externo, “para poder prosseguir a produção na mesma escala ou, se possível, em escala maior”.<sup>110</sup> Numa situação como esta, em que a competição tendia a ser eliminada na prática, o próprio interesse da oligarquia financeira pelo desenvolvimento das forças produtivas poderia ser comprometido:

Protecionismo significa restrição do espaço econômico e, com isso, tolhimento do desenvolvimento das forças produtivas, já que diminui a amplitude das empresas industriais, dificulta a especialização e, finalmente, impede aquela divisão internacional do trabalho que faz com que o capital se dirija para aqueles ramos da produção para os quais o país correspondente possui as condições prévias mais favoráveis.<sup>111</sup>

<sup>108</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 71, 115-7 e 133.

<sup>109</sup> Cf. HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 96.

<sup>110</sup> *Ibid.*, pp. 290 e 305.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 294.

Hilferding afirmou, com muita propriedade, que o livre comércio (que constituiu o mais forte estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas durante a fase do assim chamado capitalismo concorrencial) havia se tornado “nocivo e supérfluo para o capital” na era do capitalismo monopolista de Estado. A tendência à *paralisação da produtividade*, gerada pelo protecionismo moderno, já não poderia ser detida pelo retorno ao livre comércio, mas pelo agravamento das contradições específicas daquela etapa de desenvolvimento.<sup>112</sup> A “mania dos direitos protecionistas”, de fato, só contribuía para recolocar as contradições do processo de acumulação num patamar ainda mais elevado.

## 2. O Estado e a crise do Parlamentarismo

“São as instituições democráticas, nessa sociedade [capitalista], pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante. É o que se manifesta de modo tangível no fato de serem as próprias formas democráticas *sacrificadas pela burguesia e por sua representação de Estado*, do momento em que a democracia tenda a negar o seu caráter de classe e a transformar-se em instrumento dos verdadeiros interesses do povo (...) Não se pode estabelecer, entre o desenvolvimento capitalista e a democracia, qualquer relação geral absoluta” (Rosa Luxemburgo, *Reforma ou revolução?*, pp. 56 e 89).

Marx e Engels, numa passagem do *Manifesto do Partido Comunista* que se tornou célebre, definiram o Estado moderno como o “comitê executivo” que protege os interesses comuns da classe burguesa. Em outras obras, especialmente no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisou mais detalhadamente o comportamento das diferentes frações burguesas, diante do rápido processo de transformação da economia e da sociedade, que forçava novos arranjos no bloco de poder. Na fase do capitalismo monopolista de Estado, já não se trata mais da hegemonia da classe burguesa em geral, mas da dominação política de uma fração bem definida desta classe: a oligarquia financeira.<sup>113</sup> Esta, de fato, já havia assumido a capacidade de controlar praticamente *todas* as esferas importantes do poder político: chefias de Estado e de governo, ministérios, parlamentos, governos de províncias etc.

Além de fazer-se *representar* mediante a eleição de políticos de sua confiança (ou seja, os membros da burocracia estatal que integram a *fração reinante*, pouco importando a sua origem ou condição de classe)<sup>114</sup>, a burguesia financeira também atuava *diretamente* sobre

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 295.

<sup>113</sup> Na definição de Poulantzas, a fração hegemônica é aquela “que unifica, sob sua direção, a aliança no poder, garantindo o interesse geral da aliança e, particularmente, é aquela cujos interesses específicos o Estado garante, por excelência” (POULANTZAS, “Classes sociais e luta de classes”, p. 116).

<sup>114</sup> Poulantzas cita o exemplo da França, antes da 1ª Guerra Mundial: “é a fração financeira que é hegemônica, partilhando, com a fração industrial, o lugar de detentora, enquanto que é a *pequena-burguesia* a aparecer – em



o aparelho do Estado. Em alguns casos, ocupava simultaneamente funções nas empresas (particulares, estatais ou “mistas”) e no alto escalão do governo. Hobson, Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo e Bukharin descreveram a íntima relação existente entre o poder econômico e o poder político, na fase imperialista. De fato, tornou-se bastante comum a prática de entregar posições nos conselhos de administração de empresas a membros do Parlamento ou funcionários de carreira do Estado, desde que contassem com a confiança dos magnatas da indústria e das finanças. A burguesia procurava justificar esta conduta com o argumento de que a indicação “facilitaria em grau considerável a relação com as autoridades”.<sup>115</sup> Um exemplo que ilustra o entrelaçamento entre os interesses do capital financeiro e a cúpula da burocracia estatal (fenômeno que não pode ser encarado como simples “falta de ética” ou fonte de corrupção) é a de um funcionário alemão que, sendo membro de uma comissão encarregada de estudar a formação de cartéis, foi indicado pouco tempo depois para ocupar um cargo justamente num dos cartéis mais importantes do país: o do aço.<sup>116</sup>

Esta verdadeira plutocracia – também comentada e estudada de maneira fecunda por Antonio Gramsci, no seu estudo sobre o “fenômeno americano” – era a consagração definitiva da hegemonia do capital financeiro sobre todo o conjunto da sociedade. “Política governamental”<sup>117</sup> e “política do capital financeiro” entrelaçavam-se a ponto de se transformarem numa só coisa, como atestam as tarifas protecionistas, as medidas tendentes a organizar o sistema bancário e creditício, a formação de *dumpings*, o esbulho colonial e a primeira guerra mundial interimperialista.

A concentração do poder político – que caminhava *pari passu* com a concentração do poder econômico – foi identificada por Hobson (e também por Bukharin, a partir de uma perspectiva teórica e política diferente) como *uma das principais causas da crise do parlamentarismo*. Hobson, um representante da ala esquerda do Partido Liberal britânico, insistiu no fato de que havia uma flagrante contradição entre a política do Estado imperialista e a realização de reformas sociais: enquanto a primeira pressupunha o militarismo e a prevalência da política externa sobre os assuntos internos, a segunda poderia cumprir o papel

---

uma aliança complexa com a média burguesia – como a classe reinante”. (IDEM, *Poder político e classes sociais*, p. 245. Os itálicos estão no original). Depois da 2ª Guerra Mundial, a hegemonia dos grandes monopólios se realizou, em muitos países europeus (Áustria, Alemanha, Suécia, Grã-Bretanha etc.), sob o manto de governos que se apresentavam como social-democratas (cf. IDEM, “Classes sociais e luta de classes”, p. 119).

<sup>115</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 39.

<sup>116</sup> Cf. *ibid.*, p. 57.

<sup>117</sup> Tratava-se, na verdade, de *política estatal*, que não sofreria mudanças significativas diante de mudanças de governos. Por exemplo, nenhum governo trabalhista na Inglaterra tomou a iniciativa de promover a emancipação das colônias, assim como na Alemanha a aprovação dos créditos de guerra contou com o apoio de grande parte da bancada social-democrata no Parlamento.

de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora *dentro* da democracia burguesa. Hobson defendia uma espécie de “liberalismo autêntico”, capaz de resgatar a pureza dos princípios que orientaram esta corrente do pensamento social. Denunciando a “capitulação dos liberais diante do imperialismo”, o autor acreditava na possibilidade de abandonar o “egoísmo de classe” e reorientar a política do Estado num sentido que favorecesse também as classes subalternas<sup>118</sup>.

A política imperialista pressupunha a aplicação de medidas incompatíveis com os interesses da maioria da população dos países capitalistas hegemônicos. Estas medidas, pela sua própria natureza, não poderiam passar pelo crivo dos órgãos representativos (ou seja, eletivos), uma vez que o controle popular colocaria em questão a própria essência do imperialismo. Os temas mais importantes da política do Estado imperialista eram discutidos por um punhado de homens com os quais o povo não tinha qualquer tipo de contato. No caso da Grã-Bretanha, Hobson notou que estes indivíduos (o Primeiro-Ministro e os Ministros da Fazenda, de Assuntos Exteriores e das Colônias) estavam exercendo o poder de uma maneira praticamente autocrática. Alguns destes cargos, além de não serem eletivos – o que já representaria a “tendência de destruir o governo representativo” –, pressupunham a necessidade de preservar segredos (sobretudo nas atividades diplomáticas) que mantinham o poder Legislativo de mãos atadas, sem possibilidade de intervir nas questões mais relevantes da política daquele período. As controvérsias entre os poderes Legislativo e Executivo (ou seja, entre a Câmara dos Comuns e o Gabinete formado pelo Primeiro-Ministro) vinham aumentando à medida que o segundo “absorvia”, na prática, algumas das funções do primeiro. Estes problemas, de acordo com Hobson, são sintomas da *incompatibilidade do imperialismo com a democracia* (ou, num sentido marxista, da incompatibilidade do imperialismo com o Estado democrático de direito *burguês*).

A manutenção da política imperialista, de acordo com o autor, já havia atentado contra algumas franquias democráticas que existiam no interior da própria sociedade britânica. O caráter autocrático da política implementada pelos administradores coloniais havia

---

<sup>118</sup> A perspectiva reformista de Hobson foi duramente criticada por Lênin, que o acusou de não compreender as verdadeiras *causas* da política imperialista. Para Lênin, a política expansionista dos Estados imperialistas só poderia ser detida mediante a sua substituição pela ditadura do proletariado; sem revolução, o capitalismo caminharia inexoravelmente para a sua etapa superior: o imperialismo. Hobson, ao contrário, entendia que as disputas entre os países imperialistas poderiam ser evitadas: “Deve ficar claramente entendido que essa pressão constante para ampliar a área dos mercados *não é um fruto inevitável* de todas as formas de indústria organizada. Se a concorrência fosse substituída por combinações de caráter genuinamente cooperativo, nas quais todo o ganho proveniente de economias aperfeiçoadas fosse repassado aos operários sob a forma de salários, ou a grandes grupos de investidores sob a forma de dividendos, *a expansão da demanda nos mercados internos seria tão grande que daria pleno emprego às forças produtivas de capital concentrado*” (HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, p. 194; os itálicos são nossos).

contaminado a sua própria política interna: habituados com a prática da violência, com o desprezo da democracia, “vivendo como castas superiores em um meio social artificial”, procurando uma vida de luxo a todo custo para ostentar uma riqueza obtida através da rapina, os funcionários do Estado imperial britânico retornavam para o seu país de origem querendo manter os mesmos privilégios que gozavam nas colônias. Trata-se daquilo que o autor chamou de *a vingança do imperialismo*: “de hecho, resulta una venganza del imperialismo que esas artes y oficios de la tiranía, aprendidos y practicados en nuestro imperio sin libertad, se vuelvan contra las libertades de nuestra nación”.<sup>119</sup>

Hobson entendia que a política imperialista seria inútil e desnecessária para a maioria da população da metrópole. Como havia uma preponderância da política externa sobre a interna, os problemas decorrentes da primeira afetariam necessariamente a segunda. O autor, justamente por isso, denunciou exaustivamente o caráter ideológico do imperialismo. A pretensão de cientificidade da “teoria do imperialismo” ocultava, na prática, o preconceito racial (especialmente quando tentava legitimar o processo de “educação” de povos que viviam em sociedades que supostamente encontravam-se num estágio de “infância da humanidade”) e abria o caminho para a prática de abusos cometidos pelos administradores britânicos das colônias. Negavam-se também os direitos políticos mais elementares à maioria da população dos territórios anexados, fato que era um corolário necessário da violação do princípio da autodeterminação dos povos. Disto resultava uma contradição entre os interesses particulares de certos grupos e os “interesses da nação” (segundo a perspectiva de um pensador liberal, obviamente).

Para garantir a hegemonia política, os defensores do imperialismo atacaram duramente a oposição interna, procurando deslegitimá-la. Os grupos de oposição (inclusive os reformistas), que já vinham sofrendo com o processo de enfraquecimento do Parlamento e dos partidos políticos em geral, se tornaram alvo dos ataques dos setores pró-imperialistas, que acusavam os primeiros de agirem contra os interesses da nação e fazerem o jogo dos Estados rivais. Tidos como “traidores da pátria”, os grupos de oposição à política do Estado imperialista tornaram-se objeto de censura por parte da imprensa burguesa, que estimulava a febre nacionalista e procurava canalizar todas as tensões sociais internas para o campo da disputa contra os adversários externos. A luta no terreno ideológico estava sendo vencida pelos setores que reclamavam uma política externa mais agressiva, forçando o próprio Partido

---

<sup>119</sup> Cf. *ibid.*, p. 153. Esta idéia também está presente no trabalho de Hilferding (*O capital financeiro*, p. 300), que denunciou o renascimento de um “espírito de bestialidade, que passa das colônias para os detentores dos interesses coloniais da metrópole e celebra ali suas repugnantes orgias”.

Liberal britânico a operar uma guinada à direita, isolando os representantes da sua ala mais à esquerda (entre os quais, o próprio Hobson). Hobson, a propósito, já havia constatado que a política externa que vinha sendo advogada pelos ministérios conservadores e liberais era praticamente a mesma, não encontrando nelas diferenças essenciais.

A mesma tendência (crise do Parlamentarismo e limitação da democracia formal) não passou despercebida para os escritores marxistas do período. Mas estes, ao contrário de Hobson e outros liberais “de esquerda”, viam-na como o resultado de um *exaurimento* das possibilidades de participação dos trabalhadores na sociedade burguesa. Não se tratava, diziam, de um problema conjuntural que poderia ser “corrigido” mediante reformas dentro da ordem, em razão da incompatibilidade do regime dos monopólios com a extensão das franquias democráticas. As instituições democráticas, disse Rosa Luxemburgo, “esgotaram completamente o seu papel no desenvolvimento da sociedade burguesa”.<sup>120</sup> Bukharin, da mesma maneira, afirmou que o Parlamento havia se transformado de fato no lugar “onde a vontade coletiva do conjunto da burguesia organizada [ia] buscar apenas a sua consagração formal”.<sup>121</sup> Como se nota, o conteúdo reacionário do Estado imperialista (militarismo, proibição das greves e manifestações de rua etc.) entrava cada vez mais em contradição com o formalismo das instituições democráticas que faziam parte do sistema representativo. Em consequência, o recurso à violência contra os sindicatos de trabalhadores e a tendência à formação de autocracias burguesas (como na Alemanha e na Itália)<sup>122</sup> eram encarados como medidas indispensáveis para perpetuar a dominação de classe, num contexto em que a guerra entre países imperialistas poderia ser convertida numa revolução mundial liderada pelo proletariado.

Enquanto o espectro da revolução socialista apenas *rondava* a Europa (ou seja, enquanto a *potência* não se convertia em *ato* no contexto da correlação de forças entre as classes sociais), o capital financeiro continuava apoiando-se no aparelho burocrático do Estado com o propósito de levar adiante políticas de estímulo à concentração econômica. O Estado, no final do século XIX, já havia se tornado um importante *comprador* das mercadorias produzidas nas fábricas modernas, contribuindo de maneira decisiva para a expansão da demanda industrial. Mas não era apenas o setor da construção civil que tirava enormes benefícios dos contratos assinados junto aos governos: a indústria militar expandiu-

<sup>120</sup> LUXEMBURGO, *Reforma ou revolução?*, p. 90.

<sup>121</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 121.

<sup>122</sup> “Evidentemente, é mais que simples coincidência o fato de que as sedes clássicas do Fascismo estejam em dois países cujas ambições coloniais foram contrariadas pelos resultados da Grande Guerra” (DOBB, *Economia política e capitalismo*, p. 194).

se ainda mais rapidamente, mesmo nos períodos de “tranquilidade”. Setores como metalurgia, construção de navios e equipamentos de guerra, eram os maiores beneficiados pela aprovação dos orçamentos militares junto aos parlamentos dos países europeus e também dos Estados Unidos.<sup>123</sup>

A compra de equipamentos, bem como os gastos decorrentes da necessidade de construção de toda uma infra-estrutura urbana (transportes, comunicações, iluminação das vias públicas, fornecimento de água e energia, cumprimento de exigências sanitárias, construção de quartéis e edifícios para a administração pública etc.), exigiam uma centralização de recursos sem precedentes na história. A ampliação do orçamento público implicava uma participação crescente (em termos absolutos e relativos) do Estado na produção industrial das formações sociais capitalistas, inclusive em países atrasados como o Brasil. Ocorre, entretanto, que a ampliação da base fiscal nem sempre pôde acompanhar o crescimento dos gastos públicos; sendo assim, os membros do Parlamento procuraram “corrigir” este desequilíbrio entre o orçamento e a arrecadação de recursos mediante a solicitação de empréstimos junto às instituições financeiras. Tais empréstimos eram prontamente concedidos, já que em última instância favoreciam as empresas controladas pelos próprios bancos contratantes.

O moderno capitalismo de Estado passou a servir também de instrumento de proteção para as grandes indústrias e bancos ameaçados de falência, enquanto o ônus do processo de reorganização e saneamento da situação financeira destas companhias era suportado exclusivamente pelas classes trabalhadoras. Mesmo as empresas sob controle do Estado, que aparentemente não possuem relação direta com a iniciativa privada, vinham se tornando, de fato (quando não de direito, como no caso das “empresas mistas”), um prolongamento dos interesses da burguesia financeira. Muitas minas de carvão, a maior parte das ferrovias, o serviço de correios e telégrafos, as usinas elétricas, as companhias de fornecimento de água ou gás e outras empresas tidas por alguns como “monopólios naturais” do Estado, serviam diretamente aos interesses da classe burguesa: os valores e tarifas cobrados (como fretes ferroviários e outras taxas), por exemplo, eram fixados a partir de critérios políticos que nada tinham a ver com a lei da oferta e da procura. Aceitava-se uma espécie de socialização dos prejuízos (das empresas públicas) cujo ônus deveria ser suportado, de acordo com a lógica do capitalismo monopolista de Estado, pelo conjunto das classes subalternas.

A burguesia, desde as lutas travadas contra o antigo regime absolutista, sempre defendeu o princípio da não-intervenção do Estado no domínio econômico. De acordo com

---

<sup>123</sup> Sobre o caso estadunidense, consultar HOBSON, *A evolução do capitalismo moderno*, pp. 193-4.

uma história conhecida, um político teria perguntado a seu colega burguês o que poderia ser feito pelo Estado para melhorar a situação econômica; o segundo teria então respondido que o Estado ajudaria bastante se não se intrometesse: “*laissez-faire, laissez-passer*”. Verdadeira ou não esta história, o fato é que a partir da revolução industrial e durante a maior parte do século XIX a burguesia sempre fora, no seu conjunto, contrária à “intromissão” do Estado nas atividades produtivas. Isto estava plenamente de acordo com a tese, comentada anteriormente, do Estado como um “juiz imparcial” que não participa do jogo econômico, já que ele poderia no máximo estabelecer algumas regras que deveriam ser respeitadas.

Com a passagem do “velho” capitalismo concorrencial para uma etapa superior, baseada nos oligopólios, a fração hegemônica da burguesia tendia a oferecer menor resistência à intervenção econômica do Estado. A defesa apriorística da mão invisível do mercado foi sendo substituída por uma maior ou menor aceitação da intervenção do Estado, variando de acordo com as circunstâncias ou à maneira como os diferentes grupos econômicos se inseriam no complexo jogo de poder da era dos monopólios. Diante de uma situação em que poderia auferir lucros enormes, e sendo as possibilidades de perda reduzidas justamente em função desta intervenção, é natural que um setor da burguesia passasse a encarar o novo fenômeno como algo positivo, justificando inclusive a proteção do Estado como uma política de caráter universal, que teria o condão de favorecer a *todas* as camadas da sociedade, indistintamente.

Marx, ao comentar (no “Prefácio” de *Para a crítica da economia política*) as relações entre a “base material” da sociedade e as superestruturas política, jurídica e ideológica, afirmou que o poder econômico, nas formações sociais capitalistas, torna-se o fundamento da dominação política de classe. O estudo desta relação foi aprofundado pelos escritores marxistas no início do século XX, que notaram que também a *concentração* do poder econômico conduz necessariamente à concentração do poder político. Um estudioso da oligarquia financeira da França, a propósito, afirmou que a República Francesa havia se convertido, na prática, em uma “Monarquia financeira”, em virtude do controle absoluto que exercia sobre a imprensa e o governo.<sup>124</sup> A política do Estado imperialista e a luta sem quartel dos cartéis por áreas de atuação representam, de fato, aspectos diferentes de um só processo: a formação de um mercado mundial (ou “internacionalização da economia”) cuja *diferença específica* em relação ao velho capitalismo reside na *exportação de capitais*, fenômeno que sem dúvida ganhou um forte impulso com os processos simultâneos de concentração e centralização da riqueza.

<sup>124</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 53.

Das entranhas do Estado capitalista, surgia um *capitalismo de Estado* que consolidava a conquista de importantes cargos no alto escalão do governo pelos agentes ou prepostos do capital financeiro. A oligarquia financeira, assim que conquistou a hegemonia política, logrou instrumentalizar os aparelhos (ideológicos e repressivos) dos Estados imperialistas para transformá-los em “intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro”, como precisamente foi constatado por Bukharin. Este, a propósito, afirmou que “cada uma das ‘economias nacionais’ desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se de fato em uma espécie de truste nacional de Estado”. E acrescentou, citando Clausewitz, que “a guerra é a continuação da política, por outros meios”.<sup>125</sup>

O recurso à agressão contra outros países – que se chocava com o direito à autodeterminação dos povos, já abandonado inclusive no plano da própria retórica – deveria ser considerado, à luz dos acontecimentos, um “meio de reprodução de certas relações de produção”.<sup>126</sup> Bukharin afirmou também, e com toda razão, que a guerra – que se aproximava cada vez mais – era o resultado de uma *luta entre diversos trustes nacionais*. Isto, como sabemos, ocorria justamente porque o poder dos monopólios dependia em última instância do poder do Estado onde estavam instalados. Quanto maior a força do exército e da esquadra de um país, tanto mais agressiva seria a sua política externa, e mais fortes seriam também os seus trustes e cartéis.

---

<sup>125</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 99. Rosa Luxemburgo dedicou um capítulo de *Reforma ou revolução?* para a questão do militarismo, e suas relações com a política alfandegária.

<sup>126</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 105.

## Capítulo VI

### CLASSES SOCIAIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

#### 1. O operário-massa e a aristocracia operária

##### I

A tendência à trustificação da economia trazia no seu bojo o aumento da concentração do proletariado em torno das fábricas e vilas operárias. Quanto maior o crescimento da moderna indústria capitalista, maior a aglomeração de trabalhadores e a sua capacidade de luta diante dos sindicatos patronais. A padronização das condições objetivas teve o condão de reforçar, na consciência dos trabalhadores fabris, a *consciência de pertencimento a uma mesma classe social* (unida pelas mesmas condições de vida e também pelos mesmos interesses políticos). Eis a íntima relação existente entre *situação de classe* e *consciência de classe*: no processo de devir histórico do capitalismo, os trabalhadores puderam acompanhar uma transformação operada em *todos* os níveis da sociedade burguesa: econômico, social, político, jurídico, cultural e ideológico. Num grau mais avançado de desenvolvimento do capitalismo, já não se trata mais, como afirmou Marx, da formação de uma classe juridicamente livre e alienada dos meios de produção: a reunião dos elementos objetivos (*classe em si*) que constituem a classe operária permite que esta, no seu vir a ser no interior da sociedade burguesa, se constitua também enquanto *classe para si*, ou seja, numa classe que se organiza politicamente para defender os seus interesses.<sup>127</sup>

A concentração da produção foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento de uma ação política orientada pelos representantes da classe operária. Lênin citou como exemplo deste fenômeno o caso das indústrias siderúrgicas, cuja concentração da produção e dos trabalhadores havia alcançado um grau muito elevado: trabalhadores que se contavam aos milhares, alojados em barracões construídos em bairros operários próximos às fábricas, que dispunham de ferrovias e portos próprios. O autor citou estatísticas que informavam que o truste do aço dos Estados Unidos (*U. S. Steel Corporation*) empregava um total de 210.180 trabalhadores, em 1907, enquanto o truste alemão da mineração (*Sociedade Mineira de Gelsenkirchen*) “dava trabalho”, no ano seguinte, a 46.048 pessoas.<sup>128</sup> Realizava-se, também neste terreno, um dos mais conhecidos prognósticos de Marx acerca da evolução do capitalismo: a contradição cada vez maior entre a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza produzida... “y el yugo de unos cuantos monopolistas sobre el resto de la

<sup>127</sup> MARX, *O Capital*, I, 2, pp. 293-4; MARX e ENGELS, *Manifesto do partido comunista*, pp. 84 e 87.

<sup>128</sup> Cf. LÊNIN, *El Estado y la revolución*, capítulo 01.



población se hace cien veces más duro, más sensible, más insoportable”.<sup>129</sup> O trabalho assalariado, *forma* jurídica assumida pelas relações de produção sob o capitalismo, entrava cada vez mais em contradição com o *conteúdo* social da produção material, problema que só poderia ser resolvido com a tomada do poder pela classe operária e a subsequente abolição da propriedade privada dos meios de produção.

Na Inglaterra, o desenvolvimento das forças produtivas havia atingido um grau tão impressionante no início do século XX, que já era possível constatar uma tendência de *esgotamento* do processo de proletarização das camadas subalternas. De acordo com Lênin, a porcentagem de operários em relação à população total da Inglaterra foi reduzida em oito pontos, num intervalo de meio século: de 23% para apenas 15%, entre 1851 e 1901.<sup>130</sup> É preciso notar, entretanto – como sugere o autor – que este fato estava relacionado à reconversão da economia britânica, que consistia em fazer a população de suas colônias suportar a maior parte dos esforços, ao mesmo tempo em que a burguesia do país reservava para si o papel de rentista mundial (buscando “vantagens comparativas” nos setores de transporte, seguros e altas finanças). A desproletarização, por assim dizer, da sociedade britânica, pouco tinha a ver com a possibilidade de reduzir as graves contradições que ameaçavam a estabilidade do seu sistema capitalista: justamente por estar associado ao caráter crescentemente parasitário da economia britânica, este movimento só fazia *acentuar* aquele processo que Lênin chamou de *decomposição do capitalismo*.

A iminência da guerra tendia a aumentar a repressão contra as classes trabalhadoras: as poucas franquias democráticas conquistadas pelo movimento operário (direito de associação, de reivindicar melhores salários e a redução da jornada de trabalho mediante greves, desde que dentro da ordem e da legalidade burguesas etc.) tendiam a ser suprimidas em nome da unidade e dos “interesses nacionais”. A eclosão do conflito mundial contribuiu para eliminar o pouco que havia restado. O “código penal”, afirmou Bukharin, “passa a aplicar-se a todo o processo de produção. Os operários não têm liberdade de deslocamento, nem direito de greve, nem direito de filiar-se aos partidos chamados ‘anticonstitucionais’ etc. São transformados em servos já não ligados à gleba, mas à usina. E passam a ser os escravos brancos do Estado facínora imperialista que, nos limites de sua organização, absorve todo o processo de produção”.<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>131</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 151.

## II

A repressão praticada pelo Estado burguês, entretanto, era suportada pelos setores menos favorecidos da classe operária (trabalhadores manuais, não-qualificados, integrantes das organizações anticapitalistas ou contrários à guerra imperialista), enquanto sua fração “privilegiada”, que tendia ao oportunismo e ao apoio à política beligerante do Estado capitalista, poderia receber algumas migalhas que sobravam da rapina imperialista. É precisamente neste ponto que surge o problema de se entender a formação de uma “aristocracia operária”, que se distingue das camadas inferiores da classe trabalhadora tanto pelas condições de vida e de trabalho, quanto pela visão de mundo que possuem. Engels descreveu, em 1885, o comportamento de alguns setores da classe operária inglesa diante da política colonial:

Eis a verdade: enquanto o monopólio inglês subsistiu, a classe operária inglesa se beneficiou *até certo ponto* das vantagens deste monopólio. Estas vantagens foram diferentemente repartidas entre os seus membros; a minoria privilegiada recebeu a maior parte, mas até a grande massa recebeu a sua parte, pelo menos de vez em quando e durante um certo período. Esta é a razão por que não houve socialismo na Inglaterra desde a morte do owenismo. Com o desabar desse monopólio, a classe trabalhadora inglesa perderá essa posição privilegiada. Será nivelada um dia – incluindo a minoria dirigente e privilegiada – pelo nível dos operários estrangeiros. E esta é a razão pela qual o socialismo renascerá na Inglaterra.<sup>132</sup>

Três décadas depois, Lênin constatou que o problema do oportunismo já não podia mais ser considerado um tema restrito aos trabalhadores dos trustes e cartéis britânicos: em outros países da Europa e nos Estados Unidos, as fileiras do proletariado contavam cada vez mais com aqueles “escravos palacianos” do capital. Apesar de serem trabalhadores assalariados, os membros desta camada superior ocupavam postos de fiscalização e controle, funções antes exercidas pelos próprios capitalistas, e que depois foram delegadas para terceiros, visando “racionalizar” a produção. O que caracteriza estes funcionários, que agem como prepostos do capital, é o fato de possuírem autoridade sobre os demais trabalhadores,

---

<sup>132</sup> ENGELS, “Prefácio à edição alemã de 1892” de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, pp. 375-6 (este trecho o autor escreveu e publicou na imprensa em 1885, e depois o reproduziu naquele prefácio).

que lhes devem disciplina e obediência. Em outras palavras, estes verdadeiros “funcionários do capital” são recrutados para desempenhar, dentro da empresa, o papel de disciplinadores da própria força de trabalho, cuja taxa de exploração deve ser incrementada.

Este problema causava grande preocupação para os líderes revolucionários, como Lênin e Rosa Luxemburgo, uma vez que era cada vez maior a presença dos novos “sargentos do capital” na direção até mesmo da Segunda Internacional!

Esa capa de obreros aburguesados o de “aristocracia obrera”, enteramente pequeñoburgueses por su gênero de vida, por sus emolumentos y por toda su concepción del mundo, es el principal apoyo de la II Internacional, y, hoy día, el *principal apoyo social* (no militar) *de la burguesía*. Porque son verdaderos *agentes de la burguesía* en el seno del movimiento *obrero*, lugartenientes obreros de la clase de los capitalistas [...], verdaderos vehículos del reformismo y del chovinismo. En la guerra civil entre el proletariado y la burguesía se colocan inevitablemente, en número considerable, al lado de la burguesía, al lado de los “versalleses” contra los “comuneros”.<sup>133</sup>

Esta “aristocracia operária” buscava uma atitude conciliatória com a política do capital financeiro, fazendo concessões ao poder econômico da burguesia, porque vislumbrava receber algumas vantagens (maiores salários, prestígio social e outras distinções) que a política imperialista podia proporcionar.<sup>134</sup> Embora numericamente pequena, se comparada com as

<sup>133</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 10. Consultar também IDEM, *El Estado y la revolución*, p. 310.

<sup>134</sup> Poulantzas afirma que, apesar da importância dos critérios econômicos para caracterizar as classes sociais em geral, o estudo das camadas intermediárias – especialmente da aristocracia operária – deve levar em consideração, em primeiro lugar, os critérios políticos e ideológicos. Partindo de algumas premissas marxianas, o autor afirma primeiramente que o “lugar no processo de produção” constitui o *principal* (mas não o exclusivo) aspecto para definir ou caracterizar as classes sociais em geral. Mas o autor sugere que a instância econômica tem um peso diferente sobre o comportamento político e a visão de mundo, pois dependendo da classe social a que um indivíduo pertence, outros critérios se sobressaem. É o que acontece, por exemplo, com os membros das classes intermediárias, que tendem a apresentar um comportamento ambíguo e oscilante, diante da burguesia e do proletariado. Poulantzas adverte, acertadamente, que o comportamento político dos trabalhadores (assim como as suas formas de pensar e agir, dentro e fora da fábrica) possui uma certa *autonomia*, diante da posição que eles ocupam na divisão social do trabalho. Esta observação é especialmente importante no caso dos técnicos e engenheiros de fábrica: “Assim, quanto à sua adscrição de classe, a *questão decisiva* é saber se o que tem primazia na prática política efetiva é essa ‘autoridade’ na organização despótica do trabalho, ou se é sua solidariedade com a classe operária”. Mas o desenvolvimento do raciocínio do autor é bastante ambíguo, e comporta diversas “soluções”: como interpretar, afinal, a afirmação de que “o econômico desempenha efetivamente o papel *determinante* numa sociedade dividida em classes, mas o político e o ideológico desempenham *igualmente* [...] um papel importante”? A análise de Poulantzas se torna ainda mais confusa na medida em que avança na tentativa de delimitar as relações entre materialidade e consciência de cada uma das frações de classe, na sociedade burguesa. O autor sugere, por exemplo, que a autonomia político - ideológica é

camadas baixas da classe operária, esta aristocracia exercia uma influência decisiva no conjunto das classes trabalhadoras: possuía o controle de importantes sindicatos, tinha o poder de eleger representantes para o Parlamento, contava com a perspectiva de conquistar cargos na burocracia estatal, apresentava-se como a vanguarda da classe operária e assumia o papel de “intelectual orgânico” desta classe. Juntamente com outros grupos intermediários (militares, comerciantes, funcionários públicos de carreira etc.), este setor da classe trabalhadora *aderia como um parasita ao corpo da sociedade burguesa, tapando os seus poros vitais, ocupando postos relativamente cômodos, tranqüilos e honoráveis, situados não mais ao lado e sim acima do restante da população.*<sup>135</sup>

Além dos órgãos ligados à administração pública, estes trabalhadores qualificados ocupavam cargos intermediários – relativamente bem remunerados, se considerada a renda média dos demais trabalhadores assalariados – justamente nos trustes e cartéis. Os superlucros de monopólio que estas empresas auferiram, com a ajuda do Estado burguês, foram uma *condição indispensável* para o pagamento de salários relativamente elevados para a camada superior da classe trabalhadora.<sup>136</sup> Esta é a verdadeira razão pela qual a oposição deste segmento social à política do Estado imperialista tendia a ser enfraquecida, apresentando um comportamento bastante dócil diante dos interesses da classe dominante e da ideologia política agressiva que esta última vinha defendendo. As tendências reformistas no seio do movimento operário ganhavam terreno, uma vez que a concentração da produção “impede a

---

ainda maior quando se tem em vista a assim chamada aristocracia operária (curiosamente, os “técnicos e engenheiros” são analisados em outra seção, o que indica que eles foram “excluídos” por Poulantzas da categoria aristocrática). O problema da análise de Poulantzas, no caso da aristocracia operária, está em atribuir *exclusivamente* (embora o autor não afirme textualmente) ao critério ideológico a “solução” para o problema da sua caracterização, desqualificando os aspectos “remuneração e qualificação profissional” como “economicistas”. Deste modo, diz o autor, “pode-se considerar que um simples peão, fura-greves, influído pela ideologia burguesa e apresentando um mimetismo burguês, pode fazer parte da aristocracia operária” (cf. POULANTZAS, “Classes sociais e luta de classes”, pp. 104-6). Entendo que, se fosse correta a interpretação do autor, poderíamos considerar as análises de Engels e Lênin como sendo “economicistas”.

<sup>135</sup> *El Estado y la revolución*, pp. 312-3.

<sup>136</sup> Cf. BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 154-8. Antonio Gramsci enfatizou um aspecto igualmente importante do pagamento de altos salários: a conquista da hegemonia burguesa no interior da própria fábrica, no contexto de uma estratégia que consistia em fazer prevalecer o elemento “persuasão” em detrimento da violência física. A indústria estadunidense tornou-se um paradigma desta nova tendência. Os industriais perceberam que “era de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas. O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho e para mantê-los de modo estável” (GRAMSCI, “Americanismo e fordismo”, p. 267). O filósofo italiano procurou desmistificar a questão dos altos salários, de duas maneiras: em primeiro lugar, ao demonstrar que os salários só podiam ser considerados “elevados” em comparação com a remuneração das outras camadas de trabalhadores, pois os salários considerados altos ainda representavam uma pequena parcela da riqueza produzida, o que significa uma elevada taxa de exploração. Em segundo lugar, Gramsci afirmou que os altos salários seriam apenas uma “forma transitória de retribuição”, e que desapareceriam assim que os novos métodos de trabalho (linha de montagem, produção em série) fossem generalizados (*ibid.*, pp. 272-6).

tomada de consciência dos danos da sociedade capitalista e cria um juízo otimista sobre sua força vital”<sup>137</sup>.

Cecil Rhodes, que dirigiu a *Companhia Britânica da África do Sul*, e que talvez tenha sido o maior defensor do colonialismo britânico de sua época, procurou expor alguns “argumentos” para conquistar o apoio da classe trabalhadora à política do Estado imperialista, afirmando ser preferível levar adiante a agressão ao povo de um país atrasado, do que ter de enfrentar uma guerra civil no seu próprio país:

Para salvar a los cuarenta millones de habitantes del Reino Unido de una mortífera guerra civil, nosotros, los políticos coloniales, debemos posesionarnos de nuevos territorios; a ellos enviaremos el exceso de población y en ellos encontraremos nuevos mercados para los productos de nuestras fábricas y de nuestras minas. El imperio, lo he dicho siempre, es una cuestión de estómago. Si queréis evitar la guerra civil, debéis convertiros en imperialistas.<sup>138</sup>

Argumentos desta natureza apenas ocultavam o verdadeiro divórcio entre os interesses monopolistas e as condições de vida e de trabalho da maioria absoluta dos trabalhadores. Para as grandes companhias monopolistas, o problema não consistia exatamente no excesso de população, mas no excesso de capital. Como oportunamente salientou Maurice Dobb: “Se fosse verdade que o desejo de possuir colônias é explicado pela pressão da população metropolitana, então deveríamos esperar que as únicas zonas disputadas pelos impérios fossem aquelas cujo solo e clima as tornassem propícias ao estabelecimento dos habitantes da metrópole. Pelo contrário, as regiões mais cobiçadas são freqüentemente as menos propícias à colonização desse tipo, e as concessões de mineração, a serem trabalhadas pelos nativos, preocupam mais freqüentemente os pioneiros imperialistas, do que os lares e os bens dos desempregados da metrópole”<sup>139</sup>.

De fato, a Guerra dos Bôers (ocorrida entre 1899 e 1902, e que culminou no massacre das Repúblicas Holandesas) apresentou sem disfarces a íntima relação entre o Estado

<sup>137</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 299. Esta constatação não invalida aquela feita por Marx e Engels, no *Manifesto do partido comunista*, sobre a relação entre a concentração da produção e o desenvolvimento da consciência de classe. Esta relação não é mecânica, pois as lutas de classes são também parte ineliminável da marcha da acumulação progressiva e podem, de acordo com a correlação de forças, contra-arrestar determinadas tendências.

<sup>138</sup> Citado por LÊNIN, *El Estado y la revolución*, p. 78.

<sup>139</sup> DOBB, *Economia política e capitalismo*, pp. 197-8.

imperialista e os interesses do grande capital: este episódio demonstrou que as pretensões de Cecil Rhodes só puderam ser concretizadas porque sua companhia fora investida, pelo governo britânico, de poderes semelhantes ao de um verdadeiro Estado soberano (inclusive mediante a outorga da capacidade de elaborar leis e manter milícias particulares).<sup>140</sup>

Marx e Engels já haviam observado que as colônias e a situação de monopólio comercial que a Inglaterra possuía, em meados do século XIX, foram as causas que mais haviam contribuído para dividir o movimento operário daquele país. O oportunismo de certos setores da classe trabalhadora, “subornada” com o recebimento de uma parte do butim proveniente da rapina colonial, chocava-se com a idéia de que o proletariado, enquanto “classe universal”, assumiria a *tarefa histórica de emancipar toda a sociedade*, ao abolir a propriedade privada dos meios de produção. O fim do monopólio britânico, que perdera o *status* de “oficina do mundo”, abriu a passagem para uma etapa caracterizada pela existência de diversos pólos imperialistas. Esta *multipolaridade* de poder econômico, político e militar ensejou também uma mudança de atitude das classes trabalhadoras nos países emergentes. Argumentos semelhantes ao de Cecil Rhodes foram repetidos com bastante freqüência em outros lugares, como de fato fizeram os imperialistas e revisionistas franceses, belgas, alemães e holandeses diante dos movimentos trabalhistas destes países.<sup>141</sup>

Certamente, nenhum daqueles advogados do colonialismo podia ignorar o fato de que o capitalismo monopolista apenas *agravava* os antagonismos sociais no interior de suas próprias fronteiras. Mas eles tinham a consciência de que o colonialismo, por outro lado, oferecia as condições objetivas para deter o avanço das lutas de classes, tornando mais fácil controlá-las. A utilização da violência, por meio do aparelho repressivo do Estado, poderia ser canalizada para longe de suas fronteiras. Deste modo, os benefícios auferidos pela camada superior da classe trabalhadora podiam ser obtidos mediante a intensificação da exploração da maioria da população dos países dependentes ou coloniais. Tratava-se, portanto, de um duplo movimento: de um lado, a conquista de novos mercados permitiu (dentro de certos limites) uma melhoria significativa das condições de vida de uma *parte* da classe operária dos países adiantados; de outro lado, criou uma “válvula de segurança” (segundo a expressão utilizada

<sup>140</sup> Cf. HUNT & SHERMAN, *História do pensamento econômico*, pp. 152-3. O mesmo Rhodes teria dito numa oportunidade que “a expansão é tudo; se eu pudesse, anexaria os planetas” (cf. CATANI, *O que é imperialismo*, p. 06).

<sup>141</sup> Durante o Congresso de Stuttgart da Segunda Internacional (realizado em 1907), o revisionista Van Kol, um delegado holandês convertido ao colonialismo, considerou um engano renunciar às “incalculáveis riquezas das colônias”, sendo apoiado por importantes figuras da época, incluindo Eduard Bernstein (cf. SANTI, “El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo”, pp. 12-3).

por Bukharin) que expulsou as contradições do processo de acumulação capitalista para bem longe, através da superexploração da população dos países dependentes e coloniais.

## 2. A ideologia na época do imperialismo

Lênin teve o grande mérito de desmascarar a “crítica” pequeno-burguesa do imperialismo, acusando-a de teoricamente equivocada e politicamente ineficaz. Na prática, a ideologia pequeno-burguesa demonstrava ser inócua, tendo em vista que sua capacidade de afetar os interesses das facções burguesas hegemônicas era praticamente nula. Os escritores marxistas do período notaram que esta reduzida capacidade de converter a “arma da crítica” num instrumento de transformação da realidade não poderia ser atribuída a falhas ou lacunas na análise da política imperialista, uma vez que se tratava, verdadeiramente, de intelectuais que já haviam renunciado em lutar contra os fundamentos do poder político burguês. É por isso que estes intelectuais – Bernstein, Kautsky etc. – foram violentamente acusados de praticarem uma política oportunista, tendo em vista que o caráter ambíguo deste tipo de crítica gerava uma enorme capacidade de adaptação às linhas gerais do imperialismo. Na prática, era cada vez mais difícil encontrar uma diferença significativa entre a “crítica” pequeno-burguesa e a apologia pura e simples do imperialismo.

O imperialista alemão Schulze-Gaevernitz procurou justificar a concentração de poder econômico, que avançou extraordinariamente a partir da década de 1870, afirmando que ela foi uma condição para a entrada da Alemanha na “época da industrialização” (o autor referia-se ao processo de formação das sociedades anônimas e de especulação na Bolsa de Valores, ocorrido logo após a unificação do Estado alemão). Encerrada a fase de euforia inicial (denominada pelo autor de “excessos de juventude” do capitalismo alemão), a consolidação dos grandes bancos e companhias industriais representaria um fator positivo para a economia do país: este fenômeno era apresentado pelo apologista do imperialismo como “a expressão do Estado alemão completamente organizado”.<sup>142</sup>

A retórica da oligarquia financeira procurava mascarar as contradições específicas daquela etapa de desenvolvimento do capitalismo: além de esconder os problemas essenciais (sobretudo, o caráter incontrolável das crises e a violência que acompanha a expansão capitalista), apresentava o processo de formação das oligarquias como um fator positivo, capaz de satisfazer as necessidades da população e garantir a paz entre as nações. As fraudes contábeis, o suborno de funcionários, seus vínculos com a classe política, tudo isso era realizado no interior de gabinetes sem a presença do grande público. O próprio

<sup>142</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, p. 36.

desenvolvimento das sociedades por ações – controladas, na prática, pelos grandes bancos que eram os responsáveis pela eliminação das pequenas empresas – era apresentado como uma prova da “democratização” do capital.<sup>143</sup> Uma famosa frase de Marx recobra, neste ponto, toda a sua força explicativa: “Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”.<sup>144</sup>

A tese do “capitalismo organizado” trazia consigo a idéia de que os grandes bancos e indústrias teriam assumido a capacidade de administrar as crises econômicas (e também sociais, o que era igualmente falso) por meio ou de acordos, ou como decorrência do aumento da capacidade de organização de setores inteiros da economia pelas empresas combinadas. Esta “tese”, pretensamente científica, foi duramente criticada por Rosa Luxemburgo e Lênin, nas polêmicas que travaram, respectivamente, com Eduard Bernstein e Karl Kautsky, que analisaremos a seguir.

### **2.1. A crítica de Rosa Luxemburgo ao método oportunista de Eduard Bernstein.**

Entre 1898 e 1899, Rosa Luxemburgo publicou uma série de artigos na revista do Partido Social Democrata Alemão (SPD), *Neue Zeit*, visando refutar os argumentos de Eduard Bernstein, que iniciara um movimento de “revisão” da teoria marxista, à luz das transformações da economia capitalista no final do século XIX. De acordo com Bernstein, os cartéis, ao lado do desenvolvimento dos sistemas de crédito e transportes, trouxeram uma melhoria das condições de vida e trabalho da classe operária. Este conjunto de fatores teria contribuído para suprimir, ou pelo menos atenuar, as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo – entre elas, o antagonismo das relações entre capital e trabalho, que restaria praticamente abolido.<sup>145</sup> Como o próprio capitalismo estava realizando o programa defendido pela social-democracia, a luta revolucionária do proletariado teria se tornado desnecessária.

Rosa entendia que o revisionismo de Bernstein exigia, como condição preliminar, a supressão de “três pivôs fundamentais do socialismo científico” de Marx e Engels:

---

<sup>143</sup> Cf. *ibid.*, p. 46.

<sup>144</sup> MARX, “Prefácio” de *Para a crítica da economia política*, p. 52.

<sup>145</sup> Cf. LUXEMBURGO, *Reforma ou revolução?*, p. 25.



Primeiro, a anarquia crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo, a socialização crescente do processo de produção, que cria os germes do regime social futuro, e terceiro, o reforçamento crescente da organização e da consciência de classe do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução.<sup>146</sup>

Bernstein nutria um otimismo exagerado, diante dos “progressos” alcançados naquela etapa do capitalismo. Dos três aspectos citados acima, o revisionista alemão entendia que o primeiro – a anarquia da produção – estava gradativamente se convertendo no seu contrário. A anarquia, dizia Bernstein, seria substituída pelo controle racional e consciente dos processos de produção e troca, tornado possível com o advento dos trustes e cartéis: as associações patronais dispunham de condições e, naturalmente, demonstravam o maior interesse em regulamentar a produção e evitar a eclosão das crises.<sup>147</sup> Quanto ao segundo aspecto, o da socialização da produção, seria o seu próprio desenvolvimento que permitiria a supressão do caráter anárquico da economia capitalista, sem necessidade de destruir os seus fundamentos.

No que diz respeito à consciência de classe, Bernstein entendia que o proletariado estava progressivamente se adaptando aos padrões de vida e consumo da sociedade burguesa, permitindo inclusive sua participação efetiva nos centros de poder, como comprovaria o crescimento da bancada do SPD no Parlamento. Por esta razão, a classe operária estaria substituindo a idéia de revolução pelas reformas sociais, conquistadas através da luta política e também da organização sindical. Este argumento foi refutado por Rosa, que dizia que a experiência acumulada das lutas sociais, tanto através dos sindicatos quanto dos partidos, estava deixando o proletariado cada vez mais convicto da idéia de uma *inevitabilidade da conquista do poder*, diante da impossibilidade de transformar radicalmente a situação através daqueles instrumentos.<sup>148</sup> Em suma, a tomada revolucionária do poder e a subsequente “expropriação dos expropriadores”, pré-requisitos para a implantação do “governo dos produtores livremente associados”, eram encaradas por Bernstein como idéias incompatíveis com a realidade de seu tempo.

Rosa denunciou a capitulação de Bernstein, acusando-o de querer realizar o socialismo no mundo das idéias sem destruir as contradições do mundo real:

---

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>147</sup> Cf. *ibid.*, p. 31.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 59.

Em suma, chegamos assim a uma explicação do programa socialista por intermédio da ‘razão pura’, o que quer dizer, em linguagem mais simples, uma explicação idealista, ao passo que a necessidade objetiva do socialismo, isto é, a explicação do socialismo por toda a marcha do desenvolvimento material da sociedade, cai.<sup>149</sup>

O argumento de Bernstein foi refutado por Rosa Luxemburgo, que o acusou de confundir a conquista de melhores condições de vida – por exemplo, aumentos salariais – com o fim mesmo da exploração capitalista, pressupondo que o poder da burguesia diminuiria com o aprofundamento das reformas. Rosa advertiu que mesmo algumas conquistas obtidas pelos sindicatos de trabalhadores foram, em parte, o resultado de uma combinação da ação organizada dos trabalhadores e condições proporcionadas por conjunturas favoráveis (como decréscimo do exército industrial de reserva em períodos de expansão econômica). Ora, tais conjunturas “escapam à esfera de influência dos sindicatos. Eis porque não podem eles suprimir a lei dos salários. Podem, em hipótese mais favorável, impor à exploração capitalista os limites ‘normais’ do momento, mas não estão absolutamente em condições de suprimir, mesmo progressivamente, a própria exploração”.<sup>150</sup> A corrente revisionista, que contava também com Conrad Schmidt, estaria pretendendo “[reduzir] a atividade dos sindicatos essencialmente à luta pelo aumento de salários e redução do tempo de trabalho, isto é, unicamente à regularização da exploração capitalista de acordo com a situação momentânea do mercado”.<sup>151</sup> Rosa notou que, já nos primeiros anos do século XX, o movimento ascensional dos sindicatos havia atingido o seu apogeu – junto com o fim de um período de rápido desenvolvimento da economia mundial – e anteviu o início de um período de grandes dificuldades, cujo maior sintoma era a mudança de orientação da política sindical, que estava “reduzindo-se cada vez mais à simples defesa das conquistas já realizadas”.<sup>152</sup> Bernstein, como sabemos, havia depositado esperanças no fim das crises periódicas e no aprofundamento das conquistas do movimento operário (Rosa notou que “mal acabava Bernstein de refutar, em 1898, a teoria de Marx sobre as crises, surgiu em 1900 uma profunda crise, e outra sete anos mais tarde, que, vinda dos Estados Unidos, se estendeu ao mercado

---

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 45.

mundial”).<sup>153</sup> A impossibilidade de levar adiante um desenvolvimento ilimitado do movimento sindical, assim como de evitar as crises periódicas da economia capitalista, é o que torna impossível, disse Rosa Luxemburgo, a concretização da “teoria da realização progressiva [ou por etapas] do socialismo por meio das reformas sociais”.<sup>154</sup>

Ora, diz Rosa Luxemburgo, mesmo as ditas conquistas do movimento operário não podem ocultar o fato de que o Estado continua sendo, essencialmente, um instrumento de dominação de classe. A suposta harmonização entre os interesses do capital e do trabalho, entretanto, “não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista”. A legislação operária, por exemplo, foi aprovada para contemplar não apenas as reivindicações parciais do movimento operário, porque atendeu aos interesses da própria classe capitalista.<sup>155</sup> As concessões feitas em benefício da classe trabalhadora, portanto, encontram no Estado capitalista um limite que repousa, em última instância, nos interesses da própria burguesia. Enquanto estes interesses não forem questionados, será possível apresentar o Estado como um instrumento a serviço do “desenvolvimento social”, capaz de solidarizar os interesses de todas as classes sociais e ser o legítimo porta-voz de todos os membros da sociedade. Mas a burguesia seria capaz de sacrificar (em certos momentos) até mesmo o desenvolvimento da produção capitalista, se isto for considerado necessário, num dado momento, para preservar a sua própria dominação de classe:

No conflito entre o desenvolvimento capitalista e os interesses da classe dominante, coloca-se o Estado do lado desta. Sua política, assim como a da burguesia, entra em conflito com o desenvolvimento social. Assim, perde cada vez mais o caráter de representante da sociedade em conjunto, para transformar-se, na mesma medida, cada vez mais em um puro Estado de classe.<sup>156</sup>

Curiosamente, Bernstein alegava que o mais importante, para a classe operária, não era o objetivo a ser alcançado (ou seja, o socialismo), e sim a *forma de luta*: dizia ele que “o objetivo final, qualquer que seja ele, não me importa; o movimento é que é tudo”. Ou seja, o

---

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 46. “A conclusão que dela [a teoria revisionista] se tira só poderia ser uma cadeia ininterrupta de reformas sociais contínuas e crescentes, conduzindo do atual regime capitalista ao regime socialista. Mas isso é fantasia. Pela própria natureza das coisas, muito depressa se rompe a cadeia, e as direções que pode tomar o movimento com esse ponto de partida são múltiplas e variadas” (*ibid.*, p. 61).

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 54.

mais importante para a classe operária seria reivindicar as reformas sociais, que, introduzidas gradativamente, conduziram inexoravelmente ao socialismo. Rosa enxergou na atitude de Bernstein uma manobra que visava o abandono da luta pela construção do socialismo, mantendo apenas uma fraseologia vagamente simpática, mas absolutamente inócua para a concretização de seus objetivos. Ora, dizia ela, “se se fizer das reformas um fim em si, não só estas não conduzem à realização do objetivo final socialista, mas precisamente conduzirão ao seu contrário”, já que o melhor aprendizado para a classe operária seria a própria luta, desde que orientada para a tomada revolucionária do poder. Não há problema em lutar por reformas sociais, dizia ela, desde que “o objetivo socialista esteja implícito como tendência do próprio movimento”<sup>157</sup>, o que não é a mesma coisa que o próprio movimento (ou melhor, o tipo de movimento defendido por Bernstein, já que na concepção de Rosa, haveria uma unidade indissolúvel entre movimento e objetivo).<sup>158</sup>

Dito de outra forma: para se chegar a um lugar distante, Bernstein entendia que o melhor a fazer seria jogar a bússola fora e tentar alcançar somente aquele horizonte que está diante da nossa vista, para depois se preocupar com o próximo que viesse aparecer e assim sucessivamente. Rosa dizia, com toda razão, que caminhar desta maneira só pode nos distanciar cada vez mais do destino fixado anteriormente, pois são muitos os desvios que surgem pela frente. Não basta fixar apenas o ponto de partida, mas deve-se ter certeza do ponto de chegada; somente neste sentido é que a luta pelas reformas pode ser justificada, já que deste modo “cada passo para frente nesta via, *ultrapassa* os seus próprios fins”, não se esgotando em si mesmo.

A análise de Bernstein desembocava, finalmente, na denúncia do “caráter utópico” da própria concepção marxista sobre a história. Rosa acusou-o de não compreender o significado do caráter transitório do modo de produção capitalista, por ter abandonado o terreno revolucionário depois que passou a enxergar no regime capitalista o ponto culminante do processo de desenvolvimento.<sup>159</sup> Rosa lamentava, nos anos que antecederam a primeira guerra mundial, que estava ficando cada vez mais evidente uma mudança da tática empregada

---

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 60-61.

<sup>158</sup> “A reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico, que se pode escolher à vontade no refeitório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim *fatores* diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe, condicionados um ao outro e que se completam (...) É inteiramente falso e contrário à história representar-se o esforço pelas reformas unicamente como a revolução desdobrada, no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Não se distinguem uma transformação social e uma reforma legal pela *duração*, mas pelo *conteúdo*. É precisamente na transformação de simples modificações quantitativas em uma nova qualidade ou, mais concretamente falando, na passagem de um dado período histórico, de dada forma de sociedade, a outra, que reside todo o segredo das transformações históricas pela utilização do poder político” (*ibid.*, pp. 95-96).

<sup>159</sup> *Ibid.*, pp. 78-79.

pelo Partido Social-Democrata Alemão. Esta tendência afetaria, inevitavelmente, não apenas a realização do programa socialista, mas também as próprias reformas sociais. É absolutamente inaceitável, disse Rosa Luxemburgo, aceitar a idéia de que a introdução das reformas possa fazer desaparecer o regime capitalista, pois essa concepção parte de uma falsa premissa: aquela que afirma que as reformas conduzem à gradual expropriação dos capitalistas.

Rosa Luxemburgo afirmou que a luta sindical no terreno da institucionalidade burguesa não poderia passar de “uma espécie de trabalho de Sísifo”, pois a cada aumento dos salários corresponde uma intensificação da taxa de exploração mediante aumentos constantes na produtividade do trabalho, recompondo desta maneira o equilíbrio que torna possível a manutenção do sistema. Rosa destaca um dos postulados da teoria econômica marxista, lembrando que a simples luta contra o modo de repartição da riqueza resultará totalmente inócua, porque esta resta sempre subordinada ao modo de *produção*.<sup>160</sup>

Na prática, o revisionismo se converte numa variante do liberalismo burguês, em que pese a retórica em favor do socialismo. A crença de que a burguesia continuará desempenhando um papel progressista na história, ignorando completamente o contexto de reação política contra as classes subalternas (repressão policial, militarismo, acirramento dos conflitos imperialistas etc.); o abandono do socialismo científico e das táticas defendidas pela social-democracia até então; a proposta de regulamentação do mercado, mantendo intactas as bases da exploração de classe, ou seja, o próprio sistema de produção; a possibilidade de o Estado burguês representar os interesses universais, uma vez que as lutas de classes desapareceriam; tratando burgueses e proletários, indistintamente, como “cidadãos” no gozo de direitos políticos. Enfim, negando ao proletariado a qualidade de ser a única classe portadora de condições para emancipar toda a sociedade, e o que é pior, através de uma apologia pura e simples da burguesia.<sup>161</sup>

## **2.2. Lênin e o “renegado Kautsky”, representante da pior espécie de oportunismo.**

De acordo com Lênin, a tese sobre um suposto “capitalismo organizado” não passava de uma *ideologia* que mascarava, sob o manto da organização racional dentro dos muros da fábrica, o “agravamento do caos que caracteriza todo o sistema da produção capitalista”.<sup>162</sup> O desequilíbrio entre indústria e agricultura, a miséria das massas, o caráter beligerante da

---

<sup>160</sup> *Ibid.*, pp. 84-85.

<sup>161</sup> *Ibid.*, capítulo sobre “O desmoronamento”, pp. 107 e seguintes.

<sup>162</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 25.

política do Estado imperialista, as crises de superprodução e o acirramento das lutas de classes demonstram que a tese acerca de um “capitalismo organizado” não poderia resistir a uma confrontação com os fatos, como demonstraram também Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin.

A crítica pequeno-burguesa distinguia-se da apologia do imperialismo apenas na forma, pois o conteúdo de ambas era visceralmente *reacionário*. O trabalho de Lênin sobre o imperialismo foi redigido justamente num contexto de acirradas polêmicas entre os revolucionários marxistas, de um lado, e as tendências oportunistas no seio do movimento operário, de outro; em praticamente todos os capítulos do livro, é possível encontrar referências de Lênin ao pensamento pequeno burguês daquela época, que tendia a “contaminar” os sindicatos de trabalhadores e seus partidos políticos através da defesa do “nacional-chauvinismo”.

O conteúdo deste tipo de “crítica” do imperialismo era reacionário, como demonstrou Lênin, porque representava uma pretensão impossível de ser realizada: o retorno a uma época onde predominava um tipo de competição considerada “livre, pacífica e honrada”. O sonho romântico do pequeno burguês pressupunha ainda a possibilidade de se eliminar o caráter parasitário dos investimentos especulativos, revelando um desejo de retorno a uma época em que o desenvolvimento do capitalismo girava em torno dos investimentos *produtivos*, ou seja, na produção de mercadorias.<sup>163</sup>

Ocorre que a concorrência, como Marx já havia demonstrado, conduz *inexoravelmente* à concentração e ao monopólio. Justamente por isso, Lênin afirmou que a expressão “social-imperialista” era bastante apropriada para definir alguns líderes do Partido Social-Democrata alemão: tais eram “socialistas de palavra e imperialistas de fato”.<sup>164</sup> Em síntese: a tendência reformista no seio do movimento operário vislumbrava a possibilidade, *num momento de decomposição do capitalismo*, de eliminar a fome e a miséria das massas, *sem destruir o próprio sistema capitalista* (que produzia e vinha acentuando cada vez mais as suas próprias contradições).

O estudo de Lênin sobre o imperialismo tinha um objetivo bem definido: combater as tendências oportunistas no interior do movimento operário, cujo mais destacado representante foi Karl Kautsky. Este, de acordo com Lênin, representava a “pior espécie” de oportunismo, já que a idéia central de sua teoria repousava na esperança de uma paz entre os povos e nações do mundo, tornada possível *justamente* em função da concentração do poder econômico em

---

<sup>163</sup> *Ibid.*, pp. 24 e 49-50.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 109.

torno dos trustes e cartéis.<sup>165</sup> O pensamento de Kautsky, na prática, implicava a elaboração de uma estratégia política que consistia na acomodação do movimento operário à política imperial do Estado burguês. Este tipo de análise, apesar da fraseologia em defesa do pacifismo, na prática convertia-se justamente no seu contrário; pois o autor, ainda que implicitamente, sugeria que o movimento operário deveria aderir àquela *mesma* estratégia política pretendida pelo capital financeiro: os trabalhadores de todo o mundo deveriam renunciar à luta pela emancipação de toda a sociedade, ignorando o *internacionalismo proletário* para abraçar a causa nacionalista, a xenofobia e o preconceito étnico-racial.

Para chegar a estas “conclusões”, Kautsky teve que ocultar as principais contradições daquela etapa do desenvolvimento capitalista. O autor, ao enfatizar as diversas *formas* de luta entre os trustes e cartéis, ignorou completamente o fato de que o *conteúdo* mesmo das lutas econômicas e políticas – cujo estudo permitiria denunciar o caráter de classe das mesmas – não poderia ser suprimido, enquanto continuasse existindo o capitalismo.<sup>166</sup> O “renegado Kautsky”, cujos equívocos Lênin atribuía à má-fé e não à ignorância, escondia o fato – constatável empiricamente – de que o recurso à violência impunha-se como um “procedimento” absolutamente necessário para a afirmação dos interesses da oligarquia financeira. A tendência em converter a disputa econômica dos trustes e cartéis numa guerra entre os Estados, como afirmou Lênin, era uma característica essencial da “etapa superior do capitalismo”, sendo ineliminável dentro da estrutura da sociedade burguesa.

Exatamente o oposto era defendido por Kautsky. O mais destacado representante da Segunda Internacional afirmou que a tendência de expansão do capital poderia ser “melhor realizada” sem a agressão de uns Estados contra outros: “no es por medio de los métodos violentos del imperialismo, sino por la democracia pacífica” que se pode ampliar de modo mais proveitoso o comércio entre as nações.<sup>167</sup> Kautsky entendia que os países imperialistas poderiam conquistar os mercados (incluindo o acesso às matérias-primas) dos países dependentes e coloniais *sem* empregar a força militar: as matérias-primas “poderiam ser” livremente adquiridas no mercado, razão pela qual Kautsky considerava a política colonial desnecessária, justamente por ser “cara e perigosa”.<sup>168</sup>

Lênin notou que Kautsky, ao tratar da questão do imperialismo, destacava alguns aspectos secundários (“o imperialismo é um produto do capitalismo *industrial* altamente desenvolvido” etc.) e os isolava de seus aspectos essenciais, que eram colocados à margem. A

---

<sup>165</sup> Cf. *Ibid.*, p. 73-4.

<sup>166</sup> Cf. *Ibid.*, p. 74.

<sup>167</sup> Cf. *Ibid.*, p. 112.

<sup>168</sup> Cf. *ibid.*, p. 82.

existência do capital *financeiro* e o processo de exportação de *capitais*, dois dos “cinco traços fundamentais do imperialismo”, não eram levados em consideração pelo renegado marxista alemão, que ignorou igualmente o fato de que a tendência de anexação de territórios aplicava-se também às relações entre as regiões *industriais*, e não apenas às relações entre estas e as sociedades “agrárias”.<sup>169</sup> Lênin ressaltou ainda que Kautsky interpretava o imperialismo não como uma etapa no desenvolvimento do capitalismo, mas tão-somente como *uma* dentre outras políticas possíveis na era dos trustes e cartéis. “Resulta que los monopolios en la economía [de acordo com Kautsky] son compatibles con el modo de obrar no monopolista, no violento, no anexionista en política”.<sup>170</sup>

Desta interpretação errônea sobre o caráter da política do capital financeiro, resulta a teoria do superimperialismo ou “ultraimperialismo” de Kautsky. Esta teoria consistia em demonstrar a possibilidade objetiva de não apenas eliminar a luta entre os Estados imperialistas, mas, sobretudo a virtualidade de celebrar uma *união* entre todos eles. Supondo que o surgimento dos trustes e cartéis criava as condições necessárias para celebrar a paz entre os povos e nações de todo o mundo, Kautsky estava, na prática, fornecendo argumentos que serviam não aos interesses da classe operária, *e sim aos reacionários*. Mas não se tratava, disse Lênin, de ignorância acerca dos problemas decorrentes da estrutura monopolista do capitalismo, e sim da “conveniência de parecer ingênuo” (quando se tratava de falar de um provável *pacifismo imperialista*) para servir, deliberadamente, aos interesses da oligarquia financeira.<sup>171</sup> A idéia de um *ultraimperialismo pacífico*, de acordo com o revolucionário russo, não passava de um “consolo aqui-reacionário” que nutria falsas esperanças para as massas exploradas.

### 2.3. A política e os problemas decorrentes da transplantação ideológica

O moderno sistema colonial, por mais brutais que sejam os seus métodos e mais egoístas os objetivos dos sujeitos que nele se apóiam, não pode prescindir de uma ideologia que o justifique. Para a estabilidade do sistema, não é suficiente possuir uma superioridade militar diante dos povos “atrasados e inferiores”. É preciso também poder contar com uma base de sustentação política e social no interior da metrópole – sobretudo quando se trata de uma democracia representativa burguesa – e também no seio da própria sociedade dominada. É importante contar com o apoio de setores da própria sociedade conquistada, pois isto

<sup>169</sup> Cf. *ibid.*, p. 90.

<sup>170</sup> Cf. *ibid.*, p. 92.

<sup>171</sup> Cf. *ibid.*, p. 111. Consultar também BUKHARIN, *A economia mundial*, cap. XII, pp. 128-30 e 134-5.



contribuiu para reduzir os custos do empreendimento colonial. Pode-se dizer, nesse sentido, que a ideologia insere-se numa estratégia baseada na “economia da violência”.

A Inglaterra, pioneira da moderna colonização, foi também – e não se trata de uma mera coincidência – o “berço” da teoria que procurou dourar a pílula da opressão colonial. É praticamente impossível contar quantos foram os livros publicados por autores que, para defender a política colonial do Estado britânico, alegaram que a ocupação tinha o propósito de “educar e libertar” as raças que se encontravam num estágio evolutivo inferior (sem contar, obviamente, também os inúmeros artigos que foram escritos na imprensa e os pronunciamentos de deputados na tribuna do Parlamento).

Ideólogos do colonialismo britânico alegavam que a administração das colônias orientava-se de acordo com “metas” bem definidas: “promover ao máximo os interesses da colônia, desenvolver seu sistema de governo o mais rapidamente possível e elevá-la da situação de inferioridade à situação de associação”.<sup>172</sup> Afirmava-se que o grau de “liberdade” alcançado pela população das colônias, sob a tutela da metrópole, jamais teria sido alcançado se aquelas sociedades continuassem sendo governadas de acordo com seus próprios costumes e suas tradições multisseculares. Com bastante exatidão, Hobson resumiu da seguinte maneira a lógica contida nos argumentos em defesa do sistema colonial: “nos encontramos aquí con la teoría de que los británicos, al igual que los romanos, representan una raza genialmente dotada para el arte de gobernar, de que nuestra política colonial e imperial está animada por la firme decisión de propagar por todo el mundo la ciencia del libre autogobierno que nosotros disfrutamos en nuestro país, y de que de verdad estamos llevando a cabo esa empresa”.<sup>173</sup>

Tais argumentos contrastavam com as medidas práticas (políticas e militares) que eram necessárias para implementar este tipo de “política exterior”. Predominou, para utilizarmos uma expressão bastante conhecida, a eficiente “diplomacia da canhoneira”, que funcionou não apenas para os Estados cujo *status* era o de colônias, mas também para países formalmente independentes (como atesta, no Brasil, o incidente ocorrido na Baía da Guanabara que comentarei no capítulo VIII). O princípio que deveria reger as relações internacionais – o direito à autodeterminação dos povos e nações – foi sistematicamente violado para atender aos interesses da nova camada plutocrática que controlava o poder político nos países de capitalismo avançado (ou, como afirmou Lênin: “quando a diplomacia falha, a esquadra intervém”).

---

<sup>172</sup> Cf. HOBSON, *Estudio del imperialismo*, p. 122.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 122.

Hobson e, depois dele, os escritores marxistas que no início do século XX estudaram o imperialismo, denunciaram à exaustão os abusos, as violências e a opressão sofridos pela população dos países conquistados (política ou economicamente). Mas, excetuando-se justamente o primeiro deles – que não chegou a compreender o significado do imperialismo na sua complexidade dialética, ou seja, no fato de que os seus aspectos destrutivos criavam simultaneamente as condições objetivas para a sua superação positiva –, todos os demais notaram que o avanço das relações capitalistas para os mais distantes cantos do planeta trazia a perspectiva de saltar etapas de desenvolvimento e colocar em discussão a própria questão do socialismo (afinal, como disse Marx, *os indivíduos só colocam os problemas cuja solução já se tornou possível...*).

Os limites contidos na análise de Hobson já haviam sido identificados por Lênin, que afirmou que o primeiro – um típico representante da ala esquerda do liberalismo britânico – não chegou a compreender “as forças que contrarrestam o imperialismo em geral”. Para o marxista russo, a coerção utilizada para “educar o negro para o trabalho” poderia gerar uma resistência em sentido contrário, “preparando deste modo a emancipação econômica e depois política das raças de cor”.<sup>174</sup> O imperialismo, que exigia a utilização da força militar e a superexploração de trabalhadores totalmente destituídos dos direitos mais elementares, estava contribuindo para gerar uma contra-tendência: o despertar da consciência revolucionária, que consistia numa luta dotada de um duplo propósito: a emancipação nacional e a superação da ordem burguesa, antes mesmo que esta tenha sido completada. Esta tendência também não passou despercebida aos olhos de Hilferding:

Nos países recém-abertos, o capitalismo importado acirra por sua vez os antagonismos e excita a crescente resistência dos povos que despertam para a consciência nacional contra os invasores. Esta pode facilmente recrudescer a tomada de medidas perigosas contra o capital estrangeiro. As velhas relações sociais são totalmente revolucionadas, rompe-se a milenária vinculação agrária das “nações sem história”, que inclusive são submersas no turbilhão capitalista. O próprio capitalismo confere paulatinamente aos subjugados os meios e os caminhos para sua libertação. A meta que outrora era o mais alto ideal das nações européias – a criação do Estado nacional coeso, como meio de alcançar

---

<sup>174</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 104.

a liberdade econômica e cultural – torna-se também a meta dessas nações subjugadas.<sup>175</sup>

A dupla reconfiguração do equilíbrio de forças – tanto entre os países imperialistas e suas esferas de influência, quanto no interior de cada uma destas sociedades – fazia os socialistas de todo o mundo voltarem cada vez mais suas atenções para os países atrasados, sobretudo para a Rússia. Enquanto a perspectiva de uma revolução popular se avizinhava nos países atrasados, a contaminação da ideologia reformista nas economias industrializadas representava um refluxo do movimento anticapitalista. Esta situação só fez agravar ainda mais as tensões entre os países exportadores e importadores de capital, uma vez que os primeiros vinham tentando “expulsar”, por assim dizer, os custos da acumulação capitalista para todos os países que sofriam com a luta pela partilha do mundo. Quando a própria partilha do vasto território mundial foi concluída, já na primeira década do século, então a eclosão de uma disputa direta entre as grandes potências tornou-se uma mera questão de tempo: as coisas só poderiam ser resolvidas, nestes termos, na ponta da baioneta. Bukharin afirmou, a propósito, que não se tratava de outra coisa senão da tentativa generalizada de “resolver a fio de espada as questões litigiosas”.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 302.

<sup>176</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 93 e 133.

## Capítulo VII

### CONSEQÜÊNCIAS DA POLÍTICA IMPERIALISTA SOBRE AS COLÔNIAS E OS PAÍSES DEPENDENTES

#### 1. A contribuição e os limites do capital estrangeiro para a industrialização na periferia

##### 1.1. A contribuição do capital estrangeiro

A política expansionista dos Estados imperialistas tornava-se mais agressiva à medida que crescia a concorrência entre os trustes e cartéis, e com estes as *dificuldades* crescentes de realização da mais-valia. Para os representantes da oligarquia financeira, controladora das indústrias e dos bancos instalados nos países industrializados (assim como do próprio aparelho repressivo do Estado burguês), a correlação de forças existente não poderia garantir mais do que um equilíbrio precário, razão pela qual procuraram perseguir – sempre que possível – a linha de menor resistência. Portanto, enquanto a partilha do mundo não fosse concluída, os tiros dos canhões e das baionetas poderiam continuar sendo disparados sobre os povos “atrasados”, sem colocar em risco a situação da oligarquia financeira.

Os investimentos realizados nos países atrasados conciliavam interesses políticos (manutenção de um certo equilíbrio geopolítico entre as potências imperialistas, ainda que temporariamente) com vantagens econômicas. Economicamente, decorriam de três exigências fundamentais: necessidade de criar escoadouros para as mercadorias que eram produzidas nos países imperialistas, garantir às suas indústrias o suprimento de matérias-primas e ampliar a esfera de investimento de capital.<sup>177</sup> Vejamos um pouco mais de perto estes três aspectos, que fazem parte de um mesmo problema: a reprodução em escala ampliada no âmbito do mercado mundial.

Marx demonstrou que o modo de produção capitalista só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente as forças produtivas. Os capitalistas, enquanto “funcionários do capital”, são obrigados a introduzir constantemente novos métodos de produção e de trabalho, sob pena de sucumbirem diante da força implacável da concorrência. A concentração da produção conduz à luta intercapitalista pela ampliação do mercado; esta luta, depois de um primeiro momento, ultrapassa as fronteiras do Estado-Nação e converte-se em processo de repartição do próprio mercado mundial. Na fase do capitalismo monopolista, portanto, a tendência de extensão ilimitada da produção capitalista torna mais próximo o momento em que todas as economias são submetidas à lógica do modo capitalista de

---

<sup>177</sup> Cf. BUKHARIN, *A economia mundial*, p. 95.

produção. *A exportação de capitais surge como uma consequência do caráter progressivo do capital*, que para continuar sendo valorizado exige a criação de novos mercados.<sup>178</sup>

O capital, como disse Marx, não conhece fronteiras políticas e geográficas: seus limites encontram-se no próprio capital. A exportação de capitais, portanto, deve ser explicada a partir das leis que regem a *produção* de riquezas em suas formas especificamente capitalistas; explicá-la a partir dos problemas da realização da mais-valia equivale a inverter os termos da análise. Foi exatamente isso o que Lênin afirmou a propósito do desenvolvimento do capitalismo na Rússia: “o problema do mercado estrangeiro não tem absolutamente nada a ver com o problema da realização”.<sup>179</sup> Se capitais são exportados, isto ocorre como consequência de seu impulso para a expansão irrefreável e ilimitada, e não de uma suposta impossibilidade de realizar a mais-valia no interior das fronteiras deste ou daquele país: afinal, mesmo se não houvesse problemas do lado da realização, a exportação de capitais teria prosseguimento, assim como qualquer outro investimento (produtivo ou não) no interior de um determinado país. Certas dificuldades do lado da demanda efetiva existem e não podem ser ignoradas, pois interferem no processo de alocação dos recursos; mas são secundárias diante da lógica da “acumulação pela acumulação”.

Não obstante, é inegável que a exportação de capitais tem uma *consequência* da maior importância: a possibilidade de conter a tendência de queda da taxa de lucros. Os países mais industrializados, de acordo com uma tendência inerente ao desenvolvimento capitalista, são aqueles cuja produção de mercadorias exige uma elevada composição orgânica de capital (aumento relativo do *valor*, e não apenas da grandeza física, dos elementos que compõem o capital constante, enquanto o capital variável decresce na razão inversamente proporcional). De acordo com a análise marxiana, quanto maior a composição orgânica do capital, *menor* será a taxa de lucro (relação entre a mais-valia e o capital global adiantado) obtida pelo empresário industrial.<sup>180</sup> Pressupondo uma taxa de mais-valia (m/v) constante – portanto, que não seja alterado o grau de exploração da força de trabalho –, a taxa de lucro deve necessariamente acompanhar o decréscimo relativo da força de trabalho (capital variável) em relação ao valor total investido na produção.

<sup>178</sup> Cf. MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, p. 151 e seguintes.

<sup>179</sup> Citado por *ibid*, p. 157.

<sup>180</sup> Neste ponto, reside a diferença fundamental entre as interpretações de David Ricardo e Karl Marx sobre a tendência de queda da taxa de lucros: enquanto o primeiro entendia que os rendimentos decrescentes estavam associados ao avanço da produção sobre as terras menos produtivas (que exigiam maior tempo de trabalho), Marx afirmava: “a taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo” (*O Capital*, III, 1, p. 182).

O aumento da composição orgânica resulta do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que acarreta uma alteração na relação entre as partes alíquotas do capital aplicado no processo de valorização: quanto maior o emprego de máquinas e equipamentos modernos, maior será o valor dos elementos que compõem o capital constante, que tende a crescer mais rapidamente que o capital variável (cada trabalhador movimentando uma quantidade cada vez maior de meios de trabalho, no contexto de um “progressivo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho”). Nestas condições, a taxa de lucro ( $m/C$ , onde  $m$  representa a mais-valia e  $C$  o capital global posto em movimento) deverá *cair* sempre que aumentar o quantum do capital global, acarretando uma queda do nível de investimentos nos países industrializados. Numa situação como esta, os países mais atrasados, do ponto de vista da produção capitalista, são aqueles que apresentam condições mais favoráveis para aplicação lucrativa de capital.

A transferência de capitais para os países dependentes e coloniais torna-se, deste modo, um instrumento que permite reverter a tendência de queda da taxa de lucros.<sup>181</sup>

“Além do mais, [ela] exerce esta influência por uma dupla razão. Não significa apenas que o capital exportado para as regiões coloniais é investido a uma taxa de lucro mais alta do que se houvesse sido investido na metrópole, porém também dá origem a uma tendência para que a taxa de lucros na pátria (no país imperialista) seja maior do que teria sido em outras condições.<sup>182</sup> Isto ocorre porque a plethora do capital que busca investimento na metrópole se reduz devido ao lucrativo desafogo colonial ao diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho e porque o capitalista está apto a comprar, em sua própria pátria, força de trabalho a menor preço”.<sup>183</sup>

Como se nota, o restabelecimento de uma situação favorável aos interesses do capital é diametralmente oposto aos interesses da força de trabalho, mesmo nos países imperialistas: os investimentos realizados nos países dependentes e coloniais implicam uma redução na

<sup>181</sup> Contra esta interpretação, encontramos o trabalho de MAZZUCHELLI, *A contradição em processo*, p. 99.

<sup>182</sup> Esta afirmação não pode ser confundida com a famosa tese de Rosa Luxemburgo, que entendia ser impossível a continuidade da reprodução ampliada num sistema capitalista “fechado”. Trata-se, ao contrário da tese de Luxemburgo, de uma tendência que contrarresta a tendência de queda da taxa de lucros, e não da impossibilidade de o sistema capitalista funcionar sem avançar sobre os “mercados externos” (ou seja, sobre as formações sociais pré-capitalistas). Nas palavras de Marx: “Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada” (MARX, *O Capital*, III, 1, p. 193).

<sup>183</sup> DOBB, *Economia política e capitalismo*, p. 173.

demanda por força de trabalho nos países centrais (recompondo o exército industrial de reserva), o que facilita o rebaixamento dos salários. Os investimentos privados, sendo realizados sem planejamento – tendo em vista a anarquia da produção capitalista – acentuam também os desequilíbrios no âmbito da economia nacional. Conseqüentemente, são cada vez mais curtos os intervalos entre as crises econômicas, e estas duram cada vez mais. Foi o que aconteceu, por exemplo, nas últimas décadas do século XIX, quando uma grande crise econômica atingiu todos os países industrializados. O período 1873-96, se analisado à luz dos “ciclos de Kondratieff”, representa, dentro de um ciclo de aproximadamente 50 anos, uma fase de redução da atividade industrial e também do comércio. Trata-se daquilo que Mandel chamou de “onda longa com tonalidade de estagnação”, para designar um período cujas principais características são a queda da taxa média de lucros e o declínio acentuado dos investimentos produtivos, causados, respectivamente, pelo aumento da composição orgânica do capital e pelo esgotamento do impulso expansionista do capital.<sup>184</sup>

Ora, nenhum destes fatores estava presente nos países atrasados, e este fato despertou a atenção dos investidores estrangeiros, que estavam ainda envolvidos com as conseqüências econômicas da Grande Depressão que atingiu os países industrializados, a partir de 1873. A mais-valia acumulada poderia ser reinvestida produtivamente nas colônias e nos países dependentes, como forma de expulsar as contradições do processo de acumulação para o lado de fora de suas fronteiras.<sup>185</sup> Deste modo, tornavam-se disponíveis todo o imenso exército industrial de reserva e as riquezas naturais existentes. Além, é claro, da possibilidade de aproveitamento de condições técnicas que, justamente por serem mais atrasadas do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, permitiam a obtenção de superlucros fáceis e imediatos.

A exportação de capitais, dos países imperialistas para as colônias e países dependentes, foi estimulada justamente porque existiam grandes *diferenças nas taxas de lucro e de juros* entre os países. Onde houver liberdade para o movimento de capitais, estes serão alocados, obviamente, naqueles locais que oferecerem os maiores lucros ou os maiores juros, dependendo da natureza do investimento (se diretamente produtivo no primeiro caso, ou a título de empréstimo, no segundo). O grande volume de investimentos realizados nos países atrasados decorreu, portanto, da menor taxa de retorno existente nos países de capitalismo maduro: “no período imperialista clássico, a principal forma de superlucros originava-se das

---

<sup>184</sup> MANDEL, *O capitalismo tardio*, capítulo 04.

<sup>185</sup> “O mercado precisa ser constantemente ampliado, de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre mais a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontroláveis. *A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção*” (MARX, *O Capital*, vol. III, tomo 1, p. 185; os itálicos são nossos).

diferenças entre as taxas de lucro das metrópoles e das colônias”.<sup>186</sup> “Para a exportação de capital é imperativa a diversidade da taxa de lucro; a exportação de capital é o meio para compensação das taxas de lucro nacionais”.<sup>187</sup> Além disso, a taxa de *juros* tende a ser muito maior nos países atrasados, já que a oferta de capitais é restrita, e a organização bancária e creditícia ainda não atingiu um grau de desenvolvimento suficiente para substituir o capital forâneo nos empreendimentos de maior envergadura, como por exemplo, nos casos de construção da infra-estrutura de transportes e comunicações. Deste modo, as economias atrasadas se convertem em atraentes locais para o investimento dos capitais acumulados no centro da economia mundial (onde, como vimos, as oportunidades de reinversão produtiva vão se tornando cada vez mais reduzidas).

Mas a exportação *de capitais* possui o condão de estimular também a exportação *de mercadorias* produzidas pelas empresas dos países centrais. Isto pode acontecer através de diferentes formas:

- a) A exportação de capitais, se efetuada sob a forma de capitais de empréstimo, contribui para ampliar a capacidade de consumo dos mercados receptores.<sup>188</sup> Como a capacidade de importação dos países agrícolas é limitada pelo valor de suas exportações, a entrada de recursos estrangeiros em grande quantidade, sem uma acumulação prévia, tornou possível a aquisição de mercadorias que ainda não eram produzidas localmente. Artigos de luxo, bens de consumo duráveis, equipamentos de transporte ferroviário, peças e componentes de companhias elétricas, de iluminação pública e telégrafos, além de algumas máquinas e equipamentos industriais, puderam ser adquiridos através deste expediente. Neste caso, a oferta de capitais criava a sua própria demanda (ou seja, a oferta de capital-dinheiro criava a demanda por capital sob a forma de mercadorias);
- b) Os trustes e cartéis contavam com a ajuda do capital financeiro para *forçar* a venda de suas mercadorias aos novos mercados consumidores. O capital financeiro impunha algumas condições para fornecer empréstimos aos governos dos países periféricos, e a principal cláusula contratual, neste sentido, era aquela que determinava que os recursos fornecidos deveriam ser utilizados, obrigatoriamente, para a aquisição de bens ou serviços junto a empresas do mesmo grupo. As instituições financeiras, procurando tirar proveito da situação de quase-monopólio

---

<sup>186</sup> MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 243.

<sup>187</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 297.

<sup>188</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 298.



que desfrutavam nas relações com alguns governos necessitados de recursos, conseguiam fazer com que estes assumissem a obrigação de somente adquirir mercadorias fabricadas por empresas que pertencessem ao mesmo grupo. Conseguiram, deste modo, estimular simultaneamente a exportação de capitais e também a exportação de mercadorias.<sup>189</sup>

Os investimentos realizados pelo capital financeiro, apesar de reforçar uma divisão internacional do trabalho cuja tendência era a de *manter* a oposição entre os países industrializados, de um lado, e os países agrários, de outro, não deixava de estimular, *até certo ponto*, o processo de industrialização na periferia do sistema. Lênin e Hilferding notaram que, em alguns setores, a exportação de capitais poderia até mesmo acelerar o desenvolvimento das forças produtivas nos países atrasados, facilitando inclusive o acesso aos meios de produção que eram produzidos nos países centrais. A aquisição destes meios de produção permitiu efetuar certos “saltos” na escala de produção, que não seriam possíveis se se prescindisse do capital estrangeiro. A exportação de capitais, de acordo com Lênin, repercutia (positiva e/ou negativamente) sobre todos os níveis nos países receptores de empréstimos, e *acelerava extraordinariamente o desenvolvimento do capitalismo nestas regiões*.<sup>190</sup> Hilferding, a propósito, já havia notado que...

Assim como hoje uma indústria recém-criada não se desenvolve a partir de princípios e técnicas artesanais para chegar a ser uma gigantesca empresa moderna, mas é fundada de antemão como empresa altamente capitalista, assim o capital, hoje, também é importado por um novo país com o respectivo grau de perfeição e desenvolve por isso seu efeito revolucionário com ímpeto muito maior e em prazo muito mais curto do que exigiu, por exemplo, o desenvolvimento capitalista da Holanda e da Inglaterra.<sup>191</sup>

A relativa facilidade (tendo em vista a acumulação preexistente) que os países atrasados encontravam para *obter* recursos mediante investimentos diretos ou empréstimos, em que pese a dificuldade crescente de *pagá-los*, permitiu a instalação de um pequeno núcleo de indústrias que funcionavam com maquinaria moderna. Neste aspecto, portanto, não pode

<sup>189</sup> Cf. LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 64-5, 97 e 116; BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 89-91; HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 296-304.

<sup>190</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, p. 63. Nos capítulos sobre a particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil, analisaremos este problema num nível de abstração inferior, procurando esclarecer melhor a relação dialética que envolve os elementos que estimulam e obstam o desenvolvimento das forças produtivas.

<sup>191</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 303.

haver dúvidas que a oferta de capitais contribuiu para criar a sua própria demanda, não obstante os esforços de Rosa Luxemburgo para provar o contrário. A relação entre a oferta e a demanda por bens de consumo duráveis, nos países atrasados, foi objeto de uma controvérsia entre Rosa Luxemburgo e os demais economistas da tradição marxista. Para Rosa, a demanda nos países atrasados não apenas deveria *anteceder* a produção de mercadorias, como ela sequer teria crescido após a entrada de capitais de empréstimo.<sup>192</sup> Hilferding, Bukharin e Lênin, seguindo de perto a análise contida no *Capital*, entendiam que a oferta de capitais nos países atrasados gerava a sua própria demanda (é importante destacar que, diferentemente da teoria clássica, não se trata de uma situação na qual o livre jogo dos agentes econômicos é capaz de, por si só, garantir o equilíbrio entre os fatores da produção). Estudos empíricos sobre o processo de industrialização em diversos países que na época ainda não eram industrializados demonstraram que as fábricas ali instaladas prescindiram, inclusive, de uma demanda preexistente. Hilferding, a propósito, afirmou que “a exportação de capital faz recuar aquela barreira originária da capacidade de consumo do novo mercado”. E acrescentou:

A transferência de métodos capitalistas de transporte e de produção ao país estrangeiro causa nesse caso um rápido desenvolvimento econômico, o surgimento de um maior mercado interno, mediante a extinção das relações de economia natural, [e] a expansão da produção em escala de mercado. Com isso, multiplicam-se aqueles produtos que são exportados e que podem servir, por sua vez, para o pagamento do juro do capital novamente importado.<sup>193</sup>

Ao contrário de Rosa Luxemburgo, Hilferding afirmou que quanto mais desenvolvida a produção de mercadorias nas colônias *de acordo com a organização capitalista*, maior deveria ser também a sua capacidade de servir como campo de aplicação de capital.<sup>194</sup> “Mediante essa produção [ou seja, a produção ‘explorada de modo altamente capitalista’], torna a crescer o excedente que a colônia pode exportar e, com isso, está dada a possibilidade de novos investimentos de capital”. Para o economista austríaco, a manutenção de relações pré-capitalistas nas colônias ou países dependentes só contribuía para *perturbar* a movimentação de capitais. A ausência de trabalhadores assalariados nas colônias foi considerada por Hilferding um sério obstáculo aos investimentos estrangeiros. Rosa, ao

---

<sup>192</sup> LUXEMBURGO, *A acumulação de capital*, pp. 289-90.

<sup>193</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 298.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 299.

contrário, entendia que a manutenção de relações pré-capitalistas era uma *condição* para tais investimentos, argumento desmentido pelos fatos históricos.

As vantagens obtidas pelas metrópoles com a política colonial podem ser resumidas nos cinco pontos que enumeramos a seguir, seguindo de perto as análises de Lênin, Bukharin e Hilferding:

1. Disponibilidade de mão-de-obra barata e abundante;
2. Existência de matérias-primas e gêneros alimentícios em grande quantidade;
3. Facilidade para explorar grandes extensões de terra, adquiridas a preços relativamente baixos (Hilferding: “a renda fundiária, nos países atrasados, ainda não se desenvolveu”);
4. A utilização dos fatores acima possibilita a redução dos preços de custo no setor industrial, estimulando o consumo e permitindo também a obtenção de economias de escala;
5. Abertura de novos mercados consumidores para os produtos industrializados.

### 1.2. Os limites do capital estrangeiro: modernização conservadora

Apesar dos investimentos estrangeiros que foram realizados nos países atrasados (fato que contribuiu em grande parte para superar as sedimentações históricas de tipo pré-capitalistas), o endividamento cada vez maior destas economias constituía um forte obstáculo para internalizar os centros de decisão econômica. As atividades mais lucrativas – financiamento, comércio, transportes e construção da infra-estrutura urbana – permaneciam sob o controle dos investidores estrangeiros, restando secundária a participação da burguesia local. Se o investimento e a realização da mais-valia escapavam ao controle dos grupos econômicos locais, é óbvio que sua participação no esquema de acumulação só poderia se dar na condição de um *ator coadjuvante*, sem poderes decisórios de grande importância, especialmente no âmbito das relações econômicas.

Os escritores marxistas que acompanharam a emergência do capitalismo monopolista não forneceram informações detalhadas sobre os problemas que o capital financeiro trazia para o processo de industrialização *na periferia*. Privilegiaram antes o estudo do processo de industrialização *nos países capitalistas centrais* do que as conseqüências do avanço do modo de produção burguês sobre os países atrasados. Isto não significa que os problemas por eles abordados sejam irrelevantes para o estudo das formações sociais dependentes. Pelo contrário, são de importância fundamental para entender a própria organização social, política e econômica destas sociedades: formação do Estado nacional, organização jurídica, destruição das antigas formas de organização econômica, formação do mercado interno, ampliação das relações de trabalho assalariado (ou pelo menos formalmente livre), aprofundamento da divisão social do trabalho, introdução da maquinaria e da grande indústria além, é claro, da inserção destas economias no mercado mundial e a mercantilização crescente da vida social.

Contudo, a participação destas sociedades nos fluxos internacionais de comércio e de investimentos não foi suficiente para garantir às suas populações o acesso aos padrões de desenvolvimento econômico e social que já tinham sido alcançados nos países centrais. É preciso levar em conta que os estudos clássicos sobre o imperialismo – que tinham como referência os países de “capitalismo adiantado” – são importantes para identificar o “sentido”, por assim dizer, do desenvolvimento econômico nos países atrasados. Mas a transplantação de forças produtivas e relações de produção (além de todos os elementos que integram a superestrutura política, jurídica e ideológica), de um país para outro, é um processo sempre bastante complicado, porque pressupõe uma *diversidade de condições* em que se dá a introdução das relações capitalistas. Deste modo, a “assimilação” de tais relações nas formações sociais mais atrasadas não ocorre no mesmo ritmo ou com a mesma intensidade que nos países imperialistas. Afinal, se nestes já era evidente que o modo de produção capitalista era o *dominante* no conjunto da formação social<sup>195</sup>, nos demais o peso relativo das relações pré-capitalistas contribuía para a manutenção da hegemonia das classes agrárias tradicionais e da troca desigual. É por isso que o entendimento de cada uma das formações sociais (colônias e países dependentes) só pode ser obtido através do estudo concreto destas sociedades, tendo em vista uma exigência científica fundamental: determinar as especificidades do capitalismo periférico, isolando-as, para confrontá-las com aqueles traços que são comuns às formações sociais capitalistas mais adiantadas. Como, no modo de produção capitalista, “a *particularidade* constitui a forma por meio da qual se realizam as leis universais que regem esse tipo de solidariedade”,<sup>196</sup> a compreensão da gênese e do desenvolvimento do capitalismo nos países atrasados deve necessariamente partir do estabelecimento dos nexos causais entre o subsistema econômico nacional e a economia mundial.

É neste ponto que reside a necessidade de se determinar o *alcance*, ou seja, os limites do desenvolvimento econômico nos países atrasados. Como entender que os investimentos estrangeiros atuam *simultaneamente* como incentivo e obstáculo ao desenvolvimento das relações capitalistas nos países atrasados? Nosso ponto de partida será, pelas razões expostas anteriormente, as *indicações* deixadas pelos escritores marxistas no início do século passado. O passo seguinte consistirá em testar empiricamente a validade de suas premissas.

---

<sup>195</sup> Sobre a diferença entre modo de produção e formação social, consultar POULANTZAS, “Classes sociais e luta de classes”, pp. 101-2, e D. SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, pp. 22-3.

<sup>196</sup> MAZZEO, *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, p. 06.

Os principais elementos que *obstaram* o desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e dependentes, de acordo com os estudos “clássicos” do imperialismo, foram:

1. A possibilidade de importar mercadorias que são mais baratas do que os produtos similares nacionais:

Marx notou, com relação à exportação de *mercadorias*, que os “capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada, porque aqui, em primeiro lugar, se concorre com mercadorias que são produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de forma que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, embora mais barato do que os países concorrentes”.<sup>197</sup> Esta constatação tem como pressuposto a teoria do valor-trabalho: como o preço da mercadoria está associado ao tempo de trabalho *socialmente* necessário para produzi-la (independentemente do tempo gasto nesta ou naquela empresa, neste ou naquele país), os capitalistas que empregam forças produtivas menos desenvolvidas encontrarão dificuldades para tornar “sua” produção competitiva no mercado, apesar de ser maior a exploração da força de trabalho. Isto porque, a partir do momento em que as mercadorias são confrontadas umas com as outras no mercado, as diferenças de produtividade são anuladas em função de um nivelamento *forçado* dos preços de venda: “o trabalho que não é pago como qualitativamente mais elevado é vendido como tal”,<sup>198</sup> o que impede o aumento da escala de produção das indústrias instaladas nos países atrasados (conseqüentemente, da taxa de acumulação e das possibilidades de expansão no futuro)<sup>199</sup>.

2. A dependência econômica e o endividamento crescente dos países “importadores de capital”: mesmo os países politicamente independentes sofriam ingerências “diplomáticas” externas sobre questões importantes, como demonstram as constantes pressões sobre o câmbio, a fixação de direitos alfandegários, o orçamento público e a política de crédito. Lênin destacou a contradição entre independência política e dependência econômica como sendo um poderoso

<sup>197</sup> MARX, *O Capital*, III, 1, p. 181.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>199</sup> O estudo do movimento real do modo de produção capitalista desautoriza a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo: “em geral, os que pregam o livre-cambismo não consideram o fato de que há grandes diferenças entre os níveis de desenvolvimento das forças produtivas dos diversos países e que os países mais desenvolvidos impõem aos menos desenvolvidos os termos do intercâmbio. Os países mais adiantados exportam novos padrões de consumo aos outros países e dessa maneira criam demanda por seus produtos e, ao mesmo tempo, estimulam a produção, no resto do mundo, dos artigos que lhe interessam” etc. (SINGER, “Apresentação”, pp. XXIV-XXV).

obstáculo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas na periferia do sistema capitalista. Citou inclusive o caso da burguesia Argentina, e a forte solidariedade que havia se formado entre os seus interesses e os da oligarquia financeira inglesa.<sup>200</sup> Todos os países atrasados que foram convertidos em campo de investimentos para o capital financeiro sofreram o mesmo problema: os serviços da dívida externa passaram a consumir uma parcela muito grande do excedente econômico, gerando déficits crônicos na balança de pagamentos. A renda que fluía facilmente para os cofres da oligarquia financeira era a “base para el yugo y la explotación imperialista de la mayoría de los países y naciones del mundo, para el parasitismo capitalista de un puñado de Estados riquísimos!”;<sup>201</sup>

3. A reexportação dos lucros: só existe entrada de capitais estrangeiros nos países atrasados, obviamente, porque os investidores esperam um retorno *maior* do que o capital que foi aplicado inicialmente. Parte dos lucros pode até ser reinvestida produtivamente no mesmo país, mas isto acontece unicamente dentro de uma estratégia que consiste em *retirar ao máximo* os recursos materiais existentes, esgotando-os. “A maior parte do lucro fluía para o exterior, para ser gasto parcialmente como renda, *sem, portanto, ativar as indústrias do país devedor*, ou então para ser acumulado. Naturalmente, essa acumulação não precisa de modo algum ocorrer no país de onde se origina o lucro; mas, por meio desse ‘absentismo’ capitalista, *retardou-se* extraordinariamente a acumulação nesse país e, portanto, o desenvolvimento ulterior do capitalismo”.<sup>202</sup> Trata-se daquilo que Mandel chamou de *desaceleração da acumulação de capitais* (voltaremos a este ponto quando analisarmos o desenvolvimento, no Brasil, da taxa de acumulação, que é a relação entre a mais-valia reinvestida produtivamente e a mais-valia consumida improdutivamente)<sup>203</sup>;
4. O controle externo sobre o sistema de transportes e os recursos naturais: o desenvolvimento do sistema de transportes foi decisivo para a formação do mercado mundial. Os transportes marítimos e ferroviários permitiram reduzir o

<sup>200</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 81 e 85.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>202</sup> Cf. HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 309-10; os itálicos são nossos. A hipótese do economista austríaco pode ser testada, por exemplo, através de uma análise do domínio britânico sobre a Índia: “Não pode haver dúvida de que se o montante do excedente econômico que a Inglaterra extraiu da Índia tivesse sido *investido nesta última*, o desenvolvimento econômico indiano teria hoje pouca semelhança com o sombrio quadro que constitui a realidade” (BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, p. 141; os itálicos estão no original).

<sup>203</sup> Sobre esta questão consultar MARX, *O Capital*, III, 1 pp. 185-6; MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 244; e BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, pp. 155-6 e 159.

tempo de circulação do capital, disponibilizando enormes quantias para o setor industrial. O barateamento das matérias-primas, resultado da redução do valor dos fretes, contribuiu para a redução do preço de custo e também para a ampliação do consumo.<sup>204</sup> Mas as conseqüências da revolução no sistema de transportes não foram idênticas para todos os países. Na verdade, a construção de estradas de ferro nos países atrasados contribuiu significativamente para *intensificar* o seu processo de exploração: “La construcción de ferrocarriles es en apariencia una empresa simple, natural, democrática, cultural, civilizadora: así la presentan los profesores burgueses, pagados para embellecer la esclavitud capitalista, y los filisteos pequeñoburgueses. En realidad, los múltiples lazos capitalistas, mediante los cuales esas empresas se hallan ligadas a la propiedad privada sobre los medios de producción en general, han transformado dicha construcción en un medio para oprimir a *mil millones* de seres (en las colônias y semicolonias), es decir, a más de la mitad de la población de la tierra en los países dependientes y a los esclavos asalariados del capital en los países ‘civilizados’”.<sup>205</sup> Outro fator que limitava o processo de industrialização na periferia era o controle externo das fontes de matérias-primas (especialmente as jazidas de minério de ferro), que eram exportadas *antes* que pudessem ser utilizadas pela indústria local.<sup>206</sup> Fica claro, portanto, que o imperialismo “preferia” explorar na periferia as atividades econômicas que eram meramente *complementares* dos setores mais dinâmicos, e que justamente por isso não agregavam muito valor ao conjunto das riquezas.

5. O dumping praticado pelos Estados imperialistas: as tentativas de implantar sistemas protecionistas nos países atrasados estavam praticamente condenadas ao fracasso, em virtude do “protecionismo superior” que estava sendo aplicado pelas potências imperialistas. Nos países não-industrializados, entre os quais estava incluído o Brasil, o protecionismo mantinha um caráter “defensivo”, e não poderia mesmo ser diferente (tendo em vista as condições objetivas, sobretudo o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a correlação de forças no mercado mundial). A superioridade das indústrias estadunidenses e da Europa ocidental ameaçava tornar inócuas as tentativas de proteger as fábricas dos países atrasados, mediante a imposição de tarifas alfandegárias. O *dumping* (política de incentivo às

<sup>204</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 303.

<sup>205</sup> LÊNIN, *El imperialismo*, pp. 06-7.

<sup>206</sup> HILFERDING, *O capital financeiro*, pp. 309-10.

exportações de produtos industrializados) praticado pelos governos dos países imperialistas era uma forma de protecionismo superior, e representava uma tendência que contrarrestava o processo de industrialização na periferia. Deste modo, quanto mais os países atrasados aumentavam as suas tarifas de importação, mais os países industrializados estimulavam o dumping para quebrar a resistência daqueles. Nestas condições, tornava-se muito difícil modificar as posições ocupadas por cada um dos países na divisão internacional do trabalho. O dumping, como vimos, forçava a *elevação* dos preços nos mercados desenvolvidos, porque neles a concorrência era reduzida. Estes preços, fonte dos superlucros obtidos pelos trustes e cartéis, permitiam a *redução* dos preços das mesmas mercadorias nos mercados externos, ameaçando o processo de constituição e desenvolvimento das indústrias nos países atrasados.<sup>207</sup>

A segunda parte desta pesquisa será uma tentativa de demonstrar a validade das premissas acima, apoiando-se no estudo da particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil.

---

<sup>207</sup> BUKHARIN, *A economia mundial*, pp. 115 e 133. Entretanto, o protecionismo *industrial* ocorria sem proteção em face da entrada de *capitais* estrangeiros. Nenhum país, industrializado ou não, tinha condições de controlar o fluxo do capital financeiro. Mas esta maior dificuldade de exportar *mercadorias* foi justamente uma das razões que explicam a concorrência cada vez mais agressiva no mercado internacional de capitais (cf. *ibid.*, pp. 88-9).



**PARTE SEGUNDA:**  
**GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO**  
**CAPITALISMO NO BRASIL**

## Capítulo VIII

### IMPERIALISMO E CAPITALISMO NO BRASIL: CONDIÇÕES E OBSTÁCULOS PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1889-1930)

#### 1. Introdução:

O processo de instalação das indústrias de transformação, no Brasil, ocorreu com relativo *atraso* e desenvolveu-se de forma bastante *limitada*. O período que se abre com a proclamação da República e termina com a Revolução de 1930 representa, na história econômica do país, um período de transição entre dois “modelos” cujas características são bastante distintas: o agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e o seguinte, baseado nos esforços visando a substituição de importações (esforços nem sempre resultantes da ação do Estado, mas também da ação espontânea das forças do mercado).<sup>208</sup> Este período de transição, pela complexidade dos problemas apresentados (sobretudo quando se trata de interpretar as relações entre agricultura de exportação, o comércio de importação e as indústrias de bens de consumo duráveis), tem sido objeto de controvérsias acirradas entre os representantes das diferentes escolas do pensamento econômico.

Este capítulo e também o seguinte representam um esforço de *reinterpretação teórica*, com base numa ampla revisão bibliográfica, acerca do “caráter” do assim chamado *modelo de desenvolvimento* capitalista que predominou durante a Primeira República. Busca reter o *sentido* do processo de desenvolvimento da economia brasileira, num momento tanto de reorganização da estrutura produtiva quanto de construção de um novo sistema político, que foram acompanhados de um fenômeno de grande importância: a emergência da moderna indústria capitalista no Brasil, ao mesmo tempo em que o seu mercado interno era disputado – e conquistado – pelos trustes e cartéis estrangeiros.

Em linhas gerais, podemos sintetizar as conclusões a que chegamos da maneira como segue. No bojo das transformações sociais que ocorreram naquele período (generalização do trabalho livre, tímida tendência de industrialização mediante substituição de importações, urbanização, perda da dinâmica do setor agroexportador etc.), dois aspectos intimamente relacionados podem ser observados: a) uma reconfiguração no equilíbrio de forças entre agricultura e indústria, como consequência da luta dos representantes do complexo urbano-industrial para afirmar seus interesses de classe, ainda num contexto de hegemonia das facções agrárias e comerciais ligadas ao complexo cafeeiro; b) a redefinição das relações que

---

<sup>208</sup> Cf. ARRUDA, *O “fazer-se” da burguesia industrial no Brasil: possibilidades históricas e obstáculos para o exercício da hegemonia burguesa (1930-1954)*.

vinculam a economia do país ao sistema capitalista mundial, operando a passagem para uma nova etapa na “dialética entre o interno e o externo” (constituição de um mercado mundial controlado pelos trustes e cartéis das potências imperialistas, hegemonia política e econômica do capital financeiro e aumento das exportações de *capital*).

A República Velha representa, portanto, um momento bem característico da sociedade brasileira. As tensões envolvendo os setores tradicionais que resistiam em desaparecer e os novos que ainda não haviam se desenvolvido plenamente tornavam evidente o caráter instável e transitório daquela situação, assim como a precariedade do equilíbrio entre as forças sociais que lhe serviam de sustentação. O objetivo da pesquisa será o de demonstrar que estas tensões políticas e sociais, na particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil, *atuaram simultaneamente como condições e obstáculos ao desenvolvimento industrial no país.*

## **2. Presença imperialista nas origens da industrialização brasileira.**

### **2.1. Estado e acomodação dos interesses do capital financeiro.**

Fale suavemente e carregue um grande porrete. Você irá longe (Theodor Roosevelt, presidente estadunidense entre 1901 e 1909 e formulador de uma política externa agressiva e isolacionista, conhecida como *big stick*).

Não se admire. Tudo quanto interessa a vida pública, nos países onde servimos, tudo extratamos, cortamos e enviamos, ou relatamos ao nosso governo (comentário de um Ministro britânico, em conversa com Rui Barbosa em 1889. Barbosa, *Campanhas presidenciais*, vol. 04, p. 318).

A penetração dos capitais estrangeiros no Brasil, ainda que estes tenham contribuído para o desenvolvimento de alguns setores importantes ligados à economia de mercado interno, também funcionava no sentido de reforçar o caráter dependente da economia brasileira, mantendo-a numa posição de ator coadjuvante no comércio internacional, além de bastante vulnerável diante das pressões que eram exercidas. Aqui, não se trata de negar o rápido processo de desenvolvimento industrial do país no período, mas de denunciar o *seu caráter*: à medida que o acirramento dos conflitos interimperialistas acentuava as contradições do processo de acumulação em escala internacional, o padrão de dependência externa da economia brasileira redefinia-se, em função de novas correlações de forças entre as potências hegemônicas, e entre estas e os países dependentes e coloniais.

A abolição da escravidão e a proclamação da República não foram suficientes para impor alterações mais profundas, quanto ao papel da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A elaboração de uma política de estado que caminhasse nesse

sentido, a propósito, estava muito distante do horizonte ideológico dos grupos que possuíam a direção do aparelho de Estado. Na “Proclamação dos membros do Governo Provisório”, de 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca e seus ministros trataram de acalmar os governos e investidores estrangeiros, visando obter o reconhecimento diplomático para um fato que ainda não era tido como consumado, não apenas em virtude dos receios de uma reação monárquica, sempre à espreita, mas também como consequência das desconfianças nutridas pelas potências estrangeiras, especialmente da Europa. Diante das circunstâncias, o governo do Brasil procurou “tranqüilizar” os diplomatas e investidores estrangeiros:

O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.<sup>209</sup>

A República já nasceu, nestes termos, sem oferecer qualquer promessa de rompimento com uma certa herança colonial, que tinha na subserviência diante das grandes potências um de seus traços mais característicos. O governo britânico, apesar da manifesta disposição das autoridades republicanas, hesitou em reconhecer oficialmente o regime recém-instalado: isto aconteceu apenas um ano depois, quando a Assembléia Nacional Constituinte reuniu-se pela primeira vez. A “estabilização” do regime foi importante para afastar a intranqüilidade dos agentes do capital financeiro, que neste momento já contavam com garantias mais seguras de que seus negócios no Brasil não seriam afetados, mesmo que minimamente.<sup>210</sup> A inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho continuaria, em linhas gerais, seguindo o sentido determinado pela colonização, nos termos colocados por Caio Prado Júnior.

Os Estados Unidos – a primeira grande potência que reconheceu oficialmente a queda da Monarquia e o governo do Marechal Deodoro – adotaram uma postura diferente, diante do recém-instalado regime republicano, mas nem por isso menos agressiva. Como afirmou Moniz Bandeira, eram notórias as simpatias dos novos dirigentes políticos diante da “americanização do país”, um processo que conduziria ao enfraquecimento dos vínculos com a Grã-Bretanha e demais países da Europa:

---

<sup>209</sup> Citado por CARONE, *A Primeira República*, p. 14. Para dar credibilidade à demonstração de boas intenções do governo, os jornais da época reproduziram a “Proclamação” diversas vezes (IDEM, *A República Velha – evolução política*, p. 12).

<sup>210</sup> Cf. SOUZA, *Estado e dependência no Brasil*, pp. 66-70.

O Brasil viveu momentos de delírio. Queria romper com tudo que lembrasse o passado. O radicalismo exacerbou-se. Pretendeu-se até mesmo expropriar as companhias estrangeiras e expulsar do país o capital europeu. As manifestações do nacionalismo, paradoxalmente, acompanhavam as tendências para a *americanização* do país. Uma comissão de cinco membros, sob a orientação de Rui Barbosa, elaborou a nova Constituição, uma cópia mais ou menos fiel da americana. Instituiu-se o federalismo. O país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil.<sup>211</sup>

As lutas políticas internas e a elaboração de uma Constituição Federal, inspirada no modelo estadunidense, serão analisadas no capítulo X. Aqui, indicarei tão-somente as linhas gerais do processo que assinala a redefinição do padrão de dependência do Brasil na “etapa superior do capitalismo”. Até a primeira guerra mundial, havia um evidente descompasso entre relações políticas externas e grau de dependência econômica: se a política externa dos Estados Unidos ganhava cada vez mais adeptos no Brasil<sup>212</sup>, por outro lado a presença dos Estados Unidos na economia brasileira era muito pequena (Moniz Bandeira conta que as mercadorias estadunidenses, mesmo contando com tarifas preferenciais que foram concedidas pelo governo brasileiro, ainda não estavam em condições de competir com as britânicas).

Mas os Estados Unidos, através do Departamento de Estado, estavam atentos a tudo o que acontecia na política brasileira. O golpe de 03 de novembro de 1891 (quando Deodoro dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais, destituiu governadores e decretou Estado de Sítio) foi criticado pela imprensa estadunidense e afastou o presidente brasileiro do governo daquele país. Apesar de alguma hesitação, logo após a queda de Deodoro e a ascensão de Floriano (apenas vinte dias depois), o governo dos EUA mostrou-se disposto a colaborar, assegurando que garantiria a sua permanência, diante das pressões internas e externas que se avolumavam. Ao contrário das potências européias, o governo dos EUA estava disposto a intervir militarmente, se fosse necessário, para defender o novo regime. O episódio da Revolta da Esquadra (setembro de 1893), que provocou rumores de uma tentativa de restauração monárquica, revela a diferença do *modus operandi* das potências imperialistas.

---

<sup>211</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 134.

<sup>212</sup> Benjamin Constant, primeiro Ministro da Guerra no período republicano, foi um destacado defensor da Doutrina Monroe; Salvador de Mendonça, representante do Brasil em Washington entre 1890 e 1898 foi um dos grandes responsáveis pela aproximação diplomática e comercial entre os dois países.

A revolta, liderada pelos Almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, provocou tensão na Baía da Guanabara, onde se encontravam navios mercantes e de guerra de diversos países. Apesar dos rebeldes contarem, inicialmente, com o apoio da Marinha dos Estados Unidos, o Presidente Grover Cleveland logo forçou uma tomada de posição em favor de Floriano Peixoto, seguindo as recomendações do Secretário de Estado Walter Gresham. A decisão do presidente estadunidense foi motivada pela decisão de Saldanha da Gama de impedir a entrada de mercadorias através do porto do Rio de Janeiro, visando inviabilizar financeiramente o regime através da supressão das receitas de alfândega. “Nesse momento”, explica Moniz Bandeira, “o governo de Washington determinou que o contra-almirante A. E. K. Benham, então na ilha de Trinidad, partisse para o Brasil, com ordens expressas de romper o bloqueio”. O episódio assinala a manifesta disposição dos Estados Unidos de levar a cabo suas pretensões geopolíticas e econômicas, visando substituir a Grã-Bretanha no papel que ela havia desempenhado durante o Império: “O Contra-Almirante Benham chegou a bordo do *San Francisco*, em 12 de janeiro de 1894, e assegurou aos navios americanos proteção para descarregar nos trapiches. ‘Meu dever é proteger os americanos e o comércio americano e isto eu tenciono fazer da maneira mais ampla’ – disse. E cumpriu. Colocou a esquadra americana em posição de combate e ameaçou bombardear os navios do Almirante Saldanha, quando estes se opuseram à passagem de três cargueiros dos Estados Unidos”.<sup>213</sup>

A decisão do governo dos Estados Unidos não apenas encerrou a Revolta da Esquadra, como deixaria o governo brasileiro praticamente sob a *tutela* da potência imperialista emergente. Diplomacia, transações comerciais e balas de canhão à espreita selariam um novo tipo de relação, que tendia a colocar o Brasil debaixo do imenso guarda-chuva do “irmão americano”. Foi exatamente assim que o próprio Almirante Benham constatou, com boa dose de ironia, ao comentar o episódio durante uma cerimônia em Nova Iorque. Na ocasião, ele afirmou que “esta amizade se baseia no respeito e, talvez, em alguma coisa mais”, despertando aplausos e gargalhadas das pessoas que compareceram ao banquete em sua homenagem.<sup>214</sup> Esse “algo mais”, na verdade, já havia sido explicitado pelo presidente dos EUA, James Monroe, em 1823:

Devemos declarar por amor da franqueza e das relações amigáveis que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências [européias], que consideramos qualquer tentativa da sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte

---

<sup>213</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 134.

<sup>214</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 145.

deste hemisfério como coisa tão perigosa para a nossa tranqüilidade como para a nossa segurança. Com as colônias existentes e as dependências das mesmas potências não estamos intervindo nem interviremos. Em relação, porém, aos governos que declararam a sua independência e que a têm mantido, independência que, depois de grande reflexão e por justos princípios, nós reconhecemos, toda interferência, por parte de qualquer potência européia, com o fim de oprimi-los e de qualquer modo dominar os seus destinos, não poderá ser encarada por nós senão como uma manifestação pouco amigável para com os Estados Unidos.

A intervenção na Baía da Guanabara foi um corolário da Doutrina Monroe. Mesmo aqueles que criticaram a atuação de Floriano Peixoto e a intervenção dos EUA na Revolta da Armada, logo passariam a contemporizar, ou então mudar inteiramente de atitude. Foi o caso de Joaquim Nabuco, que denunciou naquela ocasião a “abdicação temporária do princípio da soberania”, acrescentando que o Presidente da República não tinha o direito de apelar para o estrangeiro. Antigo monarquista, depois de aderir ao republicanismo o mesmo Joaquim Nabuco passou a defender o pan-americanismo e proclamar, peremptoriamente, “que não há no serviço maior monroísta do que eu”. Nabuco, a propósito, se tornaria pouco tempo depois o primeiro embaixador brasileiro em Washington, cargo que desempenhou tão amistosamente em relação ao governo isolacionista de Theodor Roosevelt (que dizia carregar um grande porrete nas mãos), que levou Moniz Bandeira a classificar sua atitude como verdadeiro “servilismo” e “vassalagem”.<sup>215</sup>

O comportamento de Joaquim Nabuco contrastava em boa medida com o do próprio Barão do Rio Branco, que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912 (período que compreende quatro mandatos presidenciais: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca). Rio Branco foi um defensor e o principal responsável pela aproximação com os Estados Unidos, mas manifestou publicamente certas reservas, pois também pretendia afirmar uma posição de força do Brasil na América do Sul. Para tanto, lançou algumas iniciativas – conversações com representantes de outros países Sul-americanos – para contra-arrestar a presença dos EUA no subcontinente. Mas, em que

---

<sup>215</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 145, 173-4 e 181. Nabuco chegou a criticar a atuação de Rui Barbosa como representante do Brasil na Conferência de Haia (1907), porque este defendeu o princípio da igualdade entre os Estados soberanos, contrariando as pretensões dos Estados Unidos e países europeus (que pretendiam constituir um Tribunal de Arbitragem internacional, cuja maioria dos juizes deveria ser indicada pelas grandes potências econômicas e militares).

pese o fato de Rio Branco não ser um defensor incondicional da política estadunidense (para ele, “americanização” não era sinônimo de norte-americanização)<sup>216</sup>, Brasil e Estados Unidos estavam muito mais próximos em 1912 do que dez anos antes.

A “americanização” do país ganhou força na primeira década do século XX. Rio Branco fez diversas declarações em favor do Pan-Americanismo, e em 1906 o Brasil foi sede da conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro. O ministro também nomeou Joaquim Nabuco para o cargo de embaixador brasileiro em Washington, sendo que ambos se esforçaram para modificar a política brasileira em dois sentidos. Primeiramente, é consensual entre os pesquisadores da política exterior do período que Rio Branco foi o principal responsável pela *afirmação da posição de liderança do Brasil na América do Sul*, conquistada depois de desincumbir-se dos conflitos com os países vizinhos (devido ao sucesso obtido nas negociações de demarcação das fronteiras). Segundo, ele garantiu, junto com Nabuco, que o foco da diplomacia brasileira se deslocasse para Washington, posição antes ocupada por Londres (mas, diferentemente do embaixador, Rio Branco buscou preservar certa margem de manobra e autonomia diante dos Estados Unidos).<sup>217</sup>

Joaquim Nabuco faleceu em 1910, e Rio Branco em 1912. Mas as classes sociais cujos interesses eram contemplados pelos princípios que defendiam – a alta burguesia comercial e os fazendeiros de café – ainda mantinham a hegemonia política, de uma maneira praticamente incontestável. A mudança de nomes, de fato, não poderia afetar a reorientação da política externa brasileira, que estava diretamente ligada a um processo dialético com profundas raízes econômicas e geopolíticas, dentro de uma tendência histórica de longa maturação. Os fatores determinantes da política externa repousam sempre na correlação de forças no interior da formação social brasileira, assim como não podem ser dissociados da nova fase de expansão imperialista. É certo que Domício da Gama, que substituiu Nabuco no início de 1911, reclamava com frequência das constantes intervenções do governo norte-americano na política e na economia brasileira. Mas predominaria a orientação de Lauro Muller, o substituto de Rio Branco no Ministério Exterior (1912-16), que sempre demonstrou que “estava disposto a oferecer uma cooperação e uma amizade irrestritas” com Washington.<sup>218</sup> Os esperneios e lamentações de certos indivíduos, como Domício da Gama e Eduardo Prado, restam absolutamente inócuos, se as condições objetivas não lhes conferir um mínimo de

<sup>216</sup> OLIVEIRA, *Política externa brasileira*, p. 39.

<sup>217</sup> Em 1905, as legações de Brasil e EUA ganharam o status de embaixadas. A atitude representou a “primeira embaixada dos Estados Unidos na América do Sul e a primeira embaixada do Brasil num país estrangeiro” (BURNS, “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, p. 380).

<sup>218</sup> BURNS, “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, p. 381.



margem de autonomia para exercer as manobras que pretendem. Durante todo o período que estamos analisando, de fato, não houve uma só modificação importante nas relações diplomáticas Brasil-Estados Unidos.<sup>219</sup>

Sem dúvida, os Estados Unidos estavam ampliando o raio de intervenção na América Central e também do Sul, e suas pretensões coloniais já eram indisfarçáveis na virada dos séculos. Seguindo os países imperialistas do Velho Mundo, os EUA levaram a cabo uma agressiva política de conquistas territoriais, estendendo seu poderio militar, econômico e político em diversas direções. Algumas antigas colônias espanholas (Porto Rico, Cuba e Filipinas), produtoras de açúcar, foram conquistadas como resultado da Guerra Hispano-Americana, em 1898 (o governo brasileiro, a propósito, foi o *único* da América Latina que se inclinou para o lado dos Estados Unidos naquela ocasião, justamente diante de um conflito cujo resultado econômico mais imediato foi a perda de seus próprios mercados externos de açúcar). Os EUA também conquistaram o Havaí, obtiveram a concessão do Panamá depois da vitória do plano de separação da Colômbia (1903), intervieram militarmente na República Dominicana para confiscar a receita das suas alfândegas (1905), apoiaram as investidas do *Bolivian Syndicate* que levaram ao arrendamento do Acre, num conjunto de medidas que despertaram forte reação de grupos nacionalistas.

Depois dos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os primeiros presidentes civis ainda chegaram a demonstrar uma certa hesitação, diante da política de aproximação com os Estados Unidos. Prudente de Moraes e Campos Salles buscaram retomar os antigos laços de “amizade” com o Velho Mundo, principalmente com a Grã-Bretanha, que estava interessada em fechar o acordo de consolidação da dívida brasileira, o *funding-loan*. O acordo – firmado em 30 de junho de 1898, na presença do Presidente da República e do seu sucessor, que acabava de ser eleito – assegurou aos ingleses o *status* de avalista em última instância das políticas econômicas da Primeira República, e adiou por mais de duas décadas o início da preeminência financeira de Nova Iorque. Mas foi, no entendimento de Campos Salles, o preço que se deveria pagar para que o reconhecimento *de facto* e as demonstrações de confiança no novo regime não se limitassem apenas aos Estados Unidos. Alcindo Guanabara, conhecido apologista do presidente que pouco tempo depois estruturou a *política dos governadores*,

---

<sup>219</sup> “Os sucessores de Muller, os três últimos Ministros das Relações Exteriores da Primeira República, José Manuel de Azevedo Marques, José Félix Alves Pacheco e Octavio Mangabeira, consideravam as íntimas relações com os Estados Unidos fundamentais para a política externa do Brasil”. A cooperação entre os dois países foi também defendida por Edwin V. Morgan, Embaixador dos EUA no Brasil entre 1912 e 1933 (*ibid.*, p. 381).

afirmou que “o reconhecimento real da existência da República por parte das nações [européias] foi feito no alvorecer do quadriênio Campos Salles”.<sup>220</sup>

O litígio entre Brasil e Bolívia, países que disputavam o território do Acre, foi sintomático dos esforços do governo brasileiro, que buscava afirmar-se como líder dos países sul-americanos, e também conter a ascendência dos Estados Unidos na região. Salles, na presidência da República, chegou a determinar a proibição das exportações bolivianas através do Rio Amazonas, com apoio dos governadores do Amazonas e do Pará, contrariando as pretensões estadunidenses (que pretendiam utilizar o rio para exportar a borracha amazônica). Rodrigues Alves, seu sucessor, foi ainda mais longe: por solicitação de Rio Branco – numa de suas primeiras atitudes como Ministro do Exterior –, enviou tropas para a região em 1903, visando defender os 60 mil brasileiros que ocupavam o Acre, sufocando assim a ação do exército boliviano. No final daquele mesmo ano, foi celebrado um acordo definitivo, o Tratado de Petrópolis: o Ministro das Relações Exteriores, homem que seguiu a Doutrina Monroe com algumas reservas, concordou em indenizar o governo boliviano de Juan Manuel Pando pelas perdas sofridas, como já tinha feito anteriormente com a própria companhia estadunidense.<sup>221</sup>

Mas a maior parte das críticas aos Estados Unidos não vinha do governo federal, e sim de alguns setores da pequena burguesia e do grande comércio de importação. As críticas de Eduardo Prado – autor de *A ilusão americana* – tiveram ampla repercussão nestes setores da sociedade, e foram seguidas de perto por algumas personalidades da política brasileira. Rui Barbosa expressou publicamente sua oposição à política imperialista consagrada na Doutrina Monroe, apoiando-se no conhecido livro-panfleto de Eduardo Prado, cujos exemplares foram confiscados pela polícia paulista em 1893 (como sinal da gratidão de Floriano ao apoio prestado pelo governo dos EUA). Em 1907, como chefe da delegação brasileira na Conferência de Haia, Rui Barbosa criticou a proposta das grandes potências (EUA, Grã-Bretanha e Alemanha), que pretendiam criar uma Corte Internacional de Justiça, cuja composição seria inteiramente favorável aos interesses dos proponentes.

Mas as manifestações “nacionalistas”, em suas diversas variantes burguesas (agrárias e industriais) e pequeno-burguesas (movimentos jacobinistas no interior das camadas médias urbanas e do Exército), nunca passaram de repercussões internas dos conflitos interimperialistas. Antiamericanismo não significava, para nenhum daqueles grupos, anti-

---

<sup>220</sup> Cf. BUENO, *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*, p. 327.

<sup>221</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 164-5; BURNS, “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, pp. 382-7.

imperialismo: o sentimento podia tanto ser a expressão de uma tentativa de preservar relações comerciais já estabelecidas com países europeus quanto, no limite, uma teoria visceralmente reacionária que, ao associar americanismo com República, propunha a restauração da Monarquia (caso de Eduardo Prado e dos setores anti-Floriano da Marinha, que se mantiveram leais às suas notórias origens aristocráticas).

A divisão no interior da sociedade era, em parte, reflexo da própria correlação de forças no plano internacional. Assim como entre o Império e a República havia diferenças importantes quanto ao padrão de dependência (diante das respectivas potências hegemônicas de cada época), a primeira guerra mundial provocou modificações que determinariam nova redefinição na sua política externa. Consolidou-se não apenas a tendência de declínio dos investimentos britânicos e dominação das finanças estadunidenses, mas também a presença cada vez maior de representantes diplomáticos do governo brasileiro, cuja orientação era inteiramente pró-americana. Um historiador estadunidense, E. Bradford Burns, constatou que, durante o período imperial, “a maioria dos Ministros do Exterior e um número considerável de diplomatas provinham das províncias produtoras de açúcar do Nordeste”. Mas, com a consolidação do café como principal produto de exportação brasileiro e os Estados Unidos como o seu principal consumidor, também o controle da política externa deslocou-se para as mãos das elites dos Estados cafeeiros, que forneceram a maioria dos Ministros do Exterior e diplomatas brasileiros durante a Primeira República.<sup>222</sup> Esta tendência torna-se compreensível quando se observa a mudança de padrão nas relações econômicas do Brasil, nos termos abaixo descritos.

## **2.2. Tendência dos investimentos estrangeiros durante a Primeira República.**

O anel político vincula-se a uma coligação econômica, que parte de Londres e chega às fazendas, num traço de dependência pontilhado de distorções, veleidades autonomistas e de um mercado interno em crescente expansão (R. Faoro, *Os donos do poder*, vol. 2, p. 132).

Paul Barán, um economista reconhecido por suas pesquisas sobre as relações entre os países imperialistas e os assim chamados subdesenvolvidos, afirmou que...

É muito difícil dizer o que tem sido mais pernicioso ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos: se a expropriação de seu excedente econômico pelo capital estrangeiro ou se as reinversões realizadas pelas

<sup>222</sup> BURNS, “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, p. 378.

empresas estrangeiras. Este é, realmente, o dilema sombrio com que defrontam estas nações. Ele não se torna evidente apenas pela verificação da pronunciada modéstia dos benefícios que os investimentos estrangeiros proporcionam diretamente, mas, principalmente, pela apreciação do impacto total da empresa estrangeira sobre o processo de desenvolvimento dos países atrasados.<sup>223</sup>

De fato, as tendências apontadas pelos teóricos marxistas no início do século XX – exportação de capitais, disputa cada vez mais acirrada pelos mercados externos, definição de um tipo específico de divisão internacional do trabalho que servia aos desígnios da oligarquia financeira etc. – também deixaram traços profundos na sociedade brasileira daquele período. Nesta parte do trabalho, tentarei demonstrar empiricamente<sup>224</sup> que os estudos de Hilferding e Lênin (e até certo ponto o de Hobson) sobre a emergência e consolidação do sistema imperialista constituem importantes instrumentos de análise, pois indicam as tendências de inserção das economias coloniais e dependentes no sistema capitalista internacional. São, portanto, contribuições inegáveis para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico (mas também político e social) de uma formação social aparentemente tão distinta como a brasileira, mas cujo modo de produção gradualmente vinha se afirmando como capitalista. As páginas seguintes são o resultado de um esforço pra indicar como repercutiram nesta região do planeta os conflitos entre as grandes potências.

Em meados do século XIX, quase todas as exportações de capitais e mercadorias para o Brasil provinham da Grã-Bretanha.<sup>225</sup> Este coincide com o período em que os industriais ingleses ainda podiam se vangloriar da condição de “oficina do mundo”, como era conhecida a metrópole daquele vasto império, onde se costumava dizer que *o Sol jamais se punha*. Da Inglaterra vinham os capitais, os técnicos e engenheiros responsáveis pela construção de ferrovias e demais obras de infra-estrutura, as locomotivas e peças de reposição, maquinarias agrícolas e demais equipamentos para processar alimentos (usinas de açúcar, máquinas de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo etc.), fusos e teares mecânicos empregados nas fábricas de tecidos, caldeiras, máquinas a vapor e até o carvão consumido pelos navios a vapor e locomotivas, além de usinas de energia elétrica, pontes de

<sup>223</sup> BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, p. 169.

<sup>224</sup> Nos limites deste trabalho, a preocupação não será a de analisar exaustivamente os investimentos estrangeiros no período (algo que já foi feito pelos autores que ora servem de referência), mas indicar as linhas gerais deste processo para fins de determinação da “dialética do interno e do externo”. Para tanto, serão suficientes as referências a alguns poucos setores, que concentraram a quase totalidade dos investimentos estrangeiros do período.

<sup>225</sup> Para informações mais detalhadas, consultar GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, capítulo 05. E também o trabalho de DOWBOR, *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, capítulo IV.

ferro, trilhos de trem e vagões ferroviários, que chegavam inteiramente prontos para serem montados no país. Tudo, ou quase tudo que vinha da Grã-Bretanha, era transportado em navios de companhias de navegação britânica, que faziam os contratos de seguro junto a empresas igualmente britânicas.<sup>226</sup>

Depois da proclamação da República, os capitais ingleses mantiveram a liderança, mas sua hegemonia – como de resto nas outras partes do mundo – já não era mais incontestável, como demonstram os episódios de competição oligopolista pelo mercado brasileiro, onde já se fazia sentir também o poder de trustes e cartéis franceses, alemães e estadunidenses (os investimentos norte-americanos cresceram rapidamente, sobretudo depois da primeira guerra mundial). Mas é importante assinalar que os investimentos estrangeiros, durante a Primeira República, *pouco* contribuíram de maneira direta para o processo de industrialização. Isto porque a maior parte dos capitais forâneos dirigiu-se para os setores que apenas *reforçavam* o caráter complementar da economia agroexportadora brasileira: agricultura, pecuária, extração mineral, serviços, transportes urbanos e de mercadorias (bondes e ferrovias), negócios financeiros (empréstimos aos Estados e à União), linhas de crédito destinadas ao aparelhamento de empresas particulares (neste caso, preferencialmente para manter a dinâmica da economia agromercantil, como os equipamentos agrícolas supracitados) e produção/ distribuição de energia elétrica.<sup>227</sup>

Se por um lado os investimentos estrangeiros *reforçaram* o caráter complementar da economia brasileira, de outro lado constituíram uma forma de suplementação da poupança interna, que contribuiu para acelerar o crescimento da oferta.<sup>228</sup> Diante do fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas, os investimentos estrangeiros permitiram “saltar etapas” combinando o reinvestimento produtivo de uma parcela da mais-valia produzida nos países imperialistas com a transferência de tecnologias até então inexistentes em países como o Brasil, destinados a desempenhar um papel coadjuvante no comércio internacional. Simultaneamente, o próprio mercado para a produção local se ampliava, na medida em que não só aumentavam as exportações brasileiras (neste caso, havendo uma disjunção entre a produção e a realização da mais-valia), mas também porque os efeitos de encadeamento geravam um *embrião de indústria local*, que inicialmente serviu para atender ao próprio setor

---

<sup>226</sup> Naquela época, a Grã-Bretanha era não apenas a “oficina (*workshop*) mas também o banqueiro, segurador e transportador do mundo” (SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, p. 347).

<sup>227</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil”, p. 262.

<sup>228</sup> GASPARIAN, *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*, pp. 59-60.

exportador (tecidos grosseiros para vestir os trabalhadores rurais, sacaria de café, indústria de alimentos, utensílios agrícolas etc.).

Wilson Suzigan e Tamás Szmrecsányi publicaram trabalhos importantes acerca dos investimentos estrangeiros no Brasil, repletos de informações estatísticas. Contudo, partiram de uma falsa premissa, pois entendem que os investimentos estrangeiros resultaram “fundamentalmente” das “estratégias de auto-expansão das empresas-líderes, as quais, *após esgotarem* suas possibilidades de crescimento nos seus mercados internos de origem, dirigiram suas vistas para fora”.<sup>229</sup> Como indiquei na primeira parte da pesquisa, *não é necessário* que as possibilidades de investimento no país de origem cheguem a termo, para que seja desencadeado o processo de movimentação em direção a outros territórios (a respeito dos quais o próprio capital não chega a fazer qualquer distinção, pois a alocação dos recursos é feita com base nas diferenças entre as taxas de lucro e juros esperadas). Do ponto de vista puramente econômico, o processo de reprodução ampliada segue a sua marcha fazendo tábua rasa das fronteiras, uma vez que estas resultam da ação política de determinados grupos de capitalistas, que se empenham ao máximo em garantir o monopólio que desfrutam num determinado país ou continente.

A penetração dos capitais oriundos dos países imperialistas era tamanha, já nos primeiros anos da República brasileira, que das 201 sociedades anônimas constituídas entre 1899 e 1910, nada menos do que cento e sessenta – praticamente oitenta por cento – eram de propriedade estrangeira, fato que despertou grande preocupação até mesmo entre destacados homens públicos e de negócios: o deputado Felisbello Freire chegou a reclamar, numa sessão da Câmara dos Deputados em 1903, da “desnacionalização” da economia<sup>230</sup>, sendo seguido por outras personalidades da época. E pouco tempo depois, o episódio Percival Farquhar/Itabira Iron sensibilizaria a opinião pública, despertando uma febre nacionalista que se manifestou através da grande imprensa, do Congresso Nacional e dos porta-vozes das associações de classe, tanto agrícolas (como Alberto Torres) quanto industriais (a exemplo de Jorge Street).<sup>231</sup> O próprio Artur Bernardes, na época em que exerceu o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais, liderou a campanha de nacionalização das riquezas minerais do país.

Mas é importante não exagerar o papel daqueles grupos de nacionalistas. Afinal, eles não foram capazes de superar a condição de pequenos núcleos de propagandistas (as variantes do nacionalismo eram tantas, que serviam para legitimar tanto a “vocação agrícola da nação”

<sup>229</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, obra citada, pp. 262-3. Os itálicos foram acrescentados por mim, PFA.

<sup>230</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, pp. 93-4.

<sup>231</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, pp. 94-7 e 148; SUZIGAN, *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento*, p. 278; SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, *passim*.

quanto a doutrina industrialista, como tentarei demonstrar nos capítulos X e XI), sem forças para impedir a invasão alienígena do mercado local. Diante da esmagadora superioridade numérica dos partidários do liberalismo na sua versão manchesteriana, que exaltavam a “contribuição” e os “enormes benefícios” do capital estrangeiro para o progresso da nação, as formas de resistência à entrada de capitais e mercadorias estrangeiras restavam praticamente inócuas.

No começo do século XX, os Estados Unidos ainda não tinham condições para substituir inteiramente a Grã-Bretanha, sendo que até mesmo a Alemanha vendia maior quantidade de mercadorias e fornecia maior volume de capitais ao Brasil. A invasão das potências imperialistas ocorreu exatamente naqueles setores que exigem um elevado montante de investimentos em capital fixo, ou seja, maior concentração de capitais e elevada composição orgânica. Mas durante a Primeira República, foram poucos os investimentos estrangeiros diretos na indústria de transformação: o caráter cada vez mais parasitário da “etapa superior do capitalismo” tinha como corolário inevitável, numa formação social dependente como a brasileira, a hipertrofia das operações usurárias, nos termos abaixo descritos.

#### Os empréstimos externos e o mecanismo da dívida:

A presença do capital financeiro britânico na economia brasileira remonta aos tempos do Império (1822-89). Neste período, o Brasil contraiu 17 empréstimos junto aos banqueiros da praça londrina, sendo que a maior parte das operações foi realizada para quitar dívidas anteriores (foram dez operações desta natureza).<sup>232</sup> O compromisso assumido pelo governo provisório da República, e a política econômica dos anos seguintes, apoiada e financiada pelos mesmos credores, mantiveram a tradicional orientação, que conferia aos empréstimos uma solução de curto prazo para enfrentar o problema da frágil estrutura tributária: como os compromissos externos (pagamento das importações de mercadorias e serviços da dívida) dependiam da receita das exportações, as dificuldades enfrentadas pela economia cafeeira forçavam o governo a bater mais uma vez na porta dos bancos estrangeiros. Em 1914, a dívida pública externa do Brasil já alcançava 717 milhões de dólares, sendo que os britânicos eram credores da maior parte daquela soma: US\$ 598 milhões. A França, ocupando a segunda posição, estava bem atrás, contando com US\$ 110 milhões, seguida de longe pelos EUA, para

---

<sup>232</sup> SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, pp. 364-5.

quem o governo brasileiro devia US\$ 05 milhões. O montante somado dos demais países atingia a modesta cifra de US\$ 04 milhões.<sup>233</sup>

Estados Unidos e Alemanha iniciaram timidamente suas operações financeiras no Brasil. Em 1906, diante da recusa dos tradicionais credores ingleses da Casa Rothschild em apoiar o plano de valorização do café, um consórcio de banqueiros alemães, ligados a uma poderosa firma exportadora da mesma nacionalidade (Theodor Wille & Co.) concedeu um empréstimo de quase um milhão de libras esterlinas ao governo do Estado de São Paulo. Como a quantia não era suficiente, outros grupos de diferentes países – França, Inglaterra e Estados Unidos – decidiram fazer o mesmo. Esta, a propósito, foi a primeira vez que um banco norte-americano (The First National Bank of New York) participou de uma operação financeira no Brasil.<sup>234</sup> Uma filial de banco estadunidense seria instalada e começaria a operar no Brasil somente em 1915, do mesmo banco nova-iorquino, o que revela o aparecimento tardio do capital financeiro dos EUA no território brasileiro.

Mas a situação modificou-se inteiramente em favor da oligarquia financeira dos Estados Unidos, a partir da década de 1920. O governo federal contraiu, entre 1921 e 1927, quatro grandes empréstimos junto ao mercado de Nova Iorque, que atingiam o montante de US\$ 176,5 milhões. Como consequência, a Inglaterra – que naquele intervalo só forneceu um empréstimo, assim como a França – foi alijada do posto que havia ocupado durante mais de um século: o de maior credor do governo brasileiro. Quem explica é J. F. Normano:

De acordo com os cálculos de Sir Otto Niemeyer, o valor nominal das dívidas em 1º de janeiro de 1931 era de £ 100.569.751 para a Grã-Bretanha, depois de um século de concessão de empréstimos, e de US\$ 143.336.998 para os EUA, depois de dez anos. Os EUA se tornaram detentores de cerca de 35% de todo o débito do Governo Federal brasileiro em uma década (mais exatamente em seis anos, visto que as emissões foram feitas em 1921-1927). Esse fato somente pode ser compreendido em relação com a corrida de negócios de títulos, registrada em Wall Street depois da guerra.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> GASPARIAN, *Capital estrangeiro e desenvolvimento na América Latina*, p. 69.

<sup>234</sup> Sobre o Convênio de 1906, consultar M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 186.

<sup>235</sup> Citado por LIMA, *História político-econômica e industrial do Brasil*, p. 341. Consultar também M. BANDEIRA, obra citada, pp. 204-5 e 214-5.



O caráter parasitário da oligarquia financeira fica patente quando se observa os superlucros obtidos através dos empréstimos. Durante a Primeira República, foram ao todo vinte e sete empréstimos, que contribuíram para deixar as veias do Brasil cada vez mais abertas, assim como os trabalhadores do campo e da cidade cada vez mais miseráveis. Como resultado da subserviência das classes dominantes brasileiras (que jogavam o ônus de sua opção política nos ombros das classes subalternas), dos juros extorsivos, das cláusulas leoninas e das polpudas comissões, chega-se à constatação que o Brasil *exportou mais capital do que importou*:

Assim, entre 1890 e 1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de £ 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de £ 325 milhões. Como se vê, o Brasil assumiu novas dívidas principalmente para pagar os juros das anteriores. Apesar de termos pago mais que o valor dos novos empréstimos, o saldo da nossa dívida externa cresceu de £ 31,1 milhões no fim do Império para £ 267,2 milhões no fim da República Velha.<sup>236</sup>

A União, os Estados e Municípios utilizavam os empréstimos externos como forma de suplementar a irrisória arrecadação fiscal. Isto porque, naturalmente, as classes dominantes se recusavam em aceitar a ampliação da base tributária através da criação de novos impostos (como o de renda ou sobre a propriedade territorial), que poderiam comprometer o mecanismo de distribuição dos ganhos e perdas do sistema. Esta política, ou falta de política, era inteiramente apoiada pela oligarquia financeira, mas tornava a burguesia agromercantil prisioneira de um velho e conhecido esquema: contrair novos empréstimos para quitar os títulos vencidos. Tratava-se de um verdadeiro círculo vicioso, que conduziu à hegemonia incontestável da oligarquia financeira no interior do bloco de poder e confirma o conjunto de constatações e prognósticos da teoria do imperialismo de Lênin.

#### Comércio exterior e investimentos na indústria e no setor de infra-estrutura:

A modificação do equilíbrio de forças, ocorrida no pós-guerra, teve sérias repercussões no interior da formação social brasileira. A camada plutocrática estadunidense tornou-se a maior investidora em território brasileiro e também a maior credora do Estado, no final da Primeira República. A Inglaterra e, em menor medida, a França, foram definitivamente

<sup>236</sup> SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, pp. 365-6.

deslocadas das posições de liderança que ocuparam anteriormente. Mas, ao mesmo tempo em que as exportações de *capitais* estadunidenses para o Brasil aumentavam, o comércio de *mercadorias* entre os dois países também ganhava importância. Entre 1870 e 1871, quase 40 por cento das exportações de produtos brasileiros tinha como destino a Inglaterra; mas no começo do século XX este índice baixou para 18 por cento. Os Estados Unidos, que no primeiro período eram responsáveis por 29 por cento, no segundo já haviam ultrapassado a Inglaterra, comprando 43 por cento (em termos de valor) das mercadorias que eram exportadas pelo Brasil. Idêntica tendência pode ser observada com respeito às importações brasileiras: no primeiro período (1870-71), a Inglaterra era responsável por 53,4% das importações locais, mas no começo do século XX sua participação havia baixado para 28,1%.

Os Estados Unidos continuaram vendendo pouco para o Brasil nos primeiros anos do século XX: aumentaram sua participação de 7% para ainda modestos 11,5%,<sup>237</sup> números que não refletiam sua posição de liderança mundial na produção industrial. Somente depois de se tornarem a maior potência manufatureira, os EUA iniciaram um movimento de exportação de mercadorias capaz de fazer frente aos seus competidores diretos, Grã-Bretanha e Alemanha. Moniz Bandeira diz que isso pode ser explicado pelo fato de que “os produtos americanos ainda não tinham condições de competir, livremente, com os europeus e só penetravam no mercado brasileiro às custas do protecionismo tarifário, arrancado mediante a ameaça de taxaço da entrada de café nos Estados Unidos”.<sup>238</sup> Também deve ser levado em consideração que, nas primeiras fases da industrialização estadunidense, aquele país de dimensões continentais contou com o seu próprio mercado consumidor interno, sendo muito pequena a importância dos mercados externos para a realização da mais-valia.<sup>239</sup>

A partir da primeira guerra mundial, contudo, os Estados Unidos se tornariam também os maiores fornecedores de mercadorias – sobretudo automóveis, que ocuparam o primeiro lugar em termos de valor – para o Brasil, superando a Inglaterra e a Alemanha (em junho de 1917, o Brasil revogou a neutralidade na guerra imperialista, e o comércio com os alemães foi interrompido). Os EUA consolidaram, daí por diante, o seu papel de maior “parceiro comercial” do Brasil e se manteriam como os maiores compradores de café, cacau e borracha, os três principais produtos na pauta das exportações brasileiras.<sup>240</sup> Mas continuariam, durante muito tempo ainda, importando maior quantidade do que exportavam para o Brasil.

<sup>237</sup> SODRÉ, *Brasil – radiografia de um modelo*, p. 49. Para informações sobre o valor total das transações, consultar M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 182-3.

<sup>238</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 191.

<sup>239</sup> SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, p. 371.

<sup>240</sup> *Ibid.*, pp. 191 e 209 e BURNS, “As relações internacionais do Brasil...”, p. 377.

Além da exportação de mercadorias, iniciou-se uma fase de pesados *investimentos produtivos diretos* na economia brasileira, na maior parte em atividades *complementares* à economia agro-exportadora. É inegável que alguns destes investimentos tornaram o processo de substituição de importações uma tendência praticamente irreversível. Mas, longe de representar uma redefinição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, este fenômeno era um corolário do próprio sistema imperialista, que apontava para um *crescimento mais rápido das exportações de capital* em relação às exportações de mercadorias, como Lênin já havia observado. A propósito, muitos dos investimentos estrangeiros na indústria de transformação brasileira (fábricas de alimentos, calçados, artigos de vestuário etc.) foram realizados para saltar as barreiras alfandegárias existentes; portanto, aqueles investimentos faziam parte de uma estratégia de mercado traçada por empresas monopolistas, que desta forma iniciavam suas atividades em território brasileiro, apoiando-se nas vantagens proporcionadas pelas próprias tarifas (que lhes facilitava o exercício de um monopólio *de facto*, nos casos em que se antecipavam à ação dos trustes concorrentes). Mas a maior parte dos capitais seria mesmo aplicada nos setores de transportes e serviços públicos urbanos, como fornecimento de energia e comunicações.

Grosso modo, os investimentos estrangeiros ficaram concentrados nos seguintes setores:

a) Ferrovias e instalações portuárias: estas foram indispensáveis para escoar a produção de matérias-primas e alimentos para a Europa e Estados Unidos, tendo em vista duas importantes exigências da acumulação capitalista: aumento da escala de produção e redução dos custos. O extraordinário aumento da população europeia, durante o século XIX, tendia a agravar a pressão sobre os preços da produção agrícola, problema que repercutiria sobre os custos de reprodução da força de trabalho, logo sobre a própria taxa de acumulação. “A situação poderia, de fato, tornar-se bastante séria se não houvesse sido montado um modelo de crescimento que transformou o mundo subdesenvolvido no grande fornecedor de produtos primários para a Europa”.<sup>241</sup> A revolução dos transportes terrestres e marítimos foi, neste sentido, uma condição indispensável para converter a economia brasileira e ajustá-la aos cinco traços característicos da “etapa superior do capitalismo” (Ladislau Dowbor acrescenta que a ampliação da rede ferroviária brasileira, no período em questão, obedecia justamente ao propósito de criar economias externas para o “setor extrovertido da economia”).<sup>242</sup>

<sup>241</sup> GASPARIAN, *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*, pp. 63-64.

<sup>242</sup> DOWBOR, *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, pp. 114-5 e 118.

O aparelhamento do sistema de transportes, nos termos em que vinha sendo realizado na periferia do capitalismo, derivava do *poder político* que a oligarquia financeira possuía também fora de seus países de origem. Os banqueiros e/ou magnatas da indústria conseguiam, sem maiores dificuldades, pressionar os governos de países como Brasil e Argentina, e fazer com que estes acatassem as suas exigências, submetendo assim o conjunto das decisões políticas aos seus interesses particulares (em detrimento, inclusive, das perspectivas de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas: as estradas de ferro construídas no Brasil “foram em grande parte ineficientes em virtude da garantia de juros que o Governo Federal dava aos capitais aplicados nessa atividade”).<sup>243</sup> Da mesma maneira, a construção de portos representou um lucrativo negócio para a oligarquia financeira: o governo federal, com amparo numa lei criada em 1902, recebeu autorização para solicitar empréstimos destinados à melhoria da infra-estrutura portuária. Uma série de empréstimos, contraídos entre 1903 e 1913, tornou possível construir e aparelhar os portos de Santos, Recife e Rio de Janeiro (banqueiros ingleses forneceram capitais para as obras deste último, sendo que o governo teve que recorrer a *outro* empréstimo para terminar a construção).<sup>244</sup> Assim, enquanto a oligarquia financeira fornecia os capitais solicitados e obtinha superlucros de monopólio, conseguia também reduzir os custos de produção das indústrias que haviam caído sob o seu controle.

b) Energia elétrica: trata-se de um dos setores que apresentavam maiores índices de concentração de capitais. Grandes trustes estrangeiros receberam concessões em todos os níveis de governo, que praticamente lhes reservaram o domínio sobre um dos setores mais estratégicos da economia. A *Brazilian Traction Light & Power*, firma organizada no Canadá com capitais ingleses, reinou praticamente absoluta durante décadas. Em São Paulo e Rio de Janeiro, além de luz e energia elétrica, a Light tinha a concessão de outros importantes serviços públicos, como transportes urbanos, água e esgoto, além de gás e telefone. Caio Prado Jr. conta que no final da década de 1920, o *maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica, Electric Bond & Share* (através de sua filial American & Foreign Power, AMFORP) iniciou suas atividades em território brasileiro, depois de obter concessões para explorar o fornecimento de energia elétrica em diversos estados do Brasil, do Rio Grande do Sul até o Nordeste.<sup>245</sup> Além da produção e distribuição de energia elétrica, o imperialismo detinha também o controle sobre o fornecimento de *materiais elétricos*, quase todos fabricados em algum país imperialista (a General Electric, por exemplo, fornecia cerca

<sup>243</sup> VILLELA & SUZIGAN, *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*, p. 331.

<sup>244</sup> DOWBOR, *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, p. 114. Cf. também SOUZA, *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*, p. 98.

<sup>245</sup> PRADO Jr., *História econômica do Brasil*, p. 274. Consultar também DOWBOR, obra citada, p. 116.

de 35% das lâmpadas elétricas utilizadas no Brasil em 1927, sendo o restante também importado).

c) Mineração: Numa conferência internacional, realizada em Estocolmo em 1910, representantes dos países imperialistas mostraram particular interesse pelas jazidas brasileiras de minério de ferro. A descoberta de seu grande potencial de aproveitamento econômico logo deu início a “uma corrida dos grandes grupos siderúrgicos internacionais para adquirir reservas de minério de ferro no Brasil”.<sup>246</sup> Entre os interessados, estava o Sindicato Farquhar, que possuía diversas concessões de estradas de ferro, de Norte a Sul do Brasil (e também a administração de alguns portos e a propriedade de frigoríficos, fazendas, fábricas de papel e até uma rede de hotéis), e despertou uma febre nacionalista que sensibilizou a opinião pública, a imprensa, e importantes dirigentes políticos (deputados, senadores, governadores e até presidentes da República). A reação surgiu porque os magnatas estrangeiros estavam mais preocupados em adquirir a concessão para exploração das jazidas (concentradas no Estado de Minas Gerais), visando exportar o minério para ser transformado nos Estados Unidos e Europa, do que em contribuir para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira.<sup>247</sup> Neste setor, a companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (pertencente a um consórcio da Bélgica e de Luxemburgo) chegou a instalar uma pequena fábrica na década de 1920, mas insuficiente para abastecer o mercado interno, que continuava dependendo das importações.

d) Máquinas e equipamentos: as dimensões do mercado interno não autorizavam pesados investimentos no setor. Duas fábricas estadunidenses iniciaram suas operações no Brasil, na primeira década do século: uma indústria de máquinas de costura (Singer), e outra para o fabrico de calçados (United Shoe Machinery). Estas dominaram o mercado brasileiro durante praticamente todo o período, combinando monopólio da tecnologia com comodidades e facilidades de pagamento: vendas a prazo, uma eficiente rede de lojas e serviços de atendimento aos consumidores, estoque de peças de reposição, sistema de arrendamento que tornava a mercadoria mais acessível para os pequenos fabricantes de artigos de vestuário etc. Outra fábrica dos EUA, a International Harvester, seria instalada mais tarde, para produção de máquinas e implementos agrícolas (o setor de máquinas e equipamentos, contudo, só teria grande importância no conjunto da economia brasileira depois de muitos anos, mais exatamente na década de 1950).<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> SUZIGAN, *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento*, p. 275.

<sup>247</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 195.

<sup>248</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, pp. 275-77.

e) Calçados: o protecionismo, neste caso, apenas contribuiu para a instalação de filiais de empresas estrangeiras no território brasileiro. Foi este o caso da fábrica de calçados Clark & Co, da Escócia, que começou a produzir no Brasil, em 1904, justamente para evitar o pagamento das tarifas alfandegárias. Esta empresa já operava no comércio de importação brasileiro por volta dos anos 1840, e durante muitas décadas manteve uma rede de lojas que se estendia de Norte a Sul do Brasil, que comercializavam produtos que eram tidos como “obrigatórios para todos os homens bem vestidos do Brasil”. Em 1907, foi estabelecida aquela que era provavelmente a sua maior concorrente, a São Paulo Alpargatas Company, controlada por uma firma importadora também de procedência britânica.<sup>249</sup>

f) Fósforos: neste setor, acordos entre trustes estrangeiros evitaram uma disputa mais agressiva pelo mercado brasileiro, através da formação de um cartel que reinava absoluto. Trata-se, como afirmaram Suzigan e Szmrecsányi, de uma “fascinante história de competição e cooperação oligopolista”: o truste britânico Bryant & May, proprietário da Fiat Lux e de outras fábricas menores de caixas e palitos de fósforos, controlava cerca de 2/3 de toda a produção interna em 1907. Posteriormente, a entrada do truste sueco Swedish Match Trust forçou um movimento de forte concentração, através de fusões e aquisições de pequenas fábricas (sendo que algumas delas foram fechadas). Num primeiro momento, a disputa entre os oligopólios obrigou-os a baixarem os preços, tentando abocanhar fatias maiores do mercado. Mas, diante da possibilidade de uma guerra de preços economicamente perigosa, as empresas celebraram acordos que garantiram maior segurança para suas atividades, na década de 1920.<sup>250</sup>

g) Investimentos estrangeiros em outros setores: As rivalidades imperialistas repercutiram também nos seguintes setores: a) *Produtos químicos*: o mercado brasileiro era disputado pela francesa Rhodia e a alemã Bayer; b) *higiene pessoal*: Colgate-Palmolive e Procter & Gamble, ambas dos EUA, mantinham uma disputa oligopolista com a Unilever (resultado da fusão entre a empresa britânica Lever Brothers e a holandesa Margarine Unie); c) *Pneus*: reproduzia-se no Brasil a disputa entre as gigantescas empresas do setor, com a presença das estadunidenses Firestone e Goodyear, a francesa Michelin, a alemã Continental e a britânica Dunlop (mas a *produção interna* de pneus e câmaras de ar para automóveis, depois de algumas tentativas fracassadas, apesar de generosos estímulos oferecidos pelo governo federal, manteve-se insignificante durante todo o período, havendo necessidade de importar a

<sup>249</sup> GRAHAM, “Grã-Bretanha e o início da modernização...”, p. 151; SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, p. 265.

<sup>250</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, pp. 272-4.

quase totalidade destes artigos);<sup>251</sup> d) *Cimento*: setor que ganhou forte impulso a partir da década de 1920, com a instalação de duas grandes fábricas: em 1924, a Cia Brasileira de Cimento Portland, controlada por investidores canadenses, começou a funcionar em Perus, município próximo a São Paulo; e em 1929, a Cia. Nacional de Cimento, subsidiária de um truste estadunidense, foi instalada na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Estes dois grupos detinham praticamente o controle de todo o mercado local, e obtiveram êxito na tentativa de afastar os concorrentes europeus.<sup>252</sup> e) *automóveis*: apesar do pequeno interesse das indústrias do setor, a Ford Motor do Brasil chegou a produzir 14.900 veículos, em 1924 (mas, na década seguinte, a companhia encerrou as suas atividades de fabricação no país).

Investimentos estrangeiros também eram freqüentes na indústria de alimentos e bebidas, em especial nos frigoríficos, moinhos de farinha de trigo e engenhos de açúcar:

h) Carne industrializada: neste setor, predominavam os oligopólios anglo-americanos, instalados durante e logo após a primeira guerra mundial: Armour, Swift, Wilson (todos estadunidenses) e Anglo (uma firma de Chicago que contava com sócios ingleses). Na década de 1920, houve um processo de concentração da indústria de carne, mediante a aquisição dos frigoríficos nacionais pelas grandes firmas do setor, cujas atividades estavam concentradas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1930, as quatro grandes empresas estrangeiras passaram a controlar cerca de 90% da capacidade de abate e processamento de carne bovina e suína.<sup>253</sup>

i) Farinha de trigo: Neste setor, as dificuldades se impunham desde o início das operações: exigia-se um montante de investimentos em larga escala, com enorme dispêndio em capital constante (fixo e circulante) e também variável. Como as instalações pressupõem uma prévia centralização dos recursos, os trustes e cartéis estrangeiros conseguiram sufocar as iniciativas da embrionária burguesia industrial brasileira com relativa facilidade. Quase todos os moinhos de trigo eram de propriedade estrangeira (Rio Flour Mills, Bunge & Born) ou de imigrantes italianos (Matarazzo, Puglisi). O mercado do setor era altamente concentrado, estruturado sobre uma base tipicamente oligopolista, o que facilitou a celebração de acordos envolvendo os preços e cotas de produção. Nos concluídos, participavam as empresas estrangeiras e os grandes moinhos que eram controlados pelos imigrantes, que contavam com a garantia de obtenção de superlucros de monopólio. Mas o sócio-maior era sem dúvida o imperialismo, tendo em vista que as fábricas brasileiras, como a de Matarazzo,

<sup>251</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, pp. 269-72.

<sup>252</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, pp. 280-81.

<sup>253</sup> SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros...”, pp. 267-9. Consultar também LEVINE, “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, pp. 104-5.

necessitavam da obtenção de empréstimos junto a filiais de bancos estrangeiros, para importar maquinaria moderna.<sup>254</sup>

j) Açúcar: neste caso, os investimentos estrangeiros *pouco* contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas. Os recursos não foram empregados na modernização, mas na aquisição de fábricas obsoletas já existentes, cuja propriedade passou para os trustes e cartéis estrangeiros, que vinham perseguindo a estratégia de conquistar mercados antes que os competidores diretos pudessem fazê-lo. Muitos engenhos centrais foram adquiridos como resultado das rivalidades interimperialistas, particularmente no período da primeira guerra (quando houve uma contração temporária da produção de açúcar de beterraba na Europa). Mas, mesmo antes da guerra, algumas companhias – particularmente francesas – já haviam adquirido grande quantidade de engenhos centrais nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que capitais britânicos já exerciam, desde o período imperial, o controle destas atividades na região Nordeste. Nestes casos, praticamente todos os equipamentos eram fabricados no exterior.<sup>255</sup>

k) Outros: além dos gêneros alimentícios descritos acima, grupos estrangeiros também produziam biscoitos, macarrão, óleo de caroço de algodão e outros gêneros de consumo popular. Os capitais estrangeiros, quando não participavam diretamente das operações de industrialização dos alimentos, financiavam a compra das máquinas e equipamentos utilizados nas fábricas locais: a Cervejaria Antártica, por exemplo, obteve um empréstimo junto a uma instituição financeira da Alemanha, para aquisição de maquinaria fabricada naquele mesmo país; em 1899, a fábrica já explorava o trabalho de aproximadamente 300 operários, mantendo um forte ritmo de expansão nas décadas seguintes (junto com a Brahma, a empresa controlava cerca de metade da produção de cerveja do país, numa estrutura altamente oligopolizada).<sup>256</sup>

Seria impossível encerrar esta seção sem comentar a prática do *dumping*: política adotada com freqüência nos países imperialistas, o incentivo às exportações por meio de subsídios oficiais afetou alguns setores importantes da economia brasileira. Foi o caso da indústria de açúcar, que depois de perder o importante mercado estadunidense a partir de 1898, sofreu novo golpe quando os governos de países europeus que produziam açúcar de beterraba (Alemanha, França, Bélgica) passaram a proteger os seus mercados internos e

---

<sup>254</sup> Sobre os moinhos de trigo, consultar SUZIGAN, *Indústria brasileira*, pp. 200-13, e GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, p. 142, 144, 152-5.

<sup>255</sup> SUZIGAN, *Indústria brasileira*, pp. 213-28; GRAHAM, “Grã-Bretanha e o início da modernização...”, pp. 155-64.

<sup>256</sup> SUZIGAN, *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento*, pp. 228-37.



externos.<sup>257</sup> A indústria pesada também foi alvo da mesma prática, algum tempo depois: na década de 1920, já eram enormes as diferenças entre a modesta indústria siderúrgica brasileira e os trustes imperialistas que produziam ferro e aço, levando-se em consideração o poderio econômico e político: grau de desenvolvimento das forças produtivas, economias de escala, acesso às fontes de matérias-primas, controle do sistema de transportes terrestres e marítimos, capacidade de “sensibilizar” o Parlamento visando a aplicação de medidas protetoras.

Neste último caso, houve reclamações de grupos brasileiros diante dos conluícos entre empresas estados imperialistas: em 1927, “o Centro Industrial do Brasil, em nome da indústria metalúrgica brasileira, fez uma representação ao presidente da República protestando contra a ‘grave ameaça advinda do *dumping* estrangeiro’ de produtos siderúrgicos e solicitando aumento do imposto de importação sobre ferro, laminados e arames semelhantes aos de fabricação nacional”.<sup>258</sup> No ano seguinte, foi a vez do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo protestar diante da prática de *dumping* que prejudicava a produção brasileira de tecidos, num contexto de prosperidade da economia cafeeira e crise da indústria local.<sup>259</sup>

#### Economia de mercado interno e perspectivas de superação do atraso:

A “modernização” promovida pelos investimentos estrangeiros permaneceu restrita a um pequeno número de concentrações urbanas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, municípios mais entrosados economicamente com o mercado mundial do que com os praticamente inacessíveis sertões do país. A maioria esmagadora da população brasileira vivia e trabalhava no campo, que só era tocado pelas estradas de ferro se a produção estivesse voltada para a exportação. Internamente, o controle do processo produtivo permanecia nas mãos do latifúndio monocultor, cujos interesses se entrelaçavam aos dos capitais estrangeiros, sobretudo britânicos (importantes exportadores de capital) e estadunidenses (maiores compradores de café). Procurei mostrar que o capital *financeiro* tinha evidente predomínio, mas os investimentos estrangeiros – em obras de infra-estrutura, no alto comércio de importação e exportação, além da indústria – certamente não poderiam ser desprezados. Aqui, importa considerar que as perspectivas de desenvolvimento industrial poderiam ser maiores ou menores, de acordo com a função assumida pelos agentes da transformação social: caberia a estes aproveitar as oportunidades abertas pelos desequilíbrios do capitalismo internacional e

<sup>257</sup> SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, p. 357.

<sup>258</sup> SUZIGAN, *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento*, p. 288.

<sup>259</sup> LIMA, *História político-econômica e industrial do Brasil*, p. 345.

pela riqueza gerada no próprio núcleo agromercantil, de acordo com a alternativa que consideravam a mais conveniente.

Confrontando as duas alternativas que representariam os limites *teóricos* para a ação das frações burguesas envolvidas – a ruptura radical com a dependência econômica, através da afirmação de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas, ou a reiteração do modelo de desenvolvimento *hacia afuera* que reafirmaria a dependência – com os limites *empíricos* impostos pela situação concreta, não é difícil perceber que a opção por uma conciliação com o setor externo tendia a prevalecer sobre as demais. Assim, a cada crise econômica mundial, não restava ao Brasil – ou seja, às suas classes dominantes – outra opção senão mergulhar junto delas, ficando à mercê de situações que lhe escapavam totalmente ao controle (apesar das denúncias feitas por grupos ligados à defesa do nacionalismo industrial).

A concentração cada vez maior da atividade econômica num setor apenas, o plantio do café para fins de exportação, indica o grau de vulnerabilidade da economia brasileira. O quadro a seguir indica a participação relativa de cada mercadoria na receita de exportações brasileiras:

Anos	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros/peles	Outros	Total
1861-70	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-80	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-90	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-00	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-10	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-13	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-18	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-23	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0
1924-28	72,5	0,4	1,9	2,8	4,5	17,9	100,0

Fonte: SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”, p. 355.

Nos capítulos seguintes, tentarei demonstrar que, apesar da identidade entre burguesia agromercantil e agentes submetidos às ordens do imperialismo (grupos financeiros e industriais), seriam justamente as “brechas” criadas nos momentos de crise internacional que modificariam o clima político e ideológico no Brasil (neste sentido, a crise do liberalismo no âmbito das relações econômicas internacionais desembocou na crise do próprio antiestatismo que era defendido, com unhas e dentes, pelas oligarquias ligadas ao setor agro-exportador). O primeiro conflito mundial, que impôs uma contração temporária do volume das exportações e importações, trouxe no seu bojo uma série de desajustamentos, que se tornaram ainda mais

graves na década dos vinte, tida como um período de transição na economia e na sociedade brasileira (modernização econômica, urbanização acelerada e crescimento dos movimentos de contestação ao sistema de domínio oligárquico).

Certamente, não é possível exagerar a intensidade deste processo. A primeira guerra mundial provocaria, mais do que uma mudança nas linhas gerais do sistema político e econômico brasileiro (quanto às frações de classe hegemônicas e enquadramento na divisão internacional do trabalho), uma modificação no equilíbrio de poder entre as potências imperialistas. Internamente, as mudanças do ponto de vista econômico foram mais qualitativas do que quantitativas, especialmente quando se tem em vista a questão da substituição das importações (apesar da existência de uma diferença fundamental entre os dois períodos: se a Guerra representou uma “pausa na pressão do imperialismo”, na segunda metade da década de 1920 o problema foi justamente o retorno à “normalidade” deste mesmo sistema).

Os anos imediatamente anteriores à Grande Depressão representam, de fato, um período de crescimento acelerado da economia estadunidense e mundial, com fortes repercussões para a economia brasileira (e também latino-americana), onde estava em curso a *gestação de sérios desequilíbrios, em virtude de uma tendência à superprodução agrícola e à acumulação de estoques.*<sup>260</sup> Ou seja, a alta rentabilidade do setor cafeeiro, decorrente das políticas de valorização dos preços no mercado mundial, foi acumulando problemas que dificultaram a superação do atraso econômico relativo, cuja solução seria a substituição de importações, que vinha sendo postergada. Com a chegada da crise mundial, a saída já não poderia mais depender de paliativos.

Os desequilíbrios não poderiam ser corrigidos – e isto se tornou patente durante a grande depressão na década seguinte – a não ser que se colocasse em xeque o próprio modelo agroexportador. Embora se tivesse preservado grande parte do prestígio político de seus representantes, a preocupação do Estado com o apoio ao setor industrial impunha-se em caráter irreversível, com a progressiva mudança da importância relativa que agricultura e indústria ocupavam no conjunto da economia. A dificuldade de realização da mais-valia no setor agrícola acelerou a canalização dos investimentos produtivos para setores até então pouco favorecidos, tendo em vista a lógica da acumulação capitalista. Mas tratava-se de uma tendência cujo termo final ainda não estava nos horizontes dos indivíduos, naquele momento:

---

<sup>260</sup> Cf. SUNKEL, *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano*, p. 104; FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 195; DOWBOR, *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, p. 112; e BAER, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, p. 14.

a dependência do setor agroexportador, mesmo após a grande depressão e a segunda guerra interimperialista, demonstra a fragilidade do setor industrial, incapaz de gerar os recursos necessários à sua própria expansão.

### **3. Os impulsos internos da acumulação capitalista no Brasil: questões preliminares.**

#### Relações entre modelo econômico e dominação política.

Durante a Primeira República, os órgãos da administração pública estaduais e federal permaneceram controlados, de maneira praticamente incontestável, pelas facções burguesas ligadas à atividade de exportação de produtos agrícolas. No caso do governo federal, a hegemonia pertencia àqueles grupos que compunham o assim chamado *complexo cafeeiro* da região Sudeste: cafeicultores e pecuaristas, cujo poder foi consolidado após a estruturação da “política dos governadores”, durante a presidência de Campos Salles (1898-1902). A proclamação da República já havia aumentado consideravelmente as possibilidades de ação política destas classes, e a Constituição Federal de 1891 reiterou a tendência descentralizadora ao conferir aos Estados-membros uma ampla autonomia em matéria política, administrativa, tributária e financeira. As mudanças na organização do sistema político facilitaram a formação de grupos de interesses de caráter regional, fenômeno praticamente desconhecido no Império. Este período representou, como afirmou Edgar Carone, o *ápice da expansão oligárquica* no Brasil.<sup>261</sup>

Entretanto, apesar da hegemonia do setor agroexportador (como pretendem os teóricos do “dualismo estrutural”) ou justamente em função dela (de acordo com a perspectiva do “capitalismo tardio”), a rápida industrialização ocorrida no país – já que em alguns setores, houve um “salto” para a grande indústria praticamente sem necessidade de percorrer as etapas intermediárias entre esta e o artesanato – trazia dialeticamente no seu bojo a *possibilidade* de operar uma ruptura radical tanto no eixo da dominação política (com a perspectiva da transição de hegemonia entre classes sociais) quanto nas relações envolvendo a agricultura e a indústria.

O excedente econômico, num primeiro momento produzido em sua quase totalidade na agricultura de exportação, se por um lado proporcionava enormes vantagens à poderosa burguesia agromercantil, por outro abriu o caminho para a diferenciação da estrutura produtiva na sociedade brasileira, inclusive nos núcleos urbanos. Encarado o processo em seu conjunto, de uma *perspectiva histórica*, é indubitável que o colapso da “república oligárquica” (resultado de uma combinação das tensões políticas com a inviabilidade de

<sup>261</sup> CARONE, *A primeira República*, p. 67.

prosseguir com a especialização agrícola) exigia também uma redefinição dos mecanismos de financiamento para o setor industrial. Em outras palavras, a capacidade cada vez maior que o setor industrial possuía para se autofinanciar, independentemente da acumulação no setor agrícola (com exceção das indústrias de bens de produção, que continuariam por muito tempo dependentes da capacidade para importar que era gerada pelas exportações), dotava a burguesia industrial de um grau de autonomia suficiente para reclamar um apoio decisivo do Estado.

No período delimitado por nosso objeto de estudo, buscaremos analisar as razões que *obstaram* a modernização da infra-estrutura econômica e social do Brasil: vulnerabilidade externa, correlação de forças sociais, o papel da agricultura como eixo da dominação política e da acumulação de capitais (reiterando a chamada “vocação agrícola” do país), a subordina o deliberada das oligarquias ao sistema imperialista mundial e os limites dos estímulos endógenos (políticas cambial e tarifária) quanto   possibilidade de alcançar um modelo de desenvolvimento capitalista em bases autônomas. Buscaremos oferecer respostas que contribuam para o debate sobre as *condi es histórico-genéticas da forma o social brasileira*, e que se apresentam como *limites em última instância para a diferencia o de sua estrutura produtiva*.

Tendo em vista que o desenvolvimento brasileiro operava-se, via de regra, mediante “surtos” econômicos sem soluço de continuidade<sup>262</sup>, e que a escolha dos agentes econômicos responsáveis em levar a cabo a moderniza o do seu sistema produtivo não poderia – como ainda não pode – ser inteiramente livre, em virtude da correla o de f rzas existente, entendemos ser da maior importância o estudo das condi es históricas em que se travou a luta pelo desenvolvimento industrial do país. Como *os homens fazem a história, mas não a fazem da maneira como querem*, como afirmou Marx<sup>263</sup> numa frase que se tornou c ebre, nosso estudo concentra-se naquelas *circunstâncias que não foram por eles escolhidas*. Estas circunstâncias estão na raiz dos problemas e distor es do modelo brasileiro de desenvolvimento, e por isso mesmo o estudo histórico torna-se essencial para entendermos o caráter atual de nossa economia e sociedade. Desta maneira, será possível entender um pouco mais o “sentido” da revolu o burguesa no Brasil.

---

<sup>262</sup> Consultar STAVENHAGEN, “Sete teses equivocadas sobre a América Latina”, p. 125, e SODRÉ, *Introdu o   revolu o brasileira*, pp. 102-3.

<sup>263</sup> MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 21.

Especialização agrícola e desvantagens comparativas.

A economia da República Velha articulava-se em torno do *capital cafeeiro*, que compreendia formas particulares de personificação (de acordo com a função econômica de seus agentes): grandes proprietários de terras, intermediários do grande comércio (comissários, burguesia comercial importadora e exportadora), acionistas de estradas de ferro, banqueiros e investidores estrangeiros. A *complementaridade objetiva* entre seus interesses de classe, não obstante certas divergências quanto a aspectos secundários da política econômica, resultou num esquema de sustentação de poder que os favorecia diretamente, em detrimento das “classes fundamentais” ou “puras” da sociedade burguesa: a burguesia industrial e o proletariado urbano.

Reiterando a inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, o país permanecia extremamente *vulnerável* diante das oscilações cíclicas da economia mundial. Neste contexto, as crises periódicas de superprodução (associadas ao contínuo processo de deterioração dos termos de troca)<sup>264</sup> tinham invariavelmente como resposta a adoção de políticas governamentais que apenas agravaram os problemas, acumulando-os para o futuro. A política de sustentação dos preços do café (a partir de 1906), as sucessivas desvalorizações da moeda brasileira e a ausência de um projeto industrializante com foros de hegemonia<sup>265</sup> (importante frisar que as tímidas tentativas de aplicação de tarifas alfandegárias tinham um escopo fiscal, e só indiretamente favoreciam as indústrias nascentes) tornavam cada vez mais evidente que as “soluções” propostas eram meros paliativos.

Declínio do preço do café no mercado internacional, perda dos mercados externos de borracha e algodão para outros países fornecedores, pequena importância dos outros setores da agricultura (cacau, açúcar, cereais etc.), dificuldades para importar mercadorias e déficit da balança de pagamentos: estes foram, nos primeiros decênios do século XX, os problemas cuja solução tornava-se cada vez mais urgente, tanto para a burguesia agroexportadora quanto para

---

<sup>264</sup> Não apenas o Brasil, mas os países latinoamericanos de uma forma geral, já se encontravam, nos anos vinte, frente a uma contração da capacidade para importar. Nestas condições, segundo MARINI (*Subdesarrollo y revolución*, p. 18), não restou à burguesia industrial, naquele período, outra possibilidade senão transigir com o setor agroexportador, pois se tornou necessário aumentar as divisas disponíveis para a importação de equipamentos e bens intermediários. Como consequência, a burguesia industrial procurou facilitar e incentivar o setor agroexportador para expandir suas atividades. Esta contração da capacidade de importar era decorrência da política de sustentação da renda do setor cafeeiro, que impunha um desequilíbrio externo que se aprofundava cada vez mais (FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 208). A reiteração da política de estímulo à agricultura de exportação, portanto, *acelerou as contradições do processo*, que somente puderam ser superadas (em parte) com a adoção de novas diretrizes no campo da política econômica.

<sup>265</sup> “Enquanto o Estado se mantém apropriado pela facção burguesa agrário-exportadora, situa-se por fora de uma orientação modernizante. A otimização dos interesses desse setor de classe, dependendo do mundo exterior, implicava numa política exclusivista que ignorava as reivindicações de outras facções burguesas e das camadas e estratos intermediários, no sentido de ‘orientar para dentro’ a política econômica do Estado” (VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, p. 133).

os empresários industriais. A manutenção do padrão de crescimento revelou-se incapaz de transferir o eixo da acumulação para o complexo urbano-industrial, diante da evidente perda da dinâmica do modelo *hacia afuera*: enquanto a população brasileira cresceu 99,1% entre 1900 e 1929, o volume das exportações cresceu meros 14,4%.<sup>266</sup> Para a burguesia industrial, era cada vez mais forte a sensação de que ela já não poderia mais se desenvolver mantendo-se na condição de simples caudatária do jogo de interesses das oligarquias.

O impasse, que alarmava as oligarquias e corroía a legitimidade do liberalismo excludente da Velha República, transbordou a órbita das relações ao nível do jogo de poder político e atingiu também o campo da historiografia brasileira, ensejando a construção de modelos interpretativos diferentes, baseados em paradigmas teóricos igualmente distintos. Neste capítulo, analisarei as contribuições de Celso Furtado e de Ruy Mauro Marini, representantes das duas vertentes do pensamento econômico que tiveram maior ressonância na década de 1960: o pensamento econômico cepalino e a assim chamada “teoria da dependência”. A revisão historiográfica elaborada por Warren Dean, comentada na seqüência, constitui um momento importante na tentativa de repensar as relações entre o “interno” e o “externo”.

#### A economia brasileira no pensamento de Celso Furtado.

A obra clássica de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (escrita em 1957-8), representa um dos mais completos e eruditos ensaios de interpretação da história econômica do país. Sua análise do mecanismo de funcionamento da economia cafeeira, apesar de permanecer limitada à esfera da *circulação* do capital (com escassas referências sobre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas), constitui uma importante referência para o estudo do processo de acumulação primitiva no país.

De acordo com Furtado, os investimentos produtivos ficaram limitados à lavoura cafeeira, no longo período que atravessa toda a segunda metade do século XIX e chega até as primeiras décadas do século seguinte, porque *nenhum* outro setor da economia oferecia disponibilidade de fatores e possibilidades de lucro tão elevadas. A abundante oferta de mão-de-obra (que teria permitido a manutenção do nível de salários num patamar relativamente baixo) e a disponibilidade de terras de boa qualidade foram os fatores que mais contribuíram para a transferência de recursos para as plantações de café.

A economia brasileira, em meados do século XIX, atravessava um período de estagnação que já durava três quartos de século. A perda dos mercados externos de açúcar e

<sup>266</sup> GASPARIAN, *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*, p. 82.

algodão (que foi a matéria-prima mais importante para a economia mundial daquele período), assim como a virtual impossibilidade de concorrer com outras mercadorias exportáveis, haviam retirado o Brasil dos fluxos internacionais de comércio. Nestas condições, a questão a resolver seria encontrar uma mercadoria que pudesse *reintegrar o país nas linhas em expansão do comércio internacional*, como única possibilidade de participar das mudanças tecnológicas em curso nos países adiantados.<sup>267</sup>

Essa mercadoria era o café. Vários fatores contribuíram para atrair os poucos capitais disponíveis para o cultivo da planta<sup>268</sup>:

- a) A desorganização da economia haitiana (a antiga colônia francesa foi o maior produtor mundial de café até o início do século XIX) e a subsequente elevação dos preços da mercadoria. Após perder os mercados de algodão para os Estados Unidos e os de açúcar para Cuba e alguns países da Europa (que substituíram o açúcar de cana pelo de beterraba), a classe dirigente brasileira logo percebeu que o café oferecia muito mais vantagens e poderia se tornar a principal mercadoria de exportação;
- b) Disponibilidade de terras: Furtado explica que o grau de capitalização da economia cafeeira era bem mais baixo que o de outros produtos agrícolas exportáveis, como o açúcar (que exigia elevados investimentos em capital fixo). Numa economia estagnada e com uma poupança interna insignificante, a existência de recursos naturais subutilizados, como a terra, tornava-se crucial para as possibilidades de reinserção do país no sistema de trocas internacionais;
- c) Disponibilidade de mão-de-obra: a proximidade dos antigos centros mineradores permitiu, num primeiro momento, a absorção do exército de reserva que se havia formado em função do fechamento das minas. Posteriormente, também os antigos trabalhadores das fazendas de algodão e açúcar – localizadas mais ao Norte do país – se deslocaram em grande quantidade para as lavouras de café. No final do século XIX, a proximidade dos portos e as políticas imigratórias das Províncias favoreceram a entrada de trabalhadores estrangeiros.
- d) A existência de uma classe de empresários modernos (na cidade do Rio de Janeiro e proximidades), cujas características eram o conhecimento sobre os altos negócios, os hábitos de consumo sofisticados e o espírito empreendedor. Foram

---

<sup>267</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, capítulo XX.

<sup>268</sup> Cf. *ibid.*, cap. XX.



estes homens de negócios que constituíram a *vanguarda da expansão cafeeira*, superando os velhos hábitos das antigas classes proprietárias.

Como se nota, não havia nenhum problema *do lado da oferta*, e o café logo se tornou o primeiro produto de exportação do Brasil. Furtado notou que, passada a etapa de gestação da economia cafeeira, estavam criadas as condições para o autofinanciamento das expansões posteriores.<sup>269</sup> E foi exatamente o que ocorreu, a partir das últimas décadas do século XIX, quando a burguesia cafeeira já se encontrava plenamente integrada ao comércio mundial. Como o café, dentre todas as mercadorias produzidas internamente, era a que apresentava maiores vantagens relativas, havia uma forte tendência para *reinvestir os lucros dentro do próprio setor*: “portanto, era inevitável que a oferta de café tendesse a crescer, não em função do crescimento da procura, mas sim da disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas, e da vantagem relativa que apresentasse esse artigo de exportação”.<sup>270</sup>

Controlando cerca de 75% da oferta mundial de café no início do século XX, a classe dirigente dispunha de poder suficiente para contra-arrestar os efeitos da relativa inelasticidade da demanda. Na década de 1890, a produção de café ultrapassou pela primeira vez a demanda do mercado mundial, e os estoques não pararam de crescer nos anos seguintes, com algumas interrupções provocadas por fenômenos climáticos. O “Convênio de Taubaté”, celebrado em fevereiro de 1906 por iniciativa dos Estados produtores (apesar da oposição inicial do governo federal)<sup>271</sup>, consagrou a vitória da burguesia cafeeira no jogo de poder político, e a partir deste momento os seus interesses particulares iriam prevalecer sobre o de todas as outras frações de classe (incluindo a burocracia civil e militar, os trabalhadores urbanos e os setores importador e industrial da burguesia).<sup>272</sup> De fato, o relativo sucesso da primeira valorização faria com que medidas desta natureza se tornassem *permanentes*.

Celso Furtado desenvolveu uma análise que torna possível compreender as razões que levaram à reiteração da assim chamada “vocação agrícola” do país, durante a Primeira República. Centrando sua pesquisa na esfera da *circula o* do principal produto de exporta o brasileiro do período, o autor forneceu indica es que são fundamentais para a compreensão dos “obstáculos” que existiam para levar adiante o processo de diferencia o da estrutura produtiva do país. Mas,   medida que isolava, para fins metodológicos, alguns aspectos do

<sup>269</sup> Cf. *ibid.*, p. 121.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>271</sup> O Presidente Rodrigues Alves (15/11/1902 a 15/11/1906) recusou apoiar o plano de valoriza o apresentado pelos Governadores (na época, também chamados de Presidentes) dos Estados produtores. Seu sucessor, Afonso Pena, já havia assumido o compromisso de apoiar o plano de valoriza o durante a campanha eleitoral, o que foi importante para garantir a sua vitória na disputa.

<sup>272</sup> Cf. *ibid.*, pp. 192-4.

funcionamento da economia daquele período (com o propósito de explicar as causas responsáveis pela predominância da monocultura para fins de exportação), a importante questão do financiamento do setor industrial permaneceu sem solução satisfatória. Deste modo, quando analisou o problema da concentração dos investimentos produtivos na lavoura cafeeira, o autor afirmou que...

*Teria sido necessário que se oferecessem ao empresário outras oportunidades, igualmente lucrativas, de aplicação dos recursos que estavam afluindo continuamente a suas mãos sob a forma de lucros.* Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café.<sup>273</sup>

Existe, como se nota, um silêncio muito forte a respeito das perspectivas de investimento nas indústrias de transformação. Não pretendemos negar as premissas e tampouco a coerência do raciocínio do autor, mas é inegável que o esquema apresentado não dá conta das transformações ocorridas no complexo urbano-industrial, ainda que relativamente tímidas. É justamente esta lacuna (em relação à transferência de recursos da agricultura para a indústria), que constitui um dos pontos mais vulneráveis do trabalho de Celso Furtado.<sup>274</sup> É absolutamente certo que a cafeeira constituía o setor que oferecia as condições mais favoráveis para os investidores. Mas isto, por si só, não justifica a elaboração de conclusões tão peremptórias, como fez Celso Furtado. Exemplo disto é a alegação de que as políticas governamentais *não ofereciam oportunidades* para os produtores de café seguirem outro caminho: “Essa oportunidade quase por definição não existia, pois nenhum outro produto colonial [o autor descarta *a priori* os produtos industriais, ignorando evidências

<sup>273</sup> *Ibid.*, p. 194 (os itálicos são nossos).

<sup>274</sup> Consultar, a propósito, o que afirmou José de Souza Martins: “O leitor da *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, surpreende-se pela falta de um capítulo ou seção sobre as origens da indústria no Brasil e, particularmente, sobre as relações da indústria nascente com a economia cafeeira e a economia de outros produtos primários de exportação (...) O leitor fica sem saber de onde vem a indústria cuja produção passa a substituir as importações e que se desenvolve como novo centro dinâmico da economia brasileira” (MARTINS, “O café e a gênese da industrialização em São Paulo”, pp. 02-05).

empíricas que posteriormente se tornaram abundantes na literatura econômica brasileira] poderia ser objeto de uma política de defesa do tipo da que beneficiava o café”.<sup>275</sup>

Sem dúvida, estas questões estão ligadas a um problema metodológico mais amplo, que consiste na afirmação de um *suposto* antagonismo entre acumulação agroexportadora e processo de industrialização. A tese de Celso Furtado parte do pressuposto de que a atividade agroexportadora, pelas suas características (monocultura, latifúndio e baixos salários), representava um poderoso obstáculo ao crescimento do mercado interno. A *ênfase no problema da demanda* desemboca na idéia da existência de um suposto “dualismo estrutural”, e este tipo de interpretação, como se sabe, torna irreconciliáveis os interesses da burguesia industrial com os dos cafeicultores (colocados em posições divergentes quanto à condução da política econômica).<sup>276</sup>

Francisco de Oliveira levantou uma importante objeção às teorias de Celso Furtado e demais representantes da escola cepalina, por terem ignorado um postulado fundamental: o que determina o investimento na economia capitalista são as necessidades ligadas ao movimento de auto-expansão do capital, e não as carências humanas, tal como a vontade de adquirir bens de consumo. De acordo com Oliveira,

O estilo de interpretação ao qual se costumou associar a industrialização, tanto na América Latina quanto no Brasil, e que fornece as bases para uma tímida teoria da integração latino-americana privilegia as relações externas das economias capitalistas da América Latina e, nesse diapasão, transforma a teoria do subdesenvolvimento numa teoria da dependência. *Parece*, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratiae*, da acumulação.<sup>277</sup>

De fato, a CEPAL criou um verdadeiro impasse ao deslocar o eixo da análise para o setor externo da economia, tido como o determinante exclusivo do crescimento da renda interna. Esta, de acordo com o autor, se propagaria às demais classes sociais unicamente em função do comportamento das exportações de café. João Manuel Cardoso de Mello e outros autores denunciaram os equívocos desta idéia, que faz tábua rasa da existência de um núcleo

---

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 196.

<sup>276</sup> Consultar *ibid.*, p. 193.

<sup>277</sup> OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*, p. 49 (consultar também páginas 50 e 51).

de atividades cuja dinâmica já era, em grande parte, autônoma em relação ao comportamento da cafeicultura (ver capítulos seguintes). Furtado, ao contrário, procurou demonstrar que as políticas de valorização do café, ao manterem o nível de emprego no setor agroexportador, seriam as maiores responsáveis pela manutenção das atividades nos setores produtivos ligados ao mercado interno. Sua explicação é semelhante à apresentada por Keynes, quando incluiu a “construção de pirâmides” entre os remédios de caráter anticíclico: “Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduzem-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia”.<sup>278</sup>

O deslocamento do eixo dinâmico da economia, do setor exportador para a economia de mercado interno, é outra questão que está longe de atingir o consenso. Furtado (no capítulo XXXII de seu trabalho) afirma que a desvalorização da moeda brasileira, durante a grande depressão da década de 1930, levou ao aumento do preço relativo das mercadorias importadas e à redução do volume das importações. A variável demanda interna, no entanto, não caiu na mesma proporção: como a política de sustentação do café contribuiu para evitar que a renda da burguesia cafeeira (e das outras classes sociais, indiretamente) sofresse uma contração bem menos drástica do que se poderia esperar, *desencadeou-se um processo de substituição de importações*. A oferta interna passaria a satisfazer...

...parte da procura que antes era coberta com importações (...) Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em conseqüência, *uma situação praticamente nova* na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 203. A simulação de diversas situações, que o autor apresenta na página 204 (capítulo XXXI), supõe a existência dos setores de exportação e de subsistência, mas ignora completamente a existência das indústrias de transformação. O problema torna-se mais grave, quando se constata que os cálculos foram feitos para explicar o comportamento da renda na década de 1930, quando já existia um importante núcleo de indústrias de bens de consumo instaladas no país.

<sup>279</sup> Cf. *ibid.*, p. 209 (os itálicos são nossos).

Esta tese foi criticada tanto pela periodização utilizada pelo autor quanto pelas suas implicações teóricas. Pesquisas mais recentes em história econômica demonstraram que, em alguns importantes setores da indústria, já existia um movimento de auto-expansão da produção e dos investimentos, nos anos que antecederam a primeira guerra mundial. Parte desta expansão, como demonstrou Wilson Suzigan, já não dependia das receitas geradas pelo setor agroexportador, e sim da reaplicação dos lucros obtidos na própria indústria de transformação. Mas a própria idéia de que a expansão tenha ocorrido sob o estímulo de “choques adversos” (crises econômicas internacionais com efeitos favoráveis para o processo de industrialização do país)<sup>280</sup> perdeu uma parte de sua força explicativa, depois que alguns pesquisadores procuraram testar empiricamente a validade daquelas premissas (analisaremos esta questão nos capítulos seguintes).

#### O pensamento de Ruy Mauro Marini.

Existem importantes diferenças entre o pensamento de Ruy Mauro Marini e o de Celso Furtado, tanto no campo da teoria quanto no da estratégia política (especialmente neste último). Não obstante, existe um aspecto que aproxima suas interpretações sobre o desenvolvimento econômico brasileiro no início do século XX: a ênfase no estudo das condições externas de realização da mais-valia produzida pelo setor agroexportador. Apesar da filiação teórica marxista, Marini privilegiou o estudo do processo de acumulação no âmbito da circulação do capital-mercadoria, relegando o problema do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes no país a um segundo plano.

O desenvolvimento do capitalismo nos países latinoamericanos ganhou forte impulso no início do século XIX. A revolução industrial, que resultou na hegemonia britânica sobre a exportação de produtos manufaturados, criou as condições necessárias para que a sua burguesia *comercial* assumisse também o monopólio das trocas internacionais. Neste contexto, as atividades econômicas dos países latinoamericanos foram redefinidas, para atender a uma dupla exigência: de um lado, fornecer alimentos para os trabalhadores da metrópole e também matérias-primas para as indústrias em expansão; de outro, servir de escoadouro para a produção industrial européia.<sup>281</sup>

A organização econômica dos países latinoamericanos surgiu como atividade meramente *complementar* ao desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais.

---

<sup>280</sup> De acordo com Furtado, o desvio de capitais das plantações de café para as indústrias foi uma consequência das diferenças entre as taxas de lucro. Na década de 1930, houve uma queda das taxas de lucro no setor ligado ao mercado externo, enquanto aumentava a rentabilidade do setor ligado ao mercado interno.

<sup>281</sup> Cf. MARINI, *Subdesarrollo y revolución*, pp. 3-4.

Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas permaneceu fortemente condicionado pelo domínio das formas puramente mercantis de apropriação do excedente, mesmo depois da constituição das primeiras indústrias de bens de consumo não-duráveis. A dialética do desenvolvimento capitalista na periferia é entendida como o resultado de uma divisão internacional do trabalho (cuja lógica reside no movimento de expansão do sistema imperialista), que reservava a países como o Brasil o papel de simples fornecedores de produtos primários.

No bojo do processo de expansão do sistema imperialista (ou seja, a partir do último quartel do século XIX), o desenvolvimento do capitalismo latinoamericano passou a reproduzir, simultaneamente, as leis gerais do modo de produção capitalista e algumas características que são específicas dos países capitalistas da periferia. Dentre estas últimas, Marini destacou a superexploração do trabalho (mediante a extração de mais-valia sob a forma *absoluta*), a acentuada concentração da propriedade e também da riqueza, o domínio das formas mercantis de capital e o papel de sócio-menor desempenhado pelas classes dominantes locais no comércio exterior.<sup>282</sup>

As duas últimas características representam instrumentos que facilitaram a drenagem da mais-valia para os países capitalistas centrais.<sup>283</sup> Marini, dentro da perspectiva da *teoria da dependência*, privilegiou o estudo dos obstáculos externos ao processo de desenvolvimento. Chamou a atenção para o monopólio que o capital estrangeiro possuía sobre a comercialização e o financiamento das atividades econômicas *mais lucrativas* (incluídos os poucos investimentos na esfera da produção material), fato que obstruía o processo de industrialização na região: como as atividades mais lucrativas não concorriam com a produção industrial dos países hegemônicos – sendo, ao contrário, ramos meramente *complementares* desta<sup>284</sup> –, configurou-se uma situação de permanente atraso no processo de industrialização.

A análise de Marini implica uma separação quase absoluta entre as esferas da produção e a realização da mais-valia. Com muito mais força que Celso Furtado, o autor deslocou a dinâmica do desenvolvimento capitalista periférico para os pólos hegemônicos do sistema capitalista internacional, conferindo ao primeiro um caráter totalmente subordinado. Sua explicação do mecanismo “exportação-importação” deixou uma lacuna que transforma em mistério a formação de uma capacidade produtiva industrial (cuja instalação é anterior à

---

<sup>282</sup> Cf. *ibid.*, p. 20.

<sup>283</sup> Cf. *ibid.*, p. 08.

<sup>284</sup> “La parte de la plusvalía que permanece en manos del capitalista extranjero solo se invierte en el país [latinoamericano] si las condiciones de la economía central lo exigen” (*ibid.*, p. 08).

primeira guerra mundial) que seria utilizada posteriormente, nos períodos de crise da economia mundial: “ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações”.

Ora, é evidente que a premissa de que parte o autor – a realização externa da mais-valia – não é suficiente para explicar o porquê da renda ter sido gasta improdutivamente na compra de produtos importados. Existem evidências empíricas de que isto realmente aconteceu (não necessariamente pelo motivo apresentado), assim como está comprovado que uma parcela importante das receitas oriundas da atividade exportadora foi canalizada para o setor *industrial*. Aquela premissa, embora correta *para o estudo do setor agroexportador*, faz tábua rasa de duas ordens de problemas ligados ao processo de industrialização: os canais de transferência da renda do setor agrícola para as indústrias; e a existência de um pequeno núcleo de indústrias de transformação que se tornava cada vez mais autônomo diante do mercado externo.

Seria preciso que a burguesia agroexportadora fosse uma classe ociosa (no sentido de viver exclusivamente de rendas) para que imobilizasse todo o seu capital, ou a maior parte dele, no consumo improdutivo da mais-valia. A situação não era exatamente esta: apesar de não ser possível deixar de reconhecer que os “donos do poder” possuíam hábitos semelhantes aos de uma verdadeira aristocracia (como o consumo não-produtivo e para fins de ostentação de artigos de luxo), seus negócios baseavam-se na racionalidade típica da moderna empresa capitalista, e uma parcela considerável da mais-valia era convertida em novos meios de produção (entre eles, a própria força de trabalho, que estava sendo absorvida pelas indústrias nascentes). Deste modo, os efeitos multiplicadores da economia cafeeira – que foram comentados por Celso Furtado – são ignorados, e com eles a possibilidade de identificar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O pensamento de Marini, não obstante, manteve-se prisioneiro do paradigma cepalino-furtadiano em vários aspectos. Assim como os outros representantes da assim chamada “teoria da dependência”, Marini sustentou a idéia (exageradamente esquemática) de que o processo de industrialização via substituição de importações era desencadeado pelas crises econômicas mundiais, que arrastavam também o setor agroexportador das economias periféricas. Trata-se de aceitar a controvertida teoria dos “choques adversos”:

Como quiera que sea, al existencia de este sector industrial dedicado al mercado interno ofrece la base objetiva para un cambio de actividad

econômica cuando sobreviene la crisis del mercado mundial. La restricción de las importaciones le abre nuevas posibilidades de crecimiento, con el objeto de atender la demanda interna insatisfecha. Por otra parte, este sector se va a beneficiar con el excedente económico producido en la actividad exportadora, mediante la disminución de las oportunidades de inversión que allí se verifica y la tendencia de esse excedente a fluir, a través del sistema bancario, hacia la industria.

Este tipo de interpretação supõe que os investimentos na indústria de transformação são realizados apenas naqueles setores onde existe um mercado consumidor previamente constituído, quando na verdade é a produção capitalista que cria mercados para os seus produtos. No estudo do processo de desenvolvimento do capitalismo numa formação social periférica, Lênin já havia demonstrado a enorme capacidade que os investimentos possuem para *criar uma nova demanda*, até então inexistente.<sup>285</sup> A formação do mercado interno brasileiro não fugiu à regra, sendo possível constatar empiricamente a falha do esquema traçado por Marini. Prova disto é que muitos investimentos que foram realizados na indústria de transformação brasileira, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, tiveram o condão de criar também uma demanda por mercadorias *que não faziam parte da pauta de importações*.

Outro problema que encontramos na análise de Marini é a questão da canalização dos recursos da agricultura para a indústria, nos momentos de crise enfrentados pelo primeiro. A mera afirmação de que existia uma tendência para que isto ocorresse, através da intermediação do sistema bancário, não permite *identificar os agentes responsáveis* pelo processo de modernização das relações econômicas. A idéia de que a disponibilidade de recursos para financiar o processo de industrialização estava ligada a uma *disputa* entre latifundiários e industriais pela repartição do excedente<sup>286</sup> é incompatível com os resultados de pesquisas mais recentes que identificaram as origens sociais da burguesia industrial: a própria burguesia agrária e mercantil. Além disso, o processo de industrialização não pode ser

---

<sup>285</sup> Uma particularidade do desenvolvimento das forças produtivas, em qualquer sociedade capitalista, “consiste em que o crescimento dos meios de produção – do consumo produtivo – é bem superior ao do consumo pessoal” (LÊNIN, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, pp. 373-4).

<sup>286</sup> A “luta pela repartição do excedente” colocaria burguesia industrial e latifúndio em dois lados opostos: “Es por lo que la burguesía [industrial] *choca* simultáneamente con la clase latifundista-mercantil y con los trusts internacionales a los que está conectada la economía por sus actividades de exportación e importación” (MARINI, *Subdesarrollo y revolución*, p. 15).



entendido como um jogo de soma zero entre agricultura e indústria, pois esta pode crescer sem prejudicar a rentabilidade da primeira, como de fato aconteceu no Brasil.

Marini reconhece que a integração do sistema produtivo, em países periféricos como o Brasil, não dependia exclusivamente de paralisações momentâneas do comércio internacional. O crescimento da produção industrial diz respeito a uma *tendência de caráter permanente*, sendo entendido como uma conseqüência da deterioração contínua dos termos de troca – que conduzia igualmente à redução da capacidade para importar, tornando necessário satisfazer a demanda mediante a produção interna.<sup>287</sup> Entretanto, permanece muito forte, na teoria de Marini, a idéia de que nos períodos de auge da exportação agrícola a expansão da atividade industrial seria mínima: somente as crises econômicas mundiais poderiam estimular um processo de desenvolvimento capitalista em bases autônomas, ou seja, não-dependente.<sup>288</sup>

Nos períodos de crescimento econômico dos países capitalistas centrais, a correlação de forças no âmbito do mercado mundial seria desfavorável aos países periféricos, cujas indústrias tendiam a ser sufocadas pela ação dos trustes e cartéis: a penetração do capital estrangeiro em países como o Brasil permite subtrair imensas quantidades da mais-valia produzida no local; esta riqueza, altamente concentrada, era transferida aos países centrais para financiar o processo de expansão do imperialismo.<sup>289</sup> O processo de industrialização dos países centrais aumenta a demanda mundial por matérias-primas e alimentos, o que fortalece os setores agrários e comerciais dos países periféricos através do aumento das exportações. O auge da economia agroexportadora seria, portanto, o momento de consolidação da dependência econômica destes países, uma vez que só restaria às classes dominantes locais o controle das atividades secundárias.<sup>290</sup>

Las clases dominantes locales tratan de resarcirse de esta pérdida aumentando el valor absoluto de la plusvalía creada por los trabajadores agrícolas o mineros, es decir, sometiéndolos a un proceso de superexplotación. La superexplotación del trabajo constituye así el principio fundamental de la economía subdesarrollada, con todo lo que implica em matéria de bajos

---

<sup>287</sup> *Ibid.*, pp. 10-11.

<sup>288</sup> “Empregamos o termo ‘industrialização’ para designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital. *É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora apesar de se observarem nela atividades industriais*” (IDEM, *Dialética da dependência*, p. 139; os itálicos são nossos).

<sup>289</sup> IDEM, *Subdesarrollo y revolución*, p. 5.

<sup>290</sup> *Ibid.*, p. 6.

salarios, falta de oportunidades de empleo, analfabetismo, subnutrición y represión policiaca.<sup>291</sup>

Embora correto este raciocínio, penso que é necessário ir além e demonstrar que esta superexploração das classes subalternas teve também efeitos *estimulantes* sobre a própria produção industrial dos países periféricos, fato que não foi levado em consideração pelo autor. (analisaremos este problema nos capítulos seguintes).

Em que pesem as considerações que fizemos sobre o pensamento de Rui Mauro Marini, não é possível deixar de reconhecer que sua teoria traz elementos que são essenciais para a compreensão das particularidades da revolução burguesa no Brasil. A idéia de que havia uma disputa entre burguesia industrial e latifúndio pela repartição do excedente não conduziu o autor – ao contrário de muitos intelectuais marxistas que se iludiram com a tese acerca da existência de uma burguesia industrial progressista e aliada do proletariado, na “luta contra o latifúndio feudal e o imperialismo” – à conclusão equivocada de que a sociedade brasileira era caracterizada por um “dualismo estrutural”.

Esta teoria é categoricamente refutada pelo autor, que afirmou: “não cabe falar de uma dualidade estrutural dessa economia, tal como ela costuma ser entendida, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e até hostis. Ao contrário, o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro”.<sup>292</sup> Esta observação tem conseqüências políticas da maior importância, sobretudo quando se trata de analisar a questão da hegemonia e as alianças entre as diversas facções burguesas.

De fato, se Rui Mauro Marini é tido como um dos mais importantes intelectuais de sua geração, isto se deve em grande parte às teses elaboradas pelo autor sobre o Estado brasileiro, mais do que sua análise do processo de desenvolvimento econômico. O Estado que se constitui a partir da correlação de forças no interior da sociedade brasileira é identificado como um *Estado de compromisso*, que reflete a complementaridade objetiva que cimentava – antes e depois de 1930 – as relações entre os latifundiários, a alta burguesia comercial e os empresários industriais:

El pacto firmado entre la burguesía agrario-mercantil y la burguesía industrial expresaba una cooperación antagónica y no excluía, pues, los choques de

<sup>291</sup> *Ibid.*, pp. 08-09 (Cf. também *ibid.*, p. 24).

<sup>292</sup> IDEM, *Dialética da dependência*, p. 79.

intereses en el seno de la coalición dominante. Las divergencias em matéria de política cambiaria y de crédito, los intentos constantes de la burguesía industrial para canalizar hacia si el excedente generado en el sector exportador, su propósito de asegurar a través del Estado el desarrollo de sectores básicos fueron causas de conflictos interburgueses constantes, que se manifestaron por una inestabilidad política superficial, la cual nunca puso en jaque los cimientos mismos del poder.<sup>293</sup>

*A transigência da burguesia industrial* diante das pretensões dos grupos agrícolas e comerciais está ligada, portanto, às condições objetivas da sociedade – mais precisamente, à necessidade de gerar a capacidade de importar equipamentos modernos, para expandir a capacidade produtiva das fábricas já instaladas ou em fase de instalação. Se Marini realmente não explicou *como* isto de fato ocorreu, esta lacuna deve-se ao fato de que as exigências práticas de luta contra a ditadura militar brasileira, no final dos anos 60, tornavam a resolução desta questão um tema secundário. Mas muitos aspectos de sua obra permanecem essencialmente válidos para a compreensão do processo revolucionário brasileiro, como demonstraremos na parte desta tese que trata dos “obstáculos” ao processo de industrialização.

#### A revisão historiográfica de Warren Dean

A teoria dos choques adversos começou a perder força explicativa após a publicação da tese de Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*. O trabalho é o resultado de um esforço revisionista para refutar o argumento de que a agricultura de exportação e o comércio importador representaram um obstáculo ao processo de industrialização no Brasil. Na perspectiva do autor, existe uma forte identidade entre o comportamento da burguesia importadora e a tomada de iniciativa para instalar as primeiras manufaturas brasileiras, numa *relação linear* que atribui ao crescimento das exportações o mérito de ser o principal fator de estímulo ao processo de substituição de importações (principalmente por gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais). Tentarei demonstrar que esta tese está diretamente ligada aos interesses políticos da burguesia agro-mercantil, por ter sustentado argumentos idênticos aos que historicamente foram utilizados para criticar as propostas dos líderes “industrialistas” brasileiros.

---

<sup>293</sup> IDEM, *Subdesarrollo y revolución*, p. 13.

Se o processo de industrialização caminha *para passu* com a expansão cafeeira, logo as crises da economia mundial não poderiam contribuir para o processo de desenvolvimento do país, como vinha sendo sustentado pela CEPAL. Celso Furtado, autor de *Formação econômica do Brasil*, é acusado de ser um simples ideólogo do nacional-desenvolvimentismo, cujo rigor científico restaria prejudicado pelo entusiasmo incontido que nutria diante das perspectivas de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas:

Quanto à tendência de observadores mais recentes para aceitar os relatos contemporâneos pelo seu valor nominal, pode-se sugerir que uma teoria que associa o crescimento ao colapso do comércio agrada aos sentimentos nacionalistas, pois implica que as fontes estrangeiras de suprimentos não são merecedoras de confiança e que a produção nacional é capaz de aceitar qualquer desafio. Além disso, uma teoria assim é útil aos intelectuais e burocratas brasileiros urbanos, por demonstrar às elites econômicas recalcitrantes a inevitabilidade da industrialização. Os escritos de Celso Furtado, por exemplo, estão prenhes desta mensagem.<sup>294</sup>

Warren Dean sugere, deste modo, que a formulação da teoria de Celso Furtado está “contaminada”, por assim dizer, daquilo que pejorativamente tem sido chamado de *wishful thinking* (mero desejo calcado nos interesses pessoais, sem respaldo na realidade dos fatos), alimentado pela euforia nacional-desenvolvimentista que cresceu à sombra da propaganda ideológica elaborada pelos críticos da lei das vantagens comparativas. A afirmação de que a primeira guerra mundial teria estimulado a industrialização, tese elaborada por Roberto Simonsen em 1939, foi seguida de perto por inúmeros outros intelectuais brasileiros, entre os quais Caio Prado Jr., Werner Baer, Fernando Henrique Cardoso e Nícia Vilela Luz.<sup>295</sup>

De acordo com o brasilianista, a explicação para o processo de desenvolvimento não tem relação com as crises econômicas internacionais ou as guerras mundiais, tampouco com a intervenção estatal. A industrialização teria sido *espontânea*: o livre jogo das forças do mercado possibilitou, de acordo com Dean, que uma parcela considerável dos recursos acumulados no setor agromercantil fosse transferida para atividades industriais, que ofereciam melhores perspectivas justamente nos períodos de auge das exportações, quando a renda

<sup>294</sup> DEAN, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, p. 108.

<sup>295</sup> Cf. *ibid*, pp. 96-7.

também crescia. A explicação segue a mesma lógica da “mão invisível” de Adam Smith: num sistema cuja dinâmica não é determinada por fatores externos à economia de mercado, a alocação dos recursos, dependendo exclusivamente da vontade dos agentes, é efetuada com base no cálculo racional do lucro. Nestes termos, a decisão de investir – que não caberia ao Estado, e sim aos agentes de um mercado impessoal e auto-regulável – no setor industrial, visando sua instalação ou a ampliação da capacidade produtiva, seria uma consequência natural da expansão da renda monetária, auferida com as exportações agrícolas e a atividade de importação de bens de consumo manufaturados:

É evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do crescimento do comércio do café. O negócio do café proporcionava a procura, as perspectivas do negócio do café estimulavam o investimento, em sua maioria do setor do café, e o negócio do café criava as despesas gerais econômicas necessárias e pagava os impostos. *Durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa.*<sup>296</sup>

O autor cita como exemplo os anos que antecederam a 1ª guerra mundial: entre 1907 e 1913, período de tranqüilidade para o setor agroexportador (preço elevado do café, aumento da demanda externa e da tonelagem embarcada no Porto de Santos), cresceram simultaneamente as importações de máquinas e equipamentos industriais, ou seja,  *aumentou a capacidade produtiva instalada nas fábricas paulistas.*<sup>297</sup> Dean considera “estranha” a teoria dos choques adversos, que não leva em consideração a contribuição da economia cafeeira para o processo de industrialização que ocorreu no período. De acordo com o autor, nos setores da indústria em que se verificaram aumentos no volume  *da produção* durante a primeira guerra, o que houve foi uma maior utilização da capacidade produtiva que já havia sido instalada, mas que permanecia ociosa até então.

Portanto, não teria havido desenvolvimento, e sim mero crescimento quantitativo da produção física para atender o mercado, mediante aumentos da jornada de trabalho, turnos ininterruptos de produção, utilização de maquinaria preexistente e até mesmo maior utilização do trabalho manual. O autor conclui que não haveria razão para o “ufanismo” dos patriotas

<sup>296</sup> *Ibid*, p. 93. Os itálicos são meus, Pedro Arruda.

<sup>297</sup> A informações que ora apresentamos de forma resumida e esquemática podem ser encontradas no capítulo VI do livro de Dean, “Os efeitos da guerra mundial”.

que acreditavam na possibilidade de levar adiante o processo de industrialização com maior autonomia diante do comércio exterior. O que esses nacionalistas diziam ser uma “resposta ao desafio lançado pela guerra”, Dean considera uma *ilusão* provocada pelas aparências: “Em outras palavras, durante a crise da guerra a indústria é mais *visível* do que em tempo de paz”, mas seu crescimento real não teria sido assim tão importante.<sup>298</sup>

O que chama a atenção na pesquisa do autor não é apenas a (in)coerência do seu raciocínio, mas como ele “escolhe” as informações e os resultados a que chegou para criticar o projeto político dos setores ditos “progressistas” da burguesia brasileira. Os empresários industriais são duramente criticados por Dean, cujo retrato é colocado de maneira sempre negativa em sua pesquisa. Em diversas passagens, o autor procura minimizar o papel desta fração da burguesia, tratando-a até mesmo com desdém. Sua antipatia em relação aos “produtores” fica bastante evidente quando ele procura, com demasiada insistência, desqualificar suas pretensões e até mesmo desmentir os argumentos apresentados. Por exemplo, o discurso de Francisco Matarazzo na cerimônia de sua posse como presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo seria uma “insinera” tentativa de identificação dos interesses da categoria com os da nação.<sup>299</sup> Roberto Simonsen, eleito vice-presidente do CIESP naquela mesma ocasião, “continuou a ser produto consumado da sociedade fazendeira em sua compreensão, *ou falta de compreensão*, da capacidade da indústria para transformar a sociedade. As suas atitudes econômicas listianas não derivavam do desejo de aumentar a mobilidade social nem de empregar mais cabalmente os recursos humanos”, escreveu Dean (o autor, no entanto, faz tábua rasa da mesma falta de preocupação dos fazendeiros e da burguesia importadora com a ausência de mobilidade social).

Sobre a questão das tarifas e a polêmica envolvendo industriais e fazendeiros, Dean afirmou que os argumentos apresentados por Simonsen eram “pouco convincentes”, e suas queixas “eram igualmente oblíquas e insatisfatórias”. Informações apresentadas “sem nenhuma exatidão” eram utilizadas para refutar os argumentos da bancada ruralista e persuadir a opinião pública (que era levada em consideração apenas no plano da retórica). Isto porque os empresários industriais, afirma Dean, não hesitavam em utilizar a força contra a classe trabalhadora, atitude facilitada em razão de seus vínculos com os órgãos de segurança pública, o que revelaria a “arrogância dos burgueses e sua influência junto à polícia”, que nem sempre agia “da maneira prescrita por lei”.

---

<sup>298</sup> Cf. *ibid.*, pp. 107-8.

<sup>299</sup> As acusações formuladas pelo autor podem ser encontradas nas páginas 142, 149, 152, 154-6, 178, 181, 187-8, 191-3 do seu livro.

Autoritários, arrogantes, dissimulados, indivíduos que não abriam mão da utilização de argumentos sofisticados: assim eram os empresários industriais, na visão de Warren Dean. O brasilianista escreve como um legítimo porta-voz dos interesses da burguesia importadora no Brasil, tentando a todo o momento desqualificar seus maiores adversários: ele diz, por exemplo, que “os industriais poderiam ter demonstrado maior entusiasmo pelas obras de caridade”, uma vez que neste terreno os feitos alegados “parecem ter sido bem modestos e, na maior parte, autocomemorativos”. Se Matarazzo costumava afirmar os valores do trabalho árduo e da abstinência como condições para a realização profissional, Dean observa que “a sua atitude de frugalidade extrema [era] um tanto forçada”. Evidentemente, as relações de Matarazzo com o regime fascista italiano, de resto muito bem analisadas no trabalho de Dean, não poderiam ser ignoradas. Mas o autor está equivocado quando afirma que este “ponto de vista autoritário diverge, em muitos pontos, dos requisitos estruturais do sistema capitalista [porque] ela não põe dinheiro no bolso do trabalhador”, como se isto fosse condição para a acumulação. O comportamento dos empresários industriais, em especial o “seu apego a uma sociedade autoritária e ordenada” poderia impedir, na interpretação do autor, o pleno aproveitamento do potencial da estrutura industrial.<sup>300</sup>

Além disso, muitos empresários industriais seriam desonestos, que agiam à margem da lei. Prova disso seria a resistência dos mesmos diante da venda de títulos ao público: hesitavam em fazê-lo porque isto os deixaria “legalmente sujeitos à prestação de contas, não apenas ao governo mas a pessoas socialmente inferiores, acerca da administração de suas firmas”. Em suma: se for possível falar em termos de um *tipo ideal* do empresário industrial brasileiro com base na pesquisa do brasilianista, ele apresentaria as seguintes características: “a implacabilidade dos industriais em relação aos operários, sua admiração pela hierarquia e sua indiferença pelo desenvolvimento social”. Afinal, uma vez “construídas as fábricas, já não os preocupava o empreendimento senão o apego à sua propriedade”.

Surge então a questão: se os empresários industriais pensavam antes nos seus próprios negócios do que na transformação da estrutura social – o que resultava na *falta de um sistema*

---

<sup>300</sup> A organização da produção industrial é essencialmente autoritária, e a imposição da disciplina um requisito essencial para a apropriação do excedente. Como afirmou Engels: “Na porta dessas fábricas poder-se-ia escrever, ao menos do que se refere ao período de trabalho: *Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!* (Aquele que aqui entrar, ponha de lado toda autonomia)”. ENGELS, “Sobre a autoridade”, p. 186. A perspectiva de Warren Dean foi cuidadosamente refutada por VIANNA, em seu trabalho *Liberalismo e sindicato no Brasil* (pp. 74-76): “A inusitada ideologização do liberalismo, para um ensaísta americano como Dean, torna-o incapaz de associar liberalismo com autoritarismo, omitindo toda a história da formação do capital industrial no ocidente europeu e em seu país (...) Curiosamente nosso autor separa de forma abissal liberalismo de autoritarismo, afastando-se da melhor teoria, desde a clássica, com Hobbes, Locke, ao já citado Macpherson, Neumann, para ficar só nestes, sem precisarmos invocar a Marx ou ao próprio Weber”.

*protecionista*, com tarifas que eram fixadas individualmente para cada produto<sup>301</sup> –, qual a classe ou fração de classe que representou a vanguarda do processo de diferenciação da estrutura produtiva, tomando-lhe a iniciativa? Dean afirma que foram em sua maioria os membros da burguesia comercial importadora, e em menor parte os próprios fazendeiros de café. Este tese foi desenvolvida no capítulo II de sua pesquisa (“A matriz econômica: a importação”), que comentarei a seguir.

O ponto de partida para a explicação do autor é a seguinte premissa: ao contrário do que vinha sendo afirmado até então pela maioria dos pesquisadores em economia política, “os negócios de importação não constituíam obstáculo ao desenvolvimento da indústria”. Pelo contrário: foram o principal fator de estímulo ao processo de industrialização no Estado de São Paulo, “que cresceu a par das empresas agroindustriais dos fazendeiros”.<sup>302</sup> As razões seriam as seguintes:

- a) Na primeira fase da expansão cafeeira, as importações eram realizadas para satisfazer uma demanda por mercadorias que ainda não eram produzidas internamente: equipamentos para usinas hidrelétricas, materiais de transporte ferroviário, fios e cabos de iluminação etc. Na maioria dos casos, contudo, era praticamente impossível – ou pelo menos contraproducente – trazer do estrangeiro a mercadoria inteiramente montada, como consequência das dificuldades de transporte, ou do elevado custo da operação. Deste modo, uma parte das operações, que exigiam um certo conhecimento profissional, seria realizada no próprio país: a instalação, a fabricação de peças e acessórios, o serviço de reparo de equipamentos defeituosos, a produção de peças de reposição etc. Nestes casos, o importador, já familiarizado com a rotina dos negócios, passava a assumir *também* as funções que complementavam a sua atividade principal.<sup>303</sup> A instalação de indústrias, nos termos do esquema apresentado por Warren Dean, resultaria da necessidade de diversificação dos negócios dos próprios importadores.<sup>304</sup>
- b) “Uma segunda explicação da transição da importação para a manufatura”, prossegue o autor, “reside na posição estratégica do importador na estrutura do comércio”. “O importador, e mais ninguém, possuía todos os requisitos do

---

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 80.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>303</sup> Cf. *ibid.*, pp. 26-7.

<sup>304</sup> Alguns exemplos, citados pelo autor: a família Jafet iniciou suas atividades como importadora de tecidos e anilina, e depois instalou sua própria fábrica de tecidos. Os Puglisi, antes de possuírem o seu próprio moinho, eram importadores de farinha. Caminho idêntico foi percorrido pelos Klabin, que iniciaram a atividade de produção de papel depois de conhecerem a rotina dos negócios de importação da mercadoria (*ibid.*, p. 37).



industrial bem sucedido: acesso ao crédito, conhecimento do mercado e canais para distribuição do produto acabado”. Numa economia em que o sistema de crédito ainda não era suficientemente desenvolvido, as conexões dos importadores com os bancos estrangeiros permitiram contornar os problemas de acesso aos recursos exigidos. Foi assim que muitos destes importadores concederam adiantamentos aos pequenos comerciantes do interior e também aos empresários industriais que estavam dispostos a importar maquinaria e equipamentos para suas fábricas. Deste modo, não apenas se estimulava a produção interna de bens de consumo duráveis, como a sua comercialização seria facilitada através da multiplicação das firmas revendedoras. Nestas condições, também não haveria oposição do comércio importador ao processo de industrialização, uma vez que a instalação de fábricas contribuiria para ampliar as suas próprias oportunidades de negócios.<sup>305</sup>

- c) Além disso, os importadores tinham amplo conhecimento das condições do mercado brasileiro, incluindo os hábitos e a preferência dos consumidores, as flutuações do câmbio e das tarifas alfandegárias. O acesso a informações que poucos tinham conhecimento, obtido graças a sua posição privilegiada no esquema de funcionamento da economia agroexportadora, colocava-os em condições de vantagem diante dos próprios empresários industriais: “esse conhecimento” da burguesia importadora, diz o autor, “tinha todas as probabilidades de estar muito próximo da onisciência”. Deste modo, os empresários industriais seriam os maiores interessados em colaborar com a burguesia importadora, que lhes forneceria todas as condições para crescer e prosperar: mercado consumidor, adiantamentos, linhas de crédito, máquinas e equipamentos, matérias-primas, conhecimentos e outras facilidades. Supondo a inexistência de conflitos entre indústria e comércio de importação, o autor conclui que também o segundo dependia da primeira, *e não se oporia ao processo de substituição de importações*: “afinal de contas, os importadores eram simples negociantes; se compravam dos fabricantes franceses, alemães e ingleses, por que não comprariam de brasileiros?”<sup>306</sup>.

Apoiando-se nestas observações, o autor procura demonstrar que as teorias que supõem uma incompatibilidade entre os interesses da indústria e do comércio de importação

---

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p. 29.

estão equivocadas. Para ele, não existe competição entre uma e outra atividade, e sim complementaridade.<sup>307</sup> Os donos de fábricas dependiam inteiramente da colaboração da burguesia comercial-importadora para ampliar os seus negócios, e esta teria o maior interesse na constituição de uma força manufatureira local. Isto ocorre, afirma o autor, não apenas porque a origem da mercadoria negociada é indiferente para aquele que procura revendê-la, mas também porque o intercâmbio – logo, a oportunidade de lucro na esfera da circulação – cresce *pari passu* com a produção industrial.

Não é preciso muito esforço para entender as razões que tornam este tipo de explicação bastante conveniente para a burguesia importadora, servindo-lhe como argumento para defender-se dos ataques que sofreu na disputa política e ideológica com a burguesia industrial. Se a primeira costuma aparecer em outras pesquisas de história política e econômica – em especial, o bastante conhecido trabalho de Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil* – como uma fração de classe visceralmente anti-industrialista, anti-nacionalista, entreguista, responsável pelo aumento do custo de vida e detentora de monopólios e privilégios especiais, Dean procura retratar o comércio importador como uma condição *sine qua non* para o processo de industrialização, e seus agentes como a vanguarda progressista que teria chamado para si uma importante e difícil tarefa, e encarado o desafio de lançar o país no caminho do progresso econômico. A burguesia industrial, por outro lado, aparece como uma fração de classe cujas iniciativas prejudicavam o próprio desenvolvimento industrial: como observou um outro brasileiro, Thomas Skidmore, é de fato “surpreendente a opinião de que os empresários paulistas realmente entravaram o crescimento industrial”.<sup>308</sup>

Os *conflitos* envolvendo as frações da burguesia importadora e industrial serão analisados mais detalhadamente no capítulo XI. Nesta seção, farei apenas alguns comentários sobre a função ideológica da construção teórica de Warren Dean e a metodologia empregada na sua pesquisa.

Primeiramente, é importante assinalar que o autor confunde a instalação de algumas firmas industriais com o processo de industrialização (que promove alterações na estrutura de *toda* a sociedade, inclusive modificação na correlação de forças), identificando-as rigidamente. Da mesma maneira, procura explicar o comportamento dos empresários industriais *exclusivamente* a partir de suas origens sociais, ou seja, do comportamento da burguesia importadora ou da visão de mundo dos fazendeiros de café. Para tanto, recorre a

---

<sup>307</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>308</sup> SKIDMORE, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 418.

inúmeras crônicas familiares<sup>309</sup>, tentando demonstrar a importância do grau de parentesco no estabelecimento de relações entre agricultura, indústria e comércio: empresários com negócios diversificados (que atuavam simultaneamente como importadores e industriais, por exemplo), filhos de fazendeiros que se tornam administradores de empresas, casamentos que selavam alianças entre famílias de imigrantes e famílias de fazendeiros do café etc.

Fazendo tábua rasa do fato elementar que a formulação de uma política de classe (*para si*) não surge na mesa de jantar e sim nas respectivas associações patronais, na tribuna do Congresso e nos órgãos de imprensa, o autor chega a mencionar os casamentos entre filhas de fazendeiros e empresários industriais ou comerciantes para negar a existência de conflitos entre as frações burguesas. E chega a sugerir que Freud poderia estar mesmo com a razão, depois de comentar a ocorrência de alguns matrimônios nos quais as filhas preferiam escolher maridos tão autoritários quanto os seus pais!

Deste modo, ignora-se os condicionantes estruturais e as leis econômicas objetivas que independem da vontade dos “funcionários do capital”. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

O antagonismo no seio da própria burguesia agrária não se reveste de formas simples de antagonismo entre proprietários do capital. Daí que as interpretações da industrialização brasileira, que se baseiam nas crônicas de família, ao estilo Warren Dean, não encontrem antagonismos essenciais entre cafeicultores, comerciantes e industriais pelo fato de serem as mesmas pessoas, as mesmas famílias, e a origem da riqueza ter sido comum. A transformação de pessoas em *personas* do capital *distintas* somente se dá quando se diferencia a forma pela qual o pressuposto é repostado, como salienta José Arthur Gianotti, isto é, quando as diferenças na produção e apropriação do valor geram circuitos distintos na reposição do produto. E é esta questão, a da produção e reprodução do valor, que vai gerar os antagonismos essenciais no seio da burguesia agrária brasileira, levando-a em direção a um ponto no qual se transforma em sua própria oposição.<sup>310</sup>

<sup>309</sup> DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 81 e seguintes.

<sup>310</sup> OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”, p. 30. Os itálicos estão no original.

O esquema traçado por Warren Dean, para explicar o processo de desenvolvimento antes e depois da primeira guerra mundial, permanece prisioneiro das observações empíricas, imediatas e epifenomenais acerca do cotidiano pessoal ou familiar. Em nenhum momento, ele “repõe o pressuposto”, o que torna a explicação demasiadamente mecânica e superficial: incapaz de superar o empirismo das estórias de famílias – que inclui a tentativa de montagem das respectivas árvores genealógicas – o esquema traçado permanece fechado em si mesmo, razão pela qual o processo de metamorfose da burguesia agro-mercantil em personificação do capital industrial surge como completamente destituído de quaisquer mudanças ao nível da consciência de classe. Trata-se daquilo que Karel Kosik chamou de “o mundo da pseudo-concreticidade”, que não leva em consideração o fato de que as *personas*, numa sociedade produtora de mercadorias, se movem dentro de limites que são hetero-determinados.<sup>311</sup> Deste modo, confunde-se a *lei do fenômeno*, ou seja, a estrutura da coisa, com a visão de mundo que é elaborada a partir da prática cotidiana.

Ora, a marcha da acumulação capitalista independe até mesmo da consciência dos seus agentes, pois “assim como o valor não traz escrito na testa o que ele é” (Marx), também o *modus operandi* das diferentes formas do capital (comercial, bancário, industrial) não deriva do tipo sanguíneo de seus “funcionários”. No mercado, as frações burguesas tratam de considerar o produto do trabalho social e os fatores da produção – tais como o capital, a terra, a maquinaria e a força de trabalho – como forças abstraídas de valores culturais: “não o sabem, mas o fazem”, como afirmou Marx.<sup>312</sup> O procedimento de Warren Dean, neste sentido, é típico das “robinsonadas” da economia política burguesa, um procedimento que só contribui para ocultar as contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Problema agravado, quando tal método é aplicado ao estudo de uma formação social como a brasileira, no interior da qual o capitalismo surge tardiamente e se articula de forma dependente em relação aos pólos hegemônicos do capitalismo mundial: neste caso, a expressão interna da dependência estrutural – a fração de classe associada ao capital estrangeiro – *aparece* como o elemento mais dinâmico e progressista, quando na verdade se trata exatamente do contrário.

Deste modo, as reiteradas manobras da burguesia importadora (que atuava quase sempre nos bastidores, mas como uma *classe* com muita força na imprensa e nas comissões parlamentares encarregadas de estudar a revisão da política tarifária), visando *impedir* a

<sup>311</sup> Como afirmou B. MOORE Jr., a respeito da transição capitalista na Inglaterra: “As estatísticas são armadilhas enganadoras para um leitor desprevenido, quando abstraem da essência da situação *todo o contexto estrutural* em que se verifica a *osmose social*” (*As origens sociais da ditadura e da democracia*, p. 44).

<sup>312</sup> MARX, *O Capital*, vol. I, livro primeiro, t. 1, p. 72 (“O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”).

aplicação de medidas deliberadamente protecionistas, foram simplesmente ignoradas por Warren Dean. O autor chega mesmo a afirmar categoricamente que os importadores *não* eram contrários ao aumento das tarifas, porque, se houvesse substituição de importações, eles teriam condições para controlar a venda de mercadorias no mercado local, da mesma maneira que vinham fazendo com os similares importados. Isto porque, ainda de acordo com o raciocínio do autor, o controle do sistema de distribuição permaneceria inalterado: “quando os fabricantes locais solicitavam ao governo federal o amparo das tarifas, os importadores não levantavam objeções contra o aumento desses direitos *per se*”. Afinal, diz o autor, eles estavam “absolutamente seguros de que seriam os intermediários do produto, fosse ele estrangeiro ou nacional”.<sup>313</sup>

O esforço em apresentar a burguesia importadora como uma classe politicamente progressista se estende aos fazendeiros do café. As elites paulistas, na visão de Warren Dean, teriam sentido a “necessidade de abolir rapidamente a escravidão, a fim de estimular o fluxo de trabalhadores livres”.<sup>314</sup> Se esta afirmação estivesse correta, poder-se-ia considerar os cafeicultores paulistas uma classe realmente revolucionária, no final do Segundo Império. Mas, como sabemos, a política imigratória *não* implicava a defesa da abolição, quanto menos *rapidamente*: para os fazendeiros, não seria a abolição que estimularia a imigração, mas precisamente o contrário. Na Convenção de Itu, por exemplo, os republicanos do Estado diziam que a questão da emancipação deveria ser encaminhada pelas próprias administrações provinciais, de acordo com a maior ou menor disponibilidade de homens livres. Os termos da questão foram colocados de forma invertida: na verdade, seriam os fluxos imigratórios que tornariam possível abolir a escravidão, na perspectiva dos fazendeiros de café.

O autor, que acusou Celso Furtado de tentar “agradar aos sentimentos nacionalistas”, construiu uma tese que sem dúvida agrada aos seus adversários: os defensores do “Brasil essencialmente agrícola”, que consideram a lei das vantagens comparativas o melhor remédio para superar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social.

#### **4. O desenvolvimento econômico durante a Primeira República: pressupostos para uma tentativa de reinterpretação teórica.**

As estratégias elaboradas pelas facções burguesas hegemônicas, no primeiro período republicano, *não ultrapassaram os estreitos horizontes da economia agroexportadora*. Se os

---

<sup>313</sup> DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 31. Interessante notar que a pesquisa de Warren Dean foi publicada *depois* do trabalho de Nícia Vilela Luz, que inclusive consta na sua bibliografia. Mas esta autora demonstrou justamente o contrário, servindo-se de uma farta documentação histórica.

<sup>314</sup> *Ibid.*, p. 42.

*efeitos* da crise eram debatidos até a exaustão pelos grupos proprietários (incluindo a própria burguesia industrial), é certo que nenhum deles colocou em questão os *fundamentos* mesmos do modelo político-econômico, tal como a estrutura fundiária, a participação do capital estrangeiro ou a virtual inexistência de uma legislação social e/ou trabalhista. O debate sobre a questão da superprodução representa apenas um sintoma deste problema: a retenção ou destruição dos estoques de café, que podem ter contribuído para sustentar a renda interna, pôs a descoberto a miopia de uma classe dirigente atrelada aos interesses imperialistas e totalmente indiferente aos problemas das classes subalternas.

Os empréstimos contraídos para executar a política de valorização do café, que se tornou permanente, não contribuíram diretamente para ampliar a capacidade produtiva da economia brasileira, exceto na própria lavoura cafeeira. Num período de grande expansão dos trustes e cartéis, nos países imperialistas (especialmente, no período anterior à primeira guerra e na segunda metade da década de 1920), o atraso relativo da economia tornava-se mais pronunciado, assim como a própria inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho. A transigência da burguesia agromercantil diante da penetração imperialista só acentuava o problema da dependência econômica, enquanto os empresários industriais simplesmente acomodavam-se às linhas gerais do sistema oligárquico. Como afirmou Boris Fausto, “as pretensões industrializantes nunca passaram de esperneios de quem procura alcançar um melhor quinhão e aceita a organização da sociedade imposta pelo núcleo dominante”.<sup>315</sup>

A revolução *política* burguesa<sup>316</sup> no Brasil não implicou mudanças na correlação de forças entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. As mudanças jurídicas e políticas do período 1888-91 não foram suficientes para modificar a posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, apesar de terem criado as pré-condições necessárias para que isto pudesse acontecer. Sem dúvida, o fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas não poderia ser superado mediante decretos, enquanto permanecessem intocadas algumas relações de propriedade (a correlação de forças colocava

<sup>315</sup> FAUSTO, “A revolução de 1930”, p. 232. Examinarei mais detalhadamente a questão no capítulo XI, para demonstrar o equívoco das teorias que supõem tanto a inexistência de oposição entre agricultores e industriais, quanto a sua total incompatibilidade.

<sup>316</sup> “A formação do Estado burguês é a própria *revolução política burguesa* (ou revolução burguesa num sentido estrito); como tal, é apenas um aspecto da *revolução burguesa em geral* (ou revolução burguesa num sentido amplo), entendida esta como o conjunto dos aspectos – formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova ideologia dominante, uma nova estrutura do Estado – da passagem ao capitalismo. E mais: a revolução burguesa em geral se inicia antes e termina depois da revolução política burguesa, sendo portanto incorreta a definição da revolução política burguesa como o momento histórico único de concretização da passagem ao capitalismo” (SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, pp. 15-16.

em questão até mesmo a possibilidade de ulteriores avanços). Um dos fatores impeditivos estava na manutenção de relações de produção atrasadas, sendo que em muitos casos a subordinação do trabalho ao capital era meramente formal.<sup>317</sup>

De fato, as condições existentes no interior da economia brasileira eram insuficientes para dotar o setor industrial, ainda embrionário, de completa autonomia diante do núcleo agroexportador. Isto é válido, em linhas gerais, para o departamento de bens de consumo com pequeno valor agregado (ou “indústria leve”, sobretudo aquela destinada ao fornecimento de tecidos, roupas e alimentos), que não conseguiu se firmar até a primeira guerra mundial; mas também – e principalmente – para o departamento de bens de produção, cuja instalação só seria completada muitas décadas depois.

Não será este o objetivo da pesquisa (estendê-la para além de 1930), mas um dado permite ilustrar o distanciamento do capitalismo brasileiro em relação aos centros imperialistas: aqui, as indústrias que exigiam um volume de investimentos iniciais em grande escala (siderurgia, material elétrico, química pesada, máquinas e equipamentos etc.) continuariam dependentes das receitas de exportação até meados da década de 1950, quando se tentou superar os “pontos de estrangulamento” mediante o reforço dos capitais estrangeiros no “tripé” de sustentação do modelo dependente e associado. Mas, muito antes que isto ocorresse, os problemas da economia agro-exportadora tornavam cada vez mais evidente a perda de dinâmica daquele modelo, problema que foi agravado, com a chegada da grande crise de 1929, pela ruptura quase completa das transações internacionais e o refluxo dos capitais estrangeiros invertidos no país.

Por outro lado, é necessário considerar que a superprodução da economia cafeeira apenas *em parte* pode ser explicada à luz dos movimentos cíclicos nas economias capitalistas centrais. Tendo em vista o estabelecimento de uma rígida separação entre as esferas da produção de mercadorias e realização da mais-valia, nota-se que a transferência de capitais para a produção cafeeira foi estimulada mais pela existência de condições excepcionalmente favoráveis no interior da sociedade brasileira (oferta) do que nos mercados consumidores externos (demanda). Neste ponto, a economia política da CEPAL deixou uma lacuna que foi satisfatoriamente preenchida pelos economistas da UNICAMP que adotaram a perspectiva do capitalismo tardio: de fato, os fatores atuantes do lado da oferta eram decorrentes das ordens de investimentos visando a acumulação de capitais também *no interior da economia*

---

<sup>317</sup> O trabalho rural, como notou GOMES (*Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*, p. 96), continuou sendo garantido ao longo da Primeira República *por altas doses de coação física e simbólica*.

*brasileira*<sup>318</sup>, mesmo que a maior parte dos lucros tenha sido apropriada pelos grupos estrangeiros que financiavam e comercializavam o café, o que lhes conferia o *status* de sócios majoritários.

A economia brasileira já não era, nas primeiras décadas do século XX, um simples apêndice do mercado mundial, como sub-repticiamente afirmam aqueles pesquisadores que limitam à esfera da *circulação* a explicação do movimento dos capitais. Os investimentos que eram direcionados para a produção do café nos momentos de “tranqüilidade” do sistema imperialista – e mantidos nos períodos de crise da economia internacional – se justificam quando se tem em vista que *eram exatamente os interessados naquele negócio que controlavam o aparelho governamental*. Se este movimento era aparentemente irracional, do ponto de vista do comportamento dos empresários e mais ainda das necessidades do estômago dos trabalhadores, sua explicação exige uma pesquisa orientada por um recorte metodológico bastante diferente, que privilegie o problema da acumulação (nos termos colocados por Lênin, para o estudo do capitalismo na Rússia) e não o do consumo, já que este se subordina àquele.

Os cafeicultores e outras facções ligadas ao comércio mundial eram, em razão de seu comportamento político, a *expressão interna* da dependência durante a Primeira República. Mais do que a integração do mercado interno, seus negócios dependiam da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.<sup>319</sup> Nestas condições, não eram criados estímulos suficientes para o aprofundamento da divisão *social* do trabalho e, conseqüentemente, da própria divisão *manufatureira* do trabalho – que constituem dois importantes indicadores do grau de desenvolvimento das forças produtivas. A eternização da vocação agrícola do país, como afirmou Francisco de Oliveira, retirava eventuais estímulos ao processo de industrialização.

Apesar do crescimento quase ininterrupto dos estoques de café, os investidores não se sentiram afugentados. Se não houve um forte movimento de desinvestimento dos capitais alocados no setor, é justamente porque os cafeicultores contavam com generosos estímulos dos Estados produtores (que antes de 1930 gozavam de ampla autonomia econômica e política) para financiar a retenção dos estoques e a realização dos lucros.<sup>320</sup> A burguesia agroexportadora,

<sup>318</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 66-7.

<sup>319</sup> Como oportunamente salientou Décio Saes: “as classes dominantes da região cafeeira estavam ligadas, não às classes dominantes das demais regiões brasileiras, e sim às classes dominantes de formações sociais capitalistas como a Inglaterra e os EUA. Em meados dos anos 80 [do séc. XIX], subsistia uma relação econômica direta entre as classes dominantes da região cafeeira e aquelas das demais regiões brasileiras *apenas num nível específico: o do mercado nacional de escravos*” (SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*, p. 256).

<sup>320</sup> A recusa do presidente Washington Luís em desvalorizar a moeda local e perdoar as dívidas dos cafeicultores, ao mesmo tempo em que suspendia a compra dos excedentes de produção, “deixou os plantadores de café furiosos” (Cf. SKIDMORE, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, pp. 30-1). O descontentamento dos cafeicultores,



portanto, optava pela inversão de capitais em lavouras supérfluas, do ponto de vista das necessidades humanas mais imediatas, em detrimento da possível utilização dos capitais acumulados na diferenciação da estrutura produtiva voltada para o mercado interno (como demonstrou Carlos Manuel Peláez, na sua “crítica à teoria estruturalista”, em que defende o ponto de vista da escola do pensamento econômico neoclássico).

Assim, por exemplo, a política de defesa dos preços do café (que se tornou permanente devido ao sucesso das várias operações realizadas, do ponto de vista das classes proprietárias rurais e mais ainda dos comerciantes e especuladores) favorecia os grupos economicamente hegemônicos, criando um mecanismo que *sustentava* a renda interna quando a demanda externa se contraía. Entretanto (como acentuaram alguns críticos da teoria cepalina), não se pode afirmar que a fonte de todo o dinamismo econômico do período anterior a 1930 residisse no “setor externo”, pois já havia se formado, no Brasil, alguns núcleos de acumulação capitalista que não dependiam dos mercados externos para a realização dos seus lucros.<sup>321</sup>

A hegemonia política das facções burguesas agrárias e comerciais não impedia, mas *contra-arrestava* o processo de industrialização no Brasil. Isto porque, se de um lado a intervenção do Estado manteve a dinâmica dos setores econômicos “voltados para fora” por um longo período (garantindo mais a continuidade das importações de mercadorias industrializadas do que a sua substituição pela produção interna), por outro se tornava bastante onerosa para todos os demais grupos e classes sociais.

Contudo, apesar de todos os problemas que isto trazia para o processo de industrialização, não se configurou uma situação de conflito entre os empresários industriais e a burguesia agroexportadora: os “industrialistas” brasileiros, ao formular as suas pretensões políticas, não poderiam negar as próprias origens agrárias do capitalismo brasileiro (a propósito, a quase totalidade dos empresários do período provinha do campo, ou tinha alguma experiência no comércio de importação e exportação), nem deixar de reconhecer o prestígio

---

entretanto, *não* se transformou em *firme oposição política*, como afirmou categoricamente o brasilianista (“os plantadores de café apoiavam a revolução”, *ibid.*, p. 30). Skidmore ignorou o fato de que os cafeicultores, organizados politicamente em torno do PRP, o Partido Republicano Paulista, não aderiram à Aliança Liberal (que lançou a chapa oposicionista Getúlio Vargas / João Pessoa para as eleições de março de 1930) e tampouco nutriram qualquer simpatia pela Revolução que ocorreu no final do mesmo ano. Em São Paulo, foi o Partido Democrático – fundado em 1926 por um grupo *minoritário* de bacharéis e profissionais liberais descontentes – que organizou a oposição ao presidente Washington Luís e de fato participou da Aliança Liberal. Os cafeicultores, como disse um de seus intérpretes, ainda achavam melhor ter vários Júlio Prestes do que “entregar o Catete para os gaúchos”. Como afirmou Boris Fausto, sobre os atritos do governo deposto com os cafeicultores: “Certamente, o desencontro não significa a passagem do velho setor cafeeiro para as oposições, como transparece das queixas do *Diário Nacional*, referindo-se aos agricultores que, através de um congresso ruidoso ameaçaram céus e terras, para se curvarem, afinal, arrependidos, num *mea culpa* humilhante” (FAUSTO, *A revolução de 1930*, pp. 98-9; cf. também IDEM, “As crises dos anos vinte e a revolução de 1930”, p. 424).

<sup>321</sup> Cf. MELLO, *O capitalismo tardio*, capítulo 01; SUZIGAN, *Indústria brasileira*, p. 30; AURELIANO, *No limiar da industrialização*, passim.

econômico, político e cultural que o latifúndio exercia sobre o conjunto da sociedade brasileira. Buscaremos comprovar esta afirmação com base em algumas hipóteses sobre a economia da República Velha, que indicamos a seguir e tentaremos comprovar nos capítulos seguintes.

## **5. Circunstâncias que contra-arrestaram a revolução burguesa no Brasil.**

### **5.1. Hegemonia política e econômica da burguesia agroexportadora:**

As políticas governamentais de apoio ao setor agro-exportador, embora tenham favorecido *até um certo ponto* a canalização de capitais para o complexo urbano-industrial, representaram no seu conjunto a recusa do Estado em levar a cabo um projeto de industrialização mais vigoroso. Os grupos que invocavam uma suposta “vocação agrícola” do país (que conferiam uma certa legitimidade   política de sustentac o dos preços do café, que estimulou a superprodu o) tinham força suficiente para condicionar o *modus operandi* de extra o do sobretabalho e também as próprias rela es intersetoriais da economia brasileira. As repercussões foram negativas sobre a acumulac o industrial, uma vez que deixavam insuficientemente aproveitadas as possibilidades de diversifica o da estrutura produtiva, configurando-se uma situa o de subprodu o industrial.<sup>322</sup>

Mesmo no setor agroexportador mais dinâmico, o crescimento horizontal da base de acumulac o (extensão das áreas cultivadas, sobretudo na “marcha para o Oeste” paulista) ocorria na ausência de investimentos em capital fixo, um problema que nem mesmo um autor como Warren Dean – que, ao aceitar a teoria do comércio mundial nos termos colocados por David Ricardo, estabeleceu uma rela o linear entre expansão cafeeira e desenvolvimento da indústria – foi capaz de negar.<sup>323</sup> Mas tal circunstância, como não poderia deixar de ser, contribuía para manter a economia brasileira no círculo vicioso do mecanismo de exporta o-importa o.

Como o país se especializou na explora o de matérias-primas e gêneros tropicais exportáveis, o que o tornou um dos grandes fornecedores de algumas destas mercadorias (café, açúcar, borracha, cacau e algodão, entre outras) no mercado internacional, não houve

<sup>322</sup> O desequilíbrio entre exporta o agrícola e importa o de manufaturas mostrava assim as duas faces de uma única moeda: enquanto as crises da economia de exporta o eram de superprodu o, as da economia de mercado interno eram de subprodu o (cf. SODRÉ, *História da burguesia brasileira*, p. 362; LUZ, *A luta pela industrializa o do Brasil*, p. 126).

<sup>323</sup> “Os novos investimentos em café se aplicaram mais na abertura de novas terras do que na intensifica o da produ o das propriedades existentes. Essa prática significava que a produtividade, quando muito, permaneceria apenas estável” (DEAN, *A industrializa o de São Paulo*, p. 14. O autor acrescenta que, entre as duas guerras mundiais, houve aumento de 35% da superfície cultivada, *mas o valor do estoque da maquina ria agrícola não sofreu altera o* – cf. *ibid.*, pp. 140-1).

um estímulo suficiente para o avanço da economia em direção a outras atividades, entre elas a indústria de transformação e até mesmo a agricultura de mercado interno. A busca de “vantagens comparativas” em setores com reduzida composição orgânica de capital fazia parte da própria visão de mundo das facções burguesas hegemônicas, ainda prisioneiras de velhos preconceitos herdados do período colonial (idéia de que as indústrias seriam “artificiais” num país dotado de uma “vocação essencialmente agrícola” etc.).

O processo de acumula o de capitais concentrava-se no latifúndio monocultor e alguns serviços complementares, como comércio exterior e transportes. A agricultura, mesmo mercantil, ainda era pouco diversificada, utilizava técnicas obsoletas (salvo raras exce oes) e aproveitava-se da existência de um exército de reserva numeroso e superexplorado. Estas condi oes da produ o permitiam a apropria o de superlucros fáceis e imediatos (pois não exigiam investimentos numa escala equivalente, por exemplo,   das indústrias avançadas já instaladas nos países capitalistas centrais), o que possibilitou um notável incremento do comércio externo e um surto econômico sem precedentes, especialmente no período imediatamente posterior   proclama o da República.

Se compararmos o montante de capital que foi invertido na indústria de transforma o com os investimentos na produ o, comercializa o e transporte de produtos agrícolas, nota-se que os primeiros permaneceram em níveis relativamente baixos. A indústria, disse Warren Dean, “continuava sendo uma empresa arriscada e mais especulativa do que a própria planta o”.<sup>324</sup> O investimento na produ o de bens de consumo duráveis não oferecia perspectivas tão atraentes quanto as que existiam na agricultura: nesta, as condi oes atuantes do lado da oferta e t mbe m da procura eram muito mais favoráveis.<sup>325</sup> Se levarmos em considera o t mbe m o comportamento dos investimentos nos países imperialistas, o atraso do processo de industrializa o no Brasil torna-se ainda mais evidente: enquanto nos primeiros ocorriam importantes transforma oes no setor eletroeletrônico, na siderurgia e na química pesada, no Brasil as indústrias de bens de consumo assalariado ainda não conseguiam suprir toda a demanda interna.<sup>326</sup>

Os empresários industriais, que disputavam a preferência dos consumidores pelos produtos similares que eram fabricados no exterior, se encontravam, via de regra, numa situa o de desvantagem na luta pelo próprio mercado interno. Este aspecto foi abordado por

<sup>324</sup> DEAN, *A industrializa o de São Paulo*, p. 16.

<sup>325</sup> STAVENHAGEN (“Sete teses equivocadas sobre a América Latina”, p. 127) notou que esta   uma característica comum às forma oes sociais latinoamericanas: “A ‘difusão’ [do progresso técnico] não   com freq ncia mais que a extensão, ao meio rural, dos monopólios e oligopólios *com suas conseq ncias negativas para um desenvolvimento equilibrado e harm nico*” (os itálicos são nossos).

<sup>326</sup> Cf. AURELIANO, *No limiar da industrializa o*, pp. 30-31.

Nícia Vilela Luz, que estabeleceu uma relação entre a baixa competitividade da indústria local e a falta de apoio governamental às medidas reclamadas pelos industrialistas, que eram violentamente combatidas – e com bastante sucesso – pelas associações de fazendeiros e pela poderosa burguesia importadora.

A burguesia brasileira, apesar de seus esforços para superar as dificuldades existentes, não podia reivindicar mais do que um arremedo de política econômica. As tentativas de superar os obstáculos ao processo de industrialização consistiram na aplicação de medidas isoladas e sem solução de continuidade (tarifas alfandegárias, principalmente), cujos resultados foram insatisfatórios para o desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto isso, reformas capitalistas mais amplas sequer eram cogitadas pelas facções agroexportadoras, como por exemplo, a “regulamentação dos fatores” (que só começaria a ganhar força na década de 1930, como demonstrou Francisco de Oliveira)<sup>327</sup> ou a integração da economia de mercado interno, através da construção de um sistema de transportes cujo sentido fosse diferente daquele que servia aos interesses do imperialismo.

Neste contexto, alguns representantes das primeiras gerações de industrialistas brasileiros, como Amaro Cavalcanti, acusavam a burguesia importadora de *impedir o desenvolvimento do país e de monopolizar o mercado de produtos manufaturados*.<sup>328</sup> Antes da primeira guerra mundial, era difícil encontrar um setor da indústria cuja demanda não era satisfeita, em sua maior parte, pelas firmas importadoras. Tampouco se podia contar com o imperialismo para a instalação de indústrias no território brasileiro: os investidores estrangeiros preferiam os setores “tradicionais” da economia, como o comércio exterior, prestação de serviços, construção da infra-estrutura (transportes, comunicação, serviços de iluminação etc.), além das transações financeiras sob a forma de empréstimos ao governo.

Muitos fatores reforçaram o clima de *desconfiança* que predominava, em relação às possibilidades do processo de industrialização no país. Já mencionamos as dificuldades que os empresários industriais brasileiros encontraram para competir com a produção estrangeira, que contava com vantagens tecnológicas e financeiras muito superiores. As mesmas restrições, entretanto, não existiam do lado da demanda pelo principal produto de exportação brasileiro, que era o café. Neste caso, já existia um mercado plenamente constituído, que

---

<sup>327</sup> Entre estes fatores, o autor destaca as reformas sociais, a legislação trabalhista – que cumpriu a função de racionalizar a acumulação no setor industrial – e a distribuição de ganhos e perdas entre as facções burguesas, em especial a transferência de recursos da agricultura para a indústria, sem destruir a rentabilidade da primeira. (OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista*, passim).

<sup>328</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, p. 72.

apresentava uma rentabilidade excepcionalmente favorável<sup>329</sup> para os que nele quisessem (e pudessem) investir, apesar das crises internacionais. Situação bastante diferente do ainda embrionário mercado interno de bens de consumo duráveis, cujos limites foram apontados até a exaustão pela historiografia econômica.

O aumento do custo de vida, que muitos atribuíam à política alfandegária do Estado (que estimularia a criação de “indústrias artificiais” e onerosas, pressupondo a lei das vantagens comparativas), foi também um fator que contribuiu para a formação de um clima claramente hostil às reclamações dos industrialistas brasileiros. As próprias mercadorias produzidas pela indústria brasileira eram objeto de preconceito dos consumidores, sendo que algumas foram comercializadas com rótulos estrangeiros falsos como condição de sua “aceitação” no mercado interno.<sup>330</sup>

Apesar de politicamente independente, o Brasil – assim como outros países da América Latina – mantinha uma estrutura econômica que em certos aspectos pouco diferia do antigo sistema colonial, como demonstrou Caio Prado Jr. no seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*. A produção subordinou-se ao controle dos grupos agro-exportadores que buscaram, após a emancipação política – conduzida por estas mesmas elites – reorganizar seus vínculos econômicos externos com a nação capitalista então hegemônica, ou seja, a Inglaterra.<sup>331</sup> Portanto, o que se verifica, desde a primeira metade do século XIX até início do século XX, no Brasil, é uma redefinição dos laços de dependência que, longe de imprimir um estilo de desenvolvimento segundo os padrões tecnológicos dos países avançados, reiterava o tipo de inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

De fato, a taxa de acumulação (ou seja, a relação entre a mais-valia reinvestida produtivamente e a mais-valia consumida improdutivamente) no conjunto da economia brasileira era bastante inferior à verificada nos países imperialistas. Neste aspecto, havia uma certa identidade com a situação dos países coloniais do período, nos termos descritos por Mandel:

No período do imperialismo clássico, essa grande diferença entre a taxa média de lucros das colônias e das metrópoles [em favor das primeiras, onde a

<sup>329</sup> Neste aspecto, a teoria de Celso Furtado possui uma inegável força explicativa (consultar as páginas 156-7, 166 e 191-2 de seu trabalho já citado).

<sup>330</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, p. 90, e DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 17, 31 e 107.

<sup>331</sup> Cf. MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, capítulo VIII; PRADO Jr., *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*, *passim*; CARDOSO, *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, p. 60; SODRÉ, *Introdução à revolução brasileira*, pp. 33 e 38; SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*, pp. 99-100.

composição orgânica do capital era menor] não resultou em aceleração, mas sim em desaceleração da acumulação de capital nas colônias, pois uma parte substancial da mais-valia capitalisticamente produzida nesses países (não só os superlucros, mas todos os lucros) era drenada para as metrópoles, onde era usada para impulsionar a acumulação ou distribuída como renda excedente.<sup>332</sup>

Como conseqüência da herança colonial, ainda “presente em traços que não se deixam iludir”, segundo as palavras de Caio Prado Júnior, a diversificação da estrutura produtiva permaneceu fortemente obstruída. Um século após a Independência, o país ainda importava grande parte dos bens de consumo exigidos, inclusive alguns artigos de alimentação básicos que eram necessários para a reprodução da força de trabalho (ou seja, o proletariado urbano e rural).<sup>333</sup> A economia cafeeira, de fato, sufocava a diversificação até mesmo da produção agrícola: “a escassez de mão de obra arrancava braços das culturas de subsistência e os carreava para a cultura do café e, freqüentemente, as culturas de subsistência eram proibidas na fazenda”.<sup>334</sup> Esta forma de inserção subordinada na economia mundial contribuiu para aprofundar o desequilíbrio da balança de pagamentos do Brasil, pois consumia grande parte das reservas cambiais, que fluíam para as mãos da oligarquia financeira dos países imperialistas.

Esta especialização foi uma conseqüência da criação de setores dotados de (supostas) vantagens comparativas, onde os custos de produção eram relativamente menores do que aqueles encontrados no setor industrial. Isto quer dizer que, tal como nos demais países latinoamericanos, as importações pagas com as divisas geradas naqueles setores se tornaram, *em princípio*, mais baratas do que a produção nacional alternativa.<sup>335</sup> Este mecanismo possui

<sup>332</sup> MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 244.

<sup>333</sup> Cf. PRADO Jr., *História econômica do Brasil*, pp. 210 e 254; SODRÉ, *Introdução à revolução brasileira*, p. 94; CARONE, *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*, p. 115; FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 169. Estudos mais recentes, como os de Aníbal Villela, Wilson Suzigan e Liana Aureliano, consideram que a primeira guerra mundial constituiu um ponto de inflexão quanto à necessidade de importação de alguns gêneros de alimentos. Em 1920, o Brasil já era praticamente auto-suficiente na produção de arroz, feijão, milho, charque e batata; a única exceção seria o trigo, cujas importações até aumentaram depois da primeira guerra (cf. AURELIANO, *No limiar da industrialização*, pp. 25-30). Mas é preciso ressaltar que, na segunda metade da década de 1920 (com a expansão acelerada da economia estadunidense), o aumento das exportações de café brasileiro ocorreu em detrimento da produção daquelas mercadorias, cujas importações *voltaram a crescer*.

<sup>334</sup> DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 25. Ladislau Dowbor conta que 67,9% de toda a produção agrícola brasileira, em 1907, foi exportada (DOWBOR, *A formação do capitalismo dependente*, p. 109).

<sup>335</sup> Cf. SUNKEL, *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano*, pp. 62 e 118. Trata-se, como afirmou Sunkel, de um *favorecimento da atividade primário-exportadora*. Mas é preciso notar que, neste aspecto, a economia política da Cepal cometeu um grave equívoco de interpretação, ao estabelecer uma rígida oposição entre crescimento das exportações e processo de industrialização. Os economistas cepalinos partiam de uma falsa premissa: a alegação de que o aumento da produção primária *não* trazia consigo um aumento da demanda industrial, só podendo acontecer o contrário. A deterioração dos termos de troca, segundo a Cepal,

raízes que remontam ao período colonial, já que a economia cafeeira da Primeira República não trouxe modificações relevantes quanto à posição do Brasil na divisão internacional do trabalho (a exportação de alimentos, como assinalou Ruy Mauro Marini, teve um *papel coadjuvante na revolução industrial européia*: permitia-se, desta maneira, que os países avançados se concentrassem na produção manufatureira, enquanto a periferia se especializava na produção de matérias-primas industriais).<sup>336</sup>

Neste caso, a relação entre a base material da sociedade e as superestruturas que serviam aos interesses das facções agroexportadoras é bastante evidente: através dos cargos que ocupavam no alto escalão da administração pública (ministérios, secretarias etc.), aqueles que se pronunciavam contra o apoio governamental ao processo de industrialização *buscavam dar credibilidade aos seus argumentos*, recorrendo à teoria clássica do comércio internacional.<sup>337</sup> Através desta ideologia, buscava-se justificar a especialização da pauta de exportações por meio do postulado segundo o qual todos os “parceiros” do comércio obtinham o máximo de vantagens possíveis, independentemente da mercadoria que produziam e comercializavam.

Portanto, apesar da relativa diversificação que o setor exportador promovia sobre o resto do sistema (caso da infra-estrutura de transportes, energia, comunicações, comércio e alguns ramos da indústria), esta tendência era contra-arrestada pelo próprio movimento de reprodução do capital agromercantil. Este só poderia existir com a condição de concentrar nas mãos de seus agentes todo o poder político, social e econômico (características, quase por definição, do padrão de *desarrollo hacia afuera*).<sup>338</sup> O exemplo da construção da infra-estrutura de transportes (ferrovias e portos) é bastante ilustrativo deste fenômeno: os investimentos no setor apenas reiteravam a “vocação agrícola” do país, pois serviam quase

---

decorria justamente da lentidão com que o desenvolvimento industrial absorvia o excesso de população dedicada às atividades primárias (Cf. MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 14-5). O capítulo seguinte é dedicado à crítica feita por Cardoso de Mello à teoria da Cepal.

<sup>336</sup> Cf. MARINI, *Dialética da dependência*, pp. 175-6; T. DOS SANTOS, *Dependencia y cambio social*, p. 43.

<sup>337</sup> Cf. CARDOSO & SERRA, “As desventuras da dialética da dependência”, p. 44.

<sup>338</sup> Reproduzia-se, na verdade, *algumas* das características do período colonial, embora a internalização crescente das atividades econômicas, ocorrida especialmente após a Independência, o fizesse em condições mais vantajosas. Pode-se comparar os limites da economia agroexportadora brasileira do início do século XX, acima descritos, com as características do período colonial, traçadas por Florestan Fernandes: Naquele período, como *todas* as fases importantes da atividade econômica “se desenrolavam fora da colônia (...) operava-se uma espécie de despojamento econômico residual que ocasionava, por si mesmo, estímulo ao crescimento econômico horizontal, estancamento da diferenciação econômica e eternização do estado de heteronomia econômica”; a unidade produtiva do período colonial “possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes. Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único pólo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (FERNANDES, obra citada, pp. 24-5). Veja-se também PRADO Jr., *História econômica do Brasil*, pp. 223-4.

que exclusivamente para transportar as riquezas naturais brasileiras para os países capitalistas centrais.<sup>339</sup>

## 5.2. Classes subalternas e formas de apropriação do excedente econômico.

A “socialização das perdas” limitava a integração social e econômica, assim como a participação na tomada de decisões políticas, justamente dos setores sociais potencialmente mais dinâmicos: os operários das fábricas e as frações burguesas não vinculadas ao complexo agroexportador, que sentiam mais fortemente o aumento do custo de vida provocado pelas manipulações na taxa de câmbio. Os trabalhadores sentiam o impacto na condição de consumidores, e os industriais enquanto produtores que se preocupavam com o custo de reprodução da força de trabalho. Os industriais, além disso, se sentiam prejudicados com o fato de que o câmbio não fazia distinção entre bens de consumo e bens de produção: a valorização da moeda, se por um lado facilitava a importação de máquinas e equipamentos, por outro tornava a produção estrangeira de bens de consumo mais competitiva; quando estes se tornavam mais caros, como conseqüência da desvalorização do mil-réis, também fica mais difícil adquirir os bens de produção necessários para promover a substituição de importações.

A *repartição da mais-valia* entre os grupos vinculados ao comércio exterior, de um lado, e as empresas estrangeiras, de outro, exigia também um forte incremento na taxa de exploração das classes subalternas, como pré-requisito para cimentar suas identidades políticas. A concentração da riqueza em poucas mãos era um forte obstáculo à ampliação do mercado interno, situação que se configura até hoje: a existência de uma espécie de “miniaturização”, no seio de uma economia capitalista atrasada, dos núcleos onde se encontram os padrões de consumo mais sofisticados.

A questão da superprodução e a política governamental de sustentação dos preços do café trouxeram o problema de se determinar *quem suportaria as perdas* causadas pela criação de uma demanda artificial. Os cafeicultores, que constituíam a classe dirigente até 1930, seguiram a linha de menor resistência e transferiram para o conjunto da coletividade o ônus das crises cíclicas.<sup>340</sup> A partir de 1906, quando foi estabelecido o primeiro plano valorizador, os empréstimos públicos obtidos para financiar os estoques causaram desequilíbrios externos crônicos, que exigiram *enormes sacrifícios* às classes e grupos não vinculados à agricultura de

<sup>339</sup> Cf. OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”, p. 20; PRADO Jr, *História econômica do Brasil*, p. 334; DOS SANTOS, *Dependencia y cambio social*, p. 42; MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 80-2; CARONE, *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*, p. 71; LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, pp. 140-1.

<sup>340</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, capítulo XXVIII, e PRADO Jr., *História econômica do Brasil*.



exportação, inclusive a burguesia industrial.<sup>341</sup> De fato, a dívida externa era contraída para aliviar as dificuldades *permanentes* dos cafeicultores, cujas reivindicações jogavam a economia brasileira no círculo vicioso da renovação de empréstimos para “honrar” os anteriores. A fragilidade e vulnerabilidade de uma economia assim estruturada foi exaustivamente denunciada pelas mais diferentes correntes de interpretação da realidade brasileira.

A realização da mais-valia dependia do consumo das mercadorias exportáveis nas economias centrais, mas era evidentemente impossível jogar sobre os investidores e consumidores daqueles países o ônus da crise. Na esfera econômica, o capital cafeeiro era o *sócio-menor* das finanças internacionais, que monopolizavam o comércio mundial de mercadorias e impunham as condições contratuais que lhe eram mais favoráveis. Além disso, a demanda pelo café mantinha-se inalterada nos períodos de prosperidade econômica (portanto, de crescimento da renda) em países desenvolvidos como os EUA.<sup>342</sup> Daí, a impossibilidade de sustentar os preços até um certo limite e ausência de controle sobre a comercialização.

Restava o recurso ao endividamento externo, contraído pelo Estado e não pelos seus beneficiários, ou seja, os empresários do café. Os empréstimos externos contribuíam para a expansão dos meios de pagamento que eram destinados à compra do café, cujos excedentes eram retirados do mercado. Enquanto os produtores e comerciantes recebiam o valor *integral* da operação, os empresários industriais participavam apenas indiretamente (desvalorização cambial, elevação do nível dos preços) da manutenção do nível de renda daqueles grupos. O restante da população era obrigado a suportar os custos do negócio, em razão da transferência da renda para os latifundiários, fato que restringia a capitalização na economia de mercado interno.<sup>343</sup>

Os grupos interessados no esquema de valorização eram tão poderosos, que nem mesmo a revolução de 1930 foi suficiente para excluí-los do bloco no poder. Apesar das mudanças na área da política econômica, não foi possível deixar de reconhecer um aspecto da maior importância: o fato de que a economia cafeeira *ainda* constituía o principal fornecedor

<sup>341</sup> A persistência do poder político e econômico do latifúndio e do imperialismo explicam a “impossibilidade prática que se apresentava ao desenvolvimento de uma burguesia nacional capaz de impulsionar empreendimentos capazes de alterar a fisionomia colonial do país” (SODRÉ, *Introdução à revolução brasileira*, p. 52).

<sup>342</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, p. 195, e PRADO Jr, *História econômica do Brasil*, pp. 293-4. Vale lembrar que a economia estadunidense, sozinha, era responsável por mais da metade do consumo do café brasileiro. Este fato agravou sobremaneira a vulnerabilidade da economia cafeeira, diante da inelasticidade da demanda nos países importadores.

<sup>343</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, capítulo XXVIII, e SODRÉ, *História da burguesia brasileira*, pp. 289 e 363.

de divisas internacionais. Deste modo, era absolutamente necessário – tendo em vista a correlação de forças – manter a rentabilidade do setor agroexportador, tido como instrumento criador da própria capacidade para importar equipamentos, máquinas e matérias-primas para as indústrias de transformação. Na década de 30, o esquema valorizador do café foi *mantido* pelo governo federal, com apoio das associações de empresários industriais que tinham consciência de sua dependência diante do setor agroexportador.

Este apoio era um desdobramento necessário da *solidariedade objetiva* entre os interesses da indústria e os da cafeicultura. A correlação de forças no interior do bloco de poder que teve Getúlio Vargas à frente era bastante heterogênea, mas permitiu que fossem atendidas antigas (e novas) reivindicações das associações industriais. Por outro lado, era quase um consenso – depois de passado o período de acerto de contas com alguns antigos aliados da Revolução – a idéia de que seria absolutamente necessário manter o latifúndio como aliado no processo de reorganização do Estado e da economia.

A Segunda República herdou a irracionalidade macroeconômica da Primeira. Mesmo após a grande crise de 1929-33, o governo foi obrigado a manter o complicado esquema de valorização, como condição para acelerar o processo de substituição de importações:

Assim foi que, na discussão e enfrentamento à *crise de 29*, os *tenentes*, que estavam imbuídos de que deveriam *quebrar a espinha* da oligarquia cafeeira, dão-se conta, na mesa de negociações, de que, na verdade, não havia apenas um *café, monocultor e latifundiário*, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de inter-relações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada *estrutura de poder*. Quebrar o café, portanto, significava – perceberam os *tenentes* – quebrar o nascente capitalismo brasileiro. Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa *do café*, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra.<sup>344</sup>

A diferença foi que, durante a Grande Depressão da economia mundial – quando as possibilidades de empréstimos externos eram praticamente nulas – a retenção dos estoques foi levada a cabo com recursos obtidos dentro do próprio país, mediante a expansão do crédito. Era a velha oligarquia cafeeira impondo, mais uma vez, a socialização dos prejuízos.<sup>345</sup>

<sup>344</sup> CANO, “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929”, p. 253. Os itálicos estão no original.

<sup>345</sup> Cf. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, pp. 199-201.

### 5.3. O poder do latifúndio e a divisão social do trabalho

A fazenda, verdadeiro latifúndio, continua, mais ou menos, invariada; *um Estado no Estado*, que com o advento da República adquiriu maior independência. O poder central não impede que nas fazendas exista um poder especial, uma espécie de disciplina local, uma justiça da fazenda (Antonio Piccarolo, redator do Manifesto do Centro Socialista Paulistano de 1908, citado por E. Carone, *A República Velha – instituições e classes sociais*, p. 207).

O poder do Estado termina na porta da fazenda (Ana Lúcia Duarte Lanna, “Santos – transformações urbanas e mercado de trabalho livre 1870-1914”, p. 298).

#### I

No Brasil, a mudança no estatuto *jurídico* da propriedade territorial e a organização do mercado de trabalho capitalista representam momentos distintos da sua longa e tormentosa revolução burguesa. Aqui, mudanças na superestrutura jurídica criaram as pré-condições necessárias para a gradual emergência do mercado de trabalho livre (não necessariamente assalariado), havendo entre os dois momentos um hiato de aproximadamente meio século.<sup>346</sup> Mas antes de qualquer consideração sobre a questão da propriedade da terra no Brasil, apenas uma advertência: o conceito de propriedade privada capitalista utilizado nesta pesquisa seguirá de perto as análises de dois autores que estudaram o processo de transição para o Estado burguês: Karl Marx e Barrington Moore, que apesar de inseridos em campos políticos-ideológicos diferentes, guardam alguns importantes pontos de contato.

Disse o segundo, a respeito da formação do mercado de terras na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII:

Os homens deixaram de considerar o problema agrário como uma questão de descobrir o melhor método de alimentar as pessoas, e começaram a considerá-lo como o melhor meio de investir capital nas terras. Começaram a tratar a terra cada vez mais como algo que podia ser comprado e vendido, usado e abusado, em resumo, como a propriedade particular para o moderno capitalista.<sup>347</sup>

No Brasil, as instituições criadas pela metrópole portuguesa, ou por ela transplantadas durante o período colonial (capitanias hereditárias, sesmarias), como se sabe, não podiam ser livremente compradas e vendidas, tampouco “usadas e abusadas” sem observar os rígidos

<sup>346</sup> A discussão sobre as diferenças entre trabalho livre e assalariado será oportunamente discutida no capítulo seguinte.

<sup>347</sup> B. MOORE Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia*, p. 15.

regulamentos que sobre elas pesavam. A propriedade territorial, no Brasil, se tornou definitivamente burguesa – no sentido jurídico, ou *stricto sensu* – somente a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, quase quatro décadas antes da abolição do trabalho escravo e da proclamação da República (importante assinalar que o sistema de sesmarias, baseada na concessão da *posse* e não da propriedade da terra, só foi abolido em 1822).<sup>348</sup> A Lei de Terras representou um significativo avanço, no que diz respeito a duas ordens de problemas, que estavam intimamente relacionadas: as formas de alienação (compra e venda) da propriedade do solo, e a primeira tentativa de encaminhamento da questão da mão-de-obra, numa época em que eram fortes as pressões, internas e externas, pela abolição do trabalho escravo.

Vejamos então o teor da nova legislação e as mudanças provocadas durante a sua vigência.<sup>349</sup>

O artigo 1º da Lei de Terras determinava expressamente o seguinte: “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de *compra*”. A mesma lei transformava em *delito* a não-observância de seus dispositivos, sujeitando os infratores a penas que variavam de multas até prisões, medidas adotadas para garantir o seu escopo: “os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubarem a mata ou lhe colocarem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e estarão sujeitos a penas de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado” ao seu legítimo proprietário (art. 2º).

Eram dois os objetivos das frações hegemônicas, quando fizeram aprovar a Lei de Terras: garantir o monopólio da propriedade territorial (nas mãos da antiga classe senhorial, então preocupada com o encaminhamento político da questão da abolição) e, simultaneamente, “criar” um exército de reserva cujo contingente contribuiria para manter os salários no limite da subsistência. Obviamente, se o exército de reserva é (por definição) composto por indivíduos que nada mais possuem do que a sua própria força de trabalho, que deve ser vendida sob pena de morte por inanição, então a situação desejável, do ponto de vista dos grandes proprietários de terras, seria considerada inteiramente incompatível com a pequena produção para o autoconsumo familiar.<sup>350</sup> O impedimento do acesso à propriedade

<sup>348</sup> ANDRADE, “A questão da terra na Primeira República”, p. 145.

<sup>349</sup> Cf. BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Os trechos transcritos foram modificados por mim, de acordo com as atuais regras ortográficas.

<sup>350</sup> “Com a tendência à supressão do tráfico de escravos, e com o início da colonização por trabalhadores estrangeiros, estimulada pelo governo, tiveram os proprietários o receio de que estes se fizessem valer do direito de posse e se estabelecessem em áreas públicas, fugindo da prestação de serviços aos grandes proprietários” (ANDRADE, “A questão da terra na Primeira República”, p. 146). Richard Graham, um historiador

territorial aos escravos emancipados e imigrantes assalariados foi decisivo, na particularidade do processo de transição capitalista no Brasil, para o seu processo de acumulação originária, internalizando parte do fluxo da renda interna mediante a crescente capitalização na agricultura.

A Lei de Terras, promulgada apenas duas semanas depois da Lei Euzébio de Queiroz (que determinou a extinção do tráfico de escravos), não pode ser entendida isoladamente. Embora subsistisse o tráfico interprovincial até a abolição definitiva da escravidão, o fato é que a população escrava iria diminuir gradualmente nas décadas seguintes (inclusive na Província de São Paulo, que “importava” quantidade significativa de escravos da região Nordeste do Brasil), em razão da elevada taxa de mortalidade daqueles que viviam no cativeiro. Antecipando-se ao problema, liberais e conservadores do Império passaram a discutir a melhor maneira de enfrentar uma situação, mais ou menos previsível em longo prazo. Parte da “solução” foi incluída na própria Lei de Terras, em seu artigo 18: “O governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos *livres* para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem”. A lei estabelecia inclusive o mecanismo de dotação orçamentária, para subsidiar a fixação dos colonos nacionais e estrangeiros: as elevadas taxas de cartório e a venda de terras devolutas em hasta pública serviriam para financiar as primeiras tentativas de fixação de homens livres nas fazendas.

De acordo com Lígia Maria Osório Silva, “desta forma o governo imperial acreditava poder compor a gama de interesses aflorados pela problemática da transição: interesses nacionais gerais – branqueamento da população e povoamento do solo – e interesses nacionais particulares – a não-desorganização da produção nas grandes lavouras de exportação, apesar da extinção do tráfico”. A autora observou ainda, com bastante acerto, que a legislação não teve como consequência alterações importantes na estrutura social do país: “Entretanto, por mais que a lógica da Lei se adequasse a essa intenção [garantir simultaneamente o monopólio

---

estadunidense que não disfarçava suas simpatias por um liberalismo econômico de forte viés spenceriano, enxergava as transformações ocorridas como sinônimo da superioridade da ordem burguesa: “Trabalhar por um salário, ter apenas contatos casuais com o empregador, correr o risco de ser despedido, ter de juntar-se a outros operários apenas como um fator de necessidade econômica, de ser (relativamente) livre para procurar outro emprego, são condições da existência industrial, radicalmente diferente da vida rural, quase senhorial, característica de todo o Brasil em 1850”. A “excitante mobilidade” proporcionada pelo liberalismo burguês é apresentada pelo autor como algo superior “ao idílico mugido do gado e as relações de amizade com todos os vizinhos” (GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização...* pp. 164-5). O capítulo 09 do livro de Graham, “Spencer e o progresso”, é inteiramente dedicado a demonstrar a influência do pensamento do filósofo inglês entre os liberais brasileiros, com destaque para Joaquim Murinho.

da terra e disponibilidade de trabalhadores livres], a sua implementação não dispôs de força suficiente para contraditar as práticas concretas das forças sociais em presença no campo, que iam no sentido da recriação do latifúndio através da posse”.<sup>351</sup> Demos observar, contudo, que *era exatamente este o escopo da Lei de Terras*: garantir uma transição “pacífica” em direção ao mercado de trabalho capitalista, sem abalos para os grandes proprietários, e nenhuma alteração nas relações entre estes e os não-proprietários dos meios de produção. Em suma, uma modificação “pelo alto” que tornaria possível, em período de tempo mais ou menos prolongado, que a própria classe senhorial de metamorfoseasse, num processo de adaptação progressiva, em fazendeiros-capitalistas.<sup>352</sup>

## II

A abolição da escravidão e a proclamação da República não eliminaram, na prática, o poder que os fazendeiros possuíam para impor discricionariamente as “leis” dentro de suas propriedades. O próprio Poder Judiciário, numa época em que os coronéis tinham força suficiente para intimidar e até mesmo remover juízes que não se identificavam com as práticas adotadas, permanecia de mãos atadas diante da autoridade *de facto* dos chefes políticos municipais. Muitas fazendas eram verdadeiras autarquias, dentro das quais verificava-se o desempenho de funções que, em tese, seriam monopólio do Estado: organização de exércitos particulares, cunhagem de moeda própria, regulamentos que tinham praticamente a mesma força das leis, julgamentos sumários e execução das penas por incidentes acontecidos dentro das “fronteiras”, ou seja, do lado de dentro da porteira.

O latifúndio da família Murtinho, no Mato Grosso, é um exemplo de como as coisas funcionavam: a empresa Mate Laranjeira, na qual Manoel e Joaquim Murtinho tinham participação, possuía uma imensa fazenda, dentro da qual havia um exército particular, campo de concentração, exploração do trabalho escravo e até mesmo a utilização de papel-moeda especial (“bilhetes bem simpáticos, coloridos, com valor nitidamente expresso e a respectiva promessa de resgate... puro estilo Banco do Brasil”).<sup>353</sup> Interessante notar, na sociedade

<sup>351</sup> SILVA, “A apropriação territorial na Primeira República”, pp. 160-1.

<sup>352</sup> Num caminho semelhante ao do *tipo prussiano*, tal como descrito por Lênin: “O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses”. Neste caso, “a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses a decênios da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo” (LÊNIN, *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, pp. 29-30).

<sup>353</sup> Cf. CARONE, *A Primeira República*, pp. 165-7, e IDEM, *A República Velha, instituições e classes sociais*, pp. 253-4. É realmente irônico o fato de Murtinho ter promovido a retirada de meio circulante quando foi Ministro da Fazenda, para combater a inflação na economia brasileira, e tentar contornar o problema no seu

brasileira da Primeira República, a estranha simbiose entre as arcaicas formas de organização econômica/ dominação política, de um lado, com idéias e políticas macroeconômicas de caráter mais cosmopolita, de outro: Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda de Campos Salles, livre-cambista e defensor das idéias de Adam Smith e David Ricardo, se tornou sócio do empreendimento aproveitando-se justamente das facilidades criadas com a política do encilhamento, que ele tanto criticou. Edgard Carone conta que, em 1924, aquela exploração detinha uma renda 6 vezes maior do que a do próprio Estado de Mato Grosso.<sup>354</sup>

Não era muito diferente a situação nos seringais da Amazônia. A demanda pela borracha no mercado internacional cresceu vertiginosamente depois da descoberta (e conseqüente utilização) do processo de vulcanização em escala industrial. A introdução da cadeia de montagem nas fábricas de automóveis, juntamente com o emprego da borracha nas rodas, deram grande impulso à exploração econômica dos abundantes recursos naturais daquela região, ainda pouco habitada. O desenvolvimento das forças produtivas numa potência imperialista tinha como contrapartida, numa região destinada a exercer uma função meramente *complementar* à atividade principal, o reforço de relações de produção que dificilmente poderíamos chamar de um “mercado de trabalho assalariado”: os trabalhadores que migraram para a região (provenientes do Nordeste brasileiro), em busca de oportunidades de trabalho, “estavam submetidos a um processo de financiamento espoliativo e de monopólio da compra do produto, o qual os tornava semi-escravos do seringalista, que dispunha de milícia própria para o controle dos trabalhadores que explorava”.<sup>355</sup> O trabalhador já chegava endividado, pois era obrigado a reembolsar as despesas com a viagem, e pagar os gêneros que eram fornecidos, em sistema de monopólio, pelo patrão: moradia, alimentação, instrumentos de trabalho, querosene, velas etc. A organização da economia extrativa de borracha, segundo Celso Furtado, na prática reduzia o trabalhador a um *regime de servidão*, que em pouco tempo – diante da perda de mercados para os países asiáticos – acabaria “regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência”.<sup>356</sup>

As situações acima descritas repetiam-se nos demais setores da atividade agrícola. Na economia açucareira do Nordeste, o atraso econômico era tamanho, que os padrões primitivos de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais eram praticamente os mesmos do período colonial. Antes da instalação dos modernos engenhos de açúcar, que utilizavam

---

“Estado” (ou seja, na sua propriedade particular) por meio de um expediente, por assim dizer, bastante “heterodoxo”.

<sup>354</sup> *Ibid.*, pp. 71-2

<sup>355</sup> ANDRADE, “A questão da terra na Primeira República”, p. 149.

<sup>356</sup> FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, pp. 139-40.

maquinaria importada da Inglaterra, dizia-se que os processos de fabricação eram praticamente os mesmos de dois séculos antes (peças de madeira, tração animal, rodas d' água etc.).<sup>357</sup> Nestas condições, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas tornava muito elevado o custo de produção do açúcar brasileiro (diante da produção nas Antilhas e do açúcar de beterraba na Europa), circunstância que levava os fazendeiros a intensificarem a taxa de exploração sobre a força de trabalho (os donos de engenho, por sua vez, forçavam a diminuição dos preços pagos ao fazendeiro-fornecedor).

Quanto ao padrão de acumulação na economia cafeeira paulista, o mesmo será estudado no capítulo seguinte.

### III

A estrutura latifundiária e a especialização na agricultura de exportação entravaram o desenvolvimento da divisão *social* do trabalho. A agricultura, devido ao predomínio da fazenda monocultora, era pouco diversificada. Nos núcleos urbanos, a formação do proletariado fabril dependia do ritmo de instalação e desenvolvimento das indústrias. Como conseqüência, um importante indicador do grau de desenvolvimento das forças produtivas permanecia numa situação de relativo atraso, diante dos pólos hegemônicos do capitalismo internacional: a divisão manufatureira do trabalho, ou divisão do trabalho *dentro dos muros da empresa*.

O fato de o setor mais dinâmico da economia ser dependente da exportação de alguns poucos produtos primários representou um *limite ao aprofundamento da divisão social do trabalho*, como demonstrou Francisco de Oliveira no seu trabalho de interpretação teórica da economia da República Velha. Nesta, a reiteração da chamada “vocação agrícola” do país teve como resultados a *manutenção do atraso das forças produtivas*, e a obstaculização do processo de industrialização. Isto porque as políticas governamentais (a) mantiveram estanke a divisão social do trabalho entre campo e cidade; (b) reforçaram os mecanismos de extração do excedente que determinavam a extrema concentração da renda (situação historicamente determinada pelo complexo agroexportador, baseado no monopólio da propriedade da terra); e (c) não permitiram a superação da “ausência de virtualidade técnica da fozza de trabalho”.<sup>358</sup>

O modelo econômico, ao *aprofundar* a especialização na produção de algumas poucas mercadorias exportáveis, formou assim uma espécie de círculo vicioso onde a realização do valor dependia do financiamento externo: “enquanto se inviabilizava em si mesma, a

<sup>357</sup> GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização...*, pp. 155 e seguintes.

<sup>358</sup> Cf. OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”.



economia agroexportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores”.<sup>359</sup>

Mas este problema não era uma característica apenas do setor urbano-industrial. Francisco de Oliveira notou que o avanço da divisão social do trabalho estava sendo bloqueado inclusive nas atividades agrícolas: “a classe dominante rural bloqueará o avanço da divisão social do trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva”.<sup>360</sup>

A manutenção do estágio de acumulação originária implicava enormes dificuldades para a introdução de forças produtivas especificamente capitalistas (ver parte 01 deste trabalho, que trata da industrialização nos países imperialistas). Sendo pequena a divisão social do trabalho, *também a divisão manufatureira do trabalho, base para o desenvolvimento industrial, não se aprofundava*. Em termos teóricos, Marx expôs com clareza esta relação necessária entre aprofundamento da divisão do trabalho na manufatura e desenvolvimento das forças produtivas:

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho *exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade*. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco aquela divisão social do trabalho (...) Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações sócio-

---

<sup>359</sup> *Ibid.* Não concordamos, portanto, com F. H. CARDOSO (*Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, p. 78), quando o autor afirma que a capitalização crescente da economia exportadora expressava a intensificação da divisão social do trabalho. Ora, é certo que, em algum grau, surgem núcleos dispersos – concentrações industriais urbanas – no seio da própria economia exportadora, como buscaremos demonstrar em nossa tese. Mas, por ser o setor subordinante da economia, o complexo exportador colocava, *ao mesmo tempo*, os próprios limites a esta expansão que, apesar de atenuados com os acontecimentos posteriores a 1930, nem por isso deixaram de atuar decisivamente sobre o processo de divisão (inclusive internacional) do trabalho. A propósito, devemos levar em consideração que outra consequência do mecanismo de funcionamento da economia da República Velha estava no fato de que ela representava um *obstáculo à integração do mercado nacional*, em virtude da dispersão das atividades econômicas (FAUSTO, “A revolução de 1930”, p. 232). Neste sentido, a abolição – em 1937, já sob o Estado Novo – das taxas interestaduais de exportação permitiu uma maior integração entre os setores rural e urbano, contribuindo decisivamente para o *desenvolvimento de um mercado realmente nacional* (SOLA, “O golpe de 1937 e o Estado Novo”, p. 270).

<sup>360</sup> OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”, pp. 28-36.

econômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista.<sup>361</sup>

Numa sociedade como a brasileira do início do século XX, o setor de subsistência (não-mercantil) da agricultura ainda respondia por grande parte da produção dos bens de consumo assalariado, ainda que insuficiente para alimentar toda a população. Parcela importante dos salários do proletariado rural não era paga em moeda (devido, em parte, à ausência de numerário), mas em bens e serviços que *não* passavam pela esfera da circulação monetária: alimentos, artigos de vestuário, moradia etc. Nestas condições, o pequeno avanço da divisão social do trabalho dificultava a total conversão dos fatores da produção – inclusive a força de trabalho – em mercadorias.<sup>362</sup> A “sociedade dos produtores de mercadoria” pressupõe necessariamente, como afirmou Marx, que os produtos assumam *genericamente* a forma de mercadoria.<sup>363</sup> Sem esta condição, o processo de reprodução ampliada do capital permanecerá numa situação de relativo atraso.

Trata-se da questão da mercantilização enquanto “vendabilidade universal”, nos termos colocados por István Mészáros na sua obra sobre a teoria marxiana da alienação. Tornando os trabalhos de cada um interdependentes dos demais, estimularia o parcelamento das tarefas, permitindo a mutilação do trabalhador que se converteria naquilo que Marx chamou de *trabalhador parcial*. A ausência de condições favoráveis para avançar nesta direção, na sociedade brasileira do início do século XX, indica o quão atrasado estava o estágio da revolução econômica burguesa no país, deixando as “classes fundamentais da sociedade burguesa” em condições desfavoráveis para reivindicar uma participação mais efetiva no jogo de poder.

### **Algumas considerações sobre a particularidade do processo de entificação do capitalismo no Brasil.**

Aqui, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária (...) o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial). Aí se fundiram o velho e o novo, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos

<sup>361</sup> MARX, *O Capital*, vol. 1, livro primeiro, tomo 1, pp. 278 e 282 (os itálicos foram por mim acrescentados).

<sup>362</sup> “Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes” (*ibid.*, p. 50).

<sup>363</sup> Cf. *ibid.*, p. 50.

grupos oligárquicos dominantes (Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, p. 210).

Tendo em vista as políticas governamentais voltadas para a promoção e proteção dos interesses dos grupos até então hegemônicos – latifundiários, importadores e grupos financeiros que constituíam o centro do modelo econômico “voltado para fora” – ficava claro que os assim chamados “interesses de longo prazo” da burguesia industrial brasileira e das “novas” classes médias urbanas (que teriam, em tese, a pretensão de levarem a cabo o avanço do processo de industrialização e diferenciação do sistema produtivo, por serem as suas maiores beneficiárias) estavam sendo neutralizados pelas políticas que vinham sendo adotadas. Mas a disputa entre a burguesia industrial, supostamente progressista de um lado, e o latifúndio monocultor, de outro, limitou-se, na verdade, a aspectos secundários da organização econômica do país, sendo que o restante – inclusive a ordem política e social – era encarado sob a mesma perspectiva. Mesmo onde havia divergências – por exemplo, a disputa política e ideológica entre os defensores da teoria do “essencialmente agrícola”, de um lado, e os industrialistas que reclamavam a proteção aduaneira, de outro, não há dúvida que os primeiros levaram vantagem por ampla diferença:

Verificavam-se, por parte dos defensores da industrialização, tentativas periódicas de alcançar tarifas de proteção mais altas e crédito mais liberal para a indústria nascente. *Mas eram bastante mal sucedidos*. Com exceção de uns poucos itens, como os tecidos, praticamente todos os produtos manufaturados eram importados. A intervenção estatal em benefício da indústria, em contraste com o setor de exportação, entrava em choque com a visão predominante do “papel natural” do Brasil como economia dependente, trocando produtos primários por bens acabados.<sup>364</sup>

Não obstante o impacto das transformações políticas e jurídicas do período 1888-91, que contribuíram para acelerar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como demonstrou Décio Saes no seu trabalho sobre a gênese do Estado burguês brasileiro, a “herança colonial” demonstrou uma forte capacidade de adaptação e acomodação, no sentido de coexistir com o complexo urbano-industrial em emergência. O caráter “essencialmente agrícola” do Estado

---

<sup>364</sup> SKIDMORE, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 65 (itálicos nossos).

brasileiro, e tudo o que ele representava em termos econômicos e sociais, de fato, continha as possibilidades de uma revolução burguesa *em sentido amplo*, no país:

Enquanto o Estado se mantém apropriado pela facção burguesa agrário-exportadora, situa-se por fora de uma orientação modernizante. A otimização dos interesses desse setor de classe, dependendo do mundo exterior, implicava numa política exclusivista que ignorava as reivindicações de outras facções burguesas e das camadas e extratos intermediários, no sentido de “orientar para dentro” a política econômica do Estado (...) O tipo de articulação do sistema agro-exportador com o capital financeiro externo correspondia a uma *dominação capitalista que abafava o desenvolvimento das demais frações burguesas*, e isso, como é claro, independente da consciência que tivessem desse processo.<sup>365</sup>

Um dos exemplos mais evidentes desta visão de mundo pode ser encontrado na postura do Presidente Campos Salles (1898-1902), que abraçou com forte entusiasmo os postulados da teoria ricardiana das vantagens comparativas. Segundo suas próprias palavras: “É tempo de tomar o caminho certo e o que devemos fazer com esse fim é esforçar-nos por exportar tudo que possamos produzir em melhores condições que outros países e em importar o que eles possam produzir em melhores condições que nós”. Sua política – que era o resultado daquilo que Nelson Werneck Sodré chamou de “apologia da estagnação” – consistia em deter o desenvolvimento industrial e submeter o país ao sistema colonial, colocando-o sob as ordens do imperialismo.<sup>366</sup> Diante de condições tão adversas, o processo de industrialização não poderia ser mais do que *espontâneo*, dependente em grande parte das iniciativas isoladas de empresários que se empenhavam em fazer girar a “roda quadrada” de que fala Werneck Sodré.

Apesar do protesto de alguns importantes políticos ligados ao movimento industrialista, como Rui Barbosa (que denunciou a insuficiência da ajuda governamental para a indústria), a intervenção estatal no domínio econômico seguiu de perto os princípios consagrados pela “política Joaquim Murinho”, a linha econômica que ficou associada ao nome do Ministro da Fazenda de Campos Salles. Em linhas gerais, pode-se dizer que não havia forças políticas suficientemente fortes para forjar a consecução de um projeto de

<sup>365</sup> VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, pp. 133 e 135.

<sup>366</sup> SODRÉ, *Evolução social e econômica do Brasil*, pp. 82-3.

industrialização acelerada, uma vez que isto pressupunha – tendo em vista a rigidez do sistema político, como atestam as fraudes eleitorais e a intransigência defendida com extrema violência pelas frações hegemônicas – a tomada do poder pela força.<sup>367</sup>

A intervenção ou omissão do Estado diante dos assuntos econômicos (assim como as respectivas representações ideológicas, que conferiam certa legitimidade ao tipo de dominação burguesa), durante a República Velha, não pode ser entendida sem um estudo das condições *estruturais* da sociedade brasileira durante o período. A “linha paulista da economia”, expressão forjada por Raymundo Faoro para designar a crença na inevitabilidade do mecanismo exportação-importação e a aceitação do veredicto do mercado, não foi abalada nos seus alicerces, tendo sofrido apenas pequenos desvios nas suas linhas mestras: esta orientação, iniciada por Rodrigues Alves em 1891, quando ainda ocupava a pasta da Fazenda de Floriano Peixoto, continuou sendo adotada, com maior ou menor rigor, por todos os governos até praticamente 1930.<sup>368</sup> Se políticas tão conservadoras, como as executadas pelos primeiros presidentes civis da República – Prudente de Moraes e Campos Salles – foram elogiadas e mantidas por Rodrigues Alves e, no essencial, não sofreram alterações nos governos que lhes sucederam<sup>369</sup>, isto ocorreu justamente em virtude da *herança histórica* que condicionou a atuação concreta dos protagonistas sociais, ainda que estes não o soubessem.

---

<sup>367</sup> Cf. SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, pp. 38, nota e 60-1.

<sup>368</sup> Cf. FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 137.

<sup>369</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil*, pp. 185 e seguintes.

## Capítulo IX

### GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS NO BRASIL, DE ACORDO COM A PERSPECTIVA DO CAPITALISMO TARDIO (ESCOLA DE CAMPINAS)

#### 1. A importância da economia cafeeira nos primórdios da industrialização brasileira: estudos sobre a particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil.

##### I

Neste capítulo, analisarei alguns dos mais importantes trabalhos de revisão historiográfica sobre as origens da indústria e da burguesia industrial brasileira, questões essenciais para o estudo da formação social brasileira e de seu “modelo” político. Trata-se dos trabalhos originais de um grupo de economistas da Unicamp que, a partir da segunda metade dos anos 70, realizaram um notável esforço intelectual, no sentido de questionar a validade de algumas teses até então consagradas na literatura econômica – sobretudo a teoria da Cepal – e oferecer um modelo alternativo de interpretação. A enorme afinidade intelectual entre os autores – Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Liana Aureliano e Wilson Cano – justifica a denominação que ora empregamos (“Escola de Campinas”), assim como explica a opção metodológica contida neste capítulo da pesquisa: o isolamento de algumas divergências não-essenciais, visando reter as especificidades deste novo paradigma teórico. Nas páginas seguintes, apresentarei uma síntese dos resultados obtidos pelos autores citados, para em seguida proceder a uma análise crítica dos mesmos.

##### II

Durante o Segundo Império e, sobretudo, ao longo de toda a Primeira República, o processo de acumulação *capitalista* no Brasil esteve centrado no capital cafeeiro. Este, enquanto síntese das relações de complementaridade entre diversos setores de atividade econômica (que incluem a produção agrícola e seus processos de beneficiamento, comercialização, transporte e intermediação bancária), criou as *condições necessárias* para a implantação da moderna indústria capitalista no Brasil.<sup>370</sup> A canalização do excedente produzido na agricultura de exportação para o departamento de bens de consumo constituiu,

---

<sup>370</sup> “Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria” (MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 98)

inegavelmente, o fator mais importante – embora não exclusivo – para a explicação do processo de industrialização ocorrido naquele período.

O crescimento industrial, no que diz respeito ao departamento de bens de consumo assalariado (*wage goods*), teria se completado ainda na década de 1910. Os dados disponíveis indicam que, neste período, a produção interna de alimentos para consumo de trabalhadores assalariados do campo e da cidade já havia substituído, em grande parte, as importações que antes eram requeridas.<sup>371</sup> Este processo, conjugado com uma crescente autonomização da indústria em face da agricultura de exportação, logrou estimular (dentro de certos limites) também a indústria de bens de produção, cuja atividade cresceu significativamente a partir da década de 1920.

A expansão cafeeira, que pressupunha uma estrutura de poder político e econômico altamente concentrada, não deixou de apresentar alguns problemas para a consecução de outras etapas do processo de industrialização (indústria pesada, bens de consumo duráveis mais sofisticados e departamento de bens de produção). O problema fundamental residia no fato de que o montante acumulado no setor agroexportador não foi suficiente para permitir a superação do atraso relativo do desenvolvimento capitalista *ao nível da produção*<sup>372</sup>: o papel estratégico desempenhado pelo grande comércio (exportador e importador) certamente dificultava qualquer tentativa de redefinição da posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho.

Não obstante, os termos do comércio internacional permitiram que a burguesia comercial, a facção economicamente dominante do capital cafeeiro, se apropriasse de uma massa de capital monetário capaz de dinamizar o processo de desenvolvimento das forças produtivas. A importação de máquinas e equipamentos industriais, tornada possível através da renda gerada no setor comercial, tornou objetivamente possível “saltar” algumas etapas do processo de industrialização.<sup>373</sup> De fato, durante a Primeira República ocorreu uma *rápida* passagem do capitalismo brasileiro para o sistema da grande indústria. Ao mesmo tempo, entretanto, as possibilidades ulteriores de diversificação da estrutura produtiva eram reduzidas pelo *mesmo* mecanismo que permite explicar o surgimento da indústria no país: como afirmou Cardoso de Mello, a implantação do departamento de *bens de produção* ocorreu de uma

---

<sup>371</sup> Cf. AURELIANO, *No limiar da industrialização*, p. 25 e seguintes.

<sup>372</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, pp. 55-6, 67, 101-2, 105 e 109; MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 96, 106, 108, 177.

<sup>373</sup> Mello explica este processo com base no acirramento da concorrência entre empresas industriais, que as impele ao processo de concentração-centralização e eliminação das empresas menores e menos competitivas (*Ibid*, p. 107).

maneira limitada e relativamente lenta (tese da “industrialização restringida”)<sup>374</sup>, decorrência de uma base técnica e de acumulação que se mostrou insuficiente para superar os obstáculos que surgem à frente de um processo de industrialização retardatária.

### III

O grande mérito dos trabalhos de Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Liana Aureliano reside na *originalidade* com que estes autores analisaram e interpretaram as relações entre agricultura e indústria, e os problemas decorrentes da contradição dialética entre os dois setores. No caso de Silva, mais do que a oposição, o que o autor destaca é a *unidade dialética* entre os dois setores (que não exclui o momento da negação).<sup>375</sup> Tal unidade nos obriga a pensar o café e a indústria como aspectos de um *mesmo* processo: o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este processo é estendido, na análise de Cardoso de Mello e Liana Aureliano, até o período em que a dinâmica da acumulação capitalista passou a se apoiar na expansão industrial (ou seja, quando já era possível observar um movimento endógeno de acumulação no departamento de bens de produção). Wilson Cano, escrevendo posteriormente, partiu das análises de Silva e Cardoso e Mello e buscou captar o movimento concreto do desenvolvimento do capital industrial na região mais desenvolvida do país: o Estado de São Paulo.

Para os objetivos deste trabalho, será suficiente identificar os elementos *comuns* aos estudos dos quatro autores citados. Eventuais divergências entre os seus trabalhos serão explicitadas somente na medida em que forem relevantes para o propósito da presente pesquisa. Preliminarmente, é preciso destacar que o que os aproxima é o esforço de reinterpretar a história econômica do país, denunciando os exageros e os equívocos de escolas do pensamento (sobretudo a CEPAL) que durante muito tempo predominaram nos debates sobre a formação social brasileira e o seu “caráter”.

De fato, a originalidade da Escola de Campinas encontra-se nas objeções que seus representantes levantaram contra aquelas teses consagradas que privilegiam ora os “obstáculos” colocados à industrialização pela economia cafeeira, ora os “estímulos” proporcionados por este mesmo setor ao conjunto da economia.<sup>376</sup> O que estes autores criticam, cada um a seu modo, são determinadas interpretações que oferecem visões

<sup>374</sup> *Ibid*, pp. 110 e seguintes. O processo de “industrialização restringida” refere-se ao período 1933-55, quando o capital industrial se tornou autônomo diante do capital cafeeiro, ganhando uma dinâmica própria. Esta tese foi elaborada por Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares, e adotada posteriormente por Liana Aureliano.

<sup>375</sup> Tentaremos demonstrar, mais adiante, que Cardoso de Mello e Liana Aureliano foram além de Sérgio Silva quando se trata de identificar os *obstáculos* ao processo de industrialização.

<sup>376</sup> Cf. MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 14; SILVA, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, p. 94.



simplistas e unicasais para a questão do processo de industrialização durante a República Velha. Estas teorias, de acordo com a Escola de Campinas, incorrem num duplo equívoco: além de desconsiderarem, invariavelmente, um ou outro pólo antagônico fundamental da acumulação baseada na agricultura de exportação (ou seja, as “condições” ou os “obstáculos” ao processo de industrialização, que deveriam ser analisados conjuntamente e a partir de uma perspectiva dialética), resultam em análises com reduzida força explicativa. Os autores advertem para o risco de aceitar elementos que são apenas *parcialmente* corretos, como por exemplo, a política de valorização do café ou o aumento da produção nos momentos de crise do comércio internacional (em virtude do modo equivocado como são colocadas e estabelecidas as conexões entre suas premissas). De acordo com a explicação de Sérgio Silva:

Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital.<sup>377</sup>

Nesse sentido, a economia cafeeira não pode ser identificada como um “obstáculo” ao processo de industrialização (ou, pelo menos, a um *certo tipo* de industrialização), já que ela forneceu em escala considerável todos aqueles elementos que, mais tarde, seriam largamente aproveitados pelo setor industrial: capitais, trabalhadores, mercado consumidor, infraestrutura de transportes e meios de comunicação. Sem dúvida, foi a organização da economia cafeeira, baseada na *racionalidade* da moderna empresa capitalista, o aspecto que mais contribuiu para reproduzir as condições *internas* para a acumulação, em escala sempre crescente. O mecanismo de intermediação comercial destacou-se como elemento de fundamental importância, não apenas porque o capital comercial representava a *facção dominante* no conjunto dos setores burgueses – uma vez que submetia a própria produção às suas exigências e interesses de classe – mas também porque a burguesia comercial (sobretudo

---

<sup>377</sup> *Ibid*, p. 97.

a sua fração importadora) foi, para utilizar uma expressão empregada por Cardoso de Mello, a “matriz social da burguesia industrial”.<sup>378</sup>

A análise de Cardoso de Mello tem como propósito refutar, categoricamente, um velho paradigma cepalino, que resulta na conclusão (equivocada) de que as exportações seriam o *único* componente responsável pelo crescimento da renda nacional. A teoria da CEPAL, deste modo, falhou ao localizar o centro dinâmico da economia no setor externo.<sup>379</sup> Esta tese, de acordo com Cardoso de Mello, desconsiderou o fato de que a dinâmica econômica de países periféricos, como o Brasil, já era determinada *em primeira instância* por fatores internos (como as ordens de investimentos), e somente em última instância por fatores externos.<sup>380</sup>

Mas esta “dialética do interno e do externo” não é a única diferença entre os estudos da CEPAL e os elaborados pela Escola de Campinas. Existem dois outros aspectos importantes que marcam uma antítese fundamental entre as duas escolas do pensamento econômico: trata-se do problema da *periodização* dos ciclos ou etapas da economia brasileira, e também do estudo dos momentos em que teria ocorrido o “vazamento” do capital cafeeiro para a indústria (pertinência ou não da teoria dos “choques adversos”). Estes dois aspectos serão estudados em outra parte do presente trabalho.

Uma tese oposta à da CEPAL também foi cuidadosamente refutada pela recente historiografia econômica, especialmente a partir da publicação das pesquisas de Sérgio Silva e de Wilson Cano. Para estes autores, análises como a de Warren Dean (que estabeleceu uma *rígida identidade* entre expansão agrícola e crescimento industrial) também resultam em conclusões equivocadas. Como afirmou Silva, não apenas estão equivocadas, como “situam-

---

<sup>378</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 100 e 143. O grupo de economistas da Unicamp concorda com a tese da burguesia importadora como matriz social da burguesia industrial. Portanto, Wilson Suzigan comete um equívoco quando afirma que, “com relação aos agentes sociais do processo de acumulação de capital no setor industrial, há alguma controvérsia” entre aqueles autores. Cardoso de Mello e Wilson Cano teriam enfatizado, de acordo com Suzigan, o papel dos *cafeicultores* como agentes principais. Esta afirmação contém um grave equívoco de interpretação: o que Cardoso de Mello acentuou na parte que trata da origem de classe dos primeiros empresários industriais foi o papel da “burguesia cafeeira” naquele processo; mas por “burguesia cafeeira”, Mello entende não apenas os fazendeiros de café, mas *também* o “seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes)” (*Ibid*, pp. 100 e 143). Wilson Cano, igualmente, afirma que neste aspecto “os argumentos de Dean [que se baseou em farta documentação histórica] são realmente convincentes”, quando este afirma que os “importadores, além de não constituírem obstáculo à industrialização, foram claramente a origem de um setor industrial que cresceu a par das empresas agro-industriais dos fazendeiros” (Cf. CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, pp. 145-6). Este aspecto, o da origem social da burguesia industrial, foi também analisado por Sérgio Silva (*Expansão cafeeira*, pp. 85-91), cujas conclusões são as mesmas a que chegaram Cano, Mello e também Dean. A propósito, tentarei demonstrar que o estudo do brasilianista, pioneiro neste tipo de revisão historiográfica – em especial, na parte que trata da origem de classe dos empresários industriais – exerceu forte influência sobre o grupo de economistas da UNICAMP, apesar dos esforços de Sérgio Silva tentando negá-la.

<sup>379</sup> Cf. MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 29-30. Para uma explicação detalhada do mecanismo apresentado por Celso Furtado, consultar o capítulo XXVI de sua *Formação econômica do Brasil*.

<sup>380</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 26, 52, 167 e 176.

se num mesmo terreno” que as demais, pois “estabelecem uma relação linear positiva entre café e indústria”.<sup>381</sup> Em outras palavras: este tipo de explicação unicausal oculta o fato de que o “estímulo” da economia cafeeira não foi suficientemente forte para operar a passagem em direção às formas mais avançadas de produção industrial, especialmente a indústria de bens de capital.<sup>382</sup>

Na próxima seção, analisarei, tendo em vista a particularidade do processo de entificação do capitalismo no Brasil, os mecanismos de intermediação comercial e financeira que *possibilitaram* um determinado processo de acumulação de capitais e como este favoreceu o surgimento e posterior desenvolvimento da indústria do país. Em seguida, buscarei identificar alguns *problemas* do processo de industrialização, também a partir das análises dos autores citados. Logo após, buscarei estabelecer algumas *objeções* aos trabalhos destes autores, especialmente o de Sérgio Silva. Finalmente, identificarei algumas *lacunas* existentes naqueles trabalhos, buscando subsídios para elaborar uma alternativa analítico-interpretativa. A análise crítica destes aspectos é essencial para aprofundar o conhecimento da revolução burguesa no Brasil.

## **2. O desenvolvimento do capital comercial como condição para o surgimento da moderna indústria no Brasil.**

Durante a República Velha, a economia cafeeira foi, sem dúvida, o principal centro da acumulação de capitais no Brasil. Nenhuma outra mercadoria – seja ligada à agricultura, à pecuária ou à extração mineral – conseguiu transformar tão profundamente as características da sociedade brasileira. Foi na região do café, não por coincidência, que houve o maior e mais acelerado desenvolvimento das relações – tanto econômicas quanto sociais – capitalistas, e onde se localizou a maior parte da indústria nascente brasileira: parte de Minas Gerais, o antigo Distrito Federal e – principalmente – o Estado de São Paulo.<sup>383</sup>

O desenvolvimento do comércio, como demonstra a história da economia mundial, foi uma condição necessária para o desenvolvimento das relações *de produção* capitalistas, servindo de acumulação primitiva ou originária.<sup>384</sup> Historicamente, a tendência de

<sup>381</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 94. Consultar também o trabalho de Wilson CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, pp. 148 e 182.

<sup>382</sup> Analisaremos adiante até que ponto Sérgio Silva conseguiu *demonstrar* seu enunciado (especialmente a crítica às teses do “café como estímulo”).

<sup>383</sup> Cf. CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, *passim*; e SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 11 e 73-4.

<sup>384</sup> “O próprio ponto de partida do desenvolvimento capitalista é o comércio que existe antes da generalização da produção de mercadorias, portanto, antes do desenvolvimento capitalista. Esse comércio, assim como o capital

concentração do capital comercial ocorreu antes mesmo do surgimento dos primeiros monopólios industriais (o que tornou possível realizar investimentos na manufatura mediante a transferência dos capitais previamente acumulados pela burguesia comercial). No caso específico da sociedade brasileira, foi a constituição do complexo cafeeiro e as relações de complementaridade entre as diversas facções burguesas que o compunham (ver quadro 01, capítulo IX), que explica o desenvolvimento dos mercados – inclusive o de trabalho – *antes* mesmo do aparecimento das primeiras indústrias.<sup>385</sup>

Entretanto, esta constatação, como ponderou Sérgio Silva, não pode ser confundida com a afirmação da existência de uma “relação unívoca entre a expansão do setor exportador e a industrialização”.<sup>386</sup> Pelo contrário, o que se deve estabelecer é uma análise da particularidade do processo de formação dos primeiros núcleos industriais e seu posterior desenvolvimento, na sociedade brasileira. Trata-se de estabelecer os nexos causais entre os diversos aspectos do capital cafeeiro (lavoura, comércio, transportes, atividade bancária e produção industrial), com o propósito de identificar os mecanismos que possibilitaram a emergência de um capitalismo que, no caso brasileiro, assumiu características tais como o atraso no desenvolvimento das forças produtivas e uma forte dependência em relação aos países imperialistas.

Penso que tais características, derivadas do “sentido” mesmo do processo de colonização (tal como formulado de maneira original e fecunda por Caio Prado Júnior, num trabalho que se tornou clássico)<sup>387</sup>, constituem os problemas fundamentais da sociedade brasileira. Afinal, todos os grandes acontecimentos da vida política e social do Brasil estão, em maior ou menor grau, ligados à questão das funções desempenhadas pelas classes sociais no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que determina também a correlação de forças entre elas: enquanto algumas encarnam um espírito fortemente conservador (quando não são reacionárias), outras representam a vanguarda progressista que luta constantemente pela ampliação das franquias democráticas. A ambigüidade da burguesia industrial (expressa nas suas políticas de acomodação ou nos seus vaivens estratégicos), muito mais do que uma suposta ausência de consciência de classe, é antes de tudo um sintoma das funções que ela desempenha no contexto de uma economia capitalista dependente e

---

mercantil e usurário, é mais velho do que o capital industrial” (HILFERDING, *O capital financeiro*, p. 203. Consultar também *ibid.*, pp. 204-7).

<sup>385</sup> A existência, antes de 1888, de algumas indústrias rudimentares que utilizavam trabalhadores escravos, era um fenômeno isolado e não serve, portanto, como indicador da contradição econômica fundamental da sociedade brasileira da época. Consultar, a respeito, D. SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-91)*.

<sup>386</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 94 e 97-8.

<sup>387</sup> C. PRADO Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, pp. 01-21 (publicado pela primeira vez em 1942).

retardatária (constituída a partir da inserção periférica do país na economia mundial). “É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe”, disse o grande cientista social.<sup>388</sup> Os problemas resultantes foram sendo transmitidos como uma herança ou pesado tributo, que até hoje as classes subalternas (e inclusive os grupos proprietários), continuam pagando ao passado.

### 2.1. Política imigratória e substituição do trabalho escravo pelo assalariado

A política de *abolição progressiva* da escravidão,<sup>389</sup> adotada pelo governo do Império, permitiu uma transição para o regime de trabalho assalariado sem sérios transtornos para as classes proprietárias. A abolição total da escravidão só aconteceu em maio de 1888, depois de todos os demais países das Américas.<sup>390</sup> Mas, no caso da Província de São Paulo, a política de imigração em massa teve início cerca de duas décadas antes da emancipação jurídica, em virtude das dificuldades que os fazendeiros tiveram para encontrar força de trabalho em quantidade suficiente para atender à demanda (que crescia rapidamente, seguindo o ritmo acelerado das plantações que se espalhavam na “marcha para o Oeste”).

Primeiramente, fizeram-se algumas tentativas isoladas para introduzir o sistema de parceria na lavoura cafeeira, na década de 1850. Mas as condições que este sistema impunha ao imigrante eram bastante precárias, e a experiência fracassou: os conflitos envolvendo os fazendeiros e os imigrantes foram constantes, ensejando inclusive algumas tensões diplomáticas que colocaram o governo brasileiro em situação delicada, diante das reações internacionais.<sup>391</sup> Com o passar do tempo, chegou-se à constatação que a imigração só poderia tornar-se massiva se fossem oferecidos, aos trabalhadores estrangeiros, contratos de trabalho que lhes garantissem melhores condições materiais. Na década de 1870, a partir do momento em que o Governo da Província de São Paulo assumiu todos os riscos para custear as despesas com a manutenção de uma política *sistemática* de imigração, o fluxo de trabalhadores estrangeiros para o Brasil aumentou enormemente.<sup>392</sup>

---

<sup>388</sup> *Ibid.*, p. 03.

<sup>389</sup> Contra a tese da “abolição progressiva” da escravidão, consultar o trabalho de D. SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*.

<sup>390</sup> As Províncias do Ceará e do Amazonas anteciparam-se e decretaram a emancipação dos escravos em 1884. O crescimento dos atritos envolvendo o governo imperial e os grandes proprietários forçou um recuo na posição do primeiro, que demitiu os presidentes daquelas províncias, para evitar o crescimento das hostilidades (BEIGUELMAN, *A formação do povo no complexo cafeeiro*, p. 59).

<sup>391</sup> O governo italiano, por exemplo, chegou a declarar publicamente, em 1885, que as condições de vida e trabalho dos imigrantes no Brasil eram precárias, aconselhando a população a não seguir o mesmo caminho. Muitos dos que vieram acabaram retornando.

<sup>392</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 37-8; MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 84-8.

Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem europeia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. E nesse mercado de trabalho, formado pelos trabalhadores imigrados, *se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros.*<sup>393</sup>

Não será preciso retomar os argumentos em torno da incompatibilidade do trabalho escravo com o avanço do domínio do capital<sup>394</sup>; aqui, já a pressuponho. Buscarei tão-somente indicar como a crescente utilização de trabalhadores livres na lavoura cafeeira contribuiu para dinamizar o processo de acumulação, inclusive no setor urbano-industrial.

Como afirmou Cardoso de Mello, a política de imigração tinha como único objetivo “colonizar para o capital”, e esta foi a razão do fracasso da tentativa de introduzir o sistema de parceria: enquanto os parceiros desejavam se transformar em proprietários, os fazendeiros eram naturalmente movidos pelo interesse de mantê-los numa condição de dependência.<sup>395</sup> Não bastava estimular a entrada de homens juridicamente livres: estes deveriam ser também “livres” de qualquer propriedade, ou seja, alienados em relação aos meios de produção.

Esta exigência objetiva é o que explica o fato de que os fazendeiros só poderiam se interessar por uma política de imigração *em massa*: somente desta maneira seria possível “gerar um fluxo abundante de homens *pobres* que se dirigisse para a empresa cafeeira”.<sup>396</sup> O Estado, como todos sabem, não hesitou em levar a cabo uma política assim tão generosa para a oligarquia cafeeira, oferecendo uma solução política para o problema da constituição dos exércitos de trabalhadores, ativo e de reserva. A propósito, uma comissão do Senado de São Paulo recomendou, em 1889, que “as colônias de imigrantes fossem estabelecidas de tal forma que se tornassem ‘viveiros’ de trabalhadores para as grandes plantações”.<sup>397</sup> O

<sup>393</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 38 (os itálicos são meus). Wilson Cano afirma que em 1914 o mercado de trabalho no Brasil já estava praticamente formado (CANO, *Raízes da concentração*, p. 184).

<sup>394</sup> Luiz Carlos Soares, Décio Saes, Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender relataram a ocorrência de trabalho escravo em indústrias brasileiras, durante o Segundo Império. Alguns destes escravos, em certos casos, executavam tarefas *idênticas* às dos trabalhadores livres, compartilhando com estes o mesmo local. O importante, aqui, é considerar que este fenômeno permanecia restrito aos muros de algumas fábricas, e não tem relação com a dominação política burguesa.

<sup>395</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 84-5. A explicação coincide com a apresentada por Celso Furtado, no seu mais conhecido trabalho (capítulo XXII, “O problema da mão-de-obra e a imigração europeia”).

<sup>396</sup> MELLO, obra citada, p. 85.

<sup>397</sup> Cf. HOLLOWAY, “Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1888-1915”, p. 146. É importante frisar que uma parte dos trabalhadores imigrantes contribuiu também para a formação do proletariado *urbano*. Enquanto alguns chegavam para trabalhar diretamente nas fábricas, outros se dirigiam para as cidades depois de um certo período de trabalho na lavoura.

Secretário da Agricultura do Estado, Cândido Rodrigues, também recomendaria, em 1900, que as pequenas propriedades situadas nas proximidades dos cafezais deveriam se tornar “viveiros” de trabalhadores, que poderiam fornecer mão-de-obra nas épocas da colheita.<sup>398</sup>

Mas a política imigratória não favoreceu, de acordo com os economistas da UNICAMP, apenas os interesses da lavoura: a imigração em massa *foi além* das necessidades do complexo exportador cafeeiro, liberando também um excedente de trabalhadores nos núcleos urbanos que, em parte, seria absorvido pela indústria nascente.<sup>399</sup> Wilson Cano desenvolveu uma análise ainda mais detalhada dos fatores que contribuíram para a formação do mercado de trabalho industrial na região cafeeira: o êxodo rural provocado pela crise cafeeira dos últimos anos do século XIX e pelo estancamento do plantio no início do século XX, além da utilização de menores e mulheres nas fábricas (rebaixando o salário dos homens adultos) e a inexistência de uma legislação trabalhista.<sup>400</sup>

A questão da disponibilidade de mão-de-obra para a indústria é de extrema importância, e mereceu uma análise detalhada, no tocante aos seus *efeitos* para o processo de industrialização, na obra de Cardoso de Mello. Como este privilegiou o aspecto da *rentabilidade do investimento industrial*, sem perder de vista que o tipo de indústria que estava sendo instalada naquele momento era a indústria de *bens de consumo assalariado*, não é difícil perceber a razão do seu empenho em aprofundar os nexos de causalidade entre uma coisa e outra: como esta indústria possui uma baixa relação capital-trabalho, a redução do valor dos elementos que compõem o capital variável torna-se crucial para as possibilidades de expansão da acumulação no setor.<sup>401</sup> Entretanto, seu empenho em demonstrar a validade deste enunciado terminou obscurecendo um fato que não passou despercebido na análise de Cano: o rebaixamento dos salários teve também alguns efeitos *negativos* sobre a economia urbana, pois, “ao mesmo tempo em que essa baixa salarial reduzia os custos da produção industrial, comprimia, também, a demanda de bens de consumo corrente, agravando dessa forma as condições de funcionamento da indústria”.<sup>402</sup>

Sérgio Silva, por sua vez, colocou uma ênfase maior em outro aspecto, igualmente importante, da mesma questão: reconhece que os trabalhadores imigrantes representaram um importante *mercado consumidor* das mercadorias produzidas pela indústria local. Entretanto, este aspecto, o da demanda, só pode *em parte* explicar as relações entre café e indústria.

<sup>398</sup> LOVE, *A locomotiva*, p. 36.

<sup>399</sup> Cf. MELLO, obra citada, p. 145; AURELIANO, *No limiar da industrialização*, p. 20.

<sup>400</sup> Cf. CANO, *Raízes da concentração industrial*, pp. 140-1.

<sup>401</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 102, 131 e 152-3. Outro importante aspecto desta questão foi o problema do aumento do custo de vida da população trabalhadora (*ibid.*, p. 156).

<sup>402</sup> CANO, *Raízes da concentração*, p. 162.

Assim como Wilson Cano e Cardoso de Mello, Silva entende que muitos historiadores – aqueles que privilegiaram o estudo da variável demanda interna – caíram inevitavelmente no mesmo erro: o de superestimar a *oposição* entre café e indústria.<sup>403</sup> O que singulariza a análise de Sérgio Silva, no tocante ao problema da mão-de-obra, é o fato de afirmar que a introdução de trabalhadores imigrantes, dotados de melhor qualificação e mais adaptáveis às condições de trabalho nas fábricas, possibilitou que, ao nível da *oferta* da força de trabalho – e independentemente de seu preço – houve um poderoso estímulo ao *processo de desenvolvimento das forças produtivas*.<sup>404</sup> Aqui, não será demasiado insistir que a análise de um autor não invalida a de outro, sendo ambas formas de abordagem diferentes para a mesma perspectiva teórico-analítica.

Apesar da validade destas premissas ser inquestionável, o que denuncia a insuficiência dos trabalhos dos quatro autores citados, para o entendimento da formação da classe operária no Brasil, é a completa ausência de referências sobre as relações *sociais* que se desenvolvem no bojo e também como *causa* daquelas transformações. Sérgio Silva e Cardoso de Mello, por exemplo, ignoram *completamente* o papel desempenhado pelas lutas de classes (por exemplo, a onda de manifestações operárias durante a Primeira Grande Guerra, como resposta ao aumento do custo de vida) como elemento fundamental para a explicação das oscilações salariais. Wilson Cano chegou a mencionar a ocorrência de greves operárias, mas não estabeleceu uma relação entre estas e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. E Aureliano só tratou da questão salarial na parte dedicada ao período após-1930<sup>405</sup>, mas a partir “de cima” (relações entre o Estado e a burguesia industrial sobre a proposta do salário mínimo).

As análises destes autores, na prática, conduzem à idéia de que as oscilações salariais ou o movimento dos preços decorrem de leis puramente econômicas ou do jogo de interesses da burguesia brasileira, fazendo abstração dos condicionantes sociais e políticos que são indispensáveis para explicar o modo concreto de integração da classe operária ao processo

---

<sup>403</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 92.

<sup>404</sup> No caso da produção agrícola, o desenvolvimento das forças produtivas foi especialmente favorecido pelo processo de mecanização (especialmente no beneficiamento do café), estimulado pela introdução do trabalho assalariado (SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 44).

<sup>405</sup> Para o período anterior a 1930, a autora analisa o comportamento dos salários na lavoura de café, e não na indústria. Mas não deixa de ser curioso que ela, tentando negar que o movimento dos salários possa ser explicado apenas a partir das condições de oferta do mercado de trabalho, não ofereça uma outra hipótese para explicá-lo (ver pags. 21-22 de seu livro). E, quando analisa o reduzido poder de barganha dos trabalhadores da indústria, já no período após 1930, a autora o atribui unicamente ao controle sindical e à repressão (idem, p. 132). Trata-se, portanto, de uma tentativa de explicação unicausal que ignora que a própria repressão surgiu como resposta à existência de uma “questão operária”, que obrigou o Estado a também ceder ao mesmo tempo em que utilizava a repressão.



capitalista no Brasil. Afinal, no conflito distributivo, os trabalhadores “aparecem” nestas análises como elementos integrantes de uma massa amorfa, como sujeitos totalmente passivos diante do jogo econômico de classes dominantes (portadoras, por assim dizer, de uma *consciência teleológica* sem precedentes na história da humanidade). Ou será que as greves não explicam, pelo menos em parte, o aceleramento da inflação no período da primeira guerra mundial, e o papel deste processo para a acumulação capitalista e suas virtualidades? Existem diversas pesquisas – com farta documentação – sobre a história do movimento operário brasileiro, como as de Paulo Sérgio Pinheiro e Edgard Carone, que atestam a importância das lutas sociais nos primórdios do capitalismo brasileiro, que inclusive resultaram em aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho. Jacob Gorender, no mesmo sentido, afirmou que as relações de produção que se desenvolveram na cafeicultura paulista, após a abolição da escravidão, somente podem ser entendidas através da análise das grandes *lutas* envolvendo – desde meados do século XIX – os trabalhadores imigrantes e os fazendeiros.<sup>406</sup>

Também não é possível explicar com precisão o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se um aspecto de fundamental importância não estiver contido na análise: o fato de que as relações de produção que se desenvolveram nesta mesma cafeicultura paulista, logo após a abolição, *não* possuíam uma natureza puramente salarial, como descreveram os autores citados. Existem evidências até mesmo de que, em inúmeras fazendas, a *maior parte* da remuneração não era efetuada em moeda corrente. De fato, as condições financeiras dos proprietários de terras, mesmo na próspera e rica região do café, ainda tornavam “impraticável uma relação inteiramente monetarizada da mão-de-obra agrícola”.<sup>407</sup>

Verifica-se, neste caso, a impossibilidade objetiva de introduzir de um só golpe o regime jurídico do trabalho assalariado. Isto não quer dizer que a burguesia cafeeira paulista possuísse, *a priori*, alguma objeção em relação a este tipo de contrato (neste caso, pouco importa a vontade do agente diante das “circunstâncias que não foram por ele escolhidas”): simplesmente não foi possível, do ponto de vista de suas possibilidades financeiras, submeter os trabalhadores “livres” a relações puramente salariais. De fato, predominou em seu lugar formas híbridas de remuneração (colonato, parceria etc.) onde uma parte da remuneração dos trabalhadores agrícolas era paga não em dinheiro, mas com gêneros de subsistência que eram

<sup>406</sup> GORENDER, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, p. 29. Consultar também PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, p. 137.

<sup>407</sup> Cf. GORENDER, “Gênese e desenvolvimento”, p. 25. A ausência de numerário foi agravada durante o governo de Campos Salles, que implementou uma política contracionista da moeda para conter o crescimento da inflação e valorizar a moeda local, tendo em vista a renegociação da dívida externa brasileira com o capital financeiro. Sobre a relação entre baixo grau de monetarização das relações de produção e o surgimento de formas híbridas de remuneração da força de trabalho no campo, consultar o artigo de FALEIROS, “Homens do café: relações de trabalho em Franca/SP, 1890-1920”.

cultivados pelos próprios colonos, seja em terrenos destinados exclusivamente para este fim ou entre as fileiras dos próprios cafezais. Além disso, era bastante comum que os fazendeiros descontassem uma parte dos salários dos trabalhadores para custear as despesas com moradias familiares. Este sistema, uma das “formas camponesas dependentes” estudadas por Jacob Gorender, determinava um tipo de relação pré-capitalista *que nada tinha a ver com o mercado capitalista de trabalho*.<sup>408</sup> Os autores que afirmam a natureza salarial dos contratos de trabalho na economia cafeeira, no período imediatamente posterior à abolição, tendem a confundir o trabalhador livre com o trabalhador assalariado, como afirmou com precisão Jacob Gorender.<sup>409</sup>

Sérgio Silva e Cardoso de Mello, de fato, ignoraram as relações de trabalho específicas deste período, operando um salto cronológico que os levou a afirmar a “superação” de um obstáculo ao desenvolvimento da economia cafeeira. Com isso, ocultaram a natureza concreta do tipo de relações de trabalho predominantes, na transição entre a escravidão e o trabalho assalariado. Como vimos anteriormente, para estes autores as formas híbridas teriam desaparecido após algumas tentativas de implantar o sistema de parceria na segunda metade do século XIX; ignoraram, portanto, o fato de que após a abolição as circunstâncias sócio-econômicas forjaram o *retorno* de um sistema que ainda estava longe de desaparecer.<sup>410</sup> Nem será preciso muito esforço para entender que as relações de trabalho contraídas pelo colono resultavam em poderoso obstáculo ao aprofundamento da divisão social do trabalho, baixos níveis de produtividade e reduzido grau de monetarização da economia, gerando uma situação que contrasta com o quadro mais favorável ao desenvolvimento capitalista, apresentado por Sérgio Silva e Cardoso de Mello (e também, numa perspectiva diversa, por Caio Prado Jr.). Se

---

<sup>408</sup> GORENDER, “Gênese e desenvolvimento”, p. 27. Trata-se de uma condição *análoga* à do servo agrícola inglês do século XV (em que pesem as diferenças quanto ao grau de desenvolvimento das forças produtivas), que “trabalhava como assalariado e, ao mesmo tempo, para si mesmo” (MARX, *O Capital*, I, 2, p. 281). Existem muitas controvérsias a respeito do sistema de parceria, e considero importante registrar a tese de Caio Prado Júnior a respeito: “Trata-se entre nós (...) de simples relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho”. O autor considera também que o sistema de parceria “sempre foi praticamente desconhecido na cultura cafeeira” de São Paulo” (PRADO Jr., *A revolução brasileira*, pp. 40-41).

<sup>409</sup> Consultar também, do mesmo autor, a terceira parte de *A burguesia brasileira*, “Desenvolvimento do capitalismo na Primeira República”. E também o trabalho de STEDILE (“Introdução”, pp. 25-6), sobre as características do colonato durante a Primeira República. Ainda sobre a questão das relações de produção, não é irrelevante esclarecer que a existência de formas de remuneração “híbridas” pôde ser verificada também nos centros urbanos: em algumas indústrias importantes da época (Jaffet, Lündgren etc.), relações arcaicas de remuneração anda não haviam sido inteiramente abandonadas (CARONE, *A República Velha – instituições e classes sociais*, p. 194).

<sup>410</sup> “Porque o cafezal, naquela época, não seria explorado por operários assalariados, porém por colonos de café, e esses colonos de café não eram operários assalariados, não eram proletários, mas se inseriam em uma forma camponesa dependente” (GORENDER, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, p. 33. Cf. também *ibid*, *A burguesia brasileira*, p. 33).

este problema existia na lavoura cafeeira da próspera região Oeste do Estado de São Paulo, que dizer então do restante do território brasileiro, em cuja imensidão ainda predominava um tipo de agricultura cujo sentido não era, de modo algum, orientado para o mercado mundial? A resposta não poderia ser outra: a abolição da escravidão, neste caso, estava ainda muito longe de produzir um mercado de trabalho puramente capitalista.

Outra observação que deve ser feita, a propósito dos autores que estamos analisando, refere-se ao deslocamento dos imigrantes, após um certo período de trabalho na lavoura, para os centros urbanos da época. A tese de que o excedente de trabalhadores estrangeiros na lavoura teria favorecido um deslocamento maciço dos mesmos em direção às cidades (gerando uma população excedente urbana que aumentou a oferta de trabalho para a indústria, com importantes repercussões sobre o valor dos salários) deve ser analisada com cuidado. Thomas H. Holloway afirmou, com toda razão, que “não existe nenhum modo seguro de fazer generalizações estatísticas sobre quantos imigrantes deixaram o trabalho nas zonas cafeeiras para assumirem ocupações urbanas nos centros regionais ou na capital”.<sup>411</sup> Os autores também ignoram o fato de que muitos trabalhadores que deixaram a lavoura, em tempos de crise, não permaneceram no país: enquanto alguns “fugiram” para outros países da América do Sul, outros simplesmente retornaram para o país de origem (em 1903, por exemplo, *mais trabalhadores deixaram o país do que chegaram*).<sup>412</sup> Além disso, a imigração estrangeira *direta* para as cidades foi provavelmente muito maior do que se costuma afirmar.<sup>413</sup> Pode-se concluir, portanto, que o movimento dos imigrantes para o trabalho *na indústria* não pode ser explicado unicamente a partir da acumulação no setor cafeeiro.

Por fim, não se deve não superestimar a hipótese – apesar de correta em suas linhas gerais – de que os imigrantes que se instalaram no Estado de São Paulo eram mais qualificados do que os demais. Esta constatação geralmente está associada à idéia de os trabalhadores imigrantes que permaneceram nas regiões cafeeiras teriam contribuído para aumentar a produtividade de suas indústrias, proporcionando vantagens na concorrência inter-regional. Estudos mais recentes sobre o perfil do imigrante estrangeiro em vários Estados, como o de Herrlein & Dias para o Estado do Rio Grande do Sul, indicam que a produtividade do trabalho, fora do Estado de São Paulo, poderia ser até mesmo superior à dos operários da indústria desta região.

---

<sup>411</sup> HOLLOWAY, “Condições do mercado de trabalho”, p. 155.

<sup>412</sup> Cf. CARDOSO, “Dos governos militares a Prudente - Campos Salles”, p. 23. O Recenseamento Geral do Brasil indica que, em 1920, para cada imigrante ocupado na indústria, havia seis no setor de serviços (e aproximadamente 5,5 na agricultura). Cf. *ibid.*, p. 23.

<sup>413</sup> Cf. CARONE, *A República velha – instituições e classes sociais*, p. 151.

## 2.2. Expansão das estradas de ferro

Com as antigas tropas de mulas, certamente seria impossível transportar toda a produção de café para os portos de embarque. O enorme impulso dado pelas estradas de ferro para o desenvolvimento do sistema comercial e produtivo não pode ser desconsiderado.

Sem as estradas de ferro, o desenvolvimento da economia cafeeira jamais teria atingido os níveis verificados. O motivo mais óbvio reside na questão do barateamento dos custos com o transporte da principal mercadoria exportável do país. De acordo com Silva, o preço do transporte ferroviário era seis vezes inferior ao das tropas de mulas.<sup>414</sup> As outras razões são, de fato, pouco analisadas por outros autores: o fato de que o desenvolvimento do transporte ferroviário facilitou as grandes migrações internas, deslocando trabalhadores para as áreas de cultivo e, assim, permitindo aos fazendeiros reduzir os salários dos trabalhadores na lavoura; e o deslocamento de grande parte das plantações para o interior do Estado de São Paulo<sup>415</sup>, onde se localizavam as terras mais férteis, o clima mais propício e as condições técnicas e sociais mais favoráveis para a acumulação. Produzia-se assim, como notou Cardoso de Mello, uma ampla disponibilidade de terras *para o capital*.<sup>416</sup>

Além destes fatores, Mello chamou a atenção para um aspecto importante: as ferrovias liberaram um grande número de trabalhadores, antes empregados no sistema de transportes, para o trabalho nas lavouras. Além disto, ao proporcionar maior rapidez do transporte, entre as áreas de cultivo e os portos de embarque (ganhando importância o porto de Santos, que se tornou o mais importante do país), a própria qualidade do produto poderia ser mantida, uma vez que os ganhos com a conservação eram evidentes. Este aspecto resultava numa qualidade superior do café, cujos preços seriam mais bem cotados no mercado internacional. Ao mesmo tempo, as perspectivas para o trabalho assalariado também aumentavam, e todos estes fatores conjugados *estimularam* o processo de acumulação de capitais.<sup>417</sup>

Os autores consultados, desta forma, analisaram os aspectos favoráveis do desenvolvimento das ferrovias na transição do capitalismo agrário-comercial para o industrial. Esqueceram-se, no entanto, de denunciar as mazelas e a precariedade do serviço prestado. Não é possível fazer tábua rasa das causas contra-arrestantes do “estímulo” dado pelas ferrovias: em primeiro lugar, o fato de que os fretes ainda eram muito caros, se comparados

<sup>414</sup> S. SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 51.

<sup>415</sup> *Ibid.*, pp. 44-7.

<sup>416</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 123.

<sup>417</sup> Cf. *ibid.*, p. 81 (o autor apóia-se na pesquisa de Emília Viotti da Costa). Com relação ao período compreendido pelo Segundo Império, Mello afirmou que estes mesmos fatores *reforçaram a economia mercantil-escravista*, pois ajudaram a poupar justamente o trabalho *escravo*, reduzir os custos de transportes e melhorar a qualidade do café. Ao mesmo tempo, entretanto, criou as condições necessárias para superar aquela mesma economia (*ibid.*, pp. 81-2).

com os valores praticados em outros países<sup>418</sup>; em segundo lugar, que a “penetração da estrada de ferro pelo interior do Brasil (...) contribuía para mais um avanço na conquista dos mercados brasileiros *pelos mercadorias estrangeiras*”.<sup>419</sup> Estes dois aspectos, sem dúvida, constituíam algo que *obstruía* a expansão do parque industrial do país. Em suma: a instalação das estradas de ferro esteve subordinada aos critérios e à lógica do capitalismo dependente, ou seja, facilitar a exportação de mercadorias agrícolas e importação de manufaturas, tendo os portos como únicos mediadores entre os centros consumidores e os produtores. A concessão de amplas faixas, dentro das quais nenhuma outra empresa poderia operar o serviço ferroviário, é apenas um dos fatos que denunciam a frágil integração do mercado interno, reforçando as (des)vantagens comparativas do país no mercado internacional. Analisaremos este problema mais detalhadamente em outro capítulo.

### 2.3. Processo de mecanização

O processo de mecanização permaneceu limitado, durante um longo período, quase que exclusivamente ao processo de beneficiamento do café. Não obstante, cumpriu uma função extremamente importante para o desenvolvimento da economia brasileira.<sup>420</sup> Na década de 1870, os escravos da Província de São Paulo utilizavam aparelhos de madeira bastante rudimentares, que eram acionados manualmente ou pela água dos córregos e rios. O aumento das exportações de café, a partir deste período, forçou a introdução de equipamentos mais modernos: os novos trabalhadores livres começaram a manejar modernas secadeiras mecânicas e classificadores a vapor.<sup>421</sup> Silva analisou cuidadosamente as relações entre o processo de mecanização e o desenvolvimento de uma economia de mercado:

- A venda do café se tornou muito mais fácil, e o seu preço aumentou. É certo que as vantagens eram maiores para os *intermediários e exportadores* do que para os próprios fazendeiros. Mas, neste caso, os efeitos do processo de mecanização foram os mesmos que os da introdução das estradas de ferro: havia maior facilidade para transportar a mercadoria e esta, depois de passar pelo processo de secagem, já não se deteriorava mais durante o transporte até os portos de embarque ou armazéns (garantindo maior segurança para os agentes que a comercializavam);

<sup>418</sup> Cf. CARONE, *A evolução industrial de São Paulo*, p. 119.

<sup>419</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 47.

<sup>420</sup> É curioso notar como Wilson Cano parece não lhe atribuir a mesma importância. Merecendo pouco mais do que uma nota de rodapé na sua análise, o autor afirma que “sua reduzida dimensão impede que se lhe atribua um caráter de importância maior no setor industrial” (CANO, *Raízes da concentração*, p. 203). Pergunto se, por acaso, já existiam muitos setores da economia brasileira, entre o Segundo Império e início da Primeira República, que já haviam superado aquelas “dimensões reduzidas”?

<sup>421</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 48.

- Com relação à questão da mão-de-obra, o processo de mecanização permitiu contornar os problemas mais urgentes (do ponto de vista da burguesia cafeeira): primeiramente, como a valorização do produto compensava as despesas com a compra das máquinas, foi possível obter uma importante economia de mão-de-obra e, assim, ampliar a oferta desta mercadoria (rebaixando seu valor). Além disso, o beneficiamento do café permitia o estabelecimento de plantações distantes dos portos de embarque (justamente na região da “terra roxa”, onde o plantio do café se adaptou com maior facilidade), reforçando o papel da rede de transportes ferroviários. Finalmente, contribuiu para aprofundar a alienação dos trabalhadores em relação às condições objetivas da produção (uma vez que exigia a utilização de equipamentos que os homens “livres” e pobres não poderiam adquirir e – acrescento – mesmo que o pudessem, não o fariam: é que tais equipamentos exigiam uma escala de produção que supunha a existência de enormes fazendas<sup>422</sup> e financiamentos vultosos).

É verdade que a lógica da economia agroexportadora e a própria natureza perene da lavoura cafeeira não deixaram, também no caso do processo de mecanização, de *emperrar* o seu avanço. Thomas Holloway identificou algumas *dificuldades* para a introdução de instrumentos mecânicos na lavoura cafeeira, que devem ter contra-arrestado, pelo menos em parte, os progressos descritos por Sérgio Silva. Entre estas dificuldades, o fato de ter sido contraproducente substituir a enxada por maquinaria, uma vez que as plantações de café, durante o período da colheita, exigiam uma grande quantidade de trabalhadores. E, nos demais períodos, o trabalho manual também não poderia ser dispensado, em virtude de ser constante a necessidade de cultivar, podar e limpar as plantas. A introdução de maquinaria, portanto, poderia dificultar a fixação de trabalhadores nas fazendas, tornando seu movimento muito instável ao longo do ano.<sup>423</sup> Certamente, estas observações servem para repensar o *alcance* das mudanças descritas acima por Sérgio Silva, mas não invalidam o seu significado, em termos de potencial dinâmico: o processo de mecanização, sem dúvida, estabeleceu

---

<sup>422</sup> Neste caso, o efeito foi o mesmo que o desejado com a elaboração da Lei de Terras.

<sup>423</sup> HOLLOWAY, “Condições do mercado de trabalho”, pp. 150-1; consultar também Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, pp. 165-6 (cap. XXVIII). Paul Barán, que elaborou uma importante teoria do subdesenvolvimento, colocou os termos deste problema de forma magistral: “Se a terra é explorada sob a forma de grandes propriedades, o custo elevado da maquinaria agrícola, normalmente importada, ao lado do baixo preço da mão-de-obra rural, *desestimula inversões no setor agrícola*. Ocorre ainda a circunstância de que os rendimentos do capital aplicado na agricultura tendem a materializar-se vagarosamente, de maneira que as taxas de juro, normalmente altas nos países subdesenvolvidos, *desencorajam grandemente a imobilização de recursos na melhoria da agricultura*. Ao mesmo tempo, as flutuações acentuadas nos preços dos produtos agrícolas emprestam aos investimentos nesse setor elevado grau de risco. Sob tais condições, o proprietário rural tem toda razão em *evitar os encargos fixos oriundos de dívidas*, enquanto os emprestadores têm igualmente razão em discriminar financiamentos a longo prazo para aplicação na agricultura” (BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, p. 155).

encadeamentos na cadeia produtiva que permitiram diversificá-la, gerando condições para posteriores avanços.

#### 2.4. Política monetária e o desenvolvimento do sistema comercial e bancário

A economia cafeeira contribuiu para a expansão do processo de mercantilização das relações sociais. Como seu funcionamento exigia a instalação de empresas dotadas de um certo grau de concentração de capitais (latifúndios, estradas de ferro, portos e companhias de navegação etc.), era necessário que os bancos cumprissem o papel de centralizar os recursos excedentes para facilitar a concessão de empréstimos. Como observou Sérgio Silva, o “financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária”.<sup>424</sup> Vejamos um pouco mais de perto o *modus operandi* deste capital cafeeiro, necessário para a compreensão da gênese e desenvolvimento do capital industrial.

Cardoso de Mello afirmou com exatidão que não pode ser considerado suficiente, para o debate sobre a história econômica do Brasil, constatar a mera existência de um processo de acumulação mercantil que antecede a produção capitalista (isto é, com base nas forças produtivas *especificamente capitalistas*). É necessário ir além, buscando...

Esclarecer três problemas: 1) de que modo uma classe social pode dispor, numa conjuntura determinada, de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial; 2) por que esta classe portadora de capacidade de acumulação se sentiu estimulada a converter capital monetário em capital industrial, tomando decisões de investir distintas das tradicionais; e 3) como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção, constituindo a grande indústria.<sup>425</sup>

A resposta da primeira questão só pode ser encontrada depois de uma pesquisa exaustiva sobre a origem social dos empresários industriais, e entendo que foi – pelo menos no caso do Estado de São Paulo, tendo o trabalho de Warren Dean como principal referência – satisfatoriamente resolvida pelo grupo de economistas da UNICAMP: foi a própria

<sup>424</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 44; consultar também CANO, *Raízes da concentração industrial*, p. 150.

<sup>425</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 99-100.

acumulação mercantil, principalmente através do setor importador, que tornou possível canalizar parte do excedente para a indústria nascente brasileira.

A segunda questão é, segundo meu entendimento, a mais importante para a compreensão do processo de objetivação do capitalismo no Brasil e do seu próprio “caráter”. Afinal, ela permite estabelecer com segurança o nexos de causalidade entre as “circunstâncias que os homens não escolheram” e a maneira como eles de fato fizeram a história, ou seja, a relação entre *condição de classe* e a *consciência de classe*. O comportamento da burguesia brasileira diante do imperialismo, do Estado brasileiro e das outras classes sociais condiciona fortemente as possibilidades de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas.

A explicação de Mello para este problema, no entanto, baseia-se numa *hipótese* pouco verossímil, não sendo apoiada numa análise empírica:

A grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter [sic] alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. Ocorreu que, entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva [ou seja, da produção *agrícola*]. Era suficiente [!], portanto, que os projetos assegurassem, simplesmente [!], uma taxa de rentabilidade esperada positiva para que se transformassem em decisões de investir.<sup>426</sup>

Apesar de chegar a uma conclusão inteiramente diferente da teoria cepalina, Cardoso de Mello comete o mesmo equívoco que apontamos no trabalho de Celso Furtado (ver capítulo VIII, 2), ao basear-se em hipóteses que são meramente *verossímeis*. A análise de Mello comporta um duplo problema: metodológico e histórico. Nossa crítica ao método empregado será oportunamente desenvolvida em outra seção, quando buscaremos identificar os problemas teóricos apresentados por esta vertente da história econômica. No momento, cumpre esclarecer nossa objeção ao segundo tipo de problema. Quanto a este, não tenho dúvidas que os agentes do comércio e da produção agrícola preferiram, via de regra, *continuar reaplicando seus capitais na agricultura*: Jacob Gorender afirmou que, entre 1880 e 1902, o número de cafeeiros em São Paulo aumentou 550%, e que a prosperidade agrícola do período, portanto, só “forneceu capitais à indústria em escala *moderada*”. Este historiador

<sup>426</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 100. Consultar também *ibid.*, pp. 143-4.



ainda acrescentou o seguinte: foi somente a partir do Convênio de Taubaté, com a instituição de um imposto sobre novos cafeeiros (cujo propósito era justamente o de inibir a expansão dos investimentos na lavoura) que uma parte dos excedentes foi canalizada para a atividade industrial.<sup>427</sup> Ora, esta canalização de capitais, da agricultura para a indústria, somente pode ser explicada em função de dificuldades práticas para reaplicação do excedente na própria agricultura. Não basta uma rentabilidade “apenas” positiva, como supõe Cardoso de Mello. Os investidores, por razões óbvias, operam a transferência de seus capitais de um setor para outro se houver uma *diferença* nas taxas de lucros: deste modo, os capitais serão alocados naqueles setores que oferecerem as *maiores* taxas. Via de regra, era a agricultura o setor mais rentável antes da Primeira Guerra mundial, e para onde afluía a maior parte dos recursos. O mesmo se repetiu na década de 1920: a recuperação da economia cafeeira (que estimulou a expansão dos cafezais) *absorveu capitais que poderiam ser aplicados na indústria*, e isto demonstra claramente que o complexo cafeeiro “deixou de ser fator positivo para o desenvolvimento industrial e se convertera, nitidamente, em obstáculo”.<sup>428</sup>

A terceira questão (“como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção, constituindo a grande indústria”) foi apenas em parte respondida por Cardoso de Mello. Para fins de demonstração, será necessário desdobrar sua análise em dois aspectos:

- a) No que diz respeito à *força de trabalho*, o autor apontou apenas *uma* das causas responsáveis pela formação do proletariado urbano no Brasil: trata-se do financiamento público do fluxo migratório, que “produziu” uma população excedente (em relação às possibilidades de incorporá-la ao exército industrial ativo) que permitiu o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho e o aumento da taxa de acumulação. Mas trata-se de uma *explicação unicausal*, já que a formação do mercado de trabalho deve ser explicada a partir da conjugação de diversos elementos, que vão desde os problemas existentes nos países de origem até a relação de forças no interior da sociedade brasileira. Mas é preciso reconhecer que o autor, apesar de não ter analisado detalhadamente os outros fatores (como já indiquei anteriormente, é muito difícil precisar o número de trabalhadores imigrantes da indústria que inicialmente trabalharam na lavoura), ateve-se ao principal deles. O autor, além disso, demonstrou que o excedente acumulado na agricultura permitiu a importação de bens de consumo assalariado – como

<sup>427</sup> GORENDER, *A burguesia brasileira*, pp. 34-6.

<sup>428</sup> *Ibid.*, pp. 59-61. Cf. Também FURTADO, obra citada, p. 194.

alimentos e algumas manufaturas – que não eram produzidos no país, permitindo a reprodução da força de trabalho em patamares satisfatórios para o capital;

- b) Quanto ao *desenvolvimento das forças produtivas*, sua análise não deixa lacunas: a aquisição de meios de produção (tal como máquinas e equipamentos), que tornou possível a substituição das importações de produtos manufaturados, só aconteceu porque houve uma entrada líquida de capitais externos, que passaram pelo sistema bancário e foram depois canalizados para a indústria. Os empreendimentos industriais foram financiados, portanto, com as divisas geradas pelo setor agroexportador.<sup>429</sup>

\*\*\*

Vejamos, agora, a atuação do governo federal enquanto instrumento do processo de concentração-centralização de capitais, tal como foi estudado pelos economistas de Campinas.

Dentre os instrumentos criados pelo Estado para dotar o capital de maior grau de mobilização e concentração, Cardoso de Mello destacou aqueles que, logo no início da República, foram decisivos para a expansão dos meios de pagamento (política do Encilhamento): permissão para os bancos se envolverem com as atividades industriais e reforma da lei das sociedades anônimas, além da lei bancária de 1888 (Império) que autorizava o funcionamento de diversos bancos de emissão.<sup>430</sup> Tais mudanças estimularam a metamorfose do excedente acumulado na economia cafeeira (e também do próprio capital fictício, é importante acrescentar) em capital industrial.

A reforma monetária do início da República também foi analisada por Sérgio Silva e Wilson Cano. De acordo com o primeiro, os bancos nacionais e estrangeiros desempenharam “um papel importante no desenvolvimento capitalista no Brasil. Rapidamente eles penetram em todos os setores da economia brasileira, financiando as atividades mais diversas: o comércio, a importação, a exportação, o açúcar, o café e também a indústria”.<sup>431</sup> É justamente o processo de concentração bancária que permite explicar, em parte, o fenômeno do “salto” nas etapas do processo de industrialização.<sup>432</sup> Sérgio Silva destacou também a importância da primeira guerra mundial como fator de estímulo ao crescimento industrial<sup>433</sup>, fato que não coincide com a crítica de Cardoso de Mello à teoria dos “choques adversos”.

<sup>429</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 101.

<sup>430</sup> *Ibid.*, pp. 100-1 e 144-5. O privilégio das emissões foi revogado em 1896.

<sup>431</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 62.

<sup>432</sup> *Ibid.*, pp. 85, 89, 90, 109.

<sup>433</sup> *Ibid.*, pp. 62-3.

A análise de Wilson Cano a respeito da expansão monetária no início da República reforça os argumentos acima: um dos importantes resultados de sua pesquisa é aquele que demonstra que o processo de transformação do capital bancário em capital industrial não pode ser considerado um processo totalmente fictício, como alegavam alguns críticos da política de Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa. Recolhendo informações estatísticas, Cano demonstrou que muitas empresas subsistiram à crise e prosperaram nos anos posteriores, com margens de lucro realmente elevadas.<sup>434</sup>

Para concluir esta seção, uma breve consideração sobre aquilo que se convencionou chamar de *política econômica* do governo federal. Penso que o Estado da Primeira República, a rigor, não chegou a estabelecer uma política voltada para o setor industrial de maneira sistemática, direta ou mesmo deliberada. Em lugar de uma política econômica, seria mais apropriado falar em termos de “administração econômica das crises” (a propósito, como notou Francisco de Oliveira, o que existia era um *arremedo* do que se poderia chamar de “política econômica” do governo).<sup>435</sup> O processo de concentração-centralização do capital bancário, estimulado por algumas reformas de legislação econômica, *não* eliminou os sérios problemas de financiamento para o setor industrial. Como resultado das pressões do imperialismo e de alguns grupos políticos ligados à ortodoxia monetária, algumas daquelas reformas comentadas por Sérgio Silva, Cardoso de Mello e Wilson Cano foram *revogadas* ou não tiveram continuidade, trazendo inevitavelmente sérios prejuízos para os grupos econômicos ligados à atividade industrial (dificultando a formação de um capital bancário controlado pela burguesia brasileira).

Nosso objetivo será o de demonstrar que os obstáculos ao financiamento interno da acumulação (por exemplo, prazo de maturação que se estende por alguns anos e exigência de investimentos iniciais elevadíssimos) foram antes *contornados* do que superados, e a correlação de forças políticas determinou uma estratégia que dificilmente poderia ter sido diferente. A hipertrofia, por assim dizer, do capital financeiro, foi um corolário necessário da articulação da economia brasileira em torno do capital cafeeiro e seus sócios estrangeiros (que condicionou negativamente o movimento do capital em direção ao setor industrial). Isto explica, por exemplo, a preferência dos banqueiros da época em realizar operações comerciais, concedendo apenas excepcionalmente créditos à *produção*.<sup>436</sup>

---

<sup>434</sup> Cf. CANO, *Raízes da concentração industrial*, pp. 158-9.

<sup>435</sup> OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias”, p. 17.

<sup>436</sup> Consultar, a respeito, CARONE, *A República Velha – instituições e classes sociais*, pp. 21-2.

### 2.5. A questão da terra e sua disponibilidade relativa

No Estado da Primeira República, controlado diretamente pela burguesia cafeeira, não é difícil imaginar, para utilizarmos a clássica formulação de Maquiavel, de qual lado estariam as leis e as espadas, no caso de conflitos envolvendo a propriedade ou a posse de terras. As terras juridicamente regularizadas só poderiam ser adquiridas, na prática, por homens que dispusessem de uma certa riqueza. E as terras “devolutas” – aquelas que vinham sendo ocupadas por fazendeiros sem títulos sobre a propriedade –, embora inicialmente só pertencessem *de facto* aos seus ocupantes, eram facilmente transmitidas a estes nos termos da lei. Se os grandes proprietários considerassem necessário, não encontrariam dificuldades para expulsar os pequenos produtores das terras que ocupavam: a burguesia cafeeira empregava, segundo a expressão de Sérgio Silva, “homens hábeis no gatilho”, ou apelava diretamente para as milícias estaduais e até mesmo, em alguns casos (se a resistência fosse maior), para o exército.<sup>437</sup>

Como se tratava de ocupar as terras visando a produção *para o mercado capitalista*, é evidente que a questão da disponibilidade de terras, como observou Sérgio Silva, era relativa. Não se tratava da “disponibilidade de terras *em geral*, mas da disponibilidade de terras *em particular* para o capital, o que implica a não-disponibilidade para os trabalhadores”.<sup>438</sup> Em outras palavras: é o capital cafeeiro que “dirige” o processo de *concentração* da propriedade territorial, levando à expropriação-alienação dos pequenos e médios produtores, e “criando” o excedente de trabalho que o capital tanto precisava para devorar quantidades sempre maiores de sobretrabalho.

A expansão cafeeira, portanto, tornou abundante a oferta de terras para o capital, e não para o mercado de trabalho: era este que “deveria” se tornar abundante para o primeiro, e não o contrário.<sup>439</sup>

Sérgio Silva observou que algumas características do capital cafeeiro devem ser explicadas a partir do problema da disponibilidade relativa de terras, e o *fraco desenvolvimento do capital ao nível da produção* é uma delas. Isto porque, se num primeiro momento a garantia do monopólio da terra representou um passo decisivo para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, outros problemas surgiram posteriormente.

<sup>437</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 64-5.

<sup>438</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>439</sup> Conseqüentemente, o sonho do imigrante de se tornar proprietário acabou quando ele abandonou as fazendas e migrou para as cidades, e em muitos casos o seu destino foi o retorno ao seu país de origem. A ideologia do self-made-man não foi ainda comprovada empiricamente: o imigrante que se tornou um grande empresário foi, via de regra, aquele que já chegou ao país com conhecimentos e principalmente com capitais previamente acumulados.

Com o avanço do processo de acumulação, o que passa a ser decisivo é o problema da disponibilidade *de capitais*: o problema da terra, uma vez “resolvido”, torna-se secundário e subordina-se então ao problema da disponibilidade de capitais (que determinará a completa e definitiva separação entre o trabalhador e os meios de produção).<sup>440</sup>

2.6. O desenvolvimento da indústria foi possibilitado pela própria acumulação cafeeira, e prescindiu de uma demanda preexistente.

Sérgio Silva, Cardoso de Mello, Wilson Cano e Liana Aureliano buscaram, em seus estudos sobre a origem da indústria no Brasil, superar os modelos interpretativos centrados na análise do movimento do capital ao nível da circulação. Eles privilegiaram o estudo dos problemas da constituição das forças produtivas capitalistas, que no caso específico do Brasil desenvolveram-se de uma maneira relativamente rápida, não obstante terem permanecido nos quadros da dependência econômica e do relativo atraso tecnológico. As teses contrárias, que conduzem à idéia de um dualismo estrutural (e que colocam agricultura e indústria em um antagonismo irreconciliável), ignoram o fato de que os dois setores inseriram-se na sociedade brasileira mediados por um único processo: o processo de desenvolvimento das relações sociais e econômicas capitalistas.

A tese da “sociedade dual”, desenvolvida pela CEPAL, foi – e com acerto – duramente criticada por Cardoso de Mello. Para este autor, a CEPAL falhou ao ignorar o “esquema endógeno de acumulação”, privilegiando a oposição entre a economia nacional e a divisão internacional do trabalho. Cardoso de Mello não pretende negar a questão da dependência do país no âmbito da economia mundial, mas afirma que é necessário colocar o estudo das *forças produtivas* no centro da discussão sobre as origens da indústria no Brasil. Como a CEPAL não avançou no estudo desta questão, certas características fundamentais do processo de acumulação (como por exemplo, a oposição entre salários e lucros, que foi objeto de uma análise muito detalhada, no esquema traçado por Mello) permanecem sem solução. De acordo com este autor, existem apenas, nos trabalhos divulgados pela CEPAL, “impactos internos decorrentes da importação de certa tecnologia, visualizados pela óptica das funções macroeconômicas de produção, contrapostos, em última análise, à baixa capacidade de poupança da periferia”.<sup>441</sup>

Este problema seria agravado, ainda de acordo com o paradigma cepalino, pela “fragilidade da demanda”, gerando uma situação de desequilíbrio entre esta e a existência de

<sup>440</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 67.

<sup>441</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 22 e 95.

técnicas produtivas muito avançadas (que eram desenvolvidas nas economias centrais e exigiam, dos países periféricos, um aumento das exportações para produzir as divisas necessárias à importação daquelas). Nisto reside um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento das economias latino-americanas, de acordo com a CEPAL: tecnologia importada com escala de produção elevada *versus* tamanho relativamente estreito dos mercados.<sup>442</sup>

Voltarei a analisar este aspecto quando abordar a questão da transplantação tecnológica e sua inadequação. O que interessa, no momento, é observar que a tese cepalina – cuja difusão, repercussão e aceitação foram e ainda são inegáveis no âmbito das ciências sociais – conduz a duas afirmações igualmente equivocadas: 1) a de que a atividade primária *não estimularia a atividade industrial*<sup>443</sup>; e 2) a falsa idéia de que a dependência implica uma “ausência de centros de decisão interna”, uma vez que toda a dinâmica do desenvolvimento industrial dos países latino-americanos estaria presa à “variável exógena demanda externa”.<sup>444</sup>

Esta segunda afirmação, de acordo com Mello, ignora o fato – possível de ser comprovado empiricamente – de que “indústria e agricultura se apóiam mutuamente, criando mercados uma à outra”.<sup>445</sup> Em diversas passagens, o autor afirmou categoricamente que a dinâmica de países como o Brasil já era determinada, *em primeira instância, por fatores internos*, e não por variáveis ligadas ao funcionamento do mercado mundial.<sup>446</sup> E forneceu alguns exemplos que comprovam esta sua afirmação: a) uma participação muito mais *ativa* nas relações comerciais com outros países do que supõe a CEPAL, como o poder de “criar” uma demanda nos países centrais (caso da generalização do consumo de café pela população europeia e estadunidense, facilitada por campanhas publicitárias dos órgãos públicos brasileiros)<sup>447</sup>; b) existência de “centros internos de decisão”: as ordens de investimento eram tomadas no interior da economia brasileira, razão pela qual o movimento cíclico dos preços do café dependia também, além da situação das economias importadoras, *dos fatores atuantes*

<sup>442</sup> Cf. *ibid.*, p. 94.

<sup>443</sup> Cf. “Economic Survey of Latin America” (1949) da CEPAL, citado por Mello nas páginas 14 e 15 de seu trabalho: “A indústria traz em si um elemento dinâmico que a produção primária não possui em grau comparável. A produção primária, como seu nome indica, abrange as primeiras etapas do processo produtivo, enquanto a indústria compreende as etapas subseqüentes”. Prossegue o documento afirmando que “devido a esta posição relativa de ambas as atividades, o aumento da atividade industrial fomenta a atividade primária; *esta, ao contrário, não possui o poder de estimular a atividade industrial*. Quando os empresários industriais, impelidos pelas forças ordinárias da economia ou por fatores extraordinários de tempos de guerra, expandem a produção, aumentam a demanda dos produtos primários e o maior lucro daí resultante serve de estímulo aos empresários periféricos para aumentarem a produção primária. Em troca, o aumento espontâneo da produção primária não traz consigo um aumento da demanda industrial capaz de absorver aquele aumento”.

<sup>444</sup> Cf. MELLO, *O capitalismo tardio*, pp. 15 e 20-1.

<sup>445</sup> *Ibid.*, p. 153.

<sup>446</sup> *Ibid.*, pp. 11, 26, 52.

<sup>447</sup> *Ibid.*, pp. 56 e 69.

do lado da oferta<sup>448</sup>; c) finalmente, o que é mais importante – e que explica as premissas anteriores – é o fato de que já existia, no início do século XX, uma *primazia da acumulação sobre a realização*.<sup>449</sup>

Além da suposta ausência de centros de decisão interna, a industrialização dos países latino-americanos teria sido obstada, segundo os trabalhos da CEPAL, pelos estreitos limites do mercado de seus países, ainda que alguns deles – como foi o caso do Brasil – pudessem contar com uma fração relativamente pequena da população, mas em quantidade suficiente para permitir algumas economias de escala.<sup>450</sup> Este outro aspecto da economia política da CEPAL resulta da idéia de que a produção requer a preexistência de uma demanda por produtos industrializados, e está na raiz dos problemas da tese de industrialização via substituição de importações (que só seria estimulada pela incapacidade de suprir uma demanda até então satisfeita mediante importações).

Os economistas ligados à perspectiva do capitalismo tardio deram importantes contribuições para refutar o modelo proposto pela CEPAL. A tese da “unidade entre café e indústria”, tal como foi desenvolvida a partir da revisão crítica que ora analisamos, deve ser entendida como unidade de um *processo de acumulação capitalista*, e não como a velha (e falsa) oposição entre dois setores: de um lado, um suposto setor “feudal”, “pré” ou “semi” capitalista e de outro, um setor capitalista dotado de maior dinâmica.<sup>451</sup> A crítica à economia política da CEPAL permitiu esclarecer que as indústrias brasileiras puderam se desenvolver não em função de uma demanda até então satisfeita mediante importações, mas da *acumulação* gerada a partir do capital cafeeiro.<sup>452</sup> Portanto, não é no nível da demanda por

---

<sup>448</sup> *Ibid.*, pp. 66-7.

<sup>449</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>450</sup> Esta tese, a da “miniaturização do mercado interno”, foi desenvolvida por Celso Furtado em trabalho escrito posteriormente: “Em países de grande população, a simples concentração da renda pode permitir a formação de um mercado suficientemente amplo e diversificado (...) No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos de produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização” (FURTADO, *O mito do desenvolvimento econômico*, pp. 47 e 98).

<sup>451</sup> O desenvolvimento da propriedade privada no Brasil seguia a mesma tendência já apontada para os países europeus: “Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna” (MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 52). A precocidade da Inglaterra, neste sentido, é evidente: Barrington Moore Jr. situa o início da transformação do estatuto jurídico da propriedade da terra por volta do século XVI: “As influências do capitalismo tinham penetrado e transformado grande parte da zona rural muito antes da Guerra Civil. A ligação entre o senhor rural *encloser* e a burguesia estava tão apertada e íntima a ponto de ser difícil concluir onde uma começa e a outra acaba (...) A ordem aristocrática sobreviveu, mas sob uma nova forma, pois a sua base agora é mais o dinheiro do que o nascimento” (MOORE, *As origens sociais da ditadura e da democracia*, p. 27).

<sup>452</sup> FISHLOW (“Origens e conseqüências da substituição de importações”, p. 27), a propósito, demonstrou que a taxa anual de crescimento da produção interna manteve-se *inferior* ao crescimento da demanda. Esta observação

mercadorias importadas – nem mesmo, segundo Sérgio Silva, da demanda em geral – que se encontra o elemento que permite explicar o crescimento da indústria: é precisamente a expansão da demanda que surge como *resultado* da produção.<sup>453</sup>

As determinações do comércio externo sobre a industrialização no Brasil são afirmadas na maioria dos estudos sobre esse tema. Entretanto, elas são interpretadas como determinações da demanda sobre a produção. Chega-se mesmo a afirmar que a especificidade das economias “periféricas”, como a economia brasileira, consiste justamente nesse fato particular da determinação da demanda sobre a produção. Assim, elimina-se o problema real da especificidade das formas *de produção* [itálicos meus, P. F. A.] capitalista nos países periféricos. Como vimos, a posição do comércio externo na economia brasileira só pode ser explicada pelas formas de produção determinadas pela dominação do capital cafeeiro e pela subordinação do Brasil na economia mundial.<sup>454</sup>

Certamente, as análises do grupo de economistas da Unicamp representaram um enorme avanço em relação a algumas escolas do pensamento brasileiro e latino-americano: CEPAL (Celso Furtado, Raúl Prebisch), teoria da dependência (Fernando H. Cardoso, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank) e mesmo de um certo marxismo esquemático (refiro-me aos autores que defenderam a estratégia de uma aliança “antifeudal” entre o proletariado e uma burguesia industrial supostamente progressista).

A originalidade da nova historiografia econômica reside, portanto, na demonstração da existência de um mecanismo endógeno de acumulação, no setor industrial brasileiro da Primeira República. Mas o esforço dos representantes da Escola de Campinas para refutar os modelos tradicionais de interpretação culminou na elaboração de um modelo alternativo igualmente esquemático. Eles cometeram, cada um ao seu modo, um engano bastante comum nos acalorados debates sobre a questão do desenvolvimento nacional: procurando estabelecer um novo paradigma teórico, cuja originalidade é inquestionável, estes autores deram de

---

demonstra que a “lacuna” deixada pelo imperialismo, nos momentos de crise internacional, não foi suficiente para que a produção interna pudesse abastecer o seu próprio mercado.

<sup>453</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 94-5.

<sup>454</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 105. Cf. também OLIVEIRA, “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, pp. 21-2.



ombros, por assim dizer, com aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico (e que foram objeto de criteriosa e acertada formulação nas outras perspectivas).

Podemos ilustrar este problema quando atentamos para a questão da relação entre a oferta e a procura. Pois, se é verdade que a demanda *subordina-se* ao processo de acumulação capitalista (fato também analisado por Karl Marx, e mais especificamente por Lênin no seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia), não é correto dar por suposto, pura e simplesmente, que a realização estará assegurada no momento em que as ordens de investimento forem tomadas.

É verdade que nenhum dos autores analisados chegou a afirmar isso categoricamente, e certamente não o fariam. Mas a completa omissão deste problema, nos seus trabalhos, não pode ser ignorada. Wilson Cano foi o único destes autores que escreveu sobre esta questão, afirmando que o barateamento da mão-de-obra para o capital tinha como contrapartida a limitação da demanda por produtos da indústria brasileira (especialmente no Estado de São Paulo).<sup>455</sup> Mas, considerando a contribuição destes autores em seus aspectos fundamentais, faltou-lhes incorporar outros aspectos que poderiam iluminar a problemática do desenvolvimento em sua *totalidade*.<sup>456</sup>

Permanecendo num alto nível de abstração, problemas econômicos importantes foram ignorados. Por exemplo: uma análise mais detalhada do processo de metamorfose dos importadores em empresários industriais *poderia* nos indicar que, pelo menos em parte, houve um processo de substituição de importações que surgiu, ao contrário do que os autores haviam indicado, *em função do atendimento de uma demanda pré-existente*: como muitos agentes do comércio importador encontravam dificuldades para fornecer peças de reposição, prestar serviços de manutenção ou para importar mercadorias em tempos de crise, decidiram “eles mesmos” produzir tais mercadorias, substituindo as importações que até então se constituíam como atividade principal para atender um mercado já previamente formado.<sup>457</sup> Em outros casos, esta metamorfose era operada pelo próprio capital estrangeiro presente na economia brasileira: algumas empresas instalavam, primeiramente, uma estrutura de venda de

<sup>455</sup> Consultar CANO, *Raízes da concentração industrial*, pp. 186, 190, 194 e 197.

<sup>456</sup> Sobre o apoio do Estado, este aspecto mereceu escassas referências, sobretudo nas análises de Cardoso de Mello e Silva. As referências à política tarifária ou cambial pouco acrescentam ao que já foi anteriormente estudado por outros autores (quanto à política cambial, embora sejam elaboradas algumas objeções à teoria da “socialização das perdas” de Furtado, os autores claramente apoiaram-se naquela formulação original – Ver SILVA, *Expansão cafeeira* p. 128). Wilson Cano (página 200 e seguintes) e principalmente Liana Aureliano analisam mais detalhadamente o apoio do Estado para os setores estratégicos, como cimento e aço (empréstimos, incentivos fiscais, garantia de lucros etc.).

<sup>457</sup> Cf. GORENDER, *A burguesia brasileira*, p. 42; SAES, “A classe média na Primeira República”, p. 36.

mercadorias importadas, e somente depois investiam na sua fabricação no território brasileiro.<sup>458</sup>

### **3. Os *problemas* do desenvolvimento baseado na economia cafeeira, de acordo com a Escola de Campinas.**

Se a acumulação cafeeira foi a maior responsável pelo desenvolvimento do sistema comercial e bancário, pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, pela expansão do mercado consumidor interno, pela formação do mercado de trabalho e pelo surgimento da indústria no país, deve-se precisar *até que ponto* tudo isto foi alcançado. Afinal, ninguém ignora a existência de uma série de dificuldades do processo de industrialização no Brasil. A demonstração destes problemas é essencial para definir o caráter da revolução burguesa no Brasil.

Antes de desenvolver uma análise sistemática acerca dos *obstáculos* ao processo de industrialização no Brasil (ver capítulos seguintes), buscarei indicar os principais argumentos apontados pelo grupo de economistas da UNICAMP, expondo a maneira como estes autores enfrentaram a questão e ajudaram a entender a história de uma formação social capitalista específica. É importante deixar claro que a análise em separado dos “obstáculos”, de um lado, e dos fatores que “estimularam” o processo de industrialização, de outro, obedece a fins meramente expositivos, e não implica em desconsiderar a unidade dialética entre estes dois aspectos.

#### 3.1. Política econômica do governo:

Discutirei a questão da hegemonia política da burguesia cafeeira no próximo capítulo; aqui, já parto deste pressuposto, fazendo abstração de seus aspectos mais controversos, que serão tratados no próximo capítulo. Interessa-nos, nesta parte da pesquisa, analisar os aspectos *negativos* da política governamental sobre as virtualidades do processo de industrialização.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, se por um lado permitiu um *certo* desenvolvimento da moderna indústria, por outro agravou o problema da dependência comercial e financeira.<sup>459</sup> Embora Sérgio Silva raras vezes faça referência aos problemas propriamente políticos do desenvolvimento<sup>460</sup>, não ignorou totalmente o fato de que, “na

---

<sup>458</sup> Cf. SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil”, pp. 263, 265 e 274-5; FISHLOW, “Origens e conseqüências da substituição de importações”, p. 15.

<sup>459</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 99.

<sup>460</sup> Em breves passagens, nas dez últimas páginas de seu trabalho. O autor fala, por exemplo, de “efeitos industrializantes limitados” pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro

república das oligarquias”, o equilíbrio político das classes dominantes esteve intimamente relacionado com o predomínio de medidas governamentais que contribuíam para *agravar os problemas econômicos* (sobretudo no âmbito das finanças públicas, em torno das quais se discutia as taxas de câmbio, tarifas alfandegárias etc.).<sup>461</sup>

Silva distingue dois períodos importantes e distintos da história econômica da República Velha: antes e depois de 1898. Até esta data, o governo federal buscou contornar o problema do desequilíbrio externo adotando uma estratégia de desvalorização constante do câmbio, fato que somente agravou o problema da dívida externa.<sup>462</sup> De 1898 em diante, com o acordo firmado sob a pressão dos ingleses (funding-loan), o governo federal passou a adotar uma postura de austeridade financeira que incluía, entre outras medidas, a redução das despesas públicas e o aumento das receitas (majoração dos impostos sobre o consumo e importação de mercadorias, aumentando o custo de vida).

É evidente, acrescento, que os efeitos negativos da política econômica sobre o processo de industrialização não podem ser atribuídos à ignorância, ingenuidade ou pura incompetência dos políticos. Suas ações, como afirmaria novamente Marx, eram *condicionadas* por circunstâncias que não foram por eles escolhidas: herança colonial, correlação de forças (interna e externa), grau de desenvolvimento das forças produtivas, disponibilidade dos fatores de produção (mão-de-obra, capital, terras) etc. No caso do acordo de 1898, a saída encontrada pelo governo federal foi uma tentativa de acomodação dos diversos interesses burgueses, e se os efeitos negativos recaíram sobre os ombros das classes que estavam à margem do capital cafeeiro, isto ocorreu porque as demais alternativas teoricamente possíveis eram, naquele momento, empiricamente inalcançáveis.

A maioria dos autores concorda que a manipulação das tarifas alfandegárias, e mesmo a intervenção no mercado de divisas (política cambial), não tinham um escopo protecionista *direto*.<sup>463</sup> Concordo com aqueles que creditam a ausência deste escopo à estreiteza da base fiscal do Estado (numa economia que, segundo a expressão de Cardoso de Mello, possuía um

---

(*ibid.*, pp. 101 e 107). A afirmação, embora perfeitamente correta, não deixa de ser vaga e, justamente por isso, precisa ser testada empiricamente. MELLO (*Capitalismo tardio*, p. 108) deu um passo tímido, no sentido de estabelecer uma relação de causa e efeito entre um e outro.

<sup>461</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 99.

<sup>462</sup> Cf. *ibid.*, pp. 56-8, 60 e 99. Consultar também MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 130.

<sup>463</sup> Sérgio Silva, além de negar a natureza protecionista às taxas sobre os produtos importados, afirmou que estas só *mantiveram* a posição subordinada do Brasil na economia mundial. Cardoso de Mello (que considera, para os objetivos de sua análise, pouco importante discutir se o escopo era ou não o de proteger as indústrias brasileiras), afirmou que as tarifas sempre foram elevadas [!], e apoiaram de fato o setor. Discordo deste ponto de vista, e considero que apenas os vaivens das tarifas seriam motivo suficiente para jogar por terra a afirmação deste autor (ver o capítulo sobre o protecionismo).

“poder financeiro amparado por frágeis alicerces tributários”).<sup>464</sup> O bloco no poder, de fato, tinha plena consciência que os impostos sobre o consumo (sobretudo de mercadorias importadas, no caso do governo federal) constituíam sua mais importante fonte de receitas. Sérgio Silva demonstrou como foi difícil, no caso da operação de funding-loan, cumprir as metas do acordo sem afetar o equilíbrio político entre as diversas facções burguesas: como o “aumento das taxas sobre as exportações revela-se um instrumento inadequado num sistema capitalista onde o centro da acumulação está justamente ligado a expansão das exportações (...), os recursos necessários às finanças federais devem ser encontrados na taxação de produtos destinados ao mercado interno”.<sup>465</sup>

Neste caso, prossegue o autor (ignorando o fato de que os impostos sobre as *exportações* foram um instrumento utilizado para financiar, pelo menos em parte, a política de valorização), o governo deveria escolher em qual dos dois setores deveria recair a maior carga tributária: no das manufaturas importadas ou no das produzidas no interior do próprio país.

A opção entre produtos importados e produtos nacionais é limitada também pela própria lógica da acumulação. A política fiscal do governo federal não pode voltar-se inteiramente para a tributação da produção nacional, sob pena de favorecer a tal ponto as importações que acabaria por agravar o “desequilíbrio externo”. O governo federal necessita aumentar os impostos, mas ao fazê-lo não pode escolher meios que entrem em contradição com o seu objetivo fundamental: a obtenção do equilíbrio financeiro indispensável à reprodução do capital cafeeiro, do capital comercial e do capital estrangeiro investido no Brasil. Assim, em razão da lógica da acumulação determinada pela posição hegemônica do capital cafeeiro e pela posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial, o governo é levado a aumentar as taxas sobre as importações.<sup>466</sup>

De fato, os impostos que incidem sobre a produção *interna* só tiveram importância depois de 1930, especialmente a partir da ditadura do Estado Novo (1937). Isto também pode ser explicado pela notória fragilidade do setor industrial do país diante da economia

---

<sup>464</sup> MELLO, *Capitalismo tardio*, p. 114.

<sup>465</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 99.

<sup>466</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, pp. 99-100.

agroexportadora, como foi demonstrado com bastante exatidão por Liana Aureliano, que acusou um avanço insuficiente das classes ligadas ao complexo urbano-industrial.<sup>467</sup> Devemos acrescentar ainda que o problema não se esgota na “opção” pelas tarifas sobre os produtos importados. O equilíbrio financeiro não coincide necessariamente com o equilíbrio político, razão pela qual não é possível ignorar – como o faz Silva – que as pressões constantes do comércio importador foram suficientemente fortes para que, em diversas ocasiões, a *revisão tarifária* restabelecesse as facilidades de compra no exterior (e não apenas “nos momentos em que o equilíbrio financeiro é reencontrado, ainda que provisoriamente”, como afirmou Silva).<sup>468</sup>

Ao lado da política tarifária, outro aspecto de fundamental importância para o estudo da experiência política da Primeira República é o da política de valorização do café. Ela também foi um fator de estímulo e, ao mesmo tempo, de limitação do processo de acumulação. Essa política visou, como observou Silva, assegurar a reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional, mas foi conduzida de uma determinada maneira que *reiterou a posição subordinada do Brasil na economia mundial*.<sup>469</sup> Silva fornece indicações importantes para o avanço do estudo desta questão, e buscarei no momento oportuno testar empiricamente a validade de suas conclusões, que permanecem num elevado nível de abstração.

### 3.2. Dependência comercial e financeira

Cardoso de Mello identificou um aspecto da subordinação da economia brasileira ao capital estrangeiro que os próprios “teóricos da dependência” não prestaram a devida atenção: o problema da *acumulação*.

A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial está *duplamente determinada*: pelo lado da *realização* do capital cafeeiro e pelo lado da *acumulação* do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não-constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização (que se expressa internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial).<sup>470</sup>

<sup>467</sup> AURELIANO, *No limiar da industrialização*, p. 58 e seguintes.

<sup>468</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 101.

<sup>469</sup> *Ibid*, pp. 105-6.

<sup>470</sup> MELLO, *O capitalismo tardio*, p. 108. Os itálicos são meus, Pedro Arruda.

Sérgio Silva e Cardoso de Mello identificaram a existência de uma série de problemas ligados ao *desenvolvimento das forças produtivas*, e deste modo puderam superar as análises dos teóricos da dependência (que privilegiaram o aspecto “realização do capital cafeeiro”, e neste ponto permaneceram prisioneiros do esquema cepalino-furtadiano). Por terem colocado em primeiro plano as formas específicas do desenvolvimento do capital industrial no Brasil – ainda que prescindindo de uma análise dos condicionantes sócio-políticos, sem dúvida seu ponto mais vulnerável –, o grupo de economistas da Unicamp se tornou uma referência obrigatória para qualquer pesquisador da história do capitalismo no Brasil. Isto fica patente quando se tem em vista seus estudos sobre o esquema de reprodução no departamento de produção dos bens de consumo, sem perder de vista a articulação deste com a economia mundial e o imperialismo.

Demonstrando que o desenvolvimento da periferia não é apenas uma peça a mais na engrenagem do desenvolvimento do imperialismo, estes autores apontaram a existência de um esquema endógeno de acumulação industrial no período da República Velha<sup>471</sup> que, embora dependente, possui determinações que lhes são próprias. Deslocando o centro da análise da dependência do lado da realização no setor agrário-exportador para o lado da acumulação no complexo urbano-industrial, o debate em torno do desenvolvimento brasileiro ganhou, sem dúvida, um instrumental analítico-teórico da maior importância. O debate avançou precisamente no ponto mais vulnerável das escolas cepalina e da dependência, uma vez que os autores que analisei ofereceram uma hipótese de trabalho que procurou dar conta das causas *do fraco desenvolvimento do capitalismo no nível das forças produtivas*, explicando-o a partir de um ângulo diverso.

#### **4. Algumas observações críticas em torno da análise de Sérgio Silva.**

##### **I**

Eventuais críticas ao trabalho de Sérgio Silva devem ressaltar antes suas *lacunas* do que propriamente a coerência de suas formulações teóricas. Não se trata de “cobrar” do autor o exame de um ou outro aspecto que, de acordo com meu entendimento, não poderiam ser

---

<sup>471</sup> W. Cano afirmou corretamente que alguns críticos do paradigma cepalino, como W. Dean, preocuparam-se em demasia com a refutação à teoria dos choques adversos, e ignoraram a lacuna deixada pela ausência de uma análise mais detalhada do processo de acumulação interna (CANO, *Raízes da concentração industrial*, pp. 148, 186). Curiosamente, quem também deu um passo atrás na análise deste problema foi Francisco de Oliveira, que afirmou que, na fase agrário-exportadora, “a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira *mero reflexo desta*” (OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista*, p. 74; os itálicos são meus, Pedro Arruda).

deixados à margem. Trata-se simplesmente de indicar alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro, durante a Primeira República, que precisam ser *acrescentados* e analisados com maior riqueza de detalhes para entendermos o processo de gênese da moderna indústria capitalista em sua totalidade.

Neste sentido, entendo ser de importância fundamental destacar duas ordens de questões intimamente relacionadas com o trabalho de Sérgio Silva. Primeiramente, não se pode entender o “capital cafeeiro” como o único responsável pelo surgimento da indústria brasileira, nem mesmo no Estado de São Paulo. Portanto, torna-se necessário identificar as “vias” de objetivação do capitalismo industrial que não foram por ele analisadas. O autor destacou em seu estudo aquilo que podemos chamar de *via latifundiária* de objetivação capitalista. Mas mesmo assim, de maneira insuficiente, porque enxergou nesta forma de transição a *universalização do trabalho assalariado*, após a Abolição da escravidão. Ora, o peso de algumas formas de remuneração híbridas (colonato, meação, cambão, parceria, barracão etc.) no conjunto da economia agrícola brasileira não pode ser ignorado. Assim, ao tomar a parte como se tratasse do todo, Sérgio Silva deixou de lado, entre outros aspectos de suma importância, a constituição de formas camponesas dependentes da grande propriedade, cujas características eram análogas à de formações sociais pré-capitalistas (já que a presença de trabalhadores formalmente livres não pode ser confundida com o emprego do trabalho assalariado). Poder-se-ia, além desta, indicar outras “vias” de objetivação do capitalismo, já que em outras regiões uma quantidade considerável de indústrias formou-se a partir de *pequenas* produções agrícolas com elevado consumo (como foi o caso dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina).<sup>472</sup> Ora, estas e outras “vias de desenvolvimento” não podem ser explicadas através do esquema traçado por Sérgio Silva ou mesmo pelos de Cardoso de Mello, Wilson Cano e Liana Aureliano.<sup>473</sup>

Em segundo lugar, será preciso testar empiricamente as formulações teóricas apresentadas por Sérgio Silva. Concordamos com Wilson Suzigan, quando este afirma que o modelo apresentado por Sérgio Silva é “esquemático demais”, em especial na parte em que

<sup>472</sup> Consultar os trabalhos de GORENDER (*A burguesia brasileira*, pp. 31-2), HERRLEIN (“A transição capitalista no Rio Grande do Sul”), e HERRLEIN & DIAS (“Trabalho e indústria na Primeira República”, pp. 396 e segs.). Ronaldo Herrlein desenvolveu uma tese de doutorado sobre a industrialização sul-riograndense durante a República Velha, cujo orientador foi Cardoso de Mello.

<sup>473</sup> Jacob Gorender, no livro citado acima, entende que a concepção de Wilson Cano está equivocada, por ter considerado *simétrica* a relação entre cafeeicultura e indústria. Aureliano, assim como Sérgio Silva, confunde a parte com o todo: “a economia exportadora cafeeira constitui a primeira fase do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro” (AURELIANO, *No limiar da industrialização*, p. 12). Ora, não é possível reter as características do processo de desenvolvimento em apenas uma determinada região do país e utilizá-las como chave para a explicação de um problema mais complexo; foi precisamente esta uma das razões que levaram Wilson Suzigan a criticar os trabalhos da Escola de Campinas (SUZIGAN, *Indústria brasileira*, p. 39).

procura refutar a tese central do trabalho de Warren Dean (ou seja, a da relação linear entre agricultura e indústria).<sup>474</sup> Como afirmou Francisco de Oliveira, a propósito deste tipo de problema, “o enunciado de um processo dialético não equivale à sua demonstração”.<sup>475</sup> Sem dúvida, o trabalho de Sérgio Silva sofre deste mesmo vício, fato que passou despercebido por muitos de seus leitores. Portanto, estou de acordo também com Jacob Gorender quando este afirmou que, apesar de *corretas* as conexões que a recente literatura econômica estabeleceu entre a cafeicultura e a industrialização, outros aspectos importantes permaneceram sem resposta satisfatória.<sup>476</sup>

Buscarei demonstrar a validade daquelas premissas elaboradas por Sérgio Silva, especialmente os enunciados em torno dos aspectos *negativos* do capital cafeeiro sobre o processo de industrialização. Penso que isto se faz necessário, uma vez que Sérgio Silva privilegiou os aspectos *positivos* do capital cafeeiro e do capital estrangeiro. Buscando estabelecer a determinação do capital cafeeiro sobre o processo de acumulação no setor industrial, ficou demonstrada a contribuição do primeiro para a expansão do segundo: disponibilidade de capitais, origem dos primeiros empresários industriais, formação do mercado de trabalho etc. Mas estes mesmos aspectos não foram suficientemente delimitados, no sentido de precisar o *alcance* de suas respectivas contribuições. Os condicionantes sociais e políticos permaneceram isolados dos fatores propriamente econômicos, e com isto a possibilidade de operar um avanço científico, diante das perspectivas do processo de modernização, ficou seriamente prejudicada.

Ora, não é possível ignorar os elementos sociais, políticos ou culturais que transmitem ao processo de industrialização, tal como uma herança genética, os seus próprios vícios de origem. Por exemplo, no caso específico do Brasil: a herança cultural dos barões do café e dos comerciantes, ainda presos a uma visão de mundo que em muitos aspectos chocava-se com o espírito do moderno empreendedor capitalista (tal como o típico-ideal *empresário schumpeteriano*); problemas decorrentes da dificuldade de estabelecer uma hegemonia do capital sobre o trabalho *a partir da fábrica*, e a tentativa sempre autoritária de buscar sua solução por meio do aparelho repressivo do Estado<sup>477</sup>; e o fato de que, para superar o

---

<sup>474</sup> *Ibid*, p. 39.

<sup>475</sup> OLIVEIRA, “A emergência do modo de produção de mercadorias”, p. 15.

<sup>476</sup> GORENDER, *A burguesia brasileira*, pp. 32-6.

<sup>477</sup> “A posição secundária e subordinada da burguesia industrial em relação à classe dominante agrária explica sua atitude diante do problema operário. Recusando o diálogo com a classe operária, os industriais transferiram ao poder oligárquico a responsabilidade de regulamentação do conflito de classes urbano. Esta missão a oligarquia tentou cumprir à sua maneira, mediante o emprego de métodos já utilizados no campo: a repressão do movimento operário e a negação do direito da classe operária à reivindicação. Alguns autores falam mesmo de um tratamento ‘senhorial’ da ‘questão operária’. É preciso não esquecer, entretanto, que a burguesia industrial



problema da “disponibilidade de capitais” e muitos outros, seria preciso colocar em xeque<sup>478</sup> os próprios fundamentos da economia cafeeira, sendo possível outras *vias* para o desenvolvimento da indústria.<sup>479</sup>

Na dialética da superação-conservação, o autor superestimou o primeiro aspecto. Isto está presente em diversas passagens de seu trabalho, quando afirma (por exemplo) que “a partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como atividade dominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, *está muito mais ligada aos períodos posteriores*, em particular a industrialização, do que aos períodos anteriores onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo”.<sup>480</sup> Penso que, excetuando a questão do trabalho escravo, havia muito mais *continuidades* na economia da República Velha do que mudanças, como também observaram Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender<sup>481</sup>, para citar alguns dos mais importantes cientistas sociais brasileiros, que se debruçaram na análise do desenvolvimento brasileiro naquele período.

Sérgio Silva, buscando reforçar a sua tese da inexistência de uma oposição fundamental entre café e indústria, superestimou a contribuição do primeiro para a expansão da segunda. Se ele está correto, por exemplo, quando denuncia o *caráter parcial* das interpretações que privilegiam o aspecto da formação da demanda pelo trabalhador imigrante (já que este também contribuiu, como vimos, para a formação do mercado de trabalho e, portanto, “como índice de novas formas de produção”), não é menos correto afirmar que ele

foi co-responsável pela repressão; quanto ao problema operário, sua delegação de poder às oligarquias exprime a própria recusa de procurar o apoio da classe operária e das outras camadas urbanas a fim de lutar pela hegemonia política e pela industrialização” (SAES, “A classe média na Primeira República”, p. 39).

<sup>478</sup> Aureliano, corretamente, soube identificar a “estranha hegemonia” do capital cafeeiro como fator que não somente *perpetuava* o modelo agroexportador, como *atrasava* o desenvolvimento da indústria de bens de produção. Foi exatamente a revolução política de 1930 que permitiu a passagem para uma nova etapa (AURELIANO, *No limiar da industrialização*, pp. 96-7). A autora aborda questões políticas e sociais, como o protesto popular, a crise de hegemonia, a dissidência oligárquica e o tenentismo, superando o economicismo presente nas obras de Silva e Cardoso de Mello.

<sup>479</sup> Por exemplo, segundo o autor, a expansão do café contribuiu para disponibilizar terras para a acumulação capitalista. Foi o capital (ver pag. 69) que permitiu incorporar *sob a lógica da produção capitalista* – e não sob outras relações de produção e propriedade – o imenso território brasileiro. Isto, segundo o autor, *só* teria sido possível porque a divisão internacional do trabalho impediu e tornou desnecessário, por assim dizer (a expressão é minha), a expansão do mercado interno! No limite, a tese do autor conduz ao seguinte raciocínio: caso houvesse um aprofundamento da divisão *social* do trabalho, com o simultâneo desenvolvimento do mercado interno, não haveria disponibilidade de terras e a acumulação capitalista teria sido obstada...

<sup>480</sup> SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 75. Os itálicos são meus.

<sup>481</sup> A “plantagem, que era um estabelecimento mercantil especializado, juntamente com o latifúndio pecuário de caráter pré-capitalista, dominou a posição social do Brasil pós-escravista, de tal maneira que o modo de produção capitalista em expansão, em alguns núcleos urbanos, não era senão, depois da Abolição, notem bem, e ainda durante muitos decênios depois, um modo de produção *subordinado*, não o modo de produção dominante; esta é a minha opinião. Direi sucintamente que, na Velha República, não dominou o modo de produção capitalista, pois era um modo de produção subordinado” (GORENDER, “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, p. 23).

deixou de analisar os próprios limites desta “contribuição” para o desenvolvimento da indústria: a raiz da nova “questão” operária, gênese e desenvolvimento do movimento organizado dos trabalhadores, paralisação de fábricas, deportação de trabalhadores imigrantes envolvidos em conflitos de fábrica etc.

Não obstante o fato de Sérgio Silva ter afirmado que sua tese não se vincula às correntes que apontam a economia cafeeira como “obstáculo” à industrialização, nem àquelas que a vêem unicamente como fator de “estímulo”,<sup>482</sup> não é possível ignorar que a crítica ao segundo tipo de análise permaneceu prisioneira de enunciados que estiveram muito longe de serem comprovados. Penso inclusive que, em diversos momentos, seu trabalho não conseguiu escapar da armadilha que aquele tipo de análise oferece, pois *ele deixou de indicar quais foram efetivamente as causas que contra-arrestaram o processo de industrialização*. Se ele reconheceu a existência de “limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital”, em nenhum momento ele os especificou.<sup>483</sup>

## II

Quanto ao problema da política econômica, Sérgio Silva afirma que não se tratava de um “simples adiamento do fim da dominação da economia cafeeira sobre o conjunto da economia”. A política de valorização do café, neste sentido, deveria ser entendida mais como o “auge” ou “estágio supremo” do período, do que um sintoma de seu esgotamento.<sup>484</sup> Penso, ao contrário, que o processo de industrialização *não* dependia desta eternização da acumulação originária – para utilizar novamente uma expressão de Francisco de Oliveira –, determinada muito mais por razões políticas do que propriamente econômicas. Não é paradoxal, a propósito, o fato de uma classe social, justamente no período de seu “auge”, como entende Sérgio Silva, precisar utilizar todas as suas forças para lutar contra o seu próprio declínio?

É curioso notar, em sua obra, o mais completo silêncio a respeito da *posição dos empresários industriais* diante das “políticas” de valorização dos preços do café, cambial ou tarifária. Os debates envolvendo os industrialistas, de um lado, e os anti-industrialistas, de outro, em torno da “indústria natural *versus* indústria artificial”, o argumento da “vocação agrária/caráter essencialmente agrícola” do país etc. são ignorados, e em seu lugar surge uma explicação que, *do ponto de vista político*, é totalmente unilateral: analisa-se os efeitos da

<sup>482</sup> Cf. SILVA, *Expansão cafeeira*, p. 94.

<sup>483</sup> Consultar as páginas 97 e 106 do trabalho de Sérgio Silva.

<sup>484</sup> Cf. *ibid.*, p. 63.

política econômica do governo, do ponto de vista dos grupos favorecidos, sem levar em consideração as objeções que foram levantadas por setores como as classes médias urbanas (que sequer foram consideradas), os empresários industriais<sup>485</sup> e também o proletariado.

Se o autor está correto quando afirma que a “valorização” dos preços e a economia cafeeira em geral não podem ser consideradas meros obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois elas “estão na base desse desenvolvimento”,<sup>486</sup> também não nos resta dúvida que esse desenvolvimento foi *entrevado* por fatores – não elencados por Silva – que só podem ser explicados a partir do próprio “complexo cafeeiro”. Trata-se portanto de identificá-los e desenvolver uma análise sistemática de tais fatores, e não simplesmente apresentar um enunciado abstraído de qualquer tentativa de demonstrá-los empiricamente.

Pode parecer abusivo acusar um autor, cujo mérito reside precisamente em apontar as *particularidades* do capital cafeeiro e suas relações com a objetivação do capitalismo industrial no Brasil, de ter ignorado a demonstração de seus enunciados teóricos. Ocorre, entretanto, que este mesmo autor operou um “salto” no desenvolvimento de sua análise, deixando uma lacuna entre a afirmação da existência de contradições do capital cafeeiro e a objetivação do capitalismo *industrial* no Brasil. As mediações concretas que estão na raiz das deficiências no processo de instalação do parque industrial brasileiro restam “supostas” na complexa teia da solidariedade intra-burguesa de interesses, diluindo-se os antagonismos nesta coisa chamada “capital cafeeiro e seus diversos aspectos”.

Buscando desenvolver ao máximo uma hipótese de trabalho que explicasse a origem agrária do capitalismo no Brasil a partir de suas contradições internas, aspectos essenciais foram relegados para segundo plano ou mesmo desconsiderados. Assim é que, na análise da política de governo, foram simplesmente ignorados os *atritos* que surgiram, durante a Primeira República, entre as instâncias estadual e federal. Na análise de Sérgio Silva, existe uma identidade muito forte entre os objetivos do governo paulista e as medidas adotadas pelo governo federal, fato que está muito longe de corresponder à realidade do período. Na análise da política cambial que o governo federal adotou após o acordo de 1898 com os banqueiros ingleses, por exemplo, o descontentamento dos cafeicultores de São Paulo e seus protestos não foram considerados pelo autor. Ora, a revalorização do câmbio tinha como objetivo facilitar o pagamento dos empréstimos aos credores estrangeiros, e não incentivar as exportações dos fazendeiros de café, que defendiam justamente a continuidade da anterior política de desvalorização (com todos os prejuízos que isto trazia para os demais grupos).

---

<sup>485</sup> O autor passa muito brevemente por esta questão na página 101 de seu livro.

<sup>486</sup> Cf. *ibid.*, pp. 63-4.

Celso Furtado, Jacob Gorender e muitos outros economistas e historiadores constataram que o Governo Federal viu-se obrigado a dar prioridade à estabilidade do câmbio, facilitando assim a conversibilidade do mil-réis (que favorecia, além dos bancos estrangeiros, as empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos). A decisão do Governo Federal foi a causa dos sérios desentendimentos com os cafeicultores paulistas, como também aconteceu nas gestões de Rodrigues Alves e Washington Luís.<sup>487</sup>

Ainda sobre os atritos envolvendo a elite política do Estado de São Paulo e o governo federal, é importante não ignorar a questão do sistema tributário. Como sabemos, o primeiro tinha à disposição os imensos recursos gerados pela economia cafeeira, uma vez que os impostos sobre a exportação de mercadorias eram arrecadados pelos Estados onde eram produzidas. Acontece que, apesar deste mecanismo tributário disponibilizar os recursos que eram utilizados para importar maciçamente mercadorias (inclusive máquinas e equipamentos industriais), que chegavam através do Porto de Santos, uma parte considerável do valor escoava diretamente para os cofres do governo federal, já que este era quem se apropriava dos impostos sobre entrada de mercadorias estrangeiras. Simon Schwartzman e Joseph Love notaram, a propósito, que este mecanismo vinha sendo bastante criticado pela classe dirigente do Estado de São Paulo, ou seja, pelos líderes do PRP: estes afirmavam que o sistema de arrecadação de tributos, regulamentado nos termos da Constituição Federal, onerava demasiadamente a economia paulista. O governo federal, de fato, poderia sobretaxar as importações de mercadorias, com importantes repercussões sobre os interesses da burguesia paulista: esta sentia que uma parte dos capitais acumulados no Estado de São Paulo estava sendo transferida para outras regiões, para contemplar os interesses políticos de outras oligarquias regionais e conquistar o seu apoio no Congresso. Alguns destes Estados tinham uma importância econômica muito pequena diante da “locomotiva” (que era quem mais contribuía para o Tesouro Nacional), mas a fidelidade política das outras oligarquias era muito importante para o governo federal, que não poderia lhes negar alguma espécie de favorecimento.

Os representantes do Estado de São Paulo alegavam que estavam entregando para os cofres do governo federal muito mais do que vinham recebendo como contrapartida.<sup>488</sup> A burguesia cafeeira, nestes termos, teria que lutar pela repartição dos recursos federais com as oligarquias que possuíam *força política para influenciar na alocação das verbas*, como bem

---

<sup>487</sup> FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, pp. 176-77 e 193-94; GORENDER, *A burguesia brasileira*, p. 57.

<sup>488</sup> LOVE, “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937”, pp. 68-70.

assinalou Schwartzman: a título de exemplo, o autor compara o grande volume de investimentos federais em estradas de ferro no Estado de Minas Gerais, ao passo que São Paulo teve que suportar praticamente sozinho o ônus desta empreitada. Os prejuízos alegados pelos representantes de São Paulo contribuíram, inclusive, para que uma parte da população apoiasse a revolta de 1924, incluindo o presidente da Câmara do Comércio local, José Carlos de Macedo Soares.<sup>489</sup>

### III

É importante identificar algumas *lacunas* no trabalho de Sérgio Silva, como um passo necessário para desenvolver uma análise mais sistemática dos problemas que não foram satisfatoriamente esclarecidos. Nos capítulos seguintes, tentaremos responder às seguintes questões, para apontar o grau de contribuição do capital cafeeiro para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

- a) No aspecto puramente econômico: qual o *montante* (em termos absolutos ou relativos) de capital acumulado na economia cafeeira que efetivamente foi canalizado para a indústria? (neste caso, nota-se a ausência de uma análise empírica capaz de estabelecer um nexo de causalidade entre expansão cafeeira e desenvolvimento industrial);
- b) No aspecto social: é possível ignorar o protagonismo das classes subalternas no processo revolucionário brasileiro? Se o modo de produção capitalista é determinado pela contradição fundamental entre capital e trabalho, como explicá-lo como um complexo de relações intraburguesas, abstraídas desta sua contradição antagônica fundamental? Na

---

<sup>489</sup> SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, p. 103. Pode parecer estranho falar em termos de transferência de renda para outros Estados com capacidade de influenciar as decisões governamentais, quando se analisa justamente o caso de São Paulo. Retornarei a esta questão no capítulo X, mas o registro aqui é importante porque revela a insatisfação dos paulistas com o predomínio de mineiros e gaúchos (estes ganharam bastante importância a partir de 1910) nos cargos mais importantes da administração pública federal. Entendo não ser correto estender mecanicamente os resultados de uma análise empírica sobre os titulares de funções públicas para o terreno da hegemonia política, ignorando a capacidade que uma classe possui para instrumentalizar o poder de acordo com os seus interesses, que podem ser perfeitamente contemplados pela *fração reinante*. Entretanto, na medida em que esta percepção, real ou imaginária, produz efeitos reais (inclusive sobre o comportamento dos grupos envolvidos), sua importância não pode ser desprezada. Depois do governo de Rodrigues Alves (1902-06), um “paulista” só voltaria à Presidência em 1926, e a distribuição dos cargos políticos mais importantes, como os ministérios, gerou grande descontentamento entre os bandeirantes: estes alegaram que alguns Estados, com menor população e pequena importância econômica, possuíam uma representação política desproporcionalmente favorável. Schwartzman lembra, a propósito, que a metáfora da “locomotiva” puxando 20 vagões surgiu precisamente da imagem que se tinha das relações de São Paulo com o restante do país. Mas, de resto, entendo que a tese da “marginalidade política” de São Paulo, esposada por Schwartzman, é bastante exagerada. Faoro, a propósito, notou que a contradição era apenas aparente: “Os interesses cafeeiros e industriais de São Paulo, com a densidade peculiar que adquirem depois de 1906, prosperam e se acomodam melhor sob a mão alheia do que sob o severo controle de seus homens” (*Os donos do poder*, volume 2, p. 137). A propósito, não é possível ignorar que os fazendeiros paulistas fizeram oposição a Rodrigues Alves, um político “paulista” que não apoiou o plano de valorização do café.

análise de Sérgio Silva, a questão do trabalho surge como mero epifenômeno do desenvolvimento do capital;

- c) Na política: para manter o “dinamismo” da acumulação na economia brasileira, tornou-se necessário – do ponto de vista das classes dominantes – manter intocadas algumas questões. O “prosseguimento do desenvolvimento capitalista” [sic] ocorreu *sem rupturas* radicais na política e na sociedade, e Silva não os coloca, *em nenhuma passagem*, entre os “obstáculos” ao processo de industrialização. Sequer comenta o fato de que as medidas governamentais visando a sustentação dos preços do café eram, do ponto de vista das próprias facções agrárias dominantes, prejudiciais a longo e até mesmo médio prazo, pois produziram um efeito não- desejado: o estímulo à produção em outros países.<sup>490</sup>

### 5. Conclusão.

Os trabalhos da “Escola de Campinas” deram um passo decisivo para a análise do processo de industrialização no interior da formação social brasileira, ao privilegiarem o mecanismo de financiamento da acumulação através da formação da poupança interna. Ficou demonstrada a existência de um mecanismo de acumulação que, apesar do atraso e da posição subordinada na divisão internacional do trabalho, constituiu o embrião da moderna indústria capitalista, que aos poucos gerava as condições para a sua posterior expansão, ainda que limitada ao setor de bens de consumo duráveis. Mas como toda tentativa de revisão historiográfica, os trabalhos ligados a esta corrente de interpretação também estão sujeitos a revisão. Além disso, a questão da revolução burguesa deve ser estudada em suas múltiplas dimensões, buscando captar o movimento real do desenvolvimento do capitalismo na sua totalidade, ou seja, nas relações entre o “conjunto das relações materiais que os homens contraem na produção e reprodução de suas condições de existência” e as formas políticas, jurídicas e sociais que esses homens constroem a partir daquelas relações.

---

<sup>490</sup> Este fato foi observado por MELLO (*Capitalismo tardio*, pp. 65, 167), que se baseou no trabalho de Delfim Netto sobre o problema do café.

### Alcances e limites da “perspectiva do capitalismo tardio”

O caráter original dos estudos de Silva, Mello, Cano e Aureliano.

- 1) Facções não-antagônicas: inexistência de oposição fundamental quanto aos interesses envolvidos;
- 2) Fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível *da produção*;
- 3) Diversos aspectos do capital cafeeiro: agrário, industrial, comercial e bancário.

Deficiências deste tipo de análise:

- 4) Esquema que privilegia o estudo das classes proprietárias;
- 5) Estudos que investigam antes a *política de classe* (do capital cafeeiro) do que as *lutas de classes*;
- 6) Ausência de referências sobre o protagonismo também das classes subalternas;
- 7) Torna-se necessário *ampliar* o esquema do capital cafeeiro, buscando incluir o Estado, o capital financeiro e as empresas estrangeiras não-comerciais (sobretudo as concessionárias de serviços públicos);
- 8) Além do capital, resta considerar a sua contradição antagônica fundamental: o trabalho, única fonte de riqueza e criador da mais-valia. Deve-se considerar não a “formação”, mas o “fazer-se” do proletariado urbano e rural. Isto implica considerá-los também como classes *para si*, e não meramente *em si*.

## Capítulo X

### CLASSES SOCIAIS, LEGISLAÇÃO E POLÍTICA.

“As classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com as outras classes (relações de antagonismo e complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político e ideológico). É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações” (Paulo S. Pinheiro, “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”, p. 10).

“Certos grupos sociais não constituem classes sociais distintas, mas apenas frações de uma mesma classe social (exemplos: burguesia industrial, comercial e financeira; proletariado industrial, comercial e bancário). Evidentemente, a posição comum do processo social da produção não impede que tais grupos adotem, na prática social e política, comportamentos consideravelmente diferentes” (Décio Saes, *Classe média e política na Primeira República brasileira, 1889-1930*, pp. 22-23).

#### 1. As diversas frações da burguesia agroexportadora e as particularidades regionais: interesses políticos, identidades e conflitos.

##### I

A posição dos fazendeiros do café, diante das demais frações burguesas vinculadas à atividade exportadora, não era das mais confortáveis. O modo de inserção da economia brasileira no mercado mundial, que colocava o *comércio* de exportação no centro do processo de acumulação capitalista – engendrando um mecanismo que não permitia romper, senão dentro de certos limites, com o baixo grau de desenvolvimento *ao nível da produção*, como constatou Sérgio Silva –, tornava o próprio latifúndio prisioneiro de escolhas que não dependiam inteiramente da sua vontade. É certo que estes fazendeiros possuíam a hegemonia política no primeiro período republicano. Não obstante, em diversas ocasiões a *fração reinante* – a burocracia civil, geralmente recrutada entre as camadas médias urbanas, e que possui uma autonomia relativa diante dos interesses das frações hegemônicas e também diante do seu próprio grupo de origem – tomou decisões políticas que contrariavam os interesses imediatos da lavoura cafeeira, como atesta o episódio de renegociação da dívida externa (*funding-loan*) para contemplar as pressões do capital financeiro internacional.

O café, antes de ser consumido nos países capitalistas centrais, atravessava um longo percurso, passando por diversos intermediários. É possível dizer que, depois da colheita, as decisões já não dependiam mais da vontade dos fazendeiros, uma vez que para a *realização* da mais-valia precisava-se da colaboração das frações burguesas que controlavam os fluxos



de capital (sob as formas de capital-dinheiro e capital-mercadoria): o capital financeiro e a alta burguesia comercial. É precisamente neste ponto que reside a *dependência* do capital produtivo diante daquelas atividades.<sup>491</sup> Esta característica, certamente, também estava presente no interior das formações sociais capitalistas que atingiram a etapa “superior” ou monopolista, como analisamos nos primeiros capítulos; mas a *differentia specifica*, no caso brasileiro, é que a hegemonia do capital financeiro, diante do capital produtivo, se constituiu *antes* mesmo que este superasse a fase do capitalismo agrário, momento ainda embrionário da indústria de bens de consumo duráveis.

A relação entre os fazendeiros e os antigos comissários (a maioria, de origem portuguesa e localizada no Vale do Paraíba) é sintomática da situação de “sócios menores” atribuída aos primeiros:

Os adiantamentos feitos aos fazendeiros, pelos comissários, são garantidos pela safra do café: depois da colheita, o fazendeiro envia-lhes seu produto, que fica armazenado sob seus cuidados. Eles negociam o produto, ajustam as contas, descontando o capital e os altos juros, e a sobra, que é sempre mínima, é entregue ao cafeicultor; quando a colheita não cobre a dívida, passa-se o saldo devedor para o ano seguinte. Isto, na verdade, significa para o fazendeiro uma ausência quase total de dinheiro, pois de todo processo monetário se incumbe o banqueiro.<sup>492</sup>

Uma das dificuldades para tornar as relações econômicas inteiramente monetarizadas, na economia cafeeira, estava diretamente ligada ao fato de que os comissários, via de regra, recebiam a mercadoria em *consignação*, e os fazendeiros só recebiam o dinheiro (feitas as *deduções* referentes ao beneficiamento, comissões, transportes, armazenamento etc.) depois de concretizado o negócio. Obviamente, este problema afetava diretamente a camada da *pequena burguesia cafeeira*, que se dedicava com exclusividade à lavoura (plantio, colheita etc.) e não tinha condições financeiras para diversificar os negócios, permanecendo numa

---

<sup>491</sup> “Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e é mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café vai alimentar; e os lucros de todos esses processos sucessivos (em que entra boa parte da mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles investidos” (PRADO Jr, *História econômica do Brasil*, p. 272).

<sup>492</sup> CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, pp. 36-7.

situação de vulnerabilidade diante das condições sempre cambiantes do mercado internacional.

Bastante diferente era a situação da *camada superior* desta mesma classe, cujo maior representante era o Conselheiro Antonio Prado: este grupo, o da alta burguesia cafeeira, dispunha de recursos suficientes para comprar maquinaria e equipamentos agrícolas modernos, e até mesmo para a construção de ramais ferroviários próprios. Os fazendeiros de café, portanto, constituíam uma fração de classe que estava longe de ser homogênea, considerando-se suas diversas camadas e zonas de plantio (por exemplo, antigos cafezais de áreas pioneiras e que se tornaram decadentes, em contraste com as zonas de fronteira agrícola em expansão). Nestas condições, a questão da distribuição dos ganhos e perdas entre os membros da classe dificultava a formulação de políticas públicas para o setor, de forma consensual (por exemplo, a valorização da moeda brasileira prejudicava mais diretamente os interesses do pequeno capital cafeeiro do que os “barões” que possuíam ramificações bancárias e comerciais).

Os pequenos e médios proprietários de terra, portanto, permaneciam muito mais vulneráveis diante das precárias condições do mercado interno brasileiro: no caso do pequeno capital cafeeiro, o fazendeiro teria que suportar praticamente sozinho todas as despesas com transporte e beneficiamento, cujo pagamento deveria ser feito em dinheiro.<sup>493</sup> Sem condições para construir ramais ferroviários particulares, muitos fazendeiros, ainda na década de 1920, só poderiam conduzir a mercadoria até a estação mais próxima em carros puxados por tração animal.<sup>494</sup> O mesmo raciocínio, naturalmente, pode ser estendido para os proprietários dos cafezais localizados nas zonas pioneiras e decadentes (Vale do Paraíba, por exemplo), assim como às plantações cuja qualidade do solo era inferior, já que em ambas as situações o nível de produtividade era relativamente baixo.<sup>495</sup>

Além dos comissários, que aos poucos foram sendo substituídos pelas casas de exportação, existia a figura do *ensacador*. Este negociava com o comissário, comprava a mercadoria e se encarregava de classificá-la e separá-la, de acordo com as encomendas que

---

<sup>493</sup> Cf. MELO, “O café e a economia fluminense: 1889-1920”, p. 225. Importante frisar que as conclusões do estudo da autora não podem ser generalizadas para economia cafeeira de São Paulo, que possuía características diferentes, em especial uma maior participação relativa da *grande burguesia cafeeira*.

<sup>494</sup> Cf. LOVE, *A locomotiva*, p. 24.

<sup>495</sup> Paulo Sérgio Pinheiro observou que a economia cafeeira do Estado de São Paulo “transcorria em meio a tanta prosperidade, que os grupos empobrecidos, pequenos proprietários expulsos de suas terras, parecem ser bem raros” (“Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”, p. 20). Em São Paulo, os efeitos multiplicadores da expansão cafeeira (por exemplo, construção da infra-estrutura de transportes e serviços urbanos, ampliação da economia monetária etc.) foram mais intensos que nas demais regiões produtoras, facilitando a mobilidade dos capitais e abrindo possibilidades concretas para os fazendeiros diversificarem suas atividades econômicas.

recebia dos exportadores, para atender às exigências específicas dos diferentes mercados consumidores. Mas tanto comissários como ensacadores, que desempenharam um papel importante na zona pioneira, ligada ao porto do Rio de Janeiro, começaram a perder prestígio com o desenvolvimento do sistema de crédito, em especial após a proclamação da República: no bojo do processo de concentração-centralização capitalista, algumas poucas dezenas de empresas exportadoras passaram a ocupar o lugar antes ocupado pelos milhares de comissários.<sup>496</sup>

Deste modo, aumentava a simbiose entre a economia dependente brasileira e o processo de penetração dos trustes e cartéis estrangeiros. A fração exportadora da burguesia, via de regra uma ramificação de grupos econômicos estrangeiros<sup>497</sup>, *centralizou* as compras da principal fonte de riquezas da economia brasileira, aumentando ainda mais o poder de barganha que possuía diante dos fazendeiros: “sua ascendência deve-se ao fato de conhecer e controlar o mercado no país de origem e nas zonas de sua influência: sabe das necessidades de consumo; controla os embarques em seus navios e tem contratos com as redes comerciais internas de seu país”.<sup>498</sup> Além disso, as firmas exportadoras possuíam uma capacidade financeira que permitia *especular* com o preço do café, nos momentos de crise: nestes, os fazendeiros se viam forçados a entregar os lotes de café em troca de uma quantia insuficiente até mesmo para pagar os empréstimos bancários. Em algumas ocasiões, os agentes do comércio exportador chegaram a aguardar pacientemente que os armazéns portuários ficassem abarrotados de café, para forçar a queda dos preços da mercadoria e revendê-la com uma margem de lucro exorbitante. Também era comum a prática de divulgar notícias falsas sobre a situação do mercado do café para forçar o movimento dos preços. O regime de oligopólios comerciais era o que permitia desencadear as assim chamadas *campanhas baixistas*, expediente utilizado para forçar a desvalorização do café no setor atacadista brasileiro, e determinar a sua valorização no varejo dos Estados Unidos e Europa.<sup>499</sup>

---

<sup>496</sup> No final do Império, existiam mais de duas mil firmas comissárias operando no Rio de Janeiro. Entre 1895 e 1907, apenas 50 casas exportadoras estrangeiras (sobretudo estadunidenses, algumas outras alemãs) detinham o controle de cerca de 87% do comércio, cabendo o restante aos grupos econômicos nativos. Cf. CARONE, obra citada, pp. 36 e 38, DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 62-63 e LOVE, “Autonomia e interdependência”, pp. 62-63.

<sup>497</sup> Décio Saes subestima este fato, comentado na nota de rodapé acima: “Pela primeira vez na história brasileira, os grupos nacionais ligados à produção de um gênero primário de exportação chamaram a si [sic] a responsabilidade de construção de uma infra-estrutura de serviços indispensáveis ao setor exportador. Esta internalização dos processos de comercialização (exemplo: as grandes agências exportadoras) [!], de financiamento (exemplo: os ‘comissários’ e, posteriormente, os bancos), etc., veio dar nova vida às cidades da região” (*Classe média e política na Primeira República brasileira*, p. 33).

<sup>498</sup> CARONE, obra citada, p. 37.

<sup>499</sup> Cf. SOUZA, *Estado e dependência no Brasil*, e BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 151 e 185-6. Celso Furtado constatou que, durante a grande crise do início dos anos trinta, as empresas

Assim como as casas de exportação especulavam no mercado de café, as filiais de bancos estrangeiros especulavam no mercado cambial: diante da incipiente organização do sistema bancário local, os bancos estrangeiros (ingleses, franceses, alemães, italianos, estadunidenses, japoneses, holandeses, belgas e canadenses) possuíam o monopólio de fato sobre as transações de divisas<sup>500</sup>, e auferiam superlucros tanto nos períodos de desvalorização da moeda local quanto na alta, oscilações estas que eles mesmos tinham condições de forçar. Mas a *valorização* da moeda brasileira constituía, sem dúvida, o instrumento mais adequado para a consolidação do domínio econômico dos magnatas das finanças. Angelita Matos Souza e Renato Perissinotto mostraram o poder que o capital financeiro possuía, também na instância política, para forçar o Estado brasileiro a adotar medidas que contemplavam diretamente os seus interesses particulares. Como a burocracia estatal possuía uma *relativa autonomia* diante das frações que compunham o capital cafeeiro, algumas vezes ela cedeu às pressões externas, em flagrante oposição aos interesses das próprias elites agrárias, como foi o caso do acordo de consolidação da dívida externa brasileira (*funding-loan*), que foi estabelecido em 1898 e praticamente deixou os fazendeiros de pires na mão. Com a valorização cambial, diminuiu a receita dos cafeicultores em moeda local, mas foram criadas as condições para que o governo pudesse “honrar” os compromissos assumidos com os credores externos. Nas palavras do próprio Ministro da Fazenda na época, Joaquim Murinho:

Em 1898, para pagar os juros da nossa dívida externa no valor de 1.549.249 libras, precisávamos, com o câmbio a 6, de 61.969.960 \$; em 1901, aqueles juros montavam a 1.903.346 libras, e, para o respectivo pagamento, não precisávamos senão de 45.680.304 \$, o que dava uma diferença a nosso [sic] favor de 16.289.656 \$.<sup>501</sup>

Enormes prejuízos para os fazendeiros que dependiam da exportação de café, garantia da rentabilidade para os investimentos estrangeiros no território brasileiro. A política cambial, como não poderia deixar de ser numa economia em que o “mecanismo exportação-importação” ainda era crucial para as virtualidades de expansão do sistema, tornou-se o centro

---

exportadoras de café lograram “transferir para os produtores [sic] brasileiros grande parte de suas perdas”. Como a demanda pela mercadoria não sofreu um forte abalo nos mercados externos, durante a crise, os intermediários aproveitaram os problemas existentes do lado da *oferta* (superprodução, diretamente ligada às grandes plantações de 1927-28) para forçar a queda dos preços. Nos Estados Unidos, a queda do preço do café foi pequena, se comparada com o ocorrido no Brasil (FURTADO, *Formação econômica*, pp. 199-200).

<sup>500</sup> Cf. CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 134.

<sup>501</sup> Citado por SOUZA, *Estado e dependência no Brasil*, p. 94.

das disputas entre as diferentes frações burguesas, colocando-as em lados diametralmente opostos na condução da política de governo. As oscilações cambiais, neste sentido, não podem ser explicadas a partir de uma análise puramente econômica, pois refletiam – como ainda refletem – uma determinada correlação de forças entre os atores políticos. Durante a Primeira República, os fazendeiros de café nem sempre conseguiam impor os seus pontos de vista, e a política de Joaquim Murinho refletia o poder das finanças imperialistas no capitalismo dependente brasileiro: “Os interesses diretamente ligados à depreciação externa da moeda – grupos exportadores – terão a partir dessa época de enfrentar a resistência organizada de outros grupos”.<sup>502</sup> Estes grupos, ligados ao alto comércio e às finanças internacionais, demonstraram enorme capacidade para forçar o governo federal atender suas reivindicações, em detrimento do próprio latifúndio monocultor.

A correlação de forças era sempre instável (como a própria situação da economia agroexportadora), e sofria constantes alterações, no tempo e no espaço. Em alguns momentos, não muito raros, o governo federal simplesmente preferiu abandonar os fazendeiros de café à sua própria sorte, comprometido que estava com a “estabilidade financeira”, ou seja, a capacidade de manter o pagamento dos serviços da dívida externa. Curiosamente, isto aconteceu justamente durante os períodos em que os “paulistas” ocuparam a presidência da República: 1894-1906 e 1926-30. “O ministro da Fazenda de Campos Salles, Joaquim Murinho, não se comove com as queixas da agricultura endividada: a seleção natural eliminaria os fracos e doentes, para consolidar os fortes. O tempo, combinadas as crenças liberais às darwinistas, curaria os males, sem o corretivo da tutela governamental”.<sup>503</sup> A medida, como não poderia deixar de ser, foi aplaudida pelos credores estrangeiros do governo brasileiro e deixou os “produtores” rurais apreensivos. A própria crise, na visão do Presidente da República e seu Ministro da Fazenda, é que teria o efeito positivo e desejável de restabelecer o equilíbrio do sistema, através da diminuição da área destinada ao cultivo. Com o tempo, a produção cafeeira seria reduzida até atingir o ponto de equilíbrio com a demanda da mercadoria, ainda que isto pudesse acarretar a ruína dos “produtores colocados em situação de inferioridade”.<sup>504</sup>

Os fazendeiros de São Paulo queixavam-se, com freqüência, dos Presidentes da República que eram procedentes de seu próprio Estado. Rodrigues Alves, que deixou a presidência do Estado de São Paulo (1900-1902) para ocupar o de presidente da República

---

<sup>502</sup> FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, pp. 176-7.

<sup>503</sup> FAORO, *Os donos do poder*, vol. 2, p. 131.

<sup>504</sup> GUANABARA, *A presidência Campos Salles*, p. 176.

(1902-06), seguiu a mesma linha de conduta do seu antecessor e companheiro de PRP, Campos Salles, e não deu ouvidos aos protestos dos exportadores de café. No final de seu mandato, recusou apoio federal ao esquema de valorização dos preços da mercadoria – que era responsável por cerca de dois terços das exportações do país –, mostrando seu desacordo com as diretrizes elaboradas no Convênio de Taubaté (cuja iniciativa coube aos Estados produtores: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

A formação de um consenso, entre os representantes da lavoura cafeeira acerca da necessidade de uma intervenção dos poderes públicos (para evitar a queda do preço do café no mercado internacional), foi a principal razão que levou os fazendeiros paulistas a apoiarem a candidatura do mineiro Afonso Pena para a presidência, depois que este assumiu o compromisso de apoiar a valorização: “Para o Estado de São Paulo pesava, então, muito mais a necessidade de reservar amigos e alianças de modo a aumentar as possibilidades de solucionar o problema do café, que impor um candidato paulista ao posto-chave da nação”.<sup>505</sup> A oligarquia paulista, a propósito, já havia se incompatibilizado com a pré-candidatura de Bernardino de Campos, ex-governador paulista (1892-96 e 1902-04), depois que este declarou, em meados de 1905, que era contrário ao uso dos remédios receitados, ou seja: a desvalorização da moeda local e a intervenção federal para socorrer os agricultores em apuros.<sup>506</sup>

Foi precisamente depois de 1906, ano que deu início ao longo período de duas décadas de afastamento dos perrepistas da presidência da República, que houve uma mudança na orientação da política do governo federal, no sentido de contemplar mais diretamente as reivindicações dos fazendeiros paulistas. Estes, de fato, conseguiram impor com maior vigor a sua hegemonia, sem a necessidade de *reinar*: a estabilidade monetária, com deflação e valorização cambial, deixou de ser a preocupação quase que exclusiva da União, que passou a admitir emissões de papel-moeda e desvalorizações cambiais para socorrer a lavoura, mergulhada em dificuldades permanentes.

A mudança na orientação da política econômica do governo federal não chegou a provocar alterações importantes na relação de forças entre as diversas frações burguesas

<sup>505</sup> SOUZA, “O processo político-partidário na Primeira República”, p. 194.

<sup>506</sup> KUGELMAS, “A Primeira República no período de 1891 a 1909”, pp. 215-8. Importante assinalar que a candidatura de Afonso Pena contou com o apoio decisivo de importantes políticos de São Paulo, entre os quais destacavam-se Jorge Tibiriçá, governador estadual (1904-08), e Francisco Glicério, Senador. Tibiriçá, que havia participado diretamente das negociações com os governadores dos outros Estados, rompeu com Rodrigues Alves, que cumpriu os últimos meses de seu mandato praticamente isolado das principais lideranças políticas e do Congresso Nacional. A conclusão de Kugelmas está rigorosamente correta: “Esse encaminhamento [do problema do café] evidencia a fraqueza do governo central, quando desligado das principais situações estaduais, no sistema político da Primeira República” (*ibid.*, p. 219).

ligadas ao complexo cafeeiro: as medidas de valorização, implementadas durante os governos de Afonso Pena (1906), Venceslau Brás (1917) e o pernambucano Epitácio Pessoa (1921) foram, contudo mais sensíveis aos apelos dos fazendeiros, como ficou patente nas medidas de retenção do excedente e até mesmo de emissão de papel-moeda, quando a guerra forçou a suspensão dos empréstimos estrangeiros. O capital financeiro – Rothschild à frente – de início relutou contra aquilo que era tido como uma heresia diante dos dogmas livre-cambistas, mas pouco depois recuou e aceitou apoiar o esquema, quando as incertezas iniciais já haviam desaparecido. Os cafeicultores, como antes, continuariam na sua condição de sócios-menores do capital estrangeiro:

A conexão entre o poder público, estadual e federal, e os banqueiros estrangeiros induz a crer que o plano de valorização opera em favor do setor externo da economia, com a sobra dos lucros entregue aos produtores e a totalidade dos riscos por conta dos governos dos Estados e da União, acudindo esta, em caso de malogro, com o pagamento das contas atrasadas.<sup>507</sup>

## II

Os interesses das elites políticas e econômicas de São Paulo, que por vezes eram conflitantes, também não coincidiam em todos os aspectos com os interesses das oligarquias de outros Estados importantes, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, durante todo o período analisado, constata-se que os pecuaristas *reivindicaram* (e apoiaram, quando implementadas) as políticas monetárias ortodoxas, ou seja: controle dos gastos públicos e das emissões, valorização cambial etc. Isto porque tais medidas, além de se ajustarem perfeitamente aos ideais positivistas, permitiam manter a inflação sob controle. Os criadores de gado do Rio Grande do Sul dependiam inteiramente da venda do charque nas outras regiões do país, e este, sendo um produto de consumo popular, apresentava maior rentabilidade nos períodos de controle inflacionário, nos quais se mantinha o poder aquisitivo da população de baixa renda, pelo menos em tese. *Ipsa facto*, nos períodos em que se havia “socialização dos prejuízos” (emissões de papel-moeda, desvalorização cambial, aumento dos preços das mercadorias importadas e nacionais), os cafeicultores paulistas aplaudiam a iniciativa do governo, enquanto os pecuaristas gaúchos protestavam.<sup>508</sup>

<sup>507</sup> FAORO, *Os donos do poder*, vol. 2, p. 145.

<sup>508</sup> Cf. LEVINE, “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, p. 117.

A “política Joaquim Murtinho”, como ficou conhecida a ortodoxia monetária adotada pelo governo federal até 1906, contemplava os interesses dos criadores de gado do Sul, mas foi duramente atacada por setores do PRM, a elite política de Minas Gerais. Na linha de frente, posicionaram-se dois presidentes estaduais: Francisco Sales e João Pinheiro, que pleiteavam medidas de controle sobre o capital estrangeiro, para facilitar a comercialização das mercadorias produzidas em solo brasileiro, fossem elas agrícolas ou industriais. Preocupava-lhes o mecanismo exportação-importação, que garantia aos grupos estrangeiros o controle dos setores mais importantes da economia, em especial o alto comércio e a produção manufatureira. Disse João Pinheiro, presidente de Minas Gerais a partir de 1906: “O nosso grande erro tem sido o de não haveremos adotado íntegras, decisivamente, as leis de constituição do trabalho, de proteção absoluta a todo esforço produtor, de defesa natural à agricultura, de *amparo às manufaturas incipientes na luta desigual com produtos estrangeiros*”. Em outra ocasião, afirmou que “esse negócio de livre câmbio é história de bacharel desocupado que, na sua qualidade de consumidor parasita, tem horror ao levantamento de preços da nossa produção, que, entretanto, constitui a salvação dos que trabalham”.<sup>509</sup>

Apoiados pela fração politicamente dominante no Estado, os cafeicultores e pecuaristas de Minas Gerais engrossaram, junto com os “produtores” rurais de São Paulo, o coro contra a aceitação *a priori* da teoria da “mão invisível” smithiana, que forjava uma espécie de seleção natural na esfera das relações intraburguesas. Mas a ação interventora, para os paulistas, deveria se limitar à agricultura, não devendo contemplar as indústrias supostamente “artificiais”. Empresários e políticos mineiros ligados a João Pinheiro (ele próprio um positivista de formação, embora heterodoxo para alguns)<sup>510</sup> aproximavam-se dos positivistas gaúchos na defesa do protecionismo industrial, mas deles se distanciavam quando a questão envolvia a taxa de câmbio, as emissões de papel-moeda e o resgate do meio circulante. Ao contrário do que ocorria em São Paulo, em Minas Gerais havia uma identidade maior entre o comportamento da fração reinante e os interesses da burguesia agrária. Mas nem Francisco Sales, nem João Pinheiro (este era um dos nomes mais cotados para a sucessão de Afonso Pena, mas morreu em 1908, pouco antes do próprio presidente), conseguiram chegar até o Palácio do Catete para implementar, na instância federal, seus projetos nacionalistas.

Ocorre que, mesmo no Estado de São Paulo, os proprietários das plantações de café não podem ser considerados como integrantes de uma classe homogênea, com interesses

<sup>509</sup> Citado por FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 139. Os itálicos são meus, Pedro Arruda.

<sup>510</sup> Cf. L. VIANA FILHO, “Apresentação” do livro *Idéias políticas de João Pinheiro*, p. 11.



idênticos. Ainda neste ponto, é possível verificar uma oposição entre os interesses do pequeno e do grande capital cafeeiro, uma vez que o segundo possuía interesses que em certos aspectos *coincidiam* com os do capital financeiro. A aliança entre a camada superior da burguesia cafeeira e o imperialismo era uma consequência da diversificação das atividades da primeira: este é o caso, por exemplo, dos grandes fazendeiros que possuíam ações de companhias de transporte ferroviário, cujos lucros em moeda estrangeira aumentavam à medida que o mil-réis se valorizava. Esta maior disponibilidade de recursos em moeda estrangeira era favorável também para aqueles que possuíam negócios ligados à importação de mercadorias<sup>511</sup>, assim como os fazendeiros-industriais que desejavam adquirir máquinas e equipamentos para ampliar a capacidade produtiva.

Finalmente, cumpre salientar que, nesta complexa teia de interesses entre as diversas frações burguesas, ocorreram no interior da formação social brasileira atritos envolvendo também certos grupos econômicos de um mesmo país imperialista. O plano de valorização do café, por exemplo, foi apoiado pelo capital financeiro nova-iorquino e favoreceu imensamente as firmas exportadoras estadunidenses, que revendiam o produto para os consumidores com margens de lucro que chegavam a quinhentos por cento; mas a política do governo brasileiro chegou a ser submetida a uma Corte de Apelações dos EUA, por pressão de um senador de Nebraska, que alegava violação da Lei Antitruste e prejuízos para o consumidor norte-americano.<sup>512</sup> E o próprio acordo de consolidação da dívida, celebrado durante a presidência Campos Salles, continha cláusulas que estabeleciam taxas sobre a importação de produtos manufaturados (quota-ouro), fato que desagradou, naturalmente, setores da própria burguesia industrial inglesa. A força do capital financeiro, também fora de seu país de origem, já havia colocado os interesses do setor industrial numa posição secundária e subordinada. Deste modo, “refletem-se nos países periféricos as relações entre frações de classe dos países dominantes”.<sup>513</sup>

---

<sup>511</sup> Francisco Matarazzo, por exemplo, aproveitava os períodos de valorização da moeda brasileira para comprar dinheiro estrangeiro. Aguardava a desvalorização do mil-réis para quitar os compromissos externos, como aqueles referentes ao pagamento das importações (Cf. DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 72).

<sup>512</sup> M. BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 186-9. O recurso foi rejeitado.

<sup>513</sup> SOUZA, *Estado e dependência no Brasil*, p. 94. Richard Graham conta que diversos moinhos de trigo britânicos instalados no país se beneficiaram das tarifas alfandegárias, e seus diretores e acionistas protestaram ao lado dos empresários brasileiros do setor, numa luta conjunta contra os adversários comuns, que eram os importadores britânicos de farinha de trigo. Os conflitos de interesse se reproduziram em outros setores da atividade econômica, como beneficiamento do café, indústrias de tecidos de algodão e juta e usinas de açúcar. “A nacionalidade de origem”, conclui o autor, “não tinha tanta importância comparando-se com os interesses financeiros” (GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, pp. 146-7).

## 2. A Constituição Republicana de 1891: instrumento de transformação ou simples letra morta?

“Revoluções não são feitas por meio de leis” (Marx, *O Capital*, vol. 01, tomo 2, p. 285).

“Jamais o escondemos. Nosso terreno não é o terreno do direito, é o terreno revolucionário” (Marx, *Nova Gazeta Renana*, nº 165, 10 de dezembro de 1848).

### I

Os trechos em epígrafe, se interpretados literalmente e fora do contexto em que foram escritos, sugerem que mudanças profundas na “base” da sociedade civil – relações de produção e forças produtivas – sofrem muito pouco a ação provocada por modificações na instância jurídica. Mas o próprio Marx, em diversas oportunidades, procurou demonstrar justamente o contrário. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, aquele que representa um de seus mais importantes trabalhos de análise sobre conjuntura política, Marx afirmou que, enquanto alguns personagens históricos...

Reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido, Napoleão, por seu lado, criou na França as condições *sem as quais não seria possível* desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e *utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas*.<sup>514</sup>

Existem diversas razões para reconhecer a importância do trabalho de Marx. Uma delas está no fato de se tratar de uma análise que, apesar de conjuntural, obedece a um rigoroso instrumental teórico-analítico: no trabalho, articulam-se dialeticamente o universal e o particular, ou seja, as “leis” que regem o mecanismo de funcionamento de toda e qualquer economia capitalista, e as particularidades de uma formação social particular, histórica e geograficamente bem determinada: a França de meados do século XIX, ainda em vias de transição para o sistema da moderna maquinaria industrial (mas com um campesinato ainda bastante numeroso e uma oligarquia financeira já suficientemente forte para dirigir o processo de centralização capitalista). Neste nível de análise, o leitor encontra-se diante de uma situação bastante complexa, no que diz respeito às relações entre as diversas classes, frações de classes e camadas sociais: as relações políticas (alianças e conflitos) podem assumir as mais variadas combinações, e cada avanço pode representar uma passagem de antigos aliados

<sup>514</sup> MARX, *O 18 Brumário*, p. 22 (os itálicos são meus, Pedro Arruda).

para a oposição, ou a formação de uma aliança entre velhos inimigos de classe. Portanto, a complexidade é bem maior do que aquela que se apresenta, *in abstracto*, num nível de análise sobre o modo de produção capitalista, quando os resíduos do passado são deixados à margem, para mostrar o mecanismo de funcionamento do capitalismo em sua “pureza”.

Partindo de uma mesma preocupação metodológica, nosso próximo passo será o de confrontar dois elementos: de um lado, as mudanças ocorridas no âmbito da superestrutura jurídica; de outro, as tendências de desenvolvimento da realidade material, na sociedade brasileira após a supressão do trabalho escravo. Tentaremos, por este meio, indicar *até que ponto* a Constituição da República de 1891 tornou possível o desenvolvimento das forças produtivas, e quais as razões que contra-arrestaram esta tendência, com ênfase nas forças políticas envolvidas no processo.

Primeiramente, cabe assinalar que nenhum proprietário de escravos, no Brasil, teve a “cabeça decepada”, e que não houve uma mudança radical nas relações sociais, nem mesmo entre as próprias classes proprietárias. A proclamação da República representou, ao contrário, uma enorme *conquista* para as elites agro-exportadoras, cuja iniciativa política vinha sendo sufocada pelo excesso de centralismo do Império.<sup>515</sup> O sistema federativo dotou as oligarquias regionais de enorme capacidade para submeter o conjunto das decisões políticas aos seus interesses de classe, o que implicava a manutenção de certos padrões de produção. De fato, a consequência imediata foi uma reiteração do “caráter essencialmente agrícola” da economia brasileira, que servia, como sabemos, para *complementar* o processo de acumulação nos países imperialistas.

O movimento republicano que forçou a queda da Monarquia contou com a participação decisiva dos representantes da velha oligarquia rural (cafeicultores, senhores-de-engenho, alguns antigos proprietários de escravos etc), cujos valores e princípios ainda contrastavam, em grande parte, com o comportamento típico-ideal dos empresários industriais.<sup>516</sup> Não tinham pretensões industrializantes, estando ideologicamente ligados às concepções liberais no campo da teoria econômica, salvo raras exceções, como a dos republicanos gaúchos. O distanciamento daqueles grupos em relação às formas mais avançadas de dominação

---

<sup>515</sup> Consultar também SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, capítulo III, em especial o item “A”, sobre o sistema político; FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, capítulos XIII e XIV; e SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, pp. 91 e seguintes.

<sup>516</sup> De acordo com Joseph Schumpeter, o “empresário” deve ser capaz de pensar e realizar novas combinações no universo da produção. Suas principais características são: superação das condutas rotineiras ou habituais, pioneirismo, busca incessante da inovação, disposição para percorrer caminhos sempre novos para superar os obstáculos, persistência diante de um ambiente cultural refratário às mudanças (objetivando superar a sanção moral ou cultural de determinados setores da sociedade), entre outras. Cf. SCHUMPETER, *A teoria do desenvolvimento econômico*, capítulo II (“O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico”).

burguesa, e o apego ao “velho” mundo pré-industrial, que resistia em desaparecer, podia ser notado inclusive no seu comportamento diante de possíveis transformações das relações de produção. O Manifesto Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, sequer questionava o problema da escravidão: limitou-se à defesa de maior autonomia para os Estados (então Províncias, cujos chefes eram nomeados pelo próprio Imperador) e a criação do cargo de Presidente da República, que deveria ser escolhido por sufrágio. De resto, deixava completamente de lado medidas que poderiam levar a alterações mais profundas na organização social e econômica.<sup>517</sup>

A visão de mundo dos republicanos paulistas também não era diferente: aqueles que participaram da Convenção de Itu para fundar o Partido Republicano Paulista (em abril de 1873) estavam ligados à cafeicultura, e não pretendiam abrir mão do “direito” de manter os escravos no cativeiro, enquanto não houvesse ampla disponibilidade de homens livres, que só a imigração poderia proporcionar.<sup>518</sup> A questão da emancipação, diziam os republicanos paulistas, deveria ser tratada como um assunto cuja solução poderia ser mais adequadamente encontrada pelas próprias administrações provinciais (cujas particularidades deveriam ser respeitadas, dentro do princípio da autonomia das regiões diante do governo central). Os republicanos paulistas, assim como os demais, temiam uma ruptura violenta da ordem social e propuseram, no lugar da revolução, um programa de reformas graduais para realizar as suas acanhadas propostas.<sup>519</sup> Também neste aspecto, portanto, acreditamos haver certa dose de exagero nos trabalhos de Sérgio Silva e Cardoso de Mello, ao atribuírem um papel de vanguarda aos cafeicultores paulistas na transição para o capitalismo industrial.

Os primeiros anos da República (governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, 1889/91 e 1891/94) têm sido apontados, por uma boa parte dos historiadores e cientistas políticos, como um período de gestação de um projeto de industrialização acelerada. Esta idéia está ligada à crença num suposto afastamento das facções civis ligadas à grande propriedade da terra, mas o que se verifica é algo bem diferente. Na verdade, a conquista da hegemonia política pela burguesia cafeeira, que não deve ser confundida com o problema da existência de uma fração ou frações de *classe reinantes*<sup>520</sup>, aconteceu *antes* mesmo da transição dos governos militares para o período dos governos civis.

<sup>517</sup> S. SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, p. 95.

<sup>518</sup> Cf. BOSI, “A arqueologia do Estado-Providência”, p. 278. Consultar também ANDRADE, “A questão da terra na Primeira República”, p. 147, e SCHWARTZMAN, *obra citada*, pp. 96-7.

<sup>519</sup> Cf. DEBES, “A propaganda republicana em São Paulo (1872-1889)”, pp. 108-09.

<sup>520</sup> “Por classe ou fração reinante entende-se aquela na qual é recrutado o ‘alto’ pessoal dos aparelhos de Estado, o ‘pessoal político’ em sentido amplo. Assim, esta classe ou fração pode distinguir-se da classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, “Classes sociais e lutas de classes”, p. 118). Décio Saes, no seu estudo sobre a

Os governos de Prudente de Moraes (1894-98) e Campos Salles (1898-1902) apenas consagraram formalmente um domínio que *já existia de fato*, como tentaremos demonstrar. A própria “política dos governadores”, estruturada durante a presidência de Campos Salles, era a consagração formal de algumas regras visando a coexistência pacífica de oligarquias que *já* detinham amplamente o controle da política nos seus respectivos Estados. Ao contrário do que afirmam alguns historiadores, o domínio destas oligarquias começou a ser estabelecido já no momento da primeira eleição para o poder legislativo federal (com funções de uma Assembléia Constituinte), após a proclamação da República: a própria convocação da eleição foi o resultado de um *reco* do Marechal Deodoro (que vinha manifestando a vontade de postergá-la o quanto possível), diante das pressões das elites civis, que foram bastante eficazes neste sentido.<sup>521</sup>

A votação para a Assembléia Constituinte, em 15 de setembro de 1890, determinou a composição de uma bancada no Congresso cuja maioria representava os interesses dos fazendeiros e chefes políticos regionais. Nem mesmo os deputados ligados ao grupo militar – cerca de 25% do total<sup>522</sup> – possuíam força suficiente para impor um projeto alternativo aos interesses das elites rurais, diante das circunstâncias sócio-econômicas existentes na etapa do desenvolvimento capitalista do Brasil, além dos problemas propriamente políticos.<sup>523</sup> Quando levamos em consideração que aquela bancada estava investida de poderes constituintes originários (ou seja, uma Assembléia Constituinte dotada de poderes que não eram limitados por nenhum outro poder legalmente constituído), não é difícil perceber que o ato de promulgação da Constituição, que ocorreu em pleno período da ditadura militar de Deodoro, confirmaria uma tendência que já vinha dos últimos anos do Império. A nova Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, instituiu um sistema federativo altamente

---

participação das camadas médias urbanas no processo político na Primeira República, constatou que alguns grupos oligárquicos decadentes (por exemplo, os fazendeiros do Vale do Paraíba cuja riqueza e prestígio declinaram no bojo da expansão cafeeira em direção ao Oeste de São Paulo, ou os proprietários de engenhos “bangüê” deslocados após a introdução das grandes e modernas usinas de açúcar em Pernambuco), constituíram o principal grupo de recrutamento para o desempenho de atividades no setor terciário (não manual) urbano. Esta origem social está diretamente ligada ao fato de terem demonstrado “obediência aos valores tradicionais, supervalorização de seu ‘status’ social, respeito e afeição pelos grupos aristocráticos” etc. (SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, capítulo 2, especialmente página 39).

<sup>521</sup> Mesmo a intervenção de Deodoro nos Estados, através da indicação de militares para o cargo de governador, não pode ser entendida como o predomínio incontestável do Exército diante do “poder civil”. Justamente nos Estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, o governo permaneceu nas mãos das elites civis, que se organizaram em torno dos seus respectivos partidos. Seu sucessor, Floriano Peixoto, contava inclusive com o apoio formal do PRP.

<sup>522</sup> Cf. CARDOSO, “Dos governos militares a Prudente – Campos Salles”, p. 40.

<sup>523</sup> Cf. SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, pp. 89-96, e FAUSTO, “As crises dos anos vinte e a revolução de 1930”, *passim*.

*descentralizado*, inspirado no modelo estadunidense<sup>524</sup>, para contemplar justamente as reivindicações das diversas frações da assim chamada “classe produtora” rural.

A Assembléia Constituinte era composta de 205 deputados e 63 senadores, mas funcionou como uma só Câmara. Seus trabalhos tiveram início em 15 de novembro de 1890. Os termos do pacto federativo estiveram no centro das discussões da Assembléia Constituinte, sendo este o problema que suscitou as discussões e intervenções mais acaloradas:

A polêmica central se feriu acerca das competências que deveriam pertencer à União e aos estados, formando-se sobre o assunto duas correntes antagônicas nas discussões de plenário. O texto oferecido pelo Governo Provisório ao Congresso Nacional dividiu os Constituintes em *unionistas* e *federalistas*; os primeiros inclinados a dar mais poderes à União, os segundos em transferir para os estados o centro de gravidade das competências, dando-lhes, por conseguinte, o máximo possível de autonomia e de recursos tributários.<sup>525</sup>

Rui Barbosa foi um destacado defensor do primeiro modelo, um sistema presidencialista cujo centro das decisões permaneceria nas mãos da União, cabendo aos Estados uma competência decisória residual. O fortalecimento do poder executivo federal era encarado como uma condição indispensável para garantir a unidade do território brasileiro e a execução de projetos que exigiam a centralização dos recursos, em razão do montante de capitais exigidos. Outra preocupação era a de limitar as práticas clientelísticas e as fraudes eleitorais, que poderiam ocorrer com mais facilidade se fossem transferidas para os Estados as competências para elaborar programas, executá-los e fiscalizá-los. Por isso, os “unionistas” entendiam que seria imprescindível transferir para a União a maior parte das receitas tributárias, pois de outra maneira os “interesses da nação” poderiam ser sufocados pela ação desagregadora dos particularismos regionais, que consideravam o governo central um inimigo potencial.

O jurista baiano – que era contrário à intervenção *militar* da União nos Estados para resolver os conflitos entre grupos rivais – entendia que o projeto dos federalistas, caso fosse aprovado, “reduziria a União à miséria e ao descrédito”.<sup>526</sup> Os exageros de alguns federalistas

---

<sup>524</sup> Como reconheceu o próprio Rui Barbosa: a Constituição “trata (posso dizê-lo com mais insuspeição que ninguém) meramente de uma transplantação, de um tentâmen adaptativo” em relação à constituição norte-americana de 1787 (BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, v. 04, p. 24).

<sup>525</sup> BONAVIDES, *História constitucional do Brasil*, p. 226.

<sup>526</sup> Cf. *Ibid.*, p. 226.

mais exaltados, também conhecidos como *federalistas radicais* ou *ultrafederalistas* (alguns poucos, distantes da realidade, chegaram até a propor a extinção do Exército nacional em tempos de paz e a organização de Marinhas de Guerra pelos Estados), foram logo desqualificados pelo líder dos unitários, que classificou aquelas propostas como uma manifestação de “superexcitação mórbida”, conseqüência de um “apetite desvairado e doentio” pela idéia de Federação.<sup>527</sup> Quase duas décadas depois (1910), durante a “Campanha Civilista” à Presidência da República, Rui Barbosa defenderia uma revisão do texto constitucional, já que o documento de 1891 acabou *não contemplando suas propostas*, no que diz respeito à distribuição das competências entre a União e os Estados. A tese de fortalecimento do governo federal seria novamente defendida pelo jurista e escritor nas campanhas presidenciais de 1914 e 1919, das quais saiu igualmente derrotado.<sup>528</sup>

Campos Salles, um dos mais prestigiados membros da Assembléia Constituinte, defendeu o fortalecimento dos Estados dentro do novo modelo federativo, tendo dirigido severas críticas ao anteprojeto centralizador que foi apresentado pela comissão indicada por Deodoro da Fonseca. O político paulista, um admirador do modelo constitucional estadunidense, entendia que “não pode servir de garantia à unidade nacional, nem ao acordo dos *grandes interesses*, a existência de um poder supremo no centro, dominando, absorvendo e avassalando todas as energias da periferia”. Para ele, “a idéia da descentralização está no sentimento brasileiro, atesta-o a sua história”.<sup>529</sup> O republicano histórico defendeu com pulso firme o ponto de vista dos representantes de seu partido, o PRP: “jamais seríamos um embaraço ao governo desde que este, por sua vez, não tentasse impedir a consagração dos nossos princípios na Constituinte; éramos unionistas [no sentido da defesa de uma república federativa presidencialista], mas não duvidaríamos ir até a separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária”.<sup>530</sup> Na ocasião, o político bandeirante integrou a corrente dos “federalistas radicais”, ao lado de Borges de Medeiros, Epitácio Pessoa e de todo o círculo de intelectuais ligados ao Apostolado positivista, entre os quais se destacava o

<sup>527</sup> Cf. BELLO, *História da República*, p. 73.

<sup>528</sup> FAUSTO, “As crises dos anos vinte e a revolução de 1930”, pp. 403-5. Rui Barbosa, na verdade, anunciou a desistência das eleições de 1914 (que ocorreram no dia 1º de março) dois meses antes, em 31 de dezembro de 1913. Os motivos foram a falta de apoio político e também de recursos financeiros. Deste modo, Wenceslau Brás e Urbano dos Santos, candidatos únicos, foram eleitos para a presidência e vice-presidência da República.

<sup>529</sup> CAMPOS SALLES, *Da propaganda à presidência*, pp. 129 e 131.

<sup>530</sup> Citado por SOUZA, “O processo político-partidário na Primeira República”, p. 170. Quando deixou a presidência da República, onze anos mais tarde, Salles afirmou em mensagem ao Congresso que “a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A *política dos Estados*, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União”. (CAMPOS SALLES, *Da propaganda à presidência*, p. 127).

nome de Júlio de Castilhos.<sup>531</sup> A correlação de forças na Assembléia Constituinte foi decisiva para que depois este grupo saísse *vitorioso*, apesar de seus membros terem feito algumas concessões, sob a constante ameaça da espada do Marechal Deodoro: havia rumores de que o Congresso seria fechado por um ato de força, caso Prudente de Moraes fosse eleito pelos membros das duas Casas (Campos Salles, certo de que isso aconteceria, propôs a Prudente de Moraes a retirada da sua candidatura, sem obter êxito).

A eleição indireta do próprio chefe do governo provisório para a Presidência da República, por uma margem pequena de votos, deu início ao seu *período constitucional*.<sup>532</sup> Mas a eleição para a vice-presidência do também Marechal Floriano Peixoto, que havia concorrido na chapa de Prudente de Moraes com apoio da burguesia cafeeira paulista, já era um inequívoco sinal da existência de divisões no interior do próprio Exército. Floriano havia ocupado o Ministério da Guerra durante o governo provisório, mas juntamente com Campos Salles (Ministro da Justiça), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Francisco Glicério (Agricultura) e Rui Barbosa (Fazenda), foi se distanciando cada vez mais de Deodoro, até o rompimento definitivo, que ocorreu por ocasião da demissão ministerial coletiva, em janeiro de 1891. O episódio reforçou a articulação dos opositores de Deodoro, para cujas fileiras ingressaram alguns antigos aliados, civis e militares.<sup>533</sup> A partir daí, a tendência centralizadora dos primeiros momentos da República seria rapidamente ultrapassada pelo grupo dos federalistas.

A ausência de unidade no interior das Forças Armadas seria habilmente explorada pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, no sentido de reivindicarem a condição de serem as únicas classes com poder de direção, capazes de preencher o vazio de poder que se instalara. Cabe lembrar que, mesmo antes da promulgação da Constituição, as oligarquias conseguiram impor o nome de Prudente de Moraes para a Presidência da Assembléia, por ampla margem de votos.<sup>534</sup> E também que, durante o governo provisório, o chefe do Executivo não conseguiu impor aos Estados mais importantes – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – nenhum interventor militar, o que facilitou a articulação das oligarquias, que lhe fizeram renhida oposição. Estas, mesmo depois de promulgada a Constituição Federal, continuaram insistindo

<sup>531</sup> BONAVIDES, obra citada, p. 227.

<sup>532</sup> O resultado das eleições presidenciais, realizadas no dia seguinte à promulgação da Constituição da República (25 de fevereiro) foi o seguinte: Deodoro da Fonseca recebeu 129 votos, contra 97 computados para Prudente de Moraes. Para a vice-presidência, Floriano recebeu 153 votos, quase o triplo da quantidade de votos recebidos pelo candidato de Deodoro, o vice-almirante Eduardo Wandenkolk (escolhido para garantir o apoio da Marinha), que recebeu apenas 57. Cf. CARONE, *A República Velha (evolução política)*, p. 34; FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 168; BELLO, *História da República*, p. 76.

<sup>533</sup> Consultar KUGELMAS, “A Primeira República no período de 1891 a 1909”, p. 190.

<sup>534</sup> 146 votos, de um total de 231 deputados ou senadores presentes.



na limitação dos poderes do Presidente da República, apresentando o projeto que definia a sua responsabilidade e os casos que autorizariam o seu impedimento legal. Logo após a inclusão do referido projeto na pauta do Senado, Deodoro, sentindo-se confrontado, aplicou o golpe de 03 de novembro, fechando as duas Casas do Congresso.<sup>535</sup> A Revolta da Marinha, articulada com a oposição civil, tratou de alijar definitivamente o Marechal (cuja queda foi consumada em 23 de novembro), numa inequívoca prova de força das oligarquias dos Estados mais poderosos, cuja posição acabou sendo consolidada com Floriano na presidência.

O texto constitucional, depois de um breve período de agitações e antes mesmo da queda de Deodoro, tornou visível aquilo que a poeira levantada havia escondido: a onipresença dos grandes proprietários de terras e seus aliados políticos. O art. 6º da Constituição, depois de muitos debates, estabelecia que o Governo Federal *não* poderia intervir nos negócios peculiares dos Estados, apesar de conter um razoável rol de exceções: “I – para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; II – para manter a forma republicana federativa; III – para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos; IV – para assegurar a execução de leis e sentenças federais”. Cumpre notar que os incisos II e III foram redigidos de forma vaga e imprecisa; a regra, nestes termos, poderia ser interpretada de diferentes maneiras, sempre de acordo com as conveniências do grupo aliado ao Presidente da República, que vislumbrava na elasticidade interpretativa da norma um instrumento para afastar os grupos rivais no seu Estado.

Contudo, aos Estados foram atribuídas algumas funções que, na prática, conferiam ampla autonomia para as oligarquias cuidarem dos seus interesses, sem passar pelo crivo do governo federal:

- a) O artigo 9º da Constituição determinava que pertencia aos Estados, *com exclusividade*, a competência para decretarem impostos sobre: I – exportação de mercadorias de sua própria produção; II – imóveis rurais e urbanos; III – transmissão de propriedade; IV – indústrias e profissões. Sem dúvida, apenas o primeiro item já era suficiente para garantir aos Estados, especialmente aqueles mais integrados ao comércio internacional, uma relativa independência econômica e financeira, tendo em vista a organização da economia brasileira. A decretação de impostos sobre a entrada de mercadorias estrangeiras, por outro lado, era assunto de competência exclusiva da União (art. 7º, I);
- b) além dos impostos previstos no artigo 9º, a Constituição facultava aos Estados a busca de receitas por outros instrumentos, através do artigo 12: “Além das fontes de receita

<sup>535</sup> KUGELMAS, “A Primeira República no Período de 1891 a 1909”, p. 192.

discriminadas nos artigos 7º e 9º, é lícito à União como aos Estados, cumulativamente ou não, *criar outras quaisquer*, não contravindo, o disposto nos arts. 7º, 9º e 11, nº 1º” (este último regulamentava os impostos sobre circulação de mercadorias). Deste modo, estava aberta a possibilidade para os Estados *contraírem empréstimos diretamente no exterior*, independentemente da autorização do governo federal ou do Congresso Nacional. Este expediente foi muito utilizado pelo Estado de São Paulo, por exemplo, para subsidiar a construção de obras públicas, encampar ferrovias da iniciativa privada (como a E. F. Sorocabana, em 1905), fundar um banco para realizar empréstimos ao setor agrícola (Banco Hipotecário e Agrícola do Estado, 1909) e implementar o esquema de valorização do café, a partir de 1906.<sup>536</sup>

- c) Aos Estados também restava o controle sobre a questão da propriedade. Determinava o artigo 64 da Constituição: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União *somente* a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”. Ora, é evidente que, numa sociedade predominantemente agrícola, o acesso à propriedade da terra – o meio de produção mais importante, que praticamente define a própria dinâmica do processo de apropriação do sobretrabalho – constituiu o principal núcleo de estruturação das relações políticas, jurídicas e ideológicas. Também neste aspecto, portanto, as transformações do período 1888-91, longe de abalarem os alicerces que sustentavam a dominação dos senhores de terras, apenas *fortaleceram* a tendência de debilitamento do poder central (cujas raízes remontam ao tempo do Segundo Império) e o fortalecimento das antigas Províncias, agora transformadas em Estados federados, cujo controle havia caído nas mãos das oligarquias.<sup>537</sup>

<sup>536</sup> Estamos inteiramente de acordo, neste ponto, com Décio Saes, quando este afirma que “as unidades agro-exportadoras mais poderosas (principalmente a cafeicultura paulista), sobretudo, aspiravam a um grau de autonomia que lhes permitisse a resolução, sem a mediação (morosa e ineficiente) do Poder central, dos seus problemas mais prementes: aliciamento de mão-de-obra, construção de uma infra-estrutura de serviços, estabelecimento de esquemas de comercialização, distribuição e financiamento etc., todos a exigir uma articulação imediata e eficaz com os centros internacionais” (*Classe média e política na Primeira República brasileira*, p. 57). Consultar também J. LOVE, “Autonomia e interdependência”, pp. 61-62.

<sup>537</sup> Consultar também ANDRADE, “A questão da terra na Primeira República”, p. 147. Importante assinalar a diferença entre o artigo 64 da Constituição de 1891 e o Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Este decreto, publicado pelo governo provisório, representa *de facto* e *de direito* a primeira Constituição Federal da República, e começou a vigorar desde o dia da sua publicação até o encerramento dos trabalhos da Assembléia Constituinte, em fevereiro de 1891. O texto provisório, que serviu também como projeto de Constituição que o governo apresentou à Assembléia Constituinte, dava um tratamento diferente à propriedade da terra: “Art. 63 – Uma lei do Congresso Nacional distribuirá aos Estados certa extensão de terras devolutas, demarcadas à custa deles, fora da zona da fronteira da República, sob a cláusula de as povoarem e colonizarem dentro em [sic] determinado prazo, devolvendo-se quando essa ressalva se não cumprir, à União a propriedade cedida”. Uma comparação

d) além da relativa independência econômica e financeira, os Estados também possuíam ampla autonomia em matéria administrativa: “incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração” (art. 5º). “Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União” (art. 63). A redação deste último artigo, a propósito, foi objeto de severa crítica de Rui Barbosa, que denunciou a ausência de critérios para definição dos tais princípios constitucionais, o que deixava ao “arbítrio dos interpretadores” a interpretação da norma. Como também não havia previsão de sanções para os casos de não-observância dos referidos princípios, na prática a autonomia dos Estados diante da União seria ainda maior.<sup>538</sup> Além disso, os Estados – ou seja, as oligarquias que os controlavam – também poderiam elaborar os seus próprios códigos eleitorais e judiciários, e constituir suas próprias forças de segurança, independentemente dos efetivos do Exército Nacional que ali estivessem estacionados.

A única alteração do texto constitucional aconteceu em 1926, já no final da Primeira República, o que nada mais representou do que um sintoma da extrema rigidez do sistema político-institucional.<sup>539</sup> A reforma, feita durante o governo de Artur Bernardes (por iniciativa do próprio Presidente, mas num contexto de rebeliões militares e crescimento dos protestos populares), relativizou um pouco o princípio da autonomia dos Estados e fortaleceu o poder Executivo federal, mas sem destruir o pacto federativo nos seus aspectos essenciais:

- flexibilizou o princípio de não-intervenção da União nos Estados, ao acrescentar às exceções já existentes (previstas no artigo 6º, comentadas acima) outras inteiramente novas. Caso, por exemplo, da intervenção federal cujo escopo seria o de reorganizar as

---

entre o artigo 63 do projeto apresentado pelo governo e o texto definitivo, consagrado no artigo 64 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, mostra claramente uma vitória dos grandes proprietários de terra numa questão tão importante como esta.

<sup>538</sup> BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, volume 04, página 38 (Campanha Civilista de 1910) e página 250 (Campanha de 1919).

<sup>539</sup> Também neste ponto, os membros da Assembléia Constituinte originária tiveram o cuidado de evitar que houvesse mudanças posteriores no texto constitucional, caso ocorresse uma alteração na correlação de forças entre os membros dos poderes constituintes derivados. A alteração do texto era prevista no artigo 90, que estabelecia uma série de procedimentos bastante complicados, naquilo que os constitucionalistas chamam de “constituição rígida”: “A Constituição poderá ser reformada, por iniciativa do Congresso Nacional ou das Assembléias dos Estados. §1º - Considerar-se-á proposta a reforma, quando, sendo apresentada por uma quarta parte, pelo menos, dos membros de qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, for aceita em *três discussões*, por *dois terços dos votos em uma e em outra Câmara*, ou quando for solicitada por dois terços dos Estados, no decurso de um ano, representado cada Estado pela maioria de votos de sua Assembléia. §2º - Essa proposta dar-se-á por aprovada, se no ano seguinte o for, *mediante três discussões*, por *maioria de dois terços dos votos nas duas Câmaras do Congresso*” (os itálicos são nossos). O sistema político, portanto, estava duplamente blindado diante de possíveis aberturas: pela correlação de forças entre as classes sociais e pelo excesso de exigências e procedimentos à alteração do texto constitucional.

finanças estaduais. Neste caso, a competência para decretá-la pertencia ao Congresso Nacional.

- As minas e jazidas minerais foram nacionalizadas: sua exploração por empresas estrangeiras foi proibida, alegando-se razões de natureza econômica e militar, como a necessidade de fortalecer a segurança do país e preservar a unidade territorial. A medida foi adotada por pressão de grupos nacionalistas, que contavam com o apoio do próprio Presidente da República. Este, desde o período de seu governo no Estado de Minas Gerais, liderou um movimento de firme oposição aos interesses de alguns grupos estrangeiros, entre os quais o da *Itabira Iron*, empresa controlada pelo investidor estadunidense Percival Farquhar.<sup>540</sup>
- Atribuição de poderes ao Presidente da República para expulsar todos aqueles estrangeiros, tidos como “perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República”. O governo também conseguiu restringir a aplicação do *habeas corpus*, dotando o aparelho repressivo de maiores poderes para conter os protestos populares. Outro sinal de fortalecimento dos poderes do presidente da República foi a cláusula que impedia recursos jurídicos contestando a decretação do estado de sítio, ampliando sobremaneira a margem de manobra do chefe do executivo para governar, no contexto de rebeliões tenentistas. Mas, nestes casos, não havia oposição entre os interesses do governo federal e as administrações estaduais, por razões óbvias;

## II

As mudanças *sociais*, no entanto, não foram tão profundas quanto as transformações no âmbito da superestrutura política, tendo em vista que muitos dispositivos constitucionais permaneceram letra morta. O próprio governo federal, numa época em que era comum a ocorrência de disputas sangrentas pelo controle das máquinas políticas estaduais, envolvendo facções oligárquicas rivais, fazia vista grossa diante das maiores violações das formalidades jurídico-eleitorais: em diversas ocasiões, o executivo federal (em especial, durante os governos militares de Deodoro, Floriano e Hermes da Fonseca) enviou tropas aos Estados para destituir governadores formalmente eleitos por sufrágio e reconhecidos pelas respectivas mesas. Em outros momentos, particularmente a partir de 1900, os presidentes da República não apenas se abstinham de enviar tropas para restabelecer a “lei e a ordem”, como tratavam de reconhecer a situação de fato, quando um grupo ascendia ao poder com ajuda de bandos armados. Este não-envolvimento do governo federal nas disputas pelo domínio dos Estados

<sup>540</sup> SINGER, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930”.

foi, como afirmou Edgard Carone, uma verdadeira *afirmação do direito de rebeldia*<sup>541</sup>, certamente que não das classes subalternas.

Como conseqüência desta dominação *de fato*, que repousava diretamente no poder das milícias particulares ou das forças públicas estaduais (que mantinham o controle nas mãos, respectivamente, dos “coronéis” encastelados nas localidades mais próximas e das oligarquias regionais), havia também uma predominância da prática do favor, do mandonismo e do clientelismo sobre os critérios burgueses de recrutamento e ascensão social, estes últimos baseados no mérito e na competência individual. A própria relação entre os “coronéis” e governadores dos Estados é típica dos entendimentos de cúpula, que deixavam a maioria da população e até mesmo os eleitores à margem dos acontecimentos: a Constituição da República, no seu artigo 68, transferia para os Estados a prerrogativa de organizarem os municípios, conferindo assim um suporte legal para que os governadores indicassem prefeitos da sua estrita confiança (o prefeito do Distrito Federal era indicado diretamente pelo Presidente da República).

Raymundo Faoro, ao comentar este aspecto da política durante a República Velha, afirmou – os conceitos são inteiramente weberianos – que a relação entre os coronéis e governadores “corporifica aspecto de domínio não burocrático da sociedade, com larga interpenetração dos dois setores [público e privado], numa indistinção peculiar ao sistema”.<sup>542</sup> Como resultado desta e de outras heranças do período Monárquico, tornava-se flagrante que o advento da República preservou, quando não contribuiu para ampliar em larga escala, os interesses e privilégios da antiga classe senhorial (que se metamorfosearia, num processo de *adaptação progressiva*, em burguesia agrária). A estrutura piramidal de mando, com os coronéis na base, as oligarquias no centro e o governo federal no vértice, se converteu em abrigo que tornou os grandes proprietários de terras impermeáveis a eventuais mudanças. Estes, inclusive, receberam subsídios governamentais e generosas compensações pelos

---

<sup>541</sup> CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 255. Os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram momentos de grande instabilidade política nos Estados, sendo que em alguns (como Minas Gerais) o governo permaneceu sob controle de antigos monarquistas, depois do alijamento dos republicanos históricos. No Rio Grande do Sul, a proclamação desencadeou uma guerra civil violenta, na Bahia houve uma tentativa de resistência do grupo monarquista, e no Ceará os republicanos históricos não conseguiram se afirmar. Floriano interveio em alguns estados, mas apenas para garantir o controle do aparelho de Estado ou o retorno de políticos aliados (IDEM, *A República Velha - evolução política*, pp. 18-26). O resultado desta seqüência de improvisações foi um fraco impulso à modificação do *status quo*, sendo que em alguns Estados os antigos grupos dominantes que foram alijados puderam reassumir o controle da máquina estatal. Sobre a política de reconhecimento dos fatos consumados nos Estados, ver também SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, p. 53 (o autor pondera, contudo, que a utilização da violência não poderia jamais ultrapassar o âmbito das unidades da Federação, pois estendê-la para a tomada do poder em âmbito nacional implicaria a destruição dos próprios fundamentos do sistema oligárquico, baseado no equilíbrio entre os Estados e a União, assim como no reconhecimento recíproco destas entidades).

<sup>542</sup> FAORO, *Os donos do poder*, volume 02, p. 152.

prejuízos sofridos com a abolição do trabalho escravo: emissão de papel-moeda, e criação de linhas de crédito que permitiram saldar dívidas bancárias e evitar a alienação de suas propriedades, num momento em que as incertezas quanto ao futuro ainda eram grandes.<sup>543</sup>

O voto distrital garantia a perpetuação do domínio oligárquico, numa época em que a maioria dos eleitores era dependente (social e economicamente) dos grandes proprietários de terras.<sup>544</sup> Esta fragmentação do poder político deixava um vazio político que era “naturalmente” preenchido, por assim dizer, pela poderosa classe latifundiária, cujos chefes municipais tinham o poder de indicar os ocupantes de cargos públicos, remover juízes e promotores incômodos, aliciar eleitores e organizar quadrilhas de homens armados para intimidar os descontentes. Como afirmou Edgard Carone, “num país onde imperam descentralização geográfica e poderes locais, torna-se impossível o funcionamento de formas representativas modernas”.<sup>545</sup> O poder pessoal dos chefes, temidos ao mesmo tempo em que podiam contar com a lealdade pessoal dos dependentes e agregados, era um elemento que predominava sobre a tese do caráter impessoal do Estado democrático de direito, situado “acima dos interesses particulares”. A afirmação da igualdade de todos diante da lei ou a inadmissibilidade de “privilégios de nascimento”, que constavam no artigo 72 da Constituição, eram apenas alguns dos muitos dispositivos que permaneceram letra morta.

A descentralização política facilitava outras formas de abusos, como as fraudes eleitorais, comentadas por Victor Nunes Leal:

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o *bico de pena* e a *degola* ou *depuração*. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final.<sup>546</sup>

<sup>543</sup> Os positivistas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul constituem uma exceção, por terem se manifestado – de maneira coerente com as idéias de Augusto Comte – contrários à indenização dos proprietários de escravos (consultar A. BOSI, “A arqueologia do Estado-providência”, p. 279).

<sup>544</sup> Cf. Virgínio Santa Rosa, citado por CARONE, *A Primeira República*, p. 222. As dificuldades que a oposição encontrava para ocupar cadeiras nos Legislativos estaduais e no Congresso Federal foram denunciadas por Getúlio Vargas, no programa da Aliança Liberal, em junho de 1929 (cf. *ibid.*, p. 244).

<sup>545</sup> CARONE, *A República Velha – evolução política*, p. XI.

<sup>546</sup> V. N. LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*, pp. 255-6.

Grupos oposicionistas denunciavam a flagrante violação dos procedimentos formais para escolha dos representantes, mas não abriam mão deste expediente quando conquistavam – geralmente pela força, em virtude da enorme rigidez do sistema político – o controle da máquina estatal. Para muitos grupos de oposição nos Estados, e mesmo no âmbito nacional, não interessava questionar os fundamentos do poder oligárquico, porque isto significaria a negação de sua própria existência. Governo e oposição, num sistema formalmente democrático com eleições periódicas, diretas e supostamente livres, dependiam em última instância da fraude e da violência para colocar as mãos nas chaves do sistema jurídico, político e eleitoral. Como notou Décio Saes, não havia diferenças importantes entre as visões de mundo das situações e oposições oligárquicas: a maior diferença entre os grupos rivais estava no simples “fato de uma estar no Poder e a outra, fora dele”.<sup>547</sup> É por isso que as suas críticas não puderam ultrapassar, em nenhum momento, os aspectos formais da representação política.

A luta pelo voto secreto (poucos se preocupavam com a exclusão das mulheres)<sup>548</sup> foi sintomática da estreiteza dos horizontes políticos e ideológicos dos grupos oposicionistas mais influentes. O voto secreto era considerado um instrumento capaz de solucionar praticamente todos os males existentes, pois revelaria a “verdade eleitoral”, evitaria a prática de abusos e garantiria uma representação mais condizente com aquilo que diziam ser a expressão da vontade popular. Durante a Primeira República, foram muitos os movimentos que desencadearam campanhas centradas nesta questão, de resto bastante limitadas. Sumariamente, apontaremos as principais características de cada um deles<sup>549</sup>:

- a) A “Campanha Civilista”: movimento que lançou a candidatura de Rui Barbosa para as eleições presidenciais de 1910. Os limites político-ideológicos da campanha civilista estavam diretamente ligados à sua principal base de sustentação política: a *oligarquia cafeeira paulista*, o que por si só já demonstra que o conteúdo de suas reivindicações não poderia deixar de ser bastante acanhado, como a criação de mecanismos visando coibir as fraudes eleitorais e o fim do voto a descoberto. Apenas num aspecto relevante é possível encontrar alguma discordância em relação ao sistema político

<sup>547</sup> SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, p. 53 (ver também idem, pp. 52, 69 e 71). A inexistência de diferenças ideológicas entre os grupos rivais, principalmente nos pequenos Estados, refletia-se na própria composição dos partidos políticos. Raymundo Faoro afirma que existiam tão-somente *partidos de quadros*, numa sociedade onde não era “possível a formação do partido de idéias, ideológico, de massas ou burocratizado” (*Os donos do poder*, volume 02, p. 260-1).

<sup>548</sup> Foi o Estado do Rio Grande do Norte o primeiro a conceder às mulheres o direito de voto, após uma mudança da Constituição estadual em 1927 (Cf. CARONE, *A República Velha – instituições e classes sociais*, p. 295).

<sup>549</sup> Apoiamo-nos, nesta parte da pesquisa, nos estudos de Décio Saes, Paulo Sérgio Pinheiro e Boris Fausto, sobre os movimentos políticos durante a Primeira República.

vigente: a proposta de reforma constitucional, visando o fortalecimento dos poderes da União, o que colocava São Paulo (apoiado pelo Estado da Bahia) e Rio Grande do Sul (cujo principal aliado era Minas Gerais) em lados opostos. A grande influência do positivismo no RS é a principal explicação para a defesa de um sistema federativo altamente descentralizado (sem recusar a idéia de um Estado forte), que, aliás, permaneceu intocado. Os republicanos paulistas defendiam um tipo de federalismo mais *moderado*.

- b) O tenentismo: sua radicalidade residia nos meios empregados, e não propriamente nos objetivos a serem alcançados. No assim chamado “período romântico” do movimento, ou seja, na década de 1920, suas principais reivindicações eram: a luta pelo voto secreto, a reforma administrativa, e as reformas do ensino e do Poder Judiciário. Boris Fausto, no seu livro sobre a revolução de 1930, mostrou que os tenentes, apesar de se identificarem como os “responsáveis pela salvação nacional”, não contavam com uma base popular, restando completamente distanciados dos setores civis: em vez de organizar a população, o movimento agia no sentido de *substituí-la*, e os tenentes tiveram que suportar praticamente sozinhos a luta contra o governo, que só contribuiu para alimentar as desconfianças recíprocas entre militares e civis, incluindo os comunistas.<sup>550</sup> Os setores mais à esquerda do movimento tenentista não tinham condições de superar a tendência majoritária, como demonstra o próprio episódio da revolução de 1930: Prestes se recusou a participar do movimento, alegando serem nulas as possibilidades de impor um projeto alternativo, diante da correlação de forças.
- c) O Partido Democrático de São Paulo: fundado em 1926 por um grupo pertencente, na sua quase totalidade, às camadas médias urbanas – como professores, advogados, engenheiros, médicos e outros trabalhadores não-manuais – suas críticas também não ultrapassaram o horizonte das questões formais de representação política, maior transparência dos procedimentos eleitorais e independência dos poderes. O partido não se opunha à política de valorização do café, mas criticava feroz e sistematicamente os empresários industriais, acusando-os de serem exploradores que viviam à sombra dos favores e privilégios concedidos pelo Estado. Nas eleições para a diretoria da Associação Comercial de São Paulo, em 1928, os membros do PD apoiaram o candidato situacionista e *representante dos interesses da burguesia importadora*, Horácio Rodrigues, na disputa contra o líder industrialista Jorge Street, da chapa

---

<sup>550</sup> “Os processos conspirativos representavam a antítese da política de massas a que o PCB almejava” (SODRÉ, *Contribuição à história do PCB*, p. 54).



dissidente.<sup>551</sup> Quanto à condução da política econômica, o PD pouco diferia das teses já defendidas pelo PRP, reivindicando apenas a necessidade de contemplar também *outros* setores da agricultura, buscando diversificá-la. Naturalmente, os empresários industriais permaneceram ligados ao PRP, cuja hegemonia, de resto, não foi ameaçada pelos democráticos. Estes permaneceram na oposição estadual até 1930. Apesar de terem apoiado a Aliança Liberal nas eleições de 1930, logo passaram para a oposição, e organizaram o esforço de guerra no Estado São Paulo contra o governo de Getúlio, na revolta de 1932.

- d) A Aliança Liberal: movimento que lançou os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa, na campanha à eleição presidencial de 1930. No ano anterior, o Presidente da República – Washington Luís, o “paulista de Macaé” – indicou outro representante da oligarquia paulista para sucedê-lo, rompendo os termos do acordo que vinha sendo respeitado desde o governo de Campos Salles (na verdade, os “paulistas” haviam ficado 20 anos sem ocupar a presidência da República). O lançamento da chapa oposicionista foi uma iniciativa do Presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos, que conseguiu obter o apoio dos setores hegemônicos do Rio Grande do Sul e Paraíba, aos quais foram oferecidos os nomes dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A Aliança não era a expressão de uma luta envolvendo classes sociais distintas e antagônicas, e sim uma frente de oligarquias estaduais dissidentes, cuja insatisfação e protestos não chegaram a ultrapassar os próprios limites do sistema, em todos os aspectos: econômicos, políticos, jurídicos e sociais.<sup>552</sup> O comportamento ambíguo e hesitante do próprio Getúlio Vargas, antes e imediatamente depois das eleições, indica as diversas tentativas de reconciliação com o grupo instalado no poder: não apenas se esforçou para chegar a um acordo com Washington Luís (propondo a retirada do candidato governista, visando o lançamento de uma candidatura de consenso), como tratou de reconhecer a vitória de Júlio Prestes na eleição, realizada em março de 1930. A decisão de tomar o poder através da força, como disse o seu companheiro Antonio Carlos (autor da célebre frase, “façamos a revolução antes que o povo a faça”), foi uma consequência da combinação de uma série de circunstâncias que não dependiam inteiramente da sua vontade.

---

<sup>551</sup> DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 150-51.

<sup>552</sup> O próprio Getúlio Vargas havia ocupado o cargo de Ministro da Fazenda de Washington Luís, antes de exercer a presidência do seu Estado. Borges de Medeiros ainda tentou persuadir o Presidente da República a retirar o nome de Júlio Prestes, sugerindo a sua substituição pelo nome de Getúlio Vargas. Alegava que Vargas saberia “manter e consolidar o programa de restauração financeira” que vinha sendo executado pelo então presidente da República (Cf. PINHEIRO, *Política e trabalho no Brasil*, p. 38).

Como se nota, nenhum dos principais grupos de oposição chegou a contestar o caráter excludente do liberalismo da Primeira República, contentando-se com um modelo democrático de participação bastante restrita. É verdade as regras jurídicas contempladas pela nova constituição federal representaram, sem dúvida, um inegável avanço em relação ao período imperial. Foi o regime republicano, afinal, que aboliu o voto censitário, regra que revelava sem disfarces a exclusão da maior parte da população brasileira. Mas, apesar das mudanças institucionais, celebradas pelos liberais da Primeira República como uma prova inequívoca da afirmação da igualdade entre todos os indivíduos, *na prática* o número de cidadãos brasileiros capazes de votar pouco aumentou: o artigo 70 da nova Constituição da República, em seu parágrafo 2º, proibia expressamente o alistamento eleitoral dos analfabetos, ou seja, dos indivíduos que constituíam a maior parte da população brasileira (os mendigos também eram legalmente impedidos de votar, nos termos da constituição). O avanço foi praticamente insignificante, se comparado com o quadro existente antes da proclamação da República:

Em 1872, votantes e eleitores, excluía a exigência de alfabetização só imposta pela Lei Saraiva (1881), atingiram 1 milhão e 100 mil, 11% da população. Na primeira eleição direta (1881), compareceram 96.411 eleitores, para um eleitorado de 150.000, menos de 1,5% da população e menos de 1%, se considerados os eleitores comparecentes. O regime republicano extingue o sistema censitário, mas mantém o capacitário, com a exclusão, agora definitiva, dos analfabetos. Em 1898, a primeira eleição presidencial com o comparecimento de todos os Estados, os eleitores sobem a 462 mil, num incremento de 300% sobre 1886. Ainda assim a proporção será de 2,7% sobre a população [tendo em vista o crescimento demográfico, Pedro Arruda]. Daí por diante só a eleição de 1930, a única que leva mais de um milhão de eleitores às urnas, atingirá o percentual de 5,7%. Entre 1898 e 1926, os números oscilam entre 3,4% e 2,3%, num ciclo mais descendente do que estável. A tendência impressiona se se tem em conta que a população alfabetizada se projetou de 14,8% em 1890 para 24,5% em 1920. A República Velha continua, sem quebra, o movimento restritivo da participação popular. A

política será ocupação dos poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas.<sup>553</sup>

Enquanto dois ou três por cento da população brasileira participavam do jogo político *stricto sensu*, aos demais restavam apenas a resignação ou a rebeldia, esta interpretada com bastante discricionariedade e sempre respondida com violência. Tratava-se de preservar o caráter profundamente elitista do sistema político, promovendo uma abertura que não ultrapassava a instância do direito formal: revestido de fórmulas aparentemente consentâneas com o regime democrático-participativo, a legislação eleitoral era na verdade a consagração de fórmulas bem mais sutis, ou sofisticadas, de exclusão das classes não-proprietárias, como foi exaustivamente apontado pelos historiadores da república. Isto explica a aparente contradição dos grupos oposicionistas, que “se indignavam com o fato de ‘os mortos votarem’, mas se esqueciam de que a maior parte dos indivíduos vivos (os analfabetos) estava privada do direito de voto”,<sup>554</sup> e nada faziam para mudar esta situação.

Mesmo os setores da burguesia agrária que faziam oposição nos Estados tinham dificuldades para penetrar o rígido círculo de poder constituído naquele período: como não existia uma Justiça Eleitoral (cujos membros, em tese, seriam apartidários e fiéis intérpretes dos textos legais, julgando sempre com imparcialidade e transparência), o Poder Legislativo era quem tinha competência para proceder ao reconhecimento e diplomação de todos os candidatos nas eleições. Sendo este um órgão político, destituído de imparcialidade, não fica difícil entender as causas do afastamento dos “de fora”.

As oligarquias que faziam oposição aos governos estaduais, ainda que contassem com o apoio da maioria do eleitorado, sofriam constantemente com a “degola” após a apuração do resultado das urnas. Havia um órgão, a comissão de verificação de poderes, que era o responsável pelo reconhecimento e a diplomação dos candidatos mais votados. Nas eleições para o poder legislativo da União, a comissão era composta por membros da própria Câmara dos Deputados, assim como nos Estados ela era integrada por membros das Assembléias Legislativas. Os membros da comissão analisavam toda a documentação apresentada pelos candidatos, e podiam simplesmente recusá-la ou não, deixando de lado argumentos de

---

<sup>553</sup> FAORO, *Os donos do poder*, volume 02, p. 241.

<sup>554</sup> SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, p. 73. João Neves da Fontoura explica como os “mortos” e alguns indivíduos vivos conseguiam votar, utilizando o nome de outros: “Não se assinava nenhum livro de presença, na hora de votar. Nada impedia, portanto, o mesmo cidadão de ingressar indefinidamente às urnas. Sendo vedado discutir-se a identidade do votante, o título eleitoral se convertia num título ao portador: era o eleitor aquele que o apresentava à mesa. Apresentava e votava” (citado por FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 276).

natureza jurídica para decidir de acordo com critérios exclusivamente políticos. A confusão entre o poder e a função exercida permitia que as comissões formassem a cúpula daquilo que hoje é conhecido como Justiça Eleitoral.

Consciente da importância de manter o equilíbrio entre o governo federal e as unidades federadas, Campos Salles tratou de “blindar”, por assim dizer, as situações regionais de eventuais derrotas eleitorais, em troca do apoio ao presidente da República. A medida adotada, depois de uma série de entendimentos com os governadores dos Estados, foi uma alteração no regimento interno da Câmara dos Deputados. Importa assinalar que, até as eleições de 1900 (realizadas para escolher os deputados e senadores), a regra determinava que o mais velho entre os deputados eleitos seria conduzido à presidência da respectiva Casa. Mas uma mudança aparentemente pequena modificaria completamente o equilíbrio de poder nos Estados: a partir desta eleição, o presidente *da última legislatura* era quem assumiria (no caso bastante provável de ser reeleito), interinamente, a presidência da Casa, com poderes para nomear os membros da referida comissão e impedir, caso julgasse conveniente, a posse de adversários políticos. Desta forma, garantia-se a perpetuação do domínio dos grupos já encastelados no governo dos Estados, quaisquer que fossem. Esta alteração das regras eleitorais seria a viga mestra da política dos governadores, chamada pelo então presidente de *política dos Estados*. Quem a explica é o próprio ex-presidente:

O que deu origem a essa política foi a questão de verificação de poderes na sessão legislativa de 1900. Finda a legislatura anterior, os dois grupos na Câmara – Republicanos e Concentrados – aprestavam-se para o próximo pleito com ânimo deliberado de empregar, cada um, todos os meios para o triunfo dos seus candidatos. Era tal a ambição de vencer que, segundo se tornou público, de ambos os lados se mandavam instruções aos candidatos nos Estados, para que se fizessem diplomar a todo o transe. A palavra de ordem era o *diploma*. Está visto que nesta generalidade se compreendiam as duplicatas e as fraudes. No correr destes preparativos, começava a surgir a hipótese aterradora de uma duplicata de câmaras, caso provável, desde que um dos lados pudesse empolgar a direção exclusiva das deliberações no recinto oficial deste ramo do Congresso.

Eis a sombria perspectiva que apresentavam os trabalhos de verificação de poderes. O regimento estatua que ao mais velho dos diplomados cabia a presidência interina da Câmara, incumbindo a ela a nomeação da comissão

encarregada de organizar a lista dos diplomas presumivelmente legítimos. Ao mais velho, pois, caberia, em última análise, a formação da sua Câmara. A questão estava assim entregue a um certificado de idade. Não é preciso muita argúcia para figurar as inúmeras hipóteses de fraudes que poderiam ser sugeridas.

Diante deste perigo, que não podia deixar de alarmar profundamente os espíritos mais calmos, cogitou-se de aproveitar o resto do tempo da legislatura para fazer uma reforma do regimento na parte referente à verificação de poderes. Combinou-se, e nesta combinação entraram influências políticas de ambos os lados, que o presidente interino da nova Câmara seria o presidente da Câmara anterior. Realizou-se quase sem oposição a reforma regimental, embora com a perfídia das reservas mentais, que mais tarde se revelaram.

Cresciam, entretanto, as minhas apreensões e receios acerca das dificuldades que provavelmente surgiriam na composição da nova Câmara. Os ressentimentos, quase abafados, não estavam todavia completamente extintos até a esse momento, e cada um dos grupos se dispunha a disputar, com encarniçamento, a posse, pelo menos, da futura maioria, para implantar a sua política. Entendi que não me era lícito assistir indiferente a essa luta, cujos resultados poderiam acarretar a ruína moral da República, e resolvi, conseqüentemente, intervir, adotando medidas preventivas. Dirigi-me, para esse fim, aos governos dos Estados, onde iniludivelmente reside a verdadeira força política nesse regime.<sup>555</sup>

Deste modo, só poderiam ser considerados legítimos os diplomas expedidos pelas facções governistas nos Estados, fechando praticamente todas as portas para as oposições. Reinaria a certeza da vitória para os primeiros, como afirmou com todas as letras o próprio presidente da República ao governador da Bahia, Luiz Viana: “Estará talvez lembrado de que, quando aqui conversamos a respeito dessas eleições, ponderei que *em nada me preocupava o resultado do pleito*, que teria de representar, presumivelmente, a *vitória da opinião predominante em cada Estado*”.<sup>556</sup> Por “opinião predominante”, não é preciso muito esforço para saber que se trata verdadeiramente da máquina de fabricar votos que o governo tinha à disposição: para acabar com as duplicatas de câmaras, resultantes da prática indiscriminada das fraudes eleitorais, o

---

<sup>555</sup> CAMPOS SALLES, *Da propaganda à presidência*, pp. 120-1.

<sup>556</sup> *Ibid.*, p. 122. Os itálicos foram acrescentados por mim, Pedro Arruda.

governo passou a tolerar apenas as fraudes que eram praticadas pelo grupo da situação! Este, sim, é que poderia “legitimamente” falsificar os resultados. Enquanto o presidente da República oferecia aos grupos situacionistas o controle absoluto sobre os seus Estados, estes – Republicanos ou Concentrados – se comprometiam a apoiá-lo.<sup>557</sup> Tal apoio foi absolutamente necessário, para que o governo federal pudesse implementar a rígida política de contração monetária, bastante impopular e de efeitos recessivos em curto prazo.

Como se não bastasse o completo afastamento das classes subalternas, em relação às decisões que eram tomadas pelo restrito círculo de oligarcas da República, as contradições internas eram ainda disfarçadas através de apelos ao sentimento patriótico do povo brasileiro. O governo federal, seus aliados nos Estados e até mesmo os grupos de “oposição” levantavam uma bandeira comum: uma variante de nacionalismo burguês, diretamente ligado às tentativas de imposição da disciplina dentro e fora das fábricas (e fazendas). Daí, a proibição do alistamento eleitoral também aos imigrantes, para mantê-los afastados da vida política-institucional. A Liga Nacionalista de São Paulo, maior grupo de oposição ao PRP antes da fundação do Partido Democrático, foi provavelmente a expressão mais elaborada desta visão de mundo: criada em 1916 (época em que crescia o brado nacionalista da burguesia brasileira contra a Alemanha, diante da guerra imperialista que forçou uma aproximação com os EUA), ela surgiu da preocupação de alguns membros da elite paulista – Olavo Bilac, Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Monteiro Lobato, entre outros – com os operários estrangeiros ditos “subversivos”, que seriam os grandes responsáveis pela corrupção dos costumes: “Para nós é ponto de doutrina intangível que, política no Brasil, é matéria reservada exclusivamente aos brasileiros (...) Aos operários estrangeiros diremos que o Brasil é nosso”.<sup>558</sup> Pelas razões já apresentadas, não deve causar estranheza a menção apenas aos *operários* estrangeiros, deixando o patronato de fora desta xenofobia seletiva.

A discriminação constitucional do *trabalhador* estrangeiro era ratificada pelos próprios membros do Supremo Tribunal Federal, órgão tido como o “guardião da Constituição”. Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ministro do STF, publicou em 1920 um livro sobre a questão social onde dizia que, “se não fosse a corrente imigratória, avolumada pelos alemães e italianos influenciados pelo socialismo germânico, a América estaria completamente indene

---

<sup>557</sup> Sobre a política dos governadores e a comissão de verificação de poderes, consultar também a pesquisa de CARONE (*A República Velha – instituições e classes sociais*, pp. 302-8) e os trabalhos supracitados de Campello de SOUZA (páginas 182 e seguintes), FAORO (páginas 179-186), LEAL (páginas 270-1) e KUGELMAS (páginas 203-05).

<sup>558</sup> Matéria publicada em *O Estado de S. Paulo*, outubro de 1919, citada por S. MOREIRA, *São Paulo na Primeira República*, p. 49. A LNSP foi fechada em 1924, mas dois anos depois a maioria de seus integrantes participou da fundação do PD.

do vírus comunista”.<sup>559</sup> As autoridades policiais e a burguesia industrial engrossavam o coro das reclamações contra os trabalhadores estrangeiros: os primeiros justificavam a repressão, alegando, por exemplo, a necessidade de coibir os “anarquistas agitadores de ofício, pagos por governos estrangeiros para matar a nossa indústria”.<sup>560</sup> Eram respaldados pela Lei Adolfo Gordo, de janeiro de 1907, que estabelecia que “o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”.<sup>561</sup> A burguesia industrial (seja ela nativa ou de origem estrangeira) era, sem dúvida, a maior beneficiária destas campanhas de “nacionalização” do elemento trabalhador, que contava com um generoso apoio da grande imprensa conservadora.

De fato, eram muitos os empresários engajados na propagação daquela onda de xenofobia. Octávio Pupo Nogueira, secretário-geral do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, além de ser o maior responsável pela elaboração de “listas negras” com o nome de trabalhadores que participavam de manifestações, expressava seu ódio pelos trabalhadores estrangeiros nos seguintes termos: “Em realidade, nossas fábricas estão abertas a todos os aventureiros, a toda a escória social rejeitada pelas velhas civilizações da Europa, sem que aos nossos industriais seja dado realizar uma seleção do seu pessoal”. Através das listas negras, disse Nogueira, “o elemento proletário da capital e do interior do Estado será arregimentado, limpado, vivificado, purificado dos maus elementos que o envenenavam”.<sup>562</sup>

A maioria dos empresários industriais da Primeira República seguia a mesma orientação do secretário, e reproduzir todos os comentários seria repetitivo e enfadonho. O que importa é levar em consideração que as variantes assumidas pelo discurso nacionalista no Brasil apenas ocultavam as contradições de classe no interior da própria sociedade, como também vinha acontecendo nos países imperialistas (vide capítulo VI). As conseqüências desta variante de nacionalismo burguês (num país onde, contraditoriamente, não existiam partidos políticos organizados em âmbito nacional)<sup>563</sup>, eram óbvias: como a maioria dos trabalhadores nas

---

<sup>559</sup> Cf. E. de MORAIS FILHO, “A proto-história do marxismo no Brasil”, p. 41. Pouco tempo antes, em 1917, no contexto de uma grande onda de atividades grevistas, o STF tornou mais “flexível”, por assim dizer, o dispositivo legal que proibia a expulsão de estrangeiros residentes há mais de dois anos no Brasil. Os anarquistas sentiram diretamente o peso de tal decisão: “por se oporem à ordem social e pretendê-la destruir através da violência, constituíam um ‘elemento flutuante’, que vagava pelo país para difundir seus métodos e ideais” (Cf. PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, p. 159).

<sup>560</sup> Declaração do chefe da polícia paulista à imprensa, a respeito da greve de 1º de maio de 1907, citada por PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, p. 156.

<sup>561</sup> Cf. *ibid.*, p. 157. A primeira lei regulamentando a expulsão de estrangeiros é de 1903.

<sup>562</sup> Citado por DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 177.

<sup>563</sup> Com exceção justamente do PCB e de alguns efêmeros agrupamentos de oligarcas: o Partido Republicano Federal (fundado por Francisco Glicério) e o Partido Republicano Conservador (organizado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado e nominalmente dirigido por Quintino Bocaiúva). Sobre a situação do PRF após a implementação da “política dos governadores”, Campos Salles foi sarcástico: “Acusaram-me de ter dissolvido os

indústrias era composta de imigrantes<sup>564</sup>, restava-lhes a luta sindical, como único recurso possível. Deste modo, enquanto uma parte importante do movimento operário permanecia vinculada ao movimento anarco-sindicalista, as elites urbanas e rurais procuravam promover o alistamento eleitoral dos trabalhadores brasileiros, a fim de cooptá-los.

Numa época em que a transumância era decisiva para as virtualidades de expansão do sistema capitalista, logo da própria classe burguesa, a reação do proletariado recém-chegado ao Brasil se dava através da negação do próprio conceito de pátria. A Federação Operária de São Paulo publicou um manifesto, após a elaboração da Lei Adolfo Gordo, onde afirmava que “a nossa pátria é o mundo, os nossos compatriotas são hoje os operários em geral e os estrangeiros são para nós todos os capitalistas”.<sup>565</sup> Neste aspecto ao menos, a burguesia industrial não precisou recorrer ao aparelho repressivo do Estado para fazer valer o seu interesse, já que o grosso dos trabalhadores imigrantes não fazia questão da cidadania política. A ironia, como foi salientado por Sílvia Moreira, é que o liberalismo excludente da Primeira República atuava praticamente *em sinergia com as teses anarquistas*.<sup>566</sup> A não-obrigatoriedade do voto era uma entre tantas outras circunstâncias que reforçavam essa estranha coincidência.

Nota-se, portanto, que os critérios de alistamento eleitoral excluía a maior parte da população brasileira: os estrangeiros, as mulheres, os analfabetos, os mendigos e os menores de 21 anos. O sistema político brasileiro, organizado para servir aos interesses das oligarquias, praticamente excluía do processo decisório aqueles que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver, isto é, aqueles que constituem a contradição antagônica fundamental do capital: “antes de 1930, o número de votos operários nas eleições presidenciais representava cerca de 3% da população votante do país”.<sup>567</sup> A Constituição, como se costuma dizer no Brasil, ainda era “coisa para inglês ver”, e nesse sentido a indagação feita por José

---

partidos. Houve, porém, quem formulasse a minha defesa nesta síntese: não se dissolve o que não existe”. O PRF, de acordo com o ex-presidente, “não era propriamente um partido político, senão apenas uma grande agregação de elementos antagônicos” (CAMPOS SALLES, *Da propaganda à presidência*, pp. 115 e 119).

<sup>564</sup> Em 1893, 82,5% dos trabalhadores manuais de São Paulo (incluindo os setores de manufatura e transportes) eram estrangeiros, que representavam também mais da metade (54,5%) de toda a população do município (cf. PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, pp. 138-140). Ainda em 1920, cerca de 2/3 da população do município de São Paulo eram estrangeiros ou seus descendentes, numa população que totalizava 580.000 habitantes (cf. SAES, *Classe média e política*, p. 41).

<sup>565</sup> Citado por CARVALHO, *Os bestializados*, p. 62.

<sup>566</sup> MOREIRA, *São Paulo na Primeira República*, p. 19. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro e também José Murilo de Carvalho, a não-participação dos imigrantes na vida política deve ser atribuída mais ao seu desinteresse do que às dificuldades formais para o alistamento eleitoral. O terreno, assim, ficava inteiramente livre para as manobras das diversas facções burguesas (PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, p. 176; CARVALHO, *Os bestializados*, pp. 56-65).

<sup>567</sup> Cf. PINHEIRO, “O proletariado industrial”, p. 177. Simon Schwartzman, apoiado em dados estatísticos, mostrou que não havia diferenças significativas entre o Império e a Primeira República, quanto ao percentual de eleitores em relação à população total (SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, p. 94).



Murilo de Carvalho é bastante oportuna: “Havia uma constituição que garantia os direitos civis e políticos dos cidadãos, havia eleições, havia um parlamento, havia tentativas de formar partidos políticos. A mesa estava posta, por que não apareciam os convivas? Onde estavam eles?”.<sup>568</sup> Foram, como bem observou esse historiador, aliados na prática por aqueles mesmos que os tinham incluído na teoria, para decepção de alguns republicanos (como Silva Jardim) que chegaram a depositar esperanças de uma maior participação popular no novo regime. Os movimentos sociais só teriam condições de se manifestar à margem da lei, para serem imediatamente sufocados pelos órgãos de segurança.

A disputa por cargos políticos limitava-se, grosso modo, aos membros das classes proprietárias. Os “donos do poder”, com algumas raras exceções, estavam diretamente ligados às atividades agrícolas e comerciais, e para eles estavam reservados os cargos mais importantes, como a presidência da República, os governos dos Estados, os Ministérios e as cadeiras no Senado. Os membros das camadas médias urbanas, que não eram muito numerosas na república oligárquica, ocupavam com maior frequência os lugares intermediários na administração pública (funcionários do quadro permanente de carreira), e não possuíam vínculos políticos, ideológicos e – muito menos – organizacionais com os assalariados manuais. Com alguma frequência, além do serviço público eles também conseguiam se eleger deputados, mas para evitar a “degola” do sistema de verificação de poderes, seria preciso oferecer provas inequívocas de sua fidelidade às regras, expressas ou tácitas, do sistema oligárquico. Nesta situação, portanto, também continua sendo válida a constatação de que a origem social não é fator determinante para a conduta do agente, no desempenho de funções políticas.

Naquelas condições, de participação política restrita aos proprietários ou membros de uma elite (profissional, intelectual etc.), também não fica difícil entender a razão pela qual nem mesmo as “oposições” aos grupos dominantes chegaram a contestar os fundamentos mesmos do poder. Além da inexistência de uma contradição fundamental entre as frações burguesas da cidade e do campo, suas propostas em relação às classes subalternas eram praticamente idênticas, numa somatória de esforços cujo objetivo era impedir até mesmo o

---

<sup>568</sup> CARVALHO, *Os bestializados*, p. 74. Mesmo no Rio de Janeiro, capital do país na época, região mais urbanizada e com maior índice de alfabetização, apenas 20% dos habitantes preenchia os requisitos constitucionais para o alistamento eleitoral. Destes, apenas um décimo aproximadamente participava das votações. Nas eleições presidenciais de 1910, por exemplo, o número de votantes (8.687) correspondia a 0,9% da população total do Distrito Federal, ou a terça parte dos eleitores inscritos, que somavam 25.246. O desinteresse da maioria dos eleitores pode ser explicado, em parte, pela ocorrência sistemática das fraudes, que *tornavam o exercício da cidadania política uma simples caricatura*. O povo participava da política por outros meios: paralisações de fábricas, protestos nas ruas, depredações de edifícios e destruição de bondes, ou revoltas como a da vacina em 1904 etc. (idem, pp. 84-90).

desencadeamento das mais elementares reivindicações situadas no nível econômico, como aumentos salariais e limitação da jornada de trabalho.

Neste aspecto, o da questão social, praticamente não havia distinção entre o comportamento dos grupos favorecidos pela “política dos governadores” e o das assim chamadas “oposições”: a Constituição Federal em vigor, com seu acentuado liberalismo, não contemplava qualquer tipo de intervenção nas relações entre capital e trabalho, mantendo o mais absoluto silêncio diante dos direitos trabalhistas.<sup>569</sup> Na lei maior, não constava uma só garantia para os trabalhadores do campo e da cidade: estes eram formalmente considerados, pelo Código Civil de 1916 (que entrou em vigor no ano seguinte), como sendo pessoas juridicamente livres e dotadas de autonomia de vontade, logo, capazes de celebrar acordos com a classe patronal sem precisar da intermediação do Estado. As relações de trabalho eram consideradas como um ramo do direito privado, motivo alegado para manter o Estado do lado de fora das fábricas. Enquanto isso, dentro dos muros da empresa era possível encontrar, por exemplo, crianças com 10 anos de idade e mulheres no último mês de gestação trabalhando em condições perigosas e insalubres, dentro de jornadas de trabalho que conduziam ao esgotamento físico. Um historiador afirmou, com muita propriedade, que “o liberalismo, na sua feição brasileira”, significava “liberdade para os interesses incapazes de granjear o patrocínio do governo e proteção para os importantes”.<sup>570</sup>

Vejamos, pois, como um dos mais destacados “críticos das oligarquias” pretendia corrigir os “excessos” ou desvios do sistema, e aperfeiçoar a democracia brasileira daquele período, sem romper com os princípios fundamentais do Estado liberal.

### **3. A revisão constitucional defendida por Rui Barbosa e os limites de sua crítica.**

#### **3.1. A “Campanha Civilista” de 1910.**

Ele não tinha propriamente a oferecer, como acontecera no período do Governo Provisório, um grande programa de construção jurídica e de inovação econômica, peado, como deveria encontrar-se, pelos compromissos dos partidos que o sustentavam. Na época, era generalizada convicção que todos os males do país se derivavam da falta de cumprimento leal e honesto da Constituição e das leis existentes. Não o preocupavam muito as questões que, hoje, chamamos genericamente de sociais (José Maria Bello, *História da República*, p. 213).

<sup>569</sup> Consultar BOSI, “Arqueologia da CLT”, pp. 12-15. O autor, mais uma vez, chama a atenção para a única exceção neste assunto: os círculos positivistas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Teixeira Mendes e Júlio de Castilhos à frente.

<sup>570</sup> FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 227.

Durante a Campanha Civilista, Rui Barbosa ignorou os problemas estruturais da sociedade brasileira e concentrou suas críticas no caráter militar do candidato Hermes da Fonseca. A candidatura deste era apoiada por Nilo Peçanha, que passou a exercer interinamente a presidência da República, após a morte de Afonso Pena. Rui Barbosa afirmou que o mais importante, naquele momento, seria “repor, nos seus eixos, a ordem civil desquiciada e combatida até nos seus fundamentos”. A expressão ordem *civil* era empregada como uma tentativa de polarizar as duas candidaturas em torno de um tema específico, mas o tratamento superficial das discussões era conveniente também para o seu principal aliado, o Partido Republicano Paulista.<sup>571</sup> O *civilismo*, nestas condições, era uma caricatura – assim como o próprio *militarismo* – que também servia ao propósito de deixar de lado os graves problemas *econômicos e sociais*.

Além de meramente contrapor a uma candidatura militar outra de natureza civil, havia uma insistência em tentar desqualificar a figura pessoal do adversário, apresentando-se diante do eleitorado como um candidato intelectualmente mais capaz. Seu oponente era retratado como um personagem de pequeno valor, que nada mais teria feito na vida do que se dedicar “aos misteres da sua profissão”, ou seja, a carreira militar. Ninguém, disse Rui Barbosa, “sabia que [Hermes da Fonseca] tivesse idéias políticas, ou, pelo menos, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fossem. Ao passo que as minhas estão escritas [notar a ênfase que o candidato conferia à sua qualidade de letrado, superior à do homem da caserna], com traços profundos, em quase quarenta anos de uma vida política sempre militante”.<sup>572</sup>

Rui Barbosa alegava que sempre foi, e também seria como Presidente da República, superior ao adversário na *defesa da Constituição* e seus princípios fundamentais. Enquanto Hermes da Fonseca só poderia reivindicar alguma qualidade na condição de “consangüíneo de seu egrégio tio”, expressão irônica que servia para ridicularizar o adversário<sup>573</sup>, Barbosa reivindicava a própria autoria da Carta de 1891: “devo ser havido como parte maior no seu feitio, melhor na sua inteligência, mais autorizado na sua representação do que o heróico soldado”.<sup>574</sup> Naturalmente, se o perfil apresentado fosse meramente o de principal artífice da constituição, haveria o risco de ser identificado como o candidato da ordem, justamente a

<sup>571</sup> O candidato a vice-presidente na chapa de Rui Barbosa era o perrepista Albuquerque Lins.

<sup>572</sup> BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, vol. 04, pp. 07 e 19.

<sup>573</sup> Só aparentemente a ironia pode ser comparada com a utilizada por Marx ao se referir a Luís Bonaparte: Rui Barbosa sugere que a simples mudança de pessoas poderá resolver a “crise” que se abriu, enquanto Marx afirmava que, diante dos problemas estruturais, a eleição do sobrinho nada mais representava do que a repetição da história, desta vez como farsa.

<sup>574</sup> *Ibid.*, p. 21.

imagem que Rui Barbosa tentava colar em Hermes da Fonseca. A estratégia de Barbosa consistiu em defender o respeito à Constituição (“nesse regime, o único soberano é o direito”), contra as “combinações hipócritas de absolutismo que dissimulavam as formas democráticas e republicanas”, numa alusão à política dos governadores, que transformava a escolha do candidato oficial pelas cúpulas partidárias no verdadeiro momento da eleição do presidente. O comparecimento dos eleitores no dia da votação fazia parte das “encenações eleitorais” de um regime repleto de “teatralidades”.<sup>575</sup>

Como a soberania popular havia sido fraudulentamente usurpada mediante os conluíus, que eram celebrados por um pequeno grupo de chefes políticos, os princípios republicanos e democráticos consagrados em fevereiro de 1891 só teriam eficácia se a própria Constituição fosse alterada:

Esta autoridade, este direito, esta preferência, não os alienei, por haver aconselhado a revisão. Antes exatamente por amor da Constituição é que aconselhei e aconselho o revê-la. A Constituição de 1891 precisa de ser reformada, para se conservar. As boas instituições não de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se, com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma.<sup>576</sup>

Durante a campanha, que incluía caravanas pelas capitais e cidades do interior de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, Rui Barbosa expôs suas propostas: reforma eleitoral, liberdade de consciência religiosa, atração de imigrantes, controle do contrabando de mercadorias, mudanças no sistema tributário. Defendeu também a atribuição de maiores poderes para a União, como forma de combate às oligarquias: “À sombra da semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas delas, uma espécie de satrapismo irresponsável e onipotente, que as sangra, as exaure, as absorve, em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem. Os governos se revezam ali entre meia dúzia de individualidades lígias do mesmo senhor, ou filiadas da mesma parentela”.<sup>577</sup>

---

<sup>575</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>576</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>577</sup> *Ibid.*, p. 44.

Sobre o comércio exterior, disse que se deveria “adotar, para a revisão das nossas tarifas aduaneiras, um critério *energicamente liberal*”, logo depois de fazer um elogio *a posteriori* da política de Campos Salles.<sup>578</sup> Mas a defesa do voto secreto ainda era a panacéia: dizia-se que a maior exigência “da nossa moralização eleitoral consiste em extinguir radicalmente a publicidade no voto. No dia em que houvermos estabelecido o recato impenetrável da cédula eleitoral, teremos escoimado a eleição das suas duas grandes chagas: a intimidação e o suborno. A publicidade é a servidão do votante. O segredo, a sua independência”.<sup>579</sup>

A reforma eleitoral proposta por Rui Barbosa, ainda que tímida, dificilmente se realizaria. Já observei, neste mesmo capítulo, que a correlação de forças e o sistema constitucional praticamente inviabilizavam as tentativas de modificação dos procedimentos de escolha dos representantes, na ausência de uma tomada do poder pela força. Rui, ao contrário, afirmava que suas propostas poderiam ser adotadas de acordo com os mecanismos institucionais, o que já implicaria uma primeira dificuldade: como alterar a essência da “política dos governadores”, se os responsáveis pelo processo de criação das leis federais e do regimento interno do poder legislativo – os deputados e senadores – eram justamente os seus maiores beneficiários? Como fazer com que estes, tendo sido eleitos por obra das tais práticas viciadas – bico de pena, voto de cabresto, falsificação das atas, reconhecimento dos poderes etc. – se tornassem, da noite para o dia, zelosos defensores da transparência dos procedimentos de escolha e apuração dos votos?

Não será necessário reconstituir as denúncias de fraudes na eleição de 1910. Elas não fugiram à “regra”, como atestam as denúncias de parte a parte. Disse Edgard Carone, a esse respeito: “Mesmo quando Rui Barbosa contesta os resultados eleitorais dos Estados hermistas, ele não põe em dúvida o que se dá naqueles que o apóiam”.<sup>580</sup> Qualquer que fosse o presidente da República eleito, nesta ou em outra eleição nos termos da Constituição de 1891, ele encontraria as mesmas dificuldades para alterar as regras do jogo, tanto jurídicas quanto aquelas que existiam *de facto*. Mas não era esse o juízo de Rui Barbosa, tão reconhecido pela sua erudição de juriconsulto: o candidato da oposição considerava que “o sistema reformativo, estipulado no próprio texto, pelo artigo 90, constitui um mecanismo de ação

<sup>578</sup> *Ibid.*, pp. 77-8.

<sup>579</sup> *Ibid.*, pp. 62-3.

<sup>580</sup> CARONE, *A República Velha (evolução política)*, p. 245. Na Campanha de 1919, disse o candidato Rui Barbosa: “O voto é a primeira arma do cidadão. Com ele venceréis. Agora, se vo-lo roubarem, é outra coisa. *Com ladrões, como com ladrões. Quando a ofensiva nos arrebatou um direito, até onde o exigir a recuperação deste, até aí deve ir a defensiva*” (*Campanhas presidenciais*, volume 04, p. 314 – os itálicos são meus, Pedro Arruda).

relativamente *fácil*".<sup>581</sup> O otimismo exagerado, se traduzido em termos mais realistas, significava a certeza de poder contar com o apoio de 66% dos deputados, e igual percentagem dos senadores, para que estes realizassem o desejo patriótico de colocar em risco a sua própria razão de ser.

A plataforma eleitoral de Rui Barbosa era a de um típico e sincero liberal da sua época: defesa do livre comércio, governo representativo, separação dos poderes, não-intervenção, Estado laico, liberdade contratual e silêncio a respeito dos direitos trabalhistas. Ocorre que até mesmo o seu liberalismo, diante do encaminhamento da campanha, tendia a ser abafado pela antinomia principal, *civilismo versus militarismo*. O antimilitarismo, dizia o próprio Rui Barbosa, *era mais importante do que a reforma da constituição*. O próprio candidato admitiu que os Estados que o apoiavam não o faziam em nome da reforma constitucional, e sim da oposição ao militarismo. Talvez para tranquilizar as lideranças perrepistas que o apoiavam, Rui já sinalizava que, se fosse eleito, não se esforçaria em cumprir as promessas de campanha, sob o pretexto de que "não está na órbita das atribuições do presidente da República o fazer ou iniciar reformas constitucionais".<sup>582</sup>

### 3.2. A Candidatura Presidencial de 1919.

O Rui de 1919 se distanciara, agora, do Rui liberal, de antes (W. Cano, "Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929", p. 250).

A disputa contra Epitácio Pessoa foi marcada pela elaboração de uma plataforma política inovadora em certos aspectos, já que passou a levar em consideração alguns problemas sociais, que deveriam ser enfrentados. Rui Barbosa continuava defendendo a necessidade de modificar os procedimentos de escolha e homologação dos candidatos eleitos, tidos como o instrumento de usurpação da soberania popular. O candidato, contudo, foi um pouco mais além do liberalismo político e econômico, tendo afirmado que o individualismo não deveria se sobrepor ao interesse maior, que era o da sociedade. A defesa de uma *democracia cristã*, que foi adotada com grande atraso (inclusive em relação à publicação da Encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891), implicava a afirmação de que "a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade".<sup>583</sup>

Agora, o persistente adversário das candidaturas oficiais já se manifestava em favor de uma proteção jurídica dos trabalhadores diante da classe patronal, questão que não fora levada

<sup>581</sup> BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, volume 04, pp. 22-23. Os itálicos foram acrescentados por mim, PFA.

<sup>582</sup> *Ibid.*, pp. 26-7.

<sup>583</sup> *Ibid.*, p. 244.

em consideração na sua campanha de 1910. A “liberdade absoluta dos contratos”, dizia ele, deveria ser atenuada “para amparar a fraqueza dos necessitados contra a ganância dos opulentos”, e o meio para alcançar esse objetivo seria a instituição da legislação trabalhista.<sup>584</sup> Barbosa passou a defender a fixação de algumas regras, que eram as seguintes<sup>585</sup>: a) proteção ao trabalho dos menores, sem especificar qual a idade mínima que deveria ser fixada; b) igualdade de tratamento, incluindo a questão dos salários, entre homens e mulheres (“a igual trabalho salário igual”); c) limitação da jornada de trabalho, com a recomendação de 08 horas diárias. d) regulamentação do trabalho noturno, que deveria ser permitido apenas para os “casos de necessidade inevitável”; e) proibição do trabalho domiciliar, tido com um “cárcere silencioso” que isola o operário e lhe impõe uma remuneração miserável; f) proteger as mulheres operárias “no mês antecedente e no mês subsequente ao parto”; g) Extinção total dos armazéns de venda aos operários, tidos como “aparelhos de escravização” que subordinam os trabalhadores aos seus patrões. h) melhores habitações para os trabalhadores, que viviam em porões imundos, sem iluminação, mal ventilados e no meio das piores condições de higiene, causando doenças e até mortes; i) regulamentação das leis já existentes sobre acidentes de trabalho, e instituição de um seguro *obrigatório*, a ser pago pelo empregador, para indenizar as vítimas de acidentes; j) extensão dos benefícios aos trabalhadores da agricultura e da pecuária, que, “perdidos nos recessos desses sertões”, se tornam meros “instrumentos servis de um patronato cruel e irresponsável”.

Rui, ao contrário de muitos militantes da causa republicana, já havia, na segunda metade do século XIX, projetado seu nome com um defensor da abolição dos escravos, tendo lutado – como político, jornalista e advogado – durante 19 anos nesta causa: de 1869 até 1888. Mas a luta pela legislação trabalhista seria igualmente difícil, diante de uma classe que há pouco tempo ainda segurava a chibata nas mãos. Defender a intervenção (ou “intromissão”, como diziam os seus críticos) do Estado nas relações entre capital e trabalho, como Rui Barbosa vinha fazendo, significava remar contra a corrente. Era quase um consenso entre os políticos da época que a ação do Estado deveria se limitar a duas ordens de problemas: proteger o patronato da ação “subversiva” dos trabalhadores organizados e obrigar as partes a cumprirem os contratos que eram “livremente” estabelecidos (esta segunda consideração, a propósito, era aplicada com muito maior rigor aos trabalhadores do que aos patrões).

Na época, alguns adversários de Rui Barbosa, receosos de manifestarem publicamente sua oposição à legislação trabalhista, objetavam seus argumentos sob o pretexto de não ser

---

<sup>584</sup> *Ibid.*, p. 245.

<sup>585</sup> *Ibid.*, pp. 253 e seguintes.

necessário criar leis especiais para os operários, cujas condições de vida e trabalho poderiam ser melhoradas através da negociação direta com seus patrões. Foi o que afirmou, por exemplo, um político gaúcho durante uma discussão travada com Barbosa:

Os contratos entre os patrões e os operários, por isso que são instrumentos ‘bilaterais’, não exigem legislação especial para serem cumpridos e muito menos para serem modificados, de acordo com os interesses das duas partes contratantes. (...) O Estado, por suas leis, não poderá intervir nesta questão, senão com a garantia da ordem, entendendo-se para este efeito o emprego de medidas conciliadoras, que não contrariem o nosso direito constituído.<sup>586</sup>

Rui Barbosa retrucou o argumento do adversário, dizendo que “a mera observância desses contratos é matéria de puro direito civil”, portanto insuficiente para resolver a questão social. A ironia, nesta discussão, aparece quando Rui Barbosa sugere estar seguindo mais fielmente os ensinamentos do fundador da sociologia do que o próprio republicano gaúcho: “Mas não será preciso, também, de ter lido Comte para discernir que, quando se fala em ‘medidas reclamadas pela questão social’, o em que se cogita não é em cumprir tais contratos, mas em dar, fora desses contratos, acima deles, sem embargo deles, ‘por intervenção da lei, garantias, direitos, remédios, que, contratualmente, o trabalhador não conseguiria do capital’”.<sup>587</sup> Como se nota, o tom desta campanha era bem diferente daquela de nove anos antes.

Mas é importante levar em consideração que o mesmo Rui Barbosa reconhecia que *o Estado não tinha competência*, nos termos da Constituição Federal em vigor, para legislar em matéria de direitos trabalhistas: sua introdução, portanto, *seria uma medida inconstitucional*, como ele mesmo vinha afirmando, enquanto se mantivesse o “direito de propriedade em toda a sua plenitude” (esta era a redação do artigo 72, § 17). Daí, a impossibilidade de introduzir os direitos trabalhistas sem modificar, antes, a própria Constituição:

[quanto ao argumento da inconstitucionalidade], estou de acordo com a ortodoxia rio-grandense. Não alterada a Constituição, não poderia o Congresso Nacional legislar as mais importantes das medidas sociais, que há pouco discuti. No em que estamos em rixa aberta é em não

<sup>586</sup> Citado por FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 228.

<sup>587</sup> BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, volume 04, p. 295.



quererem eles, e advogar eu, a revisão constitucional, para chegarmos a essas medidas. Eles estimam o obstáculo constitucional, para não as dar. Eu, para as dar, pretendo remover o obstáculo constitucional.<sup>588</sup>

Na *única* vez que aquela Constituição foi emendada (em 1926, durante o último ano da presidência de Artur Bernardes, quando Rui Barbosa já havia falecido), o Congresso Nacional impôs justamente o fortalecimento do aparelho repressivo do Estado, sem sequer discutir a questão dos direitos sociais. A proposta da legislação social, contudo, não significa que o ex-candidato a presidente fosse favorável à participação política dos trabalhadores. Rui Barbosa também nada disse a respeito do direito de greve, por exemplo, ou acerca da liberdade sindical. O tom estava muito próximo do que os positivistas já diziam há algum tempo, como demonstra o apelo de Rui Barbosa às “classes conservadoras”:

No qualificativo de conservadores, se juntam, com a idéia de ordem orgânica, a de estabilidade e a de regeneração. Portanto, senhores, também, a de evolução e progresso. Toda a organização vivente que se conserva, e regenera, necessariamente evolue, melhora e se aperfeiçoa (...). Não é só o proprietário, o industrial, o comerciante. Não é somente o banqueiro, o armador, o fabricante, o senhor de latifúndios, o dono de minas e estradas. Não. Todos os que entram para o corpo social como um glóbulo de sangue, uma célula nervosa, ou um elemento químico no corpo humano, todos esses participam dos elementos conservadores da comunidade. Grave erro seria o de pormos a uma parte o operário, à outra as classes conservadoras. Nas classes conservadoras ao lado do patrão está, com o mesmo direito, o obreiro.

O apelo às “classes conservadoras” era também uma manifestação da intranquilidade de um típico burguês e liberal de sua época, diante das tensões internas e externas, que surgiram como resultado da eclosão da primeira guerra mundial e da revolução bolchevique na Rússia. O jurista vangloriava-se – numa época em que a classe operária se mobilizava contra o militarismo e na defesa de princípios como os da autodeterminação das nações e não-intervenção – de ter exercido influência no episódio que assinalou a entrada do Brasil no primeiro conflito imperialista: “os governos estrangeiros assistiram ao meu papel

---

<sup>588</sup> *Ibid.*, p. 296.

predominante no movimento, que levou o governo brasileiro a quebrar a neutralidade na guerra da civilização contra os bárbaros”.<sup>589</sup> O Brasil, a propósito, foi o único país sul-americano que participou da primeira guerra. O candidato também fez coro com a burguesia na crítica ao socialismo revolucionário: logo após o início da revolução de outubro, chegou até mesmo a saudá-la com certo entusiasmo, acreditando tratar-se de um movimento liberal disposto a derrubar a tirania czarista.<sup>590</sup> Depois, passada a confusão inicial sobre o caráter da revolução (outros acreditaram tratar-se de um movimento libertário, inspirado nas idéias de Proudhon e Bakunin), Barbosa não titubeou e passou a condená-la como um movimento perigoso para a humanidade, capaz de destruir os próprios alicerces da civilização.

Durante a campanha presidencial de 1919, a burguesia de todos os países acompanhava temerosa os acontecimentos na Rússia e no continente europeu, particularmente na Alemanha. Naquele contexto, Barbosa chegou a afirmar que a revolução, cujo espectro rondava a Europa, seria ainda *pior* do que o próprio conflito interimperialista, que ele apoiou: “Uma comoção tal, por mais horrenda que haja sido a guerra, vem a ser ainda cem vezes mais sinistra”. O então candidato presidencial também não fazia muita distinção entre comunismo e anarquismo, e parece mesmo ter confundido, pelo menos em alguns aspectos, a revolução de outubro como uma ação de caráter libertário: todos os acontecimentos na Europa, depois da guerra, eram simplesmente identificados com o “advento da anarquia”, a negação da justiça e também do direito. Dizia ele que a revolução “não é a fraternidade: é a inversão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua”. E prosseguia, defendendo a pátria, o patrão e Deus: a revolução, segundo suas próprias palavras, “não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus da alma e das reivindicações do povo. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião”.<sup>591</sup>

O que ele temia, assim como os seus adversários, era o risco de uma modificação no equilíbrio de poder, não entre facções oligárquicas rivais, mas entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Seria necessário defender a propriedade privada diante daqueles que pretendiam a socialização das condições objetivas da produção. “Os operários”,

<sup>589</sup> *Ibid.*, p. 317. Havia, no entanto, certo mal-estar entre Rui Barbosa e o governo dos EUA. Na mesma ocasião em que defendeu o rompimento da neutralidade brasileira na guerra (durante sessão no Senado Federal), fez questão de mostrar reservas em relação ao monroísmo, assim como já fizera Rio Branco na década anterior. Disse que o Brasil não pertencia apenas à América, mas a “todo o mundo civilizado”, chamando atenção para a *Europa livre*, que deveria receber a mesma atenção por parte das autoridades brasileiras. Moniz Bandeira explica que Rui Barbosa era tido como *persona non grata* pelo governo estadunidense, que conseguiu vetar seu nome para a chefia da delegação brasileira na Conferência de Versalhes (BANDEIRA, *Presença dos Estados unidos no Brasil*, pp. 203-4).

<sup>590</sup> Cf. MORAES FILHO, “A proto-história do marxismo no Brasil”, p. 40.

<sup>591</sup> BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, volume 04, pp. 206-10.

disse Rui Barbosa, “não melhorariam, se, em vez de obedecer aos capitalistas, obedecessem aos funcionários do Estado socializado”.<sup>592</sup>. Um ponto de vista idêntico ao do candidato vitorioso, Epiácio Pessoa, e de todos os demais presidentes da República, desde a sua proclamação até a Revolução de 1930.

---

<sup>592</sup> *Ibid.*, p. 307. Raymundo Faoro escreveu, a respeito: “Deveria o Estado proteger o trabalhador ou, velando pela ordem, entregá-lo ao livre jogo das convenções? Tocado este ponto, sabiam os senhores da paz republicana, o regime estaria comprometido. Verdade que Rui Barbosa não pregava, nem admitia transformações profundas, renovando, no máximo, o conservadorismo” (FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 227).

## **Capítulo XI**

### **IDEOLOGIAS DA DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL: O DISCURSO DO PROTECIONISMO**

Como consequência da superação da “etapa do capitalismo concorrencial” nos países imperialistas, as tarifas alfandegárias deixaram de constituir o estímulo mais eficiente para o crescimento da produção industrial. O esbulho colonial, o militarismo e a transformação do Estado num importante comprador da indústria pesada (siderurgia, petróleo, equipamentos de guerra, cimento etc.), além das práticas fraudulentas dos monopólios, tornaram-se recursos indispensáveis para um país alcançar o *status* de potência industrial. Neste contexto, a passagem para o capitalismo monopolista representou, simultaneamente, o fim da supremacia britânica e o surgimento de outras potências imperialistas com pretensões igualmente hegemônicas. Portanto, eram cada vez menores as diferenças entre as indústrias destes países, quanto ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Isto demonstra que a manutenção das tarifas protecionistas – defendidas justamente para corrigir as diferenças de produtividade que beneficiaram a economia britânica na primeira metade do século XIX, diante de países como Alemanha e Estados Unidos – não poderia mesmo ser entendida como um simples instrumento de defesa dos competidores mais fracos. Elas se transformaram num instrumento de aniquilamento das incipientes indústrias dos países dependentes e coloniais, e também como uma tentativa de conter o avanço de países imperialistas rivais. A mudança na correlação de forças, de fato, obrigava o capital financeiro a elaborar novas estratégias de dominação econômica.

Os trustes e cartéis, controlados pela oligarquia financeira, dispunham de condições para contornar os obstáculos representados pelo protecionismo alfandegário. Este, afinal, se podia *até certo ponto* limitar a circulação de mercadorias no âmbito do comércio internacional, era absolutamente inócuo para deter o processo de exportação sob a forma de *capitais de empréstimo* ou de *investimentos produtivos diretos*. A exportação de mercadorias, como vimos, se tornou um aspecto subordinado à exportação de capitais, e a industrialização nos países atrasados foi também bastante afetada – negativamente, como não poderia deixar de ser – pela ação das finanças internacionais.

As transformações da economia mundial trouxeram novos problemas, mas também grandes oportunidades, para as facções burguesas que possuíam a hegemonia no interior do Estado imperialista. Entre as oportunidades, estava a enorme capacidade de submeter os

países atrasados à dependência tecnológica e financeira. Nas palavras de Bukharin: “se a exportação de mercadorias é consideravelmente entravada pelas barreiras alfandegárias, não se passa o mesmo com a exportação de capitais. É claro que, quanto mais se agravam os ônus de alfândega, tanto mais a evasão de capitais se acentua”.<sup>593</sup> No contexto de acirramento dos conflitos interimperialistas, a exportação de capitais representou uma das armas que a oligarquia financeira empunhou para afirmar o seu domínio: constituiu uma tentativa de resolução de um problema da maior importância, cuja solução era absolutamente inadiável: a necessidade de operar uma redefinição quanto ao *modus operandi* de extração do sobretabalho nos países periféricos, já que nestes a “mania dos direitos protecionistas” também havia penetrado na consciência dos seus empresários industriais, ou de uma parte deles.

Apesar da “preferência” pelas formas usurárias de acumulação, a disputa por esferas de influência impelia a oligarquia financeira a realizar também investimentos *produtivos* diretos nos países atrasados. Isto porque “quando um capital é investido e funciona como capital num país ‘estrangeiro’ ele passa a beneficiar-se da ‘proteção’ aduaneira de que gozam os industriais do país”.<sup>594</sup> Começava a se definir, neste contexto de transição, uma mudança no padrão de dominação econômica entre os países imperialistas e os dependentes, obstaculizando o processo de instalação das indústrias – sobretudo, o setor de bens de capital – neste último grupo de países.

A redefinição dos laços de dependência acarretou importantes mudanças econômicas, políticas e sociais nos países atrasados. A economia brasileira do período não fugiu à regra: a introdução de tarifas alfandegárias, apesar de ter facilitado a instalação e o desenvolvimento de algumas indústrias, como a dos artigos têxteis, não foi suficiente para eliminar o atraso quanto ao desenvolvimento das forças produtivas e a vulnerabilidade diante das pressões do capital financeiro internacional. Na ausência de controles sobre a entrada e saída de capitais estrangeiros, o processo de substituição (da pauta) de importações apenas reforçava o caráter *complementar* de uma grande parte das atividades econômicas do país. Como se não bastasse, cada aumento das tarifas era sucedido por uma nova revisão – cuja iniciativa partia dos importadores e latifundiários – que implicava a *redução* da taxa estabelecida.

---

<sup>593</sup> BUKHARIN, *A economia mundial e o imperialismo*, p. 88.

<sup>594</sup> *Ibid.*, p. 89. Neste caso, a substituição de importações nada mais representa do que a passagem para o controle do capital estrangeiro das atividades industriais mais lucrativas e dinâmicas. Sobre a atuação das empresas estrangeiras nos países atrasados e os prejuízos dela decorrentes, consultar BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, capítulo VI, pp. 161-181.

Os vínculos econômicos que existiam entre a alta burguesia cafeeira e o capital estrangeiro resultaram naquilo que Florestan Fernandes chamou de “docilidade diante dos interesses imperialistas”,<sup>595</sup> ou seja, um comportamento que se orientava no sentido de facilitar a penetração do capital estrangeiro na condição de “sócio-maior” das elites locais. Para entendermos melhor o comportamento político dos grupos envolvidos na luta pela industrialização, convém analisar os argumentos que foram utilizados para defender ou criticar as propostas de estímulo ao processo de industrialização. Antes, porém, uma observação: poder-se-ia objetar que as disputas ideológicas entre as diferentes frações burguesas não questionam as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. Entretanto, é preciso ter em mente, como observou Lúcio Flávio de Almeida, que os conflitos intraburgueses, na sociedade capitalista, *tendem a aparecer como os conflitos fundamentais da sociedade*, em função da extensão da dominação de classe também para o mundo das idéias.<sup>596</sup> Na medida em que tais representações ideológicas produzem efeitos reais, inclusive sobre o comportamento das classes subalternas, a importância de seu estudo se torna evidente. De fato, a “captura” ideológica dos dominados foi uma preocupação constante das classes dominantes (ou seja, de todas as frações da burguesia brasileira, praticamente sem distinção), cujos exemplos já mencionamos no capítulo anterior: os apelos ao sentimento “patriótico” dos trabalhadores, contra os estrangeiros considerados “perturbadores da ordem pública”, ou as tentativas de associar o protecionismo ao aumento do custo de vida, foram alguns dos argumentos repetidos até a exaustão.

### **1. Latifúndio e alta burguesia comercial: argumentos contrários à política de industrialização acelerada.**

Pedi que o governo seja só governo, que distribua a justiça, mantenha a ordem, puna o crime, arrecade o imposto, represente o país; mas que não transponha a meta natural, mas que não se substitua à sociedade (...) Para nós, só há uma política possível, um dever, um culto: melhorar a sorte do povo. Mas como? Observando a lei da natureza, isto é, fecundando as fontes vivas do trabalho, instrumento divino do progresso humano; isto é, restituindo à indústria a sua liberdade, a liberdade, sim! Porque ela quer a concorrência universal, a multiplicidade das transações, a barateza dos serviços, a facilidade dos transportes, a comodidade da vida. Tudo se prende nessa longa série de idéias. Sua fórmula geral, a liberdade. Seu resultado final o bem do povo.<sup>597</sup>

<sup>595</sup> “A docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão-somente um estratagema econômico. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, p. 12).

<sup>596</sup> ALMEIDA, *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, pp. 31-2.

<sup>597</sup> A. C. TAVARES BASTOS, citado por FAORO, *Os donos do poder*, pp. 111-12.

A burguesia cafeeira, como demonstrou Nícia Vilela Luz, foi uma grande aliada do comércio importador na luta contra o protecionismo *alfandegário*, atitude que facilitou a entrada de mercadorias estrangeiras e atrasou o processo de instalação de importantes indústrias no país (no que diz respeito ao protecionismo *cambial*, os interesses dos industriais e dos cafeicultores eram coincidentes: ambos eram favoráveis à desvalorização da moeda local).<sup>598</sup> Num curioso movimento de transplantação ideológica, os ricardianos periféricos, ainda impregnados de alguns velhos preconceitos fisiocráticos, insistiam no trinômio “essencialmente agrícola/ vantagens comparativas/ indústrias fictícias” para desqualificar as pretensões do movimento industrialista. Argumentos que contagiaram a mente da classe latifundiária escravista durante o Império e que não deixaram de ser invocados mesmo após a proclamação da República, na “etapa superior do capitalismo”.

Os grupos ruralistas e a burguesia importadora desencadearam diversas campanhas, visando sensibilizar a opinião pública com a apologia da mão invisível e de seu corolário (o princípio da não-intervenção do Estado), porque não acreditavam na capacidade do setor industrial manter-se com suas próprias forças. Alegavam um interesse patriótico, pois a maioria das indústrias, sendo “artificiais” (assim chamadas porque utilizavam matérias-primas importadas), só beneficiaria um pequeno grupo de “privilegiados” pouco preocupados com a sorte dos milhões de indivíduos que dependiam do trabalho agrícola para sobreviver. Invocando argumentos de natureza tanto econômica (dentre os quais se destacam as vantagens relativas da produção agrícola), quanto puramente ideológicos ou morais (o mito de que a população rural seria mais bem-aventurada do que a urbana, entre outros), o bloco anti-industrialista constituiu um poderoso obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas e a modernização das relações de produção. A intervenção do Estado só se justificaria se fosse para favorecer a agricultura, tida como a única atividade capaz de promover a “verdadeira democracia social”.

A seção de comércio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (aqui, “indústria” compreende indistintamente todas as atividades econômicas, daí as suas diversas seções), por exemplo, alegava que a população rural era “mais feliz” do que a urbana.<sup>599</sup>

---

<sup>598</sup> Sobre a importância da política cambial para os exportadores, ver CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 98: os exportadores poderiam, com o câmbio baixo, exportar mercadorias cujo valor em dólares diminuía e, mesmo assim, receber uma soma maior em *moeda nacional*, como mostra a comparação entre os anos de 1889 e 1898.

<sup>599</sup> Para uma análise detalhada da manifestação deste tipo de ideologia, ver o trabalho de Sônia Regina de Mendonça sobre a Sociedade Nacional de Agricultura. Os membros da SNA eram, em sua maioria, proprietários de terras do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, e organizaram a entidade como uma tentativa de constituir um eixo alternativo de poder na Primeira República. Permanecendo à margem do núcleo dominante, formado pelas oligarquias paulista e mineira, os membros da SNA enxergavam no *farmer* estadunidense o

Partindo desta premissa, afirmava-se que a melhor política seria aquela que incentivasse a laboriosidade do homem do campo, em vez de “deixar a larga estrada da liberdade do comércio para esgueirar-se pelos escuros, tortuosos e íngremes desvios do protecionismo”.<sup>600</sup> As indústrias de transformação, sendo fictícias, exigiriam um esforço de capitalização muito acima da contribuição que poderiam oferecer para a sociedade. A conclusão não poderia ser outra: a ajuda oficial seria contraproducente, uma vez que exigia o sacrifício de toda a coletividade para atender as reivindicações de um pequeno grupo de empresários, cujos interesses estariam descolados do restante da população. Em suma: os empresários industriais não teriam a mínima condição de sustentarem suas atividades sem os favores do Estado, e acabariam tomando dos cofres públicos muito mais do que poderiam retribuir à sociedade.

As medidas de apoio ao setor industrial, numa sociedade onde faltavam os gêneros de consumo mais elementares, eram consideradas pela assim chamada “opinião pública” (ou seja, a que era publicada pela imprensa conservadora) um abuso da política governamental. Favorecendo um número reduzido de fabricantes, os “privilégios” conquistados “deram origem a uma irritação contra a pequena minoria favorecida”.<sup>601</sup> Estas campanhas, que tinham por trás o movimento ruralista e a alta burguesia comercial, eram conhecidas desde 1844, quando foi elaborada a Tarifa Alves Branco, e estenderam-se até as primeiras décadas do século seguinte. Em vésperas da primeira guerra mundial, a imprensa conservadora intensificou os ataques à indústria nacional, acusando-a de ser a maior responsável pelo aumento do custo de vida e a carestia.<sup>602</sup>

De fato, as relações dos líderes industriais com a grande imprensa foram de flagrante hostilidade. Os primeiros eram acusados de trapaceiros, exploradores, fraudadores da lei, falsificadores de rótulos de produtos estrangeiros e indivíduos que enriqueceram as custas dos trabalhadores e consumidores honestos. Além dos interesses mais gerais, havia também um motivo particular para a hostilidade: os donos de empresas jornalísticas ainda dependiam

---

paradigma do agricultor moderno: neste sentido, faziam a apologia da pequena propriedade, da diversificação da agricultura e dos métodos intensivos e mais racionais de cultivo do solo (mecanização, conhecimento técnico, seleção e beneficiamento das espécies etc.). Mas, no essencial, estavam atrelados ao mesmo universo ideológico das frações hegemônicas, fazendo coro aos seus argumentos de inspiração fisiocrática. É o que fica evidente no discurso de Assis Brasil, pecuarista e um dos líderes do “ruralismo” no Rio Grande do Sul: “Se o produtor é em geral mais feliz do que o consumidor, o caso aumenta de evidência em se tratando do produtor rural [seja ele proprietário, ou simples assalariado], do homem que trabalha a terra. É o trabalho dos trabalhos, o que dá nome à própria ação da energia humana – *laborare*, lavar”. Citado por MENDONÇA, “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)”, p. 180.

<sup>600</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 54. Trata-se de um relatório apresentado poucos anos antes da proclamação da República. Entretanto, argumentos desta natureza continuariam sendo apresentados pelos ruralistas muitas décadas depois.

<sup>601</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>602</sup> Cf. *ibid.*, pp. 144-5.



bastante das alíquotas reduzidas para importação de papel de jornal, e por isso foram particularmente contrários ao apoio governamental para a instalação de indústrias de celulose e papel. Essa animosidade entre frações da classe burguesa perdurou ao longo dos decênios seguintes, como atestam as polêmicas envolvendo Assis Chateaubriand – dono de um império jornalístico que incluía diversos jornais – e Francisco Matarazzo. A criação do Centro das Indústrias de São Paulo, cujo primeiro presidente foi o próprio Matarazzo (Roberto Simonsen ocupou a vice-presidência), não deixou de ser duramente atacada pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Comércio*.<sup>603</sup>

Parcelas consideráveis das camadas médias urbanas e do próprio proletariado eram bastante sensíveis aos apelos da grande imprensa, que explorava habilmente – como ainda hoje o vem fazendo – suas preocupações de consumidores. Contudo, o que mais contribuiu para esse ressentimento não foram tanto as tarifas alfandegárias, que podiam ser revogadas com a mesma rapidez com que eram criadas. Foram, como notou Nícia Vilela Luz, *favores* que eram concedidos diretamente a certos empresários: leis e decretos elaborados de forma casuística e contratos celebrados com determinadas empresas, que deixavam outros interessados de fora.<sup>604</sup> Tudo isso contribuía para criar um “ambiente psicológico pouco favorável” à indústria nacional, como observou a autora. Neste aspecto, havia uma certa proximidade entre as reivindicações da burguesia importadora e das camadas populares: “estas classes que vivem de salários vêem seu poder aquisitivo diminuir cada vez mais com a inflação, daí protestarem publicamente contra o câmbio baixo e a constante alta dos produtos. Muitas vezes, eles pedem a importação de produtos estrangeiros, que são mais baratos”.<sup>605</sup>

A burguesia importadora, contudo, era alvo das *mesmas* acusações por parte dos industriais. Estes diziam que a inflação era uma consequência da inexistência de competição nos setores em que atuavam os comerciantes, que manipulavam livremente o preço das mercadorias importadas, que só eles poderiam oferecer. Monopolizando o fornecimento de determinados artigos, os importadores estariam enriquecendo através de práticas abusivas e contrárias à verdadeira liberdade de comércio. A ambigüidade política e ideológica das camadas médias urbanas se torna manifesta quando se constata que em diversas ocasiões – especialmente nos momentos de crise no abastecimento de alguns gêneros – ela aceitou os

<sup>603</sup> Cf. DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 134, 136-7 e 152-3.

<sup>604</sup> LUZ, *obra citada*, pp. 114-5. A autora faz questão de ressaltar que os “abusos” que foram denunciados podem ter sido bastante exagerados pelo grupo antiindustrialista. Mas o que importa é considerar que tais abusos, reais ou imaginários, certamente contribuíram para forjar uma opinião *negativa* sobre a indústria nacional. Décio Saes entende que a desconfiança das camadas médias urbanas, diante das indústrias locais, decorre de seus interesses de curto prazo, ou seja, de seus “interesses de consumidor” (SAES, *Classe média e política*, p. 83).

<sup>605</sup> CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, pp. 101-2.

argumentos do grupo industrialista, chegando a hostilizar publicamente os membros da burguesia importadora. Sentindo seu poder aquisitivo diminuir, ela inclinava-se para o lado dos “fabricantes brasileiros” contra os “comerciantes estrangeiros”. O movimento jacobinista, na época do governo de Floriano Peixoto, aproveitou-se inclusive da revolta da Armada para atacar os portugueses (comerciantes e proprietários de casas de aluguel) na capital federal, tendo contribuído para despertar a fúria da população a sensação de ser explorada por uma pequena minoria.<sup>606</sup> Trata-se, portanto, de um movimento pendular das camadas médias urbanas, que ora apoiavam e outras vezes combatiam a política tarifária do governo federal.

Havia uma relação de causa e efeito entre as campanhas promovidas pela burguesia industrial e uma modificação do equilíbrio de forças em seu favor, onde uma fortalecia a outra. Entendemos que o mais importante é notar que as disputas entre frações burguesas tendem a confundir os trabalhadores produtivos e também as camadas médias urbanas, cujos horizontes político-ideológicos podem ser estreitados em razão das dificuldades de se propor uma alternativa não-capitalista para os problemas sociais. Numa situação como esta, em que os trabalhadores ainda não adquiriram plena consciência da possibilidade de superação da ordem burguesa, tornam-se mais ou menos caudatários dos interesses de uma ou outra fração das classes dominantes. Para utilizar uma velha metáfora, é como se as árvores os impedissem de enxergar a floresta.

Os agricultores e representantes do comércio importador tinham razões particulares para se oporem ao processo de industrialização, apesar do discurso retórico em prol dos “interesses da nação”. Os primeiros tinham o receio da descapitalização no setor agrícola, acreditando que o crescimento da produção industrial poderia forçar o deslocamento de uma grande quantidade de trabalhadores para os centros urbanos.<sup>607</sup> Deste modo, a agricultura sofreria um duro revés, cujas causas seriam a falta de capitais e a diminuição do exército de reserva no campo. Numa sociedade cujo eixo da acumulação capitalista consistia na produção extensiva e não-mecanizada de gêneros agrícolas (portanto, com reduzida composição orgânica do capital), é natural que flutuações no exército industrial de reserva repercutissem mais violentamente sobre a taxa de mais-valia. Os fazendeiros preocupavam-se também com a possibilidade de encarecimento dos gêneros de primeira necessidade (muitos dos quais ainda eram importados), que determinavam o custo da reprodução da força de trabalho no

---

<sup>606</sup> Cf. *ibid.*, p. 158; FAORO, *Os donos do poder*, volume 2, p. 161; CARVALHO, *Os bestializados*, p. 21.

<sup>607</sup> Cf. DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 76, e LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 61. Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda do governo Prudente de Moraes, utilizou justamente este argumento para criticar as políticas implementadas no início do período republicano (Cf. *ibid.*, p. 181, e CARONE, *A República Velha – instituições e classes sociais*, p. 91).

campo e, portanto, a relação entre o trabalho pago e o não-pago. A burguesia importadora, por sua vez, poderia perder o monopólio de fato que possuía sobre o fornecimento de grande parte dos bens de consumo para a população brasileira. O argumento baseado nos “interesses do consumidor” dava uma certa consistência teórica para a ideologia anti-industrialista, confundindo os interesses da parte com o todo.

Deste modo, alegava-se que a política protecionista poderia forçar a elevação dos preços, prejudicando indistintamente a massa de consumidores. O argumento é idêntico ao utilizado por David Ricardo: não se poderia admitir, diziam, que o consumidor pagasse caro tudo aquilo que poderia ser comprado a preços inferiores. Campos Salles e Joaquim Murinho foram provavelmente os maiores responsáveis pela transformação daquelas premissas numa espécie de ideologia oficial do Estado oligárquico. Disse o Ministro da Fazenda:

O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação aos que nos vêm do exterior, eleva, por meio de taxas ultra-protecionistas nas tarifas da Alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior. Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado pela manutenção daquelas indústrias.<sup>608</sup>

Os pronunciamentos de Joaquim Murinho, se confrontados com a opinião de Georg Friedrich List, mostram a distância que existia entre as visões de mundo que orientaram o comportamento das classes dominantes em dois países de industrialização retardatária. De acordo com o economista alemão, admitir o argumento das “vantagens comparativas” num país cujo setor industrial ainda não ultrapassou as primeiras etapas poderia trazer perdas irreparáveis, numa espécie de infanticídio industrial. Não é admissível, dizia ele, que alguém se deixe enganar por uma teoria pseudocientífica como a de Ricardo, que só poderia beneficiar o contendor mais forte (já que desta maneira poderia conquistar uma vitória sem necessidade de lutar). A situação equivale à metáfora utilizada pelo autor, quando afirmou que a Inglaterra havia jogado fora a “escada” que utilizou para chegar ao topo. No caso da economia brasileira, eram os próprios ruralistas que estavam abrindo mão desta possibilidade, enquanto os representantes da grande propriedade na Alemanha (*junkers*), ao contrário,

<sup>608</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 86.

desempenharam o papel de agentes decisivos (classe dirigente) na transformação das relações de produção e superação do atraso.

Ocorre que os argumentos utilizados (especialmente aquele que associava as tarifas alfandegárias ao aumento do custo de vida) encontraram grande receptividade nas classes médias urbanas.<sup>609</sup> Estas, como afirmou Jacob Gorender, “engrossaram o coro” dos latifundiários e da burguesia importadora, e estiveram muito longe de constituir um aliado político da classe industrial, como alguns historiadores (Nelson Werneck Sodré, por exemplo) afirmaram. Mesmo sendo inegável que outros fatores também contribuíam para o aumento do custo de vida – como as desvalorizações cambiais, os déficits da balança comercial e o endividamento externo –, não há dúvidas que o grupo ruralista teve bastante êxito, pelo menos em alguns momentos, quando procurou “demonstrar” a responsabilidade dos empresários industriais em relação aos problemas econômicos e sociais que afetavam a vida do povo brasileiro no início do século XX.

Os líderes do movimento industrialista, como Jorge Street (primeiro presidente do Centro Industrial do Brasil, fundado em 1904), tentavam remar contra a corrente e refutar os argumentos dos grupos rivais. Street evitava criticar diretamente os fazendeiros, mas acusava duramente o comércio importador de ser o verdadeiro responsável pelo aumento do custo de vida. Como os importadores possuíam o controle de fato sobre o fornecimento dos artigos de consumo, incluindo alguns gêneros de subsistência elementares, era inevitável que dispusessem de um poder de barganha que facilitava a comercialização de mercadorias muito acima de seu preço de custo. Deste modo, dizia Street, uma redução dos preços no país onde a mercadoria era produzida não implicava redução equivalente para o consumidor brasileiro: a diferença era integralmente embolsada pelos agentes do comércio importador, em detrimento dos consumidores locais.<sup>610</sup>

Se os empresários industriais agiam com cautela diante dos grandes proprietários de terra, a burguesia importadora fazia o mesmo quando criticava o apoio governamental à instalação de fábricas no território nacional. Como a maioria dos proprietários das firmas importadoras era constituída de estrangeiros (circunstância que os impedia de atuar

<sup>609</sup> Como afirmou Paulo S. Pinheiro: “Uma classe média que lamenta não poder comer mais manteiga dinamarquesa ou importar tecidos do Printemps ou da Galeries Lafayette, de Paris, dificilmente teria condições de ser o agente de um processo de industrialização” (PINHEIRO, “Classes médias urbanas”, p. 23). Consultar também GORENDER, *A burguesia brasileira*, p. 54; SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira*, pp. 34-5; LUZ, *A luta pela industrialização*, pp. 89, 92, 138-9 e 145.

<sup>610</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 142. Na Alemanha, List teve que enfrentar objeções muito parecidas com aquelas apresentadas pelo latifúndio e pelo comércio importador no Brasil. Procurando refutá-las, afirmou que a melhor maneira de promover a redução dos preços de artigos manufaturados seria produzindo-os internamente, o que permitiria, depois de algum tempo, concorrer nos mercados externos com a própria indústria da Inglaterra (LIST, *Sistema nacional de economia política*, p. 266).

diretamente nas instâncias políticas), eles tinham consciência da necessidade de agir com cuidado, para evitar que um sentimento nacionalista se voltasse contra eles. A ação deste grupo “desenrolava-se por trás dos bastidores, junto ao Executivo, ou às comissões eventualmente nomeadas para rever a tarifa aduaneira”.<sup>611</sup> Apesar disto, não é possível ignorar o fato de que os representantes do comércio importador possuíam, *de fato*, uma enorme capacidade de pressão sobre as decisões governamentais, conseqüência de sua posição privilegiada no esquema de sustentação da economia cafeeira.<sup>612</sup>

Como as receitas públicas dependiam da tributação ao comércio exterior (os impostos de exportação eram arrecadados pelos Estados, enquanto o governo federal se apropriava dos direitos sobre a importação de mercadorias), a questão das tarifas afetava diretamente os interesses da administração pública. Enquanto os industriais reivindicavam elevação dos direitos de importação para os produtos manufaturados e isenção para as matérias-primas utilizadas na fabricação dos mesmos<sup>613</sup>, o grupo antiprotecionista apelava para os interesses do fisco: dizia que a isenção de direitos aduaneiros para as matérias-primas causaria, inevitavelmente, um “desfalque no Tesouro Nacional”.<sup>614</sup> Os industriais utilizavam o mesmo argumento, mas para pleitear o aumento das tarifas sobre os produtos *manufaturados*, denunciando a contradição existente nos argumentos do grupo rival (afinal, a isenção ou redução dos direitos de importação para as manufaturas causaria igualmente um desfalque na arrecadação).

Um dos receios do grupo ruralista era o de que a política de amparo à indústria nacional poderia despertar, nas classes dirigentes de outros países, o desejo de *retaliação* às exportações brasileiras.<sup>615</sup> Deste modo, a substituição de importações teria como contrapartida a dificuldade de ampliar o mercado consumidor dos produtos agrícolas brasileiros, como café, borracha e algodão. O latifúndio, além disso, nutria desconfiças quanto à viabilidade do processo de industrialização numa sociedade como a brasileira, encarando como *natural* o “modelo” econômico através do qual se processava a integração do país no fluxo de trocas

<sup>611</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, pp. 62-3. Consultar também CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 83.

<sup>612</sup> O Conselho Superior do Comércio e da Indústria (órgão público que prestava assessoria econômica ao governo federal e elaborava projetos de seu interesse) e a poderosa Associação Comercial de São Paulo, por exemplo, eram dirigidos por representantes do comércio importador (Cf. DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 146).

<sup>613</sup> Uma corrente moderada de defensores do protecionismo entendia que o Estado deveria proteger apenas as indústrias que utilizassem matérias-primas existentes no país. É o caso, por exemplo, de Rodrigues Torres, que entendia ser contraproducente proteger indústrias que não pudessem “viver e crescer com seus próprios recursos” (cf. LUZ, *op. cit.*, p. 84).

<sup>614</sup> Cf. *Ibid.*, pp. 27 e 29.

<sup>615</sup> Cf. *Ibid.*, pp. 22 e 134-5.

internacionais. O mais importante seria *sustentar* as posições já firmemente estabelecidas pelas facções burguesas hegemônicas. O atraso econômico brasileiro não se converteu em vantagem justamente porque a classe dirigente brasileira acreditava que a maior vantagem seria manter a centralidade do latifúndio monocultor “voltado para fora”.

Exatamente o contrário aconteceu na Alemanha. José Luis Fiori destacou três elementos que tiveram importância naquele país: “um Estado intervencionista e protecionista; um sistema financeiro articulado e uma ideologia”. Ainda de acordo com este autor, “o atraso só é virtude à medida em que suas elites como um todo o percebam e, pela sua não-aceitação, tomem a decisão do impulso. Em todos os casos, a força básica veio de uma aliança Estado/burguesia, com algum grau de legitimação popular por intermédio das ideologias fortes”. Trata-se, como afirmou o economista, “de um *catch up* de um país atrasado, ou seja, uma tentativa de alcançar e ultrapassar os países capitalistas pioneiros”.<sup>616</sup> No Brasil, acrescento, a hegemonia da burguesia agroexportadora tinha como resultado prático a decisão de *não tomar aquele impulso*, sendo que a intervenção do Estado não foi além de algumas medidas bastante tímidas e, portanto, insuficientes.

Joaquim Murtinho, por exemplo, defendia a idéia de que a industrialização poderia afetar os interesses dos “produtores” agrícolas. Alegava que estes, sendo também consumidores, seriam prejudicados com o agravamento dos direitos de importação (pois seriam obrigados a pagar mais caro por mercadorias de qualidade inferior), tornando mais onerosa a produção das mercadorias exportáveis.<sup>617</sup> Dizia ele que, no final, todos sairiam perdendo, já que a agricultura era a maior fonte de divisas para a sociedade. Na verdade, era mais uma fórmula para confundir a parte com o todo, buscando identificar os destinos da “nação” aos da própria agricultura.<sup>618</sup> Joaquim Murtinho partia de premissas que excluía a possibilidade de a indústria local se tornar um importante consumidor da produção agrícola, o que demonstra – mais uma vez – que a polêmica sobre o protecionismo no Brasil era uma repetição da história de outros países (só que desta vez, como farsa).

Argumento idêntico ao de Murtinho foi combatido, na Alemanha, por List. Este afirmou que o processo de industrialização traz no seu bojo um aumento da demanda por produtos agrícolas, e o faz de maneira muito mais eficiente e segura do que o comércio

<sup>616</sup> FIORI, “Entrevista” à Revista Teoria e Debate, nº 33, nov/dez/1996/jan1997.

<sup>617</sup> Cf. Luz, *op. cit.*, p. 86.

<sup>618</sup> Murtinho, como muitos outros conservadores de sua época que se diziam nacionalistas, afirmava que a indústria “artificial” seria contrária à vocação econômica do país. Este grupo invocava a expressão “nacionalismo econômico” justamente para se *opor* à ajuda oficial para o processo de industrialização, alegando que os verdadeiros nacionalistas deveriam lutar pelos interesses da agricultura. Os industrialistas, de acordo com Murtinho, não passavam de homens “pseudo-patrióticos” (Cf. LUZ, *op. cit.*, p. 85).

exterior: “a verdade é que só se consegue ter grande demanda de produtos agrícolas criando e mantendo uma florescente força manufatureira nacional”, como ficou demonstrado pela experiência da própria Inglaterra.<sup>619</sup> Este argumento também era invocado pelos industrialistas brasileiros, como Alves Branco, que vinha sustentando desde a década de 1840 a tese de que “a indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura”.<sup>620</sup> Certamente, o que irritava List e também o grupo industrialista brasileiro era o fato de que seus adversários criticavam o protecionismo por “favorecer os monopólios e eliminar a livre-concorrência”, mas silenciavam quando se tratava de apontar as práticas adotadas pelos governos das potências industriais de suas épocas. A diferença é que, meio século depois da vitória do protecionismo na Alemanha, os industrialistas brasileiros ainda continuavam remando contra a corrente.

Enquanto os países imperialistas se preparavam para entrar no palco da guerra, apoiados pela oligarquia financeira que controlava os grandes bancos, trustes e cartéis, os adversários da política protecionista no Brasil continuavam idealizando um “capitalismo concorrencial” já superado, que se convertera em página virada na história da economia capitalista. Aqui, o brado uníssono do grupo ruralista e do comércio importador continuaria perturbando o sono dos integrantes do movimento industrialista, mesmo depois da primeira guerra mundial. O protecionismo, diziam, apenas favorecia os monopólios e destruía a livre-concorrência, enriquecia os empresários – esse “bando de tubarões”, como se dizia na época – sem ajudar a indústria, e deveria ser combatido em nome dos interesses dos milhões de trabalhadores que dependiam diretamente da agricultura para sobreviver (referindo-se ao fato de que o proletariado urbano era relativamente pequeno, se comparado com o número de trabalhadores ou famílias de trabalhadores agrícolas).

## **2. Burguesia industrial: a ideologia do protecionismo como principal instrumento de ação política.**

Afinal de contas tínhamos lutado tanto, tínhamos tomado parte em tantas lutas terríveis, durante 4 séculos, para continuar como fornecedores de matérias primas agrícolas? Afinal de contas, lutáramos quatrocentos anos para o Brasil permanecer como colônia de plantação? Era essa uma situação econômica que não poderia subsistir (Humberto Bastos, *A marcha do capitalismo no Brasil*, pp. 144-5).

<sup>619</sup> LIST, *Sistema nacional*, p. 265. Consultar também págs. 269 e 270, onde o autor cita alguns exemplos.

<sup>620</sup> Cf. LUZ, *op. cit.*, p. 50.

Paul Baran afirmou que a prática do liberalismo econômico em países atrasados constitui um verdadeiro “infanticídio industrial”, que comprometeria todo o seu desenvolvimento posterior.<sup>621</sup> No Brasil da década de 1880, antes mesmo da emancipação dos escravos, alguns poucos industrialistas começaram a colocar a questão em termos bastante parecidos. Já em 1882, a recém-fundada Associação Industrial (presidida por Antonio Felício dos Santos) publicou um manifesto contendo duras críticas ao sistema econômico liberal, e pleiteando um apoio mais decisivo do Estado para o embrionário setor industrial brasileiro. Os pontos mais importantes do documento foram assim resumidos por Nícia Vilela Luz:

Pela industrialização o Brasil não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atrairia para o país braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial. Não perdia, também, a oportunidade para atacar o intermediário considerado um parasita e cuja produtividade era nula ou quase.<sup>622</sup>

Esta passagem contém uma síntese dos argumentos utilizados pelos líderes industrialistas, que foram ganhando força com o avanço do processo de industrialização. O fortalecimento (político e ideológico) da burguesia industrial foi, sem dúvida, favorecido pelo desenvolvimento das forças produtivas, que na década de 1870 avançou consideravelmente, aproveitando-se de condições favoráveis no âmbito da própria economia agroexportadora e do impulso momentâneo gerado pela guerra contra o Paraguai. Mas o maior impulso para o desenvolvimento das forças produtivas foi desencadeado como consequência das transformações superestruturais que começaram em maio de 1888. A abolição da escravidão, a proclamação da República e a promulgação da primeira constituição republicana, de fato, assinalam o surgimento de novas formas de organização política, a elaboração de um novo ordenamento jurídico (que era mais favorável ao desenvolvimento de relações de produção

---

<sup>621</sup> BARAN, *A economia política do desenvolvimento*, p. 161.

<sup>622</sup> LUZ, *op. cit.*, p. 68.



capitalistas) e a existência de um clima mais adequado para a classe industrial formular as suas pretensões junto ao aparelho de Estado burguês, através de seus órgãos de classe.<sup>623</sup>

Apesar da hegemonia permanecer nas mãos da burguesia agroexportadora – problema reforçado depois de estruturada a “política dos governadores”, durante a presidência de Campos Salles – os industrialistas *lentamente* iam ocupando cadeiras no Congresso Nacional e também algum espaço nas tribunas da imprensa. Depois do pioneiro Antonio Felício dos Santos, personalidades como Serzedelo Correa (maior líder industrialista no período 1895-1905, segundo Nícia Vilela Luz), Amaro Cavalcanti, Jorge Street e Roberto Simonsen, entre outros, se empenharam na luta em defesa da indústria nacional. Estas lideranças traziam consigo, cada uma à sua maneira, os “vícios de origem”, por assim dizer, do capitalismo brasileiro. Mas tentaram, dentro da correlação de forças e das demais “circunstâncias que não foram por eles escolhidas”, corrigir os problemas ligados ao processo de constituição e desenvolvimento da moderna indústria brasileira.

Refiro-me aos “vícios de origem”, por considerar importante a compreensão de que o processo de transição para a economia capitalista foi conduzido de maneira bastante autoritária, pelos pioneiros da indústria brasileira. Apesar deste aspecto *não* constituir um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo – no caso brasileiro, como em muitos outros, foi até certo ponto favorável –, é oportuno lembrar que a ausência de referências sobre este tipo de problema constitui a maior deficiência da pesquisa efetuada por certos historiadores, como Nícia Vilela Luz. O perfil dos industrialistas brasileiros indica o predomínio das heranças do passado colonial: Antonio Felício dos Santos, “o maior líder industrialista nos primórdios do capitalismo brasileiro” (de acordo com as palavras da autora supracitada), redator do manifesto de 1882 da Associação Industrial e líder da bancada industrialista no Congresso, também foi um membro do movimento antiabolicionista, e conquistou uma vaga no Congresso justamente na condição de um candidato que representava os interesses dos senhores de escravos.<sup>624</sup> Já o Barão e Visconde de Mauá, retratado num livro (e também em filme protagonizado pelo ator Paulo Betti) como um empresário que considerava a escravidão uma atrocidade inadmissível, explorava 85 escravos no seu empreendimento instalado em Ponta da Areia, no Rio de Janeiro (atividades de fundição e construção de embarcações).

---

<sup>623</sup> Cf. SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*.

<sup>624</sup> Cf. GORENDER, *A burguesia brasileira*, p. 23.

Além dos escravos próprios, eram utilizados ainda 75 escravos alugados (escravos de ganho), totalizando 160 cativos.<sup>625</sup>

Jorge Street, descrito por Luz na página 142 do seu trabalho como um “homem de temperamento combativo e argumentador sagaz”, não era propriamente um modelo de industrial tolerante, e jamais abriu mão dos recursos extra-econômicos de apropriação do excedente. Visando conquistar a hegemonia dentro da fábrica, Street combinou o uso da violência contra os seus empregados com a tática da persuasão: a jornada de trabalho semanal atingia 56 horas, sendo encarado como normal o trabalho de crianças de 11 anos de idade. Além disso, a famosa vila operária “Maria Zélia” foi cedida pelo empresário, e utilizada como presídio, depois da insurreição nacional-libertadora, em novembro de 1935.<sup>626</sup> Muitos empresários industriais que eram considerados progressistas, incluindo o próprio Jorge Street, mantiveram relações estreitas com a polícia, e costumavam enviar “listas negras”, contendo nomes de operários demitidos por causarem tumultos.

A idéia das listas surgiu com Octávio Pupo Nogueira, secretário-geral do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo: elas serviriam, de acordo com as palavras do próprio secretário, como um instrumento que permitiria “limpar a força de trabalho de elementos indesejáveis, que operam dentro dela [a fábrica], em certas ocasiões, como fermento de indisciplina”. Numa circular do CIFTSP, lançada em 1921, esclarecia-se que o cartão com o nome dos trabalhadores indesejados “será enviado às fábricas associadas, exatamente como se fará com os ladrões”.<sup>627</sup> Também na década de 1920, Rodolfo Crespi e Francisco Matarazzo mantiveram ligações pessoais com Mussolini, sendo que o primeiro deixou, ao morrer, uma parte de seu patrimônio como herança para o líder fascista.<sup>628</sup>

Quando se tratava de combinar a persuasão com violência, o segundo elemento era o que predominava. São abundantes os relatos de castigos corporais para trabalhadores “indisciplinados”, dentro das fábricas paulistanas. Menores e aprendizes eram submetidos a uma rígida disciplina, e qualquer erro ou “desvio” poderia ser punido com violência ou autoritarismo: espancamentos e puxões de orelha que deixavam hematomas, descontos salariais, não-concessão de períodos para descanso, prolongamento da jornada e outras formas

<sup>625</sup> Cf. SUZIGAN, *indústria brasileira*, p. 245; SOARES, “A escravidão industrial no Rio de Janeiro”, p. 11-12. Consultar também, a respeito da omissão dos industriais diante do movimento pela libertação dos escravos, o trabalho de SAES, *A formação do Estado burguês no Brasil*, p. 230.

<sup>626</sup> Cf. MOREIRA, *São Paulo na Primeira República*, pp. 30-31. Rui Barbosa, que considerava Street “um dos nossos mais adiantados industriais”, manifestava publicamente suas simpatias pelos métodos do empresário (que combinava autoritarismo com o culto de uma imagem paternalista): “Eu vos convido, operários, a aplaudirdes este nome” (BARBOSA, *Campanhas presidenciais*, p. 264).

<sup>627</sup> Citado por DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 176-9.

<sup>628</sup> CARONE, “Nas origens do capitalismo industrial: o caso de Alexandre Siciliano (1860-1923)”, p. 121.

não-consensuais de subsunção do trabalho ao capital.<sup>629</sup> Nas outras regiões, a situação poderia ser ainda pior: em Olinda, no Estado de Pernambuco, por exemplo, a fábrica de tecidos Paulista (indústrias Lündgren), uma das maiores do país, explorava “3000 operários vigiados por capangas armados de rifles e metralhadoras, que impedem qualquer protesto contra o salário miserável e o trabalho exaustivo”.<sup>630</sup>

Apesar dos “vícios de origem”, bastante acentuados num país de passado colonial e de constituição tardia das relações capitalistas, aos poucos os empresários industriais iam adquirindo autonomia, diante das oligarquias tradicionais. E o conjunto de suas idéias ia se tornando cada vez mais distante também. O latifúndio monocultor, diziam os industrialistas, era extremamente dependente das variações climáticas e do trabalho manual (pois os métodos empíricos predominavam sobre a aplicação da ciência e da tecnologia), além das oscilações cambiais e das condições existentes nos mercados externos. A Associação Industrial dirigiu, ainda em 1882, uma representação à Câmara dos Deputados, onde “chamava a atenção para a vulnerabilidade de uma economia assentada sobre um único artigo, o café, cujos preços se depreciavam, e invocava o passado, citando o exemplo do que já acontecera com o açúcar, o algodão, as madeiras e as pedras preciosas que haviam sido sustentáculos da economia brasileira e que agora pouco valiam”.<sup>631</sup> A agricultura, diziam, era uma fonte de riquezas com alto grau de incerteza, e sua importância tendia a ser cada vez mais reduzida em função do desenvolvimento inexorável das forças produtivas ligadas à moderna indústria capitalista.

Os industrialistas alegavam que o protecionismo alfandegário corrigiria os desequilíbrios na balança de pagamentos do país, na medida em que tornaria possível reduzir o peso das importações no consumo da população. O escoamento de grande parte da riqueza produzida internamente, de fato, era um argumento que poderia sensibilizar a opinião pública. Além disso, a imposição de tarifas, diziam os industriais, também poderia evitar a ocorrência de graves perturbações sociais, decorrentes da desocupação nos centros urbanos. Amaro Cavalcanti, em meados da década de 1890, dizia que a indústria poderia assegurar “trabalho e

<sup>629</sup> PINHEIRO, “O proletariado industrial na Primeira República”, pp. 148-9.

<sup>630</sup> CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 260.

<sup>631</sup> LUZ, *op. cit.*, p. 60. A via prussiana de transformação capitalista esteve fortemente ligada à tomada de consciência dos problemas decorrentes da vulnerabilidade de uma economia agrícola. Nas palavras de List: “[devemos ser capazes] de distinguir entre a alta posição ocupada por uma nação manufatureira de primeira categoria e a posição inferior ocupada por um país que só exporta cereais e madeira; [é preciso ser] suficientemente inteligente para avaliar quão precário é um mercado exterior para cereais e madeira, mesmo em períodos normais, e como são facilmente revogáveis concessões dessa natureza, e que convulsões decorrem da interrupção desse tipo de comércio, por efeito de guerras ou regulamentos comerciais hostis; [aprendemos com] a experiência de outras nações que a existência, a independência e o poderio da nação dependem em alto grau da existência de uma força manufatureira própria, desenvolvida em todos os seus setores” (LIST, *op. cit.*, p. 267).

bem-estar à população operária do país”,<sup>632</sup> partindo de uma (falsa) premissa que aponta para a inexistência de lutas de classes dentro do sistema fabril de produção e trabalho.<sup>633</sup> Os industrialistas alegavam ainda que a produção industrial poderia substituir as importações como principal fonte de receitas para o Estado, desde que este estabelecesse uma política menos instável em relação às tarifas e ao câmbio, cujos vaivens dificultavam a elaboração de estratégias de longo prazo (incluindo as decisões de investimentos em capital fixo, como maquinaria e equipamentos modernos).

Sem dúvida, para os industriais era absolutamente necessário que o governo estabelecesse uma política menos instável em relação aos direitos de importação. A Constituição Federal de 1891, no entanto, constituía um poderoso obstáculo para a consecução deste objetivo, já que ela continha dispositivos que praticamente forçavam o governo a alterar as alíquotas nos períodos de queda da arrecadação. Como o escopo era puramente fiscal, uma recuperação da capacidade de importar (aumento das exportações e/ou valorização do mil-réis, por exemplo) fortalecia o latifúndio e o comércio importador na luta conjunta pela redução dos impostos mediante uma simples revisão.

A burguesia industrial alegava que a falta de proteção dotaria o capital estrangeiro de condições para sufocar as fábricas brasileiras com muita facilidade, tendo em vista as enormes diferenças de produtividade. Os industriais brasileiros, para evitar a acusação de serem defensores de privilégios, alegavam que as restrições à liberdade de comércio seriam transitórias, e não a expressão de um pensamento *a priori*. Como a indústria local se encontrava na fase da “infância”, o Estado poderia, sem contradição ou violação de qualquer princípio, estabelecer tarifas protecionistas com caráter “educativo”. O estabelecimento de um tratamento desigual era justificado pelos protecionistas brasileiros com um argumento

---

<sup>632</sup> Cf. LUZ, *op. cit.*, p. 73

<sup>633</sup> A história do movimento operário nas décadas seguintes mostra a distância entre a retórica da burguesia industrial brasileira e a sua posição diante das condições de vida e trabalho do proletariado urbano. Os empresários industriais não hesitavam em solicitar a “colaboração” do aparelho repressivo do Estado burguês para sufocar violentamente as greves e manifestações de rua dos trabalhadores. A retórica da burguesia brasileira apenas comprova a análise de Marx, quando este constatou que a ideologia procura confundir os interesses particulares com os da “nação”. Tratava-se, de fato, de apresentar a dominação burguesa como um projeto de interesse universal, que contemplaria os trabalhadores urbanos com a promessa de melhores condições de vida. Mas os industrialistas brasileiros deixavam de lado um problema que Marx já havia constatado no caso da Alemanha (ver o “Prefácio” da primeira edição do *Capital*): o fato de que não era apenas a carência do desenvolvimento capitalista que torturava o povo brasileiro, mas também o próprio desenvolvimento deste modo de produção. Note-se que a ideologia não deve ser entendida como simples “falsa consciência da realidade”, pois ela acaba produzindo *efeitos reais*: na tentativa de cooptar a classe operária, procuraram associar a questão das tarifas à solução dos problemas sociais, afirmando que as revisões efetuadas por pressão do comércio importador poderiam causar “perturbação” na vida dos trabalhadores, ameaçando os seus empregos (cf. LUZ, *op. cit.*, pp. 157 e 207). Curioso, a esse respeito, foi a objeção que Joaquim Murinho levantou aos argumentos dos industrialistas: o Ministro da Fazenda de Campos Salles afirmou que a queda de nível da atividade industrial não representaria problema para a classe trabalhadora, pois esta poderia encontrar ocupação no setor que oferecia as maiores vantagens comparativas, ou seja, a agricultura! (cf. *Ibid.*, p. 88).

inteiramente listiano: como havia assimetria de poder entre os contendores, o escopo das tarifas seria o de estabelecer uma situação de equilíbrio, que seria alcançado em longo prazo (o assim chamado *fair trade* não poderia ser sacrificado em nome do *free trade*).

Roberto Simonsen afirmava que, se a indústria brasileira pudesse contar com um apoio mais decisivo do Estado, ela poderia concorrer em igualdade de condições com a produção estrangeira. O economista e empresário afirmou que o conceito de “indústria artificial” teria sido forjado por indivíduos que desconheciam completamente o conjunto de fatores que determinam o processo de desenvolvimento econômico. Nas palavras do autor:

Aos que alegam que a maioria das indústrias do Brasil são artificiais porque importam parte das matérias-primas eu poderia responder desde logo que, a prevalecer semelhante critério, a Inglaterra não seria um país industrial. E isto porque enquanto as indústrias do Brasil importam menos de 20% do valor de sua produção em matérias-primas, a Inglaterra importa 65% (...) O industrialismo na Inglaterra teve o seu grande desenvolvimento com o monopólio que soube criar de abastecimento industrial às suas colônias (...) O Brasil, abrangendo dentro de uma linha ininterrupta de divisas uma formidável área territorial, tendo das mais poderosas reservas mundiais de força hidráulica e quiçá de muitas fontes de energia como os combustíveis, reservatório poderoso de matérias-primas, terra onde a alimentação é fácil e barata, possui condições especiais para um grandioso desenvolvimento industrial.<sup>634</sup>

Serzedelo Correa foi outro industrialista que se opôs ao dualismo “indústria natural *versus* indústria artificial”. Se todas as indústrias são o resultado do empenho de indivíduos que procuram *transformar a natureza* através do trabalho, não seria possível admitir o conceito de “indústria natural”. De fato, o grupo industrialista podia citar o exemplo dos países imperialistas (as observações feitas por Simonsen acerca das condições para o “surto industrial” na Inglaterra são idênticas àquelas feitas por List) para demonstrar que as dificuldades enfrentadas eram uma consequência da falta de capitais e do apoio do Estado<sup>635</sup>,

<sup>634</sup> SIMONSEN, *Evolução industrial do Brasil*, pp. 56-7.

<sup>635</sup> Como vimos em capítulo anterior, os países imperialistas se tornaram uns dos principais compradores dos artigos industriais. No Brasil, Serzedelo Correa propôs que o governo deveria dar preferência, em suas compras, aos produtos fabricados no Brasil (cf. LUZ, *op. cit.*, p. 83).

e não da escassez de matérias-primas industriais. Visando contestar os argumentos do grupo antiindustrialista, eles consideravam que a instalação de indústrias que apresentam algumas dificuldades *iniciais* deveria ser considerada uma prova da capacidade de liderança e da habilidade de alguns homens de negócio, e não uma condição natural e impossível de ser modificada.<sup>636</sup>

As indústrias locais poderiam apresentar resultados ainda melhores, se fossem amparadas pelo Estado. Este seria um dos maiores beneficiários da sua própria política, pois o agravamento dos direitos sobre as mercadorias importadas teria como consequência direta um aumento da arrecadação, e esta deixaria de apresentar bruscas oscilações. Sendo a indústria um contribuinte em potencial do fisco, as tarifas alfandegárias teriam o condão de restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos, um dos mais sérios problemas econômicos da economia agroexportadora brasileira. A primeira guerra mundial foi particularmente favorável para os industriais, em se tratando das tentativas de conferir maior “credibilidade” aos seus argumentos, diante da opinião pública: naquele período, a redução das importações e o aumento da arrecadação proveniente do *consumo das mercadorias produzidas internamente* (mediante o uso de capacidade produtiva previamente instalada, mas até então subutilizada) estabeleceram um ambiente pouco favorável para o comércio importador sustentar os seus argumentos históricos, situação que só seria revertida na década de 1920, com a recuperação do imperialismo e do latifúndio.

Os industrialistas se queixavam do comportamento dos agricultores e também do capital estrangeiro, que não hesitavam em denunciar supostos privilégios, ao mesmo tempo em que buscavam preservar os seus próprios. As concessionárias estrangeiras de serviços públicos recebiam garantias que praticamente eliminavam a possibilidade de sofrerem prejuízos, enquanto os fazendeiros controlavam o aparelho burocrático do Estado e conseguiam legislar em causa própria. Mesmo as emissões de papel-moeda e títulos conversíveis, como consequência do Encilhamento, não favoreceram apenas os empresários industriais, pois a superprodução cafeeira da primeira década republicana – como admitiu o

---

<sup>636</sup> Neste aspecto, as fábricas de fósforos constituem um dos exemplos mais interessantes da viabilidade econômica de indústrias que eram tidas como “artificiais”. No início da República, estas fábricas utilizavam apenas material importado (o palito, a caixinha, o papel de embrulho e a etiqueta, além da massa fosfórica). Já na primeira década do século XX, alguns “empreendedores mais aventureiros” conseguiram, com empenho e dedicação ao trabalho, produzir aqueles itens, depois de importarem alguns “maquinismos indispensáveis” (idem, pp. 127-8). De fato, a noção de que algumas indústrias são “artificiais”, enquanto outras podem ser consideradas “naturais”, era uma pura apologia da estagnação e do atraso econômico, que colocava em lados diametralmente opostos duas facções burguesas com pretensões diferentes. A indústria têxtil, que dispunha de fontes internas para o fornecimento da sua principal matéria-prima, o algodão, constituiu-se muito tardiamente: em 1895, a produção local de tecidos de algodão representava cerca de 10 % da demanda interna, e mesmo no período da primeira guerra não foi além dos 60% (FISHLOW, *op. cit.*, p. 09).

próprio Joaquim Murinho – foi uma consequência da “irresponsabilidade” da política monetária implementada por Rui Barbosa. Neste sentido, a pergunta feita por Nícia Vilela Luz é extremamente oportuna: “Quem no Brasil poderia atirar a outrem a pecha de intervencionista? Nossa política não tem sido uma luta constante pelos favores do estado?”.<sup>637</sup>

Enquanto nos países imperialistas os superlucros de monopólio eram tidos como um instrumento de sustentação da competitividade econômica, no Brasil “essencialmente agrícola” as coisas eram bem diferentes. A busca de vantagens comparativas na produção de mercadorias agrícolas é o que garantiria, de acordo com os as facções burguesas hegemônicas, a competitividade da economia brasileira no comércio internacional. Na prática, a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil tinha como consequência a reprodução de profundas desigualdades regionais e intersetoriais (a metáfora do “ornitorrinco”, criada por Francisco de Oliveira, é bastante apropriada), cuja manifestação mais evidente era a contradição entre a superprodução agrícola, de um lado, e a subprodução industrial, de outro. Enquanto os representantes do comércio importador e do latifúndio diziam que a indústria local seria incapaz de abastecer todo o mercado interno (o que era verdadeiro, mas justamente devido ao atraso relativo que para os industriais *poderia e deveria ser superado*, como uma forma de reforçar a dominação burguesa), os industrialistas alegavam que esta era mais uma razão para não abandonar a indústria à sua própria sorte.<sup>638</sup>

Os industrialistas, assim como os cafeicultores, defendiam os seus interesses de classe alegando uma profunda consideração com a qualidade de vida da população e o engrandecimento da pátria. Este discurso foi incorporado inclusive por Francisco Matarazzo, um imigrante italiano que afirmou, no seu discurso de posse na presidência do CIESP:

É óbvia a existência de uma absoluta correlação entre os fins almejados pelos industriais e os verdadeiros interesses da nação. O aumento da capacidade de consumo da nação representará a abertura de um formidável mercado para os industriais brasileiros; elevando-se harmoniosamente, o consumo e a produção aumentarão a riqueza, trarão grandeza ao país, bem-estar e tranquilidade à população”.<sup>639</sup>

<sup>637</sup> LUZ, obra citada, página 76.

<sup>638</sup> A burguesia comercial e os cafeicultores alegavam que certos empresários industriais efetuaram, de forma irresponsável, investimentos exagerados, pois instalaram máquinas e equipamentos cuja capacidade de produção ultrapassava a demanda interna. Quanto isto acontecia, os empresários industriais pediam socorro ao governo para resolver um problema cuja responsabilidade “a sociedade” não poderia – e nem deveria, diziam os adversários da indústria – assumir (cf. LUZ, *A luta pela industrialização.*, pp. 151 e 161).

<sup>639</sup> Citado por DEAN, *A industrialização de São Paulo*, p. 152.

Mas é importante não ignorar que a fração industrial da burguesia também não era uma classe homogênea, sendo que em algumas ocasiões a ausência de uma unidade política se tornou flagrante. Warren Dean constatou que os empresários industriais, na maior parte das vezes, pleiteavam o aumento de tarifas para setores específicos da atividade fabril, sem nenhum plano de conjunto.<sup>640</sup> Seus compromissos políticos e ideológicos estavam diretamente ligados à maneira como seus negócios estavam articulados com o de outras frações burguesas. Dito de outra maneira, seus interesses políticos, tal como o das outras classes sociais, eram uma consequência de cálculos econômicos racionais, que não obedeciam quaisquer formulações apriorísticas.

Deste modo, alguns empresários industriais se empenharam, com relativo sucesso, em estabelecer *alianças com a burguesia importadora*, unindo forças para combater determinadas propostas de outros setores vinculados à atividade industrial. Foi assim que certos empresários do setor de calçados defenderam, no início do século, os interesses dos importadores de couro, combatendo lado a lado as reivindicações dos proprietários de curtumes instalados no país; esta coligação de interesses afetou diretamente um dos principais setores da indústria paulista e sul-riograndense, diante da matéria-prima importada, cujo preço era mais competitivo. O mesmo aconteceu com a indústria gráfica (imprensa) e algumas outras que utilizavam embalagens de papel ou papelão importado (calçados, por exemplo), cujas atividades geravam laços de solidariedade com o comércio importador, o que prejudicou o desenvolvimento da indústria brasileira de papel.<sup>641</sup> Esta foi, inclusive, uma das razões que levaram a grande imprensa a fazer campanha contra o sistema protecionista no Brasil: o governo federal manteve baixas as alíquotas para importação de papel de jornal, o que lhe assegurou o apoio da imprensa burguesa.

Mas, talvez o exemplo mais ilustrativo deste tipo de problema tenha sido o da indústria da construção civil do Rio de Janeiro, que exigiu a redução das tarifas para materiais de construção, quando o presidente Rodrigues Alves autorizou a execução das obras de reurbanização da antiga capital federal.<sup>642</sup> A situação revelou profundas divergências entre os interesses dos empresários da construção civil e aqueles que defendiam a instalação de fábricas de bens intermediários considerados essenciais, como cimento e aço. Neste caso, a redução da tarifa permitiu o barateamento dos elementos que compõem o capital constante, e acelerou o ritmo das obras.

---

<sup>640</sup> *Ibid.*, pp. 80, 158.

<sup>641</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*, pp. 132-4.

<sup>642</sup> Cf. *ibid.*, p. 140.



### 3. As vicissitudes do protecionismo industrial brasileiro

Marx afirmou que uma época de transformação social não pode ser interpretada a partir da consciência dos indivíduos que pertencem às classes dominantes ou suas frações.<sup>643</sup> Afinal, o controle sobre os meios da produção material condiciona a organização das superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas, ou seja, também da produção *intelectual*. Esta observação também é válida para as classes que pretendem substituí-las no controle do aparelho estatal, tendo em vista que, no domínio das idéias, os interesses particulares tendem a mascarar a realidade objetiva (trata-se da distinção entre a ideologia, de um lado, e as condições materiais de existência, de outro). Portanto, uma pesquisa sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve levar em consideração que as idéias defendidas pelas diversas facções burguesas podem ser objeto de reflexão científica, mas não constituem a história em si mesma.<sup>644</sup>

A história daquilo que se pode chamar de “política econômica” do governo brasileiro, durante a Primeira República, não coincide necessariamente com os argumentos apresentados pelas frações burguesas favoráveis ou contrárias ao protecionismo. Suas características principais – tarifas instáveis, com objetivos fiscais e não seletivas, por exemplo – resultaram da correlação de forças entre as classes sociais, e impuseram-se independentemente do juízo de valor dos personagens históricos envolvidos na questão. Nosso objetivo, nesta seção, será o de identificar alguns aspectos da política alfandegária que afetaram diretamente o processo de industrialização do país. A questão da hegemonia política da burguesia industrial está diretamente ligada a esta questão.

As próprias tarifas alfandegárias não podem ser entendidas sem o exame da política fiscal do Estado brasileiro. A maior parte da renda que o Tesouro Nacional arrecadava – cerca de dois terços, chegando a atingir mesmo três quartos do total – dependia dos direitos sobre as mercadorias importadas, tendo em vista a frágil (e inelástica) organização tributária que fora criada pela Assembléia Nacional Constituinte, em 1891. A necessidade de aumentar as receitas, em face da expansão dos gastos públicos, constituiu um estímulo muito mais

---

<sup>643</sup> “...e assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 52; ver também o “Prefácio” de *Para a crítica da economia política*, p. 52).

<sup>644</sup> A ideologia “representa realmente algo, sem representar algo real” (MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, p. 26).

eficiente para o estabelecimento de direitos aduaneiros do que as pressões exercidas pela própria burguesia industrial.<sup>645</sup>

Tarifas alfandegárias: participação no total da renda arrecadada pelo Tesouro Nacional	Porcentagem
1850	62,5%
1897	73,5%
1898	67,0%
Média do período 1900-1920	70,0%

Fontes: anos 1850, 1897 e 1898: LUZ, *A luta pela industrialização*, pp. 26 e 123. Média do período: SAES, *Classe média e política*, p. 80, FAORO, *Os donos do poder*, vol. 02, p. 136, e DEAN, *A industrialização de São Paulo*, pp. 79, 92.

Como se nota, o sistema de arrecadação federal apoiava-se quase que exclusivamente na cobrança de um imposto, e qualquer redução na alíquota estabelecida repercutiria como uma catástrofe sobre o Palácio do Catete. Seria possível então modificar a lógica do sistema tributário, tendo em vista o eventual interesse em promover uma industrialização pesada, sem colocar em xeque os próprios fundamentos da dominação do setor agro-mercantil? Um dos mais importantes pesquisadores do período constatou, com bastante precisão, que...

Para que pudesse reorientar a economia, canalizando o excedente gerado pelo setor agro-exportador para a indústria de base, o Estado deveria assenhorar-se das fontes mais copiosas de captação de recursos financeiros, promovendo, por exemplo, uma centralização do sistema tributário (um imposto tão rentável como o imposto sobre as exportações teria de passar à União, não só para subtrair recursos tão vastos – como os gerados pela economia cafeeira – aos grupos oligárquicos, agraristas e anti-industrialistas, como também para permitir uma alocação mais livre dos fatores pela economia nacional e, conseqüentemente, a criação de “pólos” de desenvolvimento).<sup>646</sup>

<sup>645</sup> Cf. LUZ, *A luta pela industrialização*; SUZIGAN *Indústria brasileira*, pp. 178, 183, 232; SIMONSEN, *Evolução industrial do Brasil*, p. 58. FISHLOW (“Origens e conseqüências da substituição de importações”, p. 15) é um dos poucos que consideram que as tarifas constituíram um “instrumento *direto* de política para influenciar a atividade industrial”. A “natureza protetora” dos direitos sobre a importação estaria ligada à *intenção* do governo de proteger a indústria local. Fishlow não explica, entretanto, os motivos que levaram os sucessivos governos republicanos a reduzirem o valor das tarifas depois do restabelecimento (sempre temporário e a título precário, evidentemente) do equilíbrio fiscal. Campos Salles e Joaquim Murinho, por ocasião da revisão efetuada em 1900, deixaram claro que o aumento geral das tarifas era conseqüência de problemas de natureza fiscal, sendo *a priori* contrários ao apoio oficial para o setor industrial (cf. SUZIGAN, *Indústria brasileira*, p. 241, e CARONE, *A República Velha – instituições e classes sociais*, p. 84 e 91-2), como muitos outros Ministros da Fazenda e Presidentes da República que lhes sucederam.

<sup>646</sup> SAES, *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*, p. 60.

Como vimos anteriormente, uma estrutura tributária baseada nestes princípios havia sido defendida pelo grupo dos “unionistas” na Assembléia Nacional Constituinte, mas a proposta foi recusada pela maioria parlamentar, composta de representantes da grande propriedade territorial. O controle exercido pelas oligarquias sobre o processo eleitoral (assim como a impossibilidade prática de modificar a Constituição) contribuía para manter inalterada esta situação. A descentralização política, constituindo um instrumento da própria dominação oligárquica, tornava praticamente impossível reorientar a política econômica do governo. Nestes termos, qualquer reivindicação para que o governo federal superasse a letargia de uma industrialização espontânea, através da aplicação de medidas favoráveis à industrialização pesada e constituição do departamento de bens de produção (D1), estaria irremediavelmente condenada ao fracasso. Como afirmou Décio Saes, tratava-se de um objetivo *extra-sistêmico*, totalmente incompatível com a visão de mundo das frações hegemônicas. Portanto, para lograr a realização de um objetivo desta natureza, somente através de uma ruptura *violenta* diante da situação estabelecida.<sup>647</sup>

Estruturado sobre uma base de cobrança tão estreita, o sistema tributário da União mantinha o latifúndio praticamente intocado, bem como as relações sociais que eram estabelecidas em torno do mesmo. Mas é importante ressaltar que, dentro da Federação, havia uma exceção importante: o Estado do Rio Grande do Sul. Neste, a forte influência do positivismo de Augusto Comte, cujo núcleo propagador era o próprio partido no poder – o Partido Republicano Riograndense – havia criado um clima ideológico que contrastava, em boa medida, com os interesses dos grandes proprietários de terras. É bastante conhecida a ênfase dada pelos positivistas ao processo de industrialização, tido como um dos pilares da “fase positiva” da História. Havia, de fato, um clima psicológico bastante favorável à introdução de dispositivos jurídicos capazes de dinamizar o processo de industrialização, admitindo-se até mesmo a *penalização* do setor agrícola através do aumento da carga tributária, enquanto instrumento gerador de receitas para os cofres do governo.

A Constituição Sul-riograndense de 1891, de autoria de Júlio de Castilhos, destoava de todo o restante do ordenamento jurídico brasileiro, e continha até mesmo alguns dispositivos que, sem dúvida, representavam um avanço considerável. É o caso, por exemplo, da consagração do princípio da tributação *direta* e também *progressiva*.<sup>648</sup> A instituição do

---

<sup>647</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>648</sup> Baseamo-nos, nesta parte da pesquisa (sobre a influência do positivismo na política Sul-Riograndense), no texto de BOSI, “A arqueologia do Estado-Providência”, pp. 284 e seguintes.

imposto territorial foi reclamada pelos deputados republicanos gaúchos na Assembléia Nacional Constituinte, mas esta terminou por neutralizar as pretensões dos grupos ligados à atividade urbano-industrial.

Mas, no Estado do Rio Grande do Sul, a correlação de forças era diferente, e *foi possível* instituir o imposto sobre a propriedade da terra que, apesar de “bastante módico”, como salientou Alfredo Bosi, aumentava gradativamente nas primeiras décadas da República. Simultaneamente, o setor industrial recebia isenções do governo estadual, dentro de uma estratégia que visava o equilíbrio entre os diversos ramos da atividade econômica. É interessante notar, também neste aspecto, a diferença que existia entre os grupos políticos hegemônicos de São Paulo e Rio Grande do Sul, durante a República Velha: neste último Estado, os representantes da agropecuária se sentiam até mesmo *prejudicados* com a política adotada pelo governo local, denunciando as “extorsões fiscais” e os “vexames tributários” a que estariam sendo submetidos.

Robert Levine conta que o *imposto sobre a propriedade* foi uma das principais fontes de receita para o governo estadual, constituindo mesmo a maior delas nos anos de 1915-18.<sup>649</sup> Um dos representantes do Partido Liberal (de oposição), Gaspar Saldanha, alegava que o aumento da carga tributária só poderia ser justificado se os recursos fossem reinvestidos no próprio setor, tal como acontecia no Estado de São Paulo. Lindolfo Collor, republicano gaúcho, retrucou: “em que outra coisa poderia o governo bandeirante investir?”<sup>650</sup> A discussão, travada numa sessão do Legislativo estadual em dezembro de 1922, pode ser ilustrativa da maneira como os paulistas eram vistos no restante do país. Mas esta imagem só pôde ser construída porque, de fato, a classe dirigente no Estado de São Paulo aceitava como natural e inexorável o fato de a economia cafeeira constituir o eixo da acumulação capitalista, enquanto os positivistas gaúchos se empenharam em fazer aquilo que ainda estava distante da ideologia e da prática do PRP: deslocar, através da “intervenção reguladora” do Estado (O Estado-Providência de que trata Alfredo Bosi), o eixo do processo de acumulação do setor

---

<sup>649</sup> A enorme centralização do poder nas mãos do executivo estadual foi consolidada depois da derrota dos federalistas na guerra civil, entre 1893 e 1895. Pouco antes (em 1892), Júlio de Castilhos retomou o controle do Estado, depois de um breve período de governo dos federalistas, cujo líder era Silveira Martins (da antiga oposição liberal ao Império). A vitória na guerra civil, associada à rígida disciplina no interior do PRR e ao poderoso aparelho repressivo à disposição do grupo no poder tornavam praticamente impossíveis quaisquer tentativas de romper o predomínio dos republicanos no Estado. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros podiam contar, a qualquer momento, com as tropas do Exército (cujos efetivos no Estado representavam de um quarto a uma terça parte do total nacional, tendo em vista tratar-se de uma região de fronteira), com a Brigada Militar (polícia estadual que dispunha de armamentos equivalentes aos do próprio Exército), com as guardas municipais e os corpos provisórios do governo estadual (Cf. LEVINE, “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, pp. 110-113; SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, cap. 5, item 4). Sobre o imposto territorial, consultar LEVINE, obra citada p. 114.

<sup>650</sup> Cf. BOSI, *obra citada*, p. 287.

primário para a indústria, recusando o *laissez-faire* e a retórica das “vantagens comparativas”.<sup>651</sup>

Enquanto isso, a política econômica do governo federal apoiava-se em outras bases: impostos *indiretos* que penalizavam indistintamente a massa de consumidores, como forma de *aliviar* a carga para os proprietários de terras. Rui Barbosa, quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, ainda tentou criar instrumentos que permitissem melhorar a situação da indústria local diante do setor agroexportador: propôs, entre outras medidas, a criação de impostos sobre a renda, a propriedade rural e também sobre os terrenos não-utilizados na capital federal. Mas, assim como na Assembléia Nacional Constituinte de 1890-91, suas propostas *não* encontraram receptividade nos círculos políticos dominantes e muito cedo foram deixadas de lado.<sup>652</sup>

A política econômica de Rui Barbosa incluía também a aplicação *seletiva* de alíquotas sobre mercadorias importadas (como redução para máquinas e equipamentos, e aumento das taxas para os artigos de luxo), aumento das emissões e facilidades para a constituição de sociedades anônimas. As oligarquias e a alta burguesia comercial, descontentes com os rumos da economia, denunciaram os “abusos e exageros” da política implementada pelo Ministro da Fazenda; pressionaram o governo até a derrubada do ministro, ocorrida em janeiro de 1891. O Imposto de Renda acabou sendo criado apenas em dezembro de 1922, mas começou a ser cobrado somente a partir de 1924 (uma das razões para sua instituição reside no aumento dos gastos militares durante a presidência de Artur Bernardes, que teve de enfrentar uma série de levantes armados promovidos por jovens tenentes do Exército).<sup>653</sup>

A correlação de forças, desde o início da República, era claramente favorável à classe dos “produtores” rurais. Na questão tributária, o governo federal seguia sempre a linha de menor resistência: quando se tratava de resolver os constantes déficits no balanço de pagamentos, o setor mais atingido era aquele ligado ao atendimento das necessidades de consumo dos trabalhadores. Campos Salles foi provavelmente o Presidente da República que mais rigorosamente seguiu essa linha de raciocínio: como forma de garantir o pagamento da dívida pública aos credores estrangeiros, foi restabelecida a taxa-ouro (10% em 1898, 15% em 1899 e 25% em 1900) para as mercadorias importadas. Na ocasião, seu Ministro da Fazenda fez questão de salientar que se tratava de uma exigência puramente *fiscal*, sem nenhuma

---

<sup>651</sup> Deste modo, o argumento de Cardoso de Mello sobre a canalização de recursos, da agricultura para a indústria do Estado de São Paulo, que procuramos refutar no capítulo IX (item 2.4), torna-se ainda mais inverossímil, diante da expansão contínua dos investimentos na lavoura cafeeira paulista.

<sup>652</sup> Cf. LIMA, 3 *industrialistas brasileiros: Mauá – Rui Barbosa – Simonsen*, pp. 84-5.

<sup>653</sup> Cf. CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, p. 125.

intenção de facilitar o processo de substituição de importações. Da mesma maneira, foram elevados os impostos internos sobre os calçados, carnes e remédios, conduzindo ao aumento do custo de vida. Ao mesmo tempo, o governo seguia uma rígida política contracionista, mediante a retirada de circulação dos “excedentes” que haviam sido emitidos durante as gestões anteriores (o aumento do consumo seria incompatível com o novo cenário da política monetária). A “credibilidade” do governo junto aos agentes do imperialismo foi obtida mediante a imposição de enormes sacrifícios aos trabalhadores, entre os quais se destaca o aumento do custo de vida. De fato, era enorme a impopularidade de Campos Salles, durante o seu mandato de presidente da República.<sup>654</sup>

A política seguida durante a presidência de Campos Salles indica a impossibilidade prática de obedecer a formulações apriorísticas. Liberais convictos, o Presidente e seus ministros foram praticamente obrigados a aumentar os impostos sobre a importação de mercadorias, justamente para não prejudicar o “equilíbrio macroeconômico”. A propósito, este equilíbrio seria completamente destituído de sentido se o jogo de interesses políticos fosse simplesmente desconsiderado. No âmbito do discurso e também da prática política, a justificativa reveste-se, invariavelmente, de um sentido universalizante, o que faz com que, pelo menos neste aspecto, os liberais ortodoxos e os industrialistas adotem o mesmo tipo de procedimento.

Roberto Simonsen constituiu um paradigma da ideologia industrializante do período. O empresário-economista-historiador admitia que alguns direitos sobre mercadorias importadas eram de fato muito elevados. Mas procurava sempre ressaltar que as tarifas alfandegárias, se tomadas isoladamente, não seriam suficientes para garantir a existência de indústrias bem equipadas, e muito menos a construção de um sistema produtivo capaz de integrar todas as regiões do país, ou seja, um mercado verdadeiramente nacional. Como a proteção era indireta, pois oscilava sempre de acordo com as contingências fiscais do momento, o seu alcance seria muito limitado. O discurso de Simonsen era cuidadosamente elaborado para evitar a acusação de ser um defensor dos interesses de uma classe social, razão pela qual o autor evocava sempre os interesses da coletividade.

A compreensão das causas deste tipo de problema exige deslocar os problemas da “teoria” política para a esfera das relações materiais de vida, ou seja, para o conjunto das forças produtivas e das relações de produção. Na particularidade do processo de objetivação do capitalismo no Brasil, a instabilidade quanto à definição do regime tarifário deve ser entendida como uma conseqüência praticamente inexorável, dentro da correlação de forças

---

<sup>654</sup> CARONE, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, pp. 116-18.

existente: tratando-se, objetivamente, de uma formação social capitalista retardatária e também dependente, a política econômica permaneceria aprisionada por uma espécie de *amarra genética*, que tornava a sua base tributária demasiadamente estreita. Problemas que, dentro da visão de mundo de um intelectual da classe burguesa, são encarados como “erros” que podem ser corrigidos por tecnocratas que supostamente entendem do assunto, como pretendia Roberto Simonsen:

Se no Brasil existem tarifas alfandegárias altas, essas tarifas respondem, porém, precipuamente, antes a exigências do tesouro que a intuições protecionistas” (...) Não há propriamente no Brasil política protecionista em toda a sua acepção. O que existe é a incidência de altas tarifas onerando indistintamente variados produtos de importação, quer se trate de matérias-primas, produtos manufaturados ou gêneros alimentícios. Uma política protecionista organizada para o desenvolvimento das indústrias, desonera as matérias-primas, pouco grava os produtos semimanufaturados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente sobre os produtos manufaturados.<sup>655</sup>

Esta característica da política econômica não era exclusiva do período republicano, pois esteve presente também durante toda a época imperial. As reformas promovidas por Alves Branco (a tarifa de 1844, que impôs a cobrança de direitos que chegavam a 30% do valor das manufaturas importadas, e a isenção de direitos sobre algumas matérias-primas importadas, em 1847)<sup>656</sup> representaram tão-somente um tímido movimento *deliberadamente* protecionista, de curta duração. A rápida expansão da economia cafeeira, a partir da década de 1850, contribuiu para abafar a voz praticamente isolada de personagens como o Barão de Mauá, cujos protestos contrários à reabertura dos portos às importações de manufaturados não foram levados em consideração pelo Imperador.<sup>657</sup> O governo recuou algum tempo depois, e já em 1857 os livre-cambistas começaram a reconquistar o terreno perdido, através de uma significativa redução dos direitos sobre as manufaturas importadas e o aumento dos mesmos justamente para as matérias-primas que eram utilizadas nas fábricas locais. Diante destes

---

<sup>655</sup> SIMONSEN, *Evolução industrial do Brasil*, p. 58.

<sup>656</sup> Cf. SOARES, “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX”, p. 03.

<sup>657</sup> Cf. *Barão de Mauá*, editado pela Revista Isto É Dinheiro, coleção Biografias de Grandes Empresários, s.d., p. 23.

recuos, a produção industrial brasileira ficou seriamente prejudicada, tendo em vista a concorrência estrangeira.<sup>658</sup>

A roda da história parecia estar girando para trás, com sucessivas revisões que diminuíram o nível de proteção da indústria brasileira. Na década de 1870, muitas indústrias importantes para aquela época encerraram suas atividades, entre elas algumas fábricas de calçados e de chapéus. Wilson Suzigan demonstrou que os efeitos combinados da redução sobre os direitos de importação (a partir de 1874), a política deflacionária posterior à Guerra do Paraguai (com redução do meio circulante e valorização da moeda brasileira) e o desenvolvimento das forças produtivas nos países imperialistas trouxeram sérios prejuízos para os empresários industriais. Algumas empresas industriais passaram por um processo de conversão para as atividades de importação<sup>659</sup>, num inequívoco movimento que seguia o caminho inverso da tendência geral da acumulação capitalista.

Em 1881, nova mudança de rumos: a tarifa “moderadamente” protecionista de 1879 – que havia sido instituída, sem muito sucesso, para conciliar os interesses dos grupos favoráveis e contrários ao protecionismo – foi substituída por outra, que impôs a *redução* dos direitos sobre a importação de artigos similares aos já fabricados no Brasil. A reforma representou mais uma vitória das facções importadoras e agrícolas, “sob a alegação de que um regime protetor só aproveitaria a meia dúzia de fabricantes, em prejuízo da grande massa de consumidores”.<sup>660</sup> O nível de proteção só voltaria a aumentar a partir de 1886, quando houve uma elevação das tarifas sobre os produtos manufaturados combinada com uma redução para as máquinas, equipamentos e matérias-primas.<sup>661</sup>

A República “herdou” a instabilidade cambial e tarifária do Império, repetindo o sobe-e-desce constante que tornava os investimentos industriais um negócio bastante arriscado. É inegável que a proclamação da República criou condições mais favoráveis para a burguesia industrial. Mas não se pode ignorar que este foi também o período de “ápice da expansão oligárquica”, como afirmou Edgard Carone. As vicissitudes da política industrial brasileira não foram eliminadas, e se houve uma modificação nas relações intersetoriais da economia brasileira, isto ocorreu *apesar* e não em virtude do comportamento político dos grupos hegemônicos, ainda prisioneiros dos velhos preconceitos fisiocráticos. Muitas das reformas tarifárias do final do século XIX e início do seguinte não faziam distinção entre bens de

<sup>658</sup> SOARES, *op. cit.*, p. 03.

<sup>659</sup> SUZIGAN, *Indústria brasileira*, pp. 85, 181 e 247 e GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, p. 148.

<sup>660</sup> LUZ, *A luta pela industrialização*, p. 58.

<sup>661</sup> Cf. SUZIGAN, *op. cit.*, p. 151.



consumo e bens de produção (a tentativa de Rui Barbosa nesse sentido fracassou), o que dificultava a elaboração de projetos de instalação de indústrias no país: as tarifas incidiam praticamente sobre todas as mercadorias, fossem elas matérias-primas ou mercadorias industrializadas, “onerando, portanto, as indústrias que pretendia proteger”.<sup>662</sup>

Deste modo, o que os industriais ganhavam de um lado, perdiam de outro. Em muitos casos, a “proteção” alfandegária – representada por tarifas não-seletivas e demasiadamente instáveis – não fez mais do que *eleva os custos de produção* das fábricas brasileiras, diante da concorrência estrangeira. Numa economia em que grande parte do excedente era consumida para “honrar os compromissos externos” (como serviços da dívida pública e remessa de lucros), a introdução de direitos sobre matérias-primas importadas teve o condão de aumentar as receitas do Estado *às custas da produção industrial*. Os empresários do setor se viam obrigados a repassar os custos da produção para os consumidores, ensejando diversos protestos contra o aumento do custo de vida. Além disso, os altos custos de transporte, que estavam associados à organização de uma malha ferroviária que servia quase que exclusivamente aos interesses dos setores “voltados para fora”, encareciam as manufaturas brasileiras e tornavam o produto *estrangeiro* bastante competitivo, mesmo quando sobre eles incidiam elevadas tarifas.<sup>663</sup>

Líderes industriais como Roberto Simonsen defendiam a necessidade de estabelecer uma “organização ultraprotecionista”, como forma de garantir a sobrevivência das indústrias brasileiras.<sup>664</sup> Simonsen não negava que algumas tarifas eram bastante elevadas, e lutou para que elas fossem ainda maiores, tendo em vista a enorme desvantagem das fábricas brasileiras quanto ao nível de produtividade alcançado. Além disso, o líder industrial alegava que as tarifas só estimulariam o crescimento industrial se fosse solucionado, ao mesmo tempo, o problema das flutuações constantes da taxa de câmbio, que para ele eram a causa da “maior parte das nossas crises”.<sup>665</sup>

A maioria dos representantes do movimento industrialista entendia que a simples manipulação das políticas tarifária e cambial, desde que “corretamente orientadas”, teriam o condão de estimular a produção local de artigos manufaturados. Não questionavam seriamente os *obstáculos estruturais* da sociedade brasileira, como a estrutura fundiária, as

---

<sup>662</sup> LUZ, obra citada, p. 129. A indústria de calçados, cujas matérias-primas eram praticamente todas importadas, foi neste sentido uma das mais prejudicadas (Cf. SUZIGAN, obra citada, p. 188).

<sup>663</sup> Cf. *Ibid.*, p. 154. A infra-estrutura de transportes era tão precária, e os seus custos tão elevados, que os pecuaristas gaúchos despachavam as mercadorias (couro e charque) para outras regiões do Brasil através do porto de Montevidéu, no Uruguai.

<sup>664</sup> SIMONSEN, “As crises no Brasil”, p. 196.

<sup>665</sup> IDEM, *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, p. 66.

desigualdades regionais, ou as condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Entendemos não ser o *valor* da tarifa que deva ser considerado “insuficiente” ou “inadequado” para o desenvolvimento das forças produtivas, mas o próprio sistema tributário que fora organizado para atender aos interesses da burguesia agroexportadora. Tal sistema, estreito e inelástico como o próprio setor agroexportador, demonstrou ser absolutamente inócuo para romper com a lógica do capitalismo dependente. No dizer de Nelson Werneck Sodré:

A oscilação [das tarifas] entre os dois sentidos, o da proteção e o das necessidades fiscais, aliás, chega aos nossos dias. Não tinha condições para propiciar o aparecimento de indústrias, em país do tipo do Brasil na segunda metade do século XIX, como cuidam alguns ingênuos. *Tarifas não criam indústrias* – quando muito ajudam o seu desenvolvimento, e nos casos em que as demais condições existem. Foi o que ocorreu entre nós. A orientação iniciada por Alves Branco seria, aliás, revista várias vezes, flutuando entre os dois mencionados sentidos.<sup>666</sup>

A “gula fiscal” de que fala Sodré estimulava apenas indiretamente o setor industrial, e tão-somente nos casos em que não incidia sobre as matérias-primas utilizadas no processo produtivo. Mas o vaivém constante das tarifas já era suficiente para difundir nos homens de negócios sérias desconfianças quanto à segurança dos investimentos no setor industrial, tal como a burguesia prussiana já havia constatado: “É indispensável manter inalteradas essas porcentagens de aumento, e não diminuí-las antes do tempo aprazado, pois o simples temor de tal violação do que fora prometido já seria suficiente para anular, na maioria dos casos, o efeito das garantias de remuneração”.<sup>667</sup> A burguesia industrial brasileira ainda teria de esperar mais algumas décadas, para que seus argumentos ganhassem maior credibilidade diante da visão de mundo das oligarquias. Isso apenas *começou* a se tornar uma possibilidade concreta quando se abriu a crise do próprio sistema oligárquico, com a divisão aberta no interior do bloco de poder.

<sup>666</sup> SODRÉ, *Introdução à revolução brasileira*, p. 88 (os itálicos são meus, Pedro Arruda).

<sup>667</sup> LIST, *Sistema nacional de economia política*, p. 209.

## Anexo 01: os vaivens das tarifas alfandegárias no Brasil (alguns exemplos):

ANO	MODIFICAÇÕES
1891 (janeiro)	Queda de Rui Barbosa e sua substituição pelo Barão de Lucena. O novo ministro substituiu a taxa-ouro por uma sobretaxa de 35%, paga em papel-moeda. Vitória da burguesia importadora.
1895	Aumento de 25%, em média. No caso das mercadorias que possuíam similares nacionais, o aumento foi ainda maior.
1897 (17 de dezembro)	Reduções tarifárias médias de 25%, chegando em alguns casos a 85%. Redução das taxas sobre os tecidos de algodão e aumento das taxas sobre os fios, sua principal matéria-prima. Sérios prejuízos também para as indústrias de fósforos. Crise industrial.
1898	Instituição da taxa-ouro sobre mercadorias importadas, onerando-as em 10%. Elevação desta taxa para 15% em 1899 e para 25% em 1900. O governo alega motivos fiscais, e declara que as medidas não foram adotadas para favorecer a indústria, e sim para o pagamento dos compromissos externos.
1900	Aumento das tarifas, com escopo fiscal (defesa do Tesouro, de acordo com J. Murinho)
1903-04	O presidente Rodrigues Alves decreta a redução em 20% das tarifas de importação de leite condensado, borracha manufaturada, farinha de trigo, relógios, frutas, tintas e vernizes dos Estados Unidos. Pouco tempo depois, sob uma onda de protestos de políticos, empresários e opinião pública, o Congresso revogou a medida.
1905	Aumento da taxa-ouro para 35%, durante a presidência de Rodrigues Alves.
1924-1926	Diminuição do grau de proteção <i>efetiva</i> (apesar da tarifa nominal), como consequência da inflação do período e da valorização da moeda brasileira. Aumento das importações.

## Anexo 02: A controvérsia sobre a questão tarifária no Brasil.

Autor	Nível da tarifa	Escopo da tarifa	Maior problema
Nícia Vilela Luz	<u>Baixo</u> : trata-se de um “protecionismo tímido” (p. 167).	Predominam os interesses fiscais	O sobe-e-desce e as “incongruências” da política tarifária, que oneravam, “ao mesmo tempo que pretendiam favorecer, o desenvolvimento industrial do país” (p. 119). <i>Na ausência de tarifas mais elevadas e duradouras</i> , a autora entende que, “de modo geral, a proteção mais efetiva dispensada à indústria brasileira continuava a residir na depressão cambial, principalmente” (p. 202). A “tarifa aduaneira anárquica” (p. 208) desestimulava o investimento nas indústrias. Os empresários se ressentiam da ausência de um plano de conjunto para a economia nacional, pois as medidas eram “feitas a retalho, ao sabor das circunstâncias”. As soluções para o problema do atraso industrial eram sempre “parciais e aleatórias”, tendo em vista um modelo protecionista “essencialmente oportunista, avesso a qualquer sistema” teórico (pp. 123, 149, 201 e 202).
João M. Cardoso de Mello	<u>Elevado</u>	“Pouco importa (...) discutir se a tarifa tinha ou não propósitos protecionistas explícitos”. O importante é saber que ela “constituía o único instrumento tributário à disposição do Governo Federal que permitia não recair a carga fiscal diretamente sobre as burguesias exportadoras” (p. 147).	<u>Final do Império</u> : inexistência de um exército industrial de reserva, quantidade pequena de homens livres que são submetidos à disciplina do trabalho nas fábricas por força das pressões de natureza puramente econômica: um “mercado de trabalho [assalariado] vazio”, pp. 77, 79 e 102. <u>Período Republicano</u> : A taxa de câmbio. A proteção cambial, e até mesmo os altos custos de transportes, desempenharam um estímulo mais eficiente do que a elevação das tarifas (“tarifa não é sinônimo de proteção”, p. 73). “O verdadeiro problema começa aí: há que explicar por que o nível de proteção, <i>que jamais foi baixo</i> , revelou-se insuficiente” (p. 74).
Albert Fishlow	<u>Elevado</u> (as tarifas estavam “entre as mais elevadas do mundo”, pp. 15-16).	Atendimento dos interesses da classe industrial: as tarifas foram um “instrumento <i>direto</i> de política para influenciar a atividade industrial”, p. 15.	A proteção alfandegária não foi decisiva para o processo de desenvolvimento das forças produtivas: “instrumentos de política conscientes, tais como as tarifas, não foram muito eficientes para provocar a substituição doméstica das importações e a industrialização antes dos anos 50” (p. 08). Havia um diferencial entre as taxas oficiais e as taxas reais, que contra-arrestava o aumento da produção industrial (p. 15). Principal explicação para o crescimento da produção industrial: “a manutenção do crédito interno, que na fase do estabelecimento inicial da indústria, foi provavelmente

			mais significativa do que a proteção garantida pelas tarifas” (p. 15). O Encilhamento, de acordo com o autor, também contribuiu para o aumento da capacidade produtiva das indústrias.
Versiani & Versiani	<u>Variável</u> , mas suficiente para garantir proteção efetiva ao setor industrial.	Fiscal: “Não há dúvida de que o móvel <i>principal</i> da imposição de tarifas era a mobilização de receitas para o governo – a adoção de uma política coerentemente protecionista seria surpreendente numa sociedade onde os interesses ligados à monocultura exportadora eram francamente predominantes” (p. 132).	Crítica à tese de Albert Fishlow, que teria minimizado os efeitos protecionistas das tarifas (p. 132). Apesar da prevalência dos objetivos fiscais, as tarifas foram importantes para o crescimento do setor industrial, sobretudo das fábricas de tecidos de algodão. O câmbio desempenhou um papel ambíguo, ora favorecendo o crescimento da capacidade produtiva, ora facilitando a produção interna. Os períodos de aumento da capacidade produtiva não coincidiram com os momentos de crescimento da produção: a valorização da moeda brasileira facilitava a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas, enquanto os bens de consumo duráveis fabricados no exterior se tornavam mais competitivos, diante das mercadorias produzidas no território brasileiro. Nos períodos de crise internacional ou desvalorização da moeda local, as importações em geral declinavam, diante das dificuldades de importar e do aumento da competitividade das indústrias locais. Neste último caso, o aumento da produção beneficiava-se da utilização da capacidade produtiva pré-existente, que em grande parte havia permanecido ociosa. Os lucros assim obtidos foram reinvestidos na produção industrial, o que indica que não foi apenas sob condições de “normalidade” do comércio exterior que aumentou a capacidade instalada.
Wilson Suzigan	<u>Variável</u> conforme o setor da indústria de transformação e os diferentes períodos. As tarifas podiam oscilar bastante, entre níveis irrisórios até exorbitantes, se comparados com os existentes em outros países.	Fiscal: “não se pode afirmar que a tarifa aduaneira tenha sido intencionalmente protecionista” (p. 367), como explicitamente reconheceu J. Murinho quando autorizou um aumento da cobrança dos direitos em ouro (p. 240-41).	Crítica à tese de Versiani (p. 110). A simples elevação das tarifas não foi suficiente para garantir proteção efetiva. <i>É necessário considerar simultaneamente diversas variáveis</i> : taxas oficiais e reais, câmbio, estoque de moeda disponível, política creditícia, disponibilidade de matérias-primas e circunstâncias do comércio internacional (guerras, depressão, barateamento das mercadorias importadas como consequência de inovações tecnológicas etc.). O aumento das tarifas pode ser anulado, por exemplo, por uma valorização cambial (que facilita as importações de <i>todos</i> os gêneros), já que neste caso não se faz distinção entre bens de consumo e bens de produção (incluindo máquinas e matérias-primas). Assim, a questão de se determinar qual destas variáveis mais estimulou a industrialização exige um tratamento empírico que leve em consideração diferentes períodos. Ver Suzigan, 2000, p. 43 e 108 e seguintes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria marxista do imperialismo constitui um importante instrumental teórico-analítico, e fornece elementos importantes para o entendimento da particularidade da revolução burguesa no Brasil. A indústria brasileira surgiu e se desenvolveu sob o impacto provocado pelos “cinco traços característicos” do imperialismo, descritos por Lênin nos seguintes termos:

- 1) A concentração da produção e do capital, que conduz à formação dos monopólios;
- 2) A fusão, nos países da Europa Ocidental e na América do Norte, do capital bancário com o capital industrial, e o surgimento de uma *oligarquia financeira* sobre a base do capital financeiro;
- 3) O aumento da importância da exportação de capitais, diante da simples exportação de mercadorias;
- 4) A formação de monopólios capitalistas que procuram repartir o mundo, por meio de conluíus ou conflitos econômicos;
- 5) A conclusão da repartição territorial do mundo entre os países imperialistas, que os empurra para a guerra mundial.

Igualmente importante é levar em consideração que o espraiamento do poderio econômico da oligarquia financeira para formações sociais coloniais, semicoloniais e dependentes, seguiu de perto as linhas gerais acima descritas, mas isso não significa que as conseqüências sejam as mesmas nos diferentes países e regiões. Daí, a necessidade de proceder ao estudo da particularidade de cada formação social (iniciativa que Lênin tomou ao pesquisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia), e esta observação vale também, naturalmente, para o caso brasileiro. Resulta, portanto, inteiramente equivocado transplantar “esquemas” formulados aprioristicamente para formações sociais concretas. Mas, para aqueles que pensavam na formulação de uma teoria da revolução brasileira que pudesse contribuir verdadeiramente para a práxis revolucionária, infelizmente não foi essa a preocupação que predominou no interior da vanguarda comunista brasileira, por muitas décadas. O PCB, fundado em 1922 e pouco depois reconhecido como seção brasileira da Internacional Comunista, seguiu de perto a visão reducionista, etapista e mecanicista que havia sido formulada à distância, por dirigentes stalinistas que ignoraram inteiramente a dialética entre o universal e o particular. O *Programa da Internacional Comunista*, formulado em Moscou por ocasião do VI Congresso, é um bom exemplo deste desconhecimento:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o “modo asiático de produção” tanto na vida econômica, como na sua superestrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores propriedades, as maiores plantações etc., se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional, doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária.<sup>668</sup>

Já foi exaustivamente comentado o problema decorrente de se tentar “encaixar” a realidade brasileira numa visão supostamente marxista do desenvolvimento histórico. Nesta pesquisa, procurei acrescentar alguns outros elementos que reforçam esse tipo de crítica, chamando atenção não apenas para o conjunto das forças produtivas e das relações materiais de produção, mas também para outras instâncias, igualmente importantes: o direito, a política e a ideologia. O estudo da “anatomia da sociedade civil”, isto é, da economia política, foi colocado em primeiro plano não por considerar que as assim chamadas superestruturas constituem meros epifenômenos da substância material; mas por entender que o Estado e seus aparelhos ideológicos não “pairam no ar”, já que possuem um substrato material que os suporta.

De fato, no Brasil a *revolução política* burguesa operou-se nos quadros de uma economia agroexportadora extremamente vulnerável, mas com características muito distintas de outros países então chamados de atrasados. As frações de classe hegemônicas (produtores de produtos agropecuários, alta burguesia comercial etc.), inseridas numa sociedade em que o capitalismo era fracamente desenvolvido *ao nível da produção*, adotaram um comportamento

<sup>668</sup> Citado por C. PRADO Jr., *A revolução brasileira*, p. 65.

que se acomodava inteiramente às linhas gerais do sistema imperialista. Esta atitude foi inteiramente confirmada pelos membros da burocracia de Estado, entre os quais representantes do serviço diplomático (que se profissionalizara com Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores), que proclamavam peremptoriamente sua adesão à lógica do “sistema de nações”. Tratava-se – como observou Moniz Bandeira, um historiador que comentou a atuação de Joaquim Nabuco como embaixador brasileiro em Washington – de um *servilismo* diante das pretensões da poderosa oligarquia financeira, em que pesem eventuais nuances nesta orientação, além de alguns arroubos patrióticos isolados que partiam de correntes surgidas no interior das camadas médias urbanas.

No conjunto das frações burguesas, os empresários industriais eram política e economicamente débeis, sem forças para impor um projeto de industrialização com foros de hegemonia. A política econômica da Primeira República, mais precisamente um *arremedo daquilo que poderíamos chamar de política econômica* (a expressão é de Francisco de Oliveira), acomodava-se inteiramente ao tipo de divisão internacional do trabalho na fase do capitalismo monopolista de Estado, reiterando o assim chamado “caráter essencialmente agrícola” do país. A discussão girava em torno da política cambial e da oscilação das tarifas, e as mudanças eram quase sempre motivadas por perturbações momentâneas, como queda do volume das exportações ou do preço do café, assim como crises da balança de pagamentos e dificuldades para “honrar os compromissos externos”.

As tarifas alfandegárias possuíam um escopo predominantemente fiscal, apesar de protegerem *indiretamente* determinadas indústrias. Como a solução era na verdade um paliativo para aumentar a arrecadação em períodos de crise no setor extrovertido da economia, o governo federal invariavelmente recuava nos momentos em que havia uma recuperação – ainda que precária – do equilíbrio fiscal. Os vaivens da tarifa eram criticados pelos líderes industrialistas, que se sentiam prejudicados com a falta de uma orientação de longo prazo. O mesmo pode ser dito em relação à política cambial: a desvalorização da moeda local contemplava os interesses dos cafeicultores, que logravam aumentar os lucros em mil-réis mesmo em períodos de queda do volume exportado e até mesmo do preço no mercado internacional, porque conseguiam socializar os prejuízos – impondo um sacrifício ao conjunto da população trabalhadora do campo e das cidades – ao mesmo tempo em que os lucros eram privatizados. O “protecionismo cambial” tinha efeitos limitados para o processo de industrialização, já que as dificuldades para importar atingiam indistintamente bens de consumo e bens de capital.

A Constituição de 1891, que permaneceu letra morta em diversos aspectos, servia inteiramente à estrutura de mando baseada na propriedade da terra, confirmando o caráter excludente do liberalismo: assegurava o poder dos coronéis nos distritos, das oligarquias nos Estados e da alta burguesia comercial e dos chefes políticos perrepistas e perremistas na União. As eleições, como se dizia desde os tempos do Império, eram “coisa pra inglês ver”, um ritual de cartas previamente marcadas que tornava praticamente impossível romper, através da via institucional (escolha de representantes, revisões constitucionais etc.), com a lógica do capitalismo agrário. Esta questão me faz recordar, a propósito, uma estrofe do *Hino da Internacional*:

*O crime do rico a lei o cobre*

*O Estado esmaga o oprimido*

*Não há direito para o pobre*

*Ao rico tudo é permitido.*

Para os donos do poder, a glória; para o proletariado urbano e rural, uma interpretação elástica da legislação que tratava da “manutenção da ordem”, jornadas de trabalho extenuantes, salários miseráveis, listas negras e pouca liberdade (de reunião, de alistamento eleitoral, de manifestação do pensamento...). Os partidos republicanos estaduais, controlando a máquina de fabricar votos, o aparelho repressivo do Estado, o setor da agricultura mais importante em cada unidade da Federação e a produção intelectual das idéias, eram praticamente imbatíveis nas eleições, mesmo diante dos grupos oligárquicos dissidentes, e conseguiam facilmente debelar qualquer iniciativa de tomada do poder pela força, como atestam as rebeliões e quarteladas tenentistas da década de 1920. A rebeldia era tolerada pelo governo federal, dentro de certos limites, somente quando exercida por facções oligárquicas descontentes com a situação em alguns Estados, via de regra aqueles de menor importância econômica e militar. Para colocar cerca de vinte vagões a reboque da locomotiva paulista, foi preciso apenas uma simples modificação legislativa – o procedimento de escolha do Presidente das Câmaras, que tornou possível operar a “política dos governadores” – que selou a sorte das assim chamadas oposições.

As “oposições” político-eleitorais inseriam-se nos mesmos marcos da dominação oligárquica. Questionavam os grupos instalados no governo federal ou nos Estados, mas não o conteúdo da dominação de classe. Quando conseguiam derrubar um grupo instalado no aparelho dos Estados, mantinham intocadas as bases em que o sistema assentava: voto de cabresto, bico de pena, “degola” dos adversários, clientelismo, favoritismo, sujeição pessoal nos domínios da fazenda, emprego sistemático da violência (inclusive como instrumento de



apropriação do sobretrabalho e imposição da disciplina), eram alguns destes expedientes, muitas vezes utilizados sem preocupação em disfarçá-los.

No terreno ideológico, a transplantação do liberalismo, em suas variantes política e econômica, configurou uma situação *sui generis*, na medida em que os resultados eram em grande parte opostos aos produzidos nos países que serviram de “modelo”. Imitou-se o modelo federativo estadunidense, fez-se a apologia das teorias econômicas de Smith e Ricardo, instituiu-se o governo representativo e a separação dos poderes, proclamou-se o Estado laico, afirmava-se o direito à autodeterminação etc. Mas o país continuava dependente, vulnerável, a distância entre a letra da lei e a realidade social era flagrante, havia “algo mais” no estreitamento nas relações entre o Brasil e os EUA, as outras potências imperialistas continuavam de olho em tudo o que acontecia, e os colonizadores de todo o mundo – inclusive na Inglaterra – já haviam abandonado o *laissez-faire*. Enquanto isso, no Brasil, o desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas, que poderiam levar à superação das suas misérias, ainda estava muito distante do horizonte, inclusive de sua classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1991). *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (2002). “A questão da terra na Primeira República”. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs): *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- ARRUDA, Pedro Fassoni (2003). *O “fazer-se” da burguesia industrial no Brasil: possibilidades históricas e obstáculos para o exercício da hegemonia burguesa (1930-1954)*. Dissertação de mestrado. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP.
- AURELIANO, Liana (1999). *No limiar da industrialização*. Campinas: Unicamp/IE.
- BAER, Werner (1977). *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- BANDEIRA, Moniz (1978). *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BANFI, Rodolfo (1975). “A propósito de ‘El imperialismo’ de Lênin”, in: SANTI, Paolo et al: *Teoria marxista del imperialismo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente.
- BARAN, Paul A. (1984). *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas).
- BARBOSA, Rui (s/d). *Campanhas presidenciais*, Volume IV. São Paulo: Livraria Editora Iracema.
- BEIGUELMAN, Paula (1968). *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira.
- BELLO, José Maria (1983). *História da República, 1889-1954 – síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BONAVIDES, Paulo, e ANDRADE, Paes de (1990). *História constitucional do Brasil*. Brasília: Paz e Terra.
- BOSI, Alfredo (1992). “A arqueologia do Estado-Providência – sobre um enxerto de idéias de longa duração”, in: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2007). “Arqueologia da CLT”, entrevista concedida para a Revista do Brasil, nº 12, maio de 2007.

- BOTTOMORE, Tom (1985). “Introdução à edição inglesa” de *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding. São Paulo: Nova Cultural.
- BRASIL. *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações* (1º volume: textos). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm), acesso em 07 de janeiro de 2007.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (dispõe sobre terras devolutas do Império)*. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm), acesso em 23 de agosto de 2007.
- BUARQUE, Cristovam (1983). “Apresentação” ao *Sistema nacional de economia política*, de G. F. List. São Paulo: Abril Cultural.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch (1984). *A economia mundial e o imperialismo – esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas).
- BURNS, E. Bradford (1978). “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 2º volume – sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: Difel.
- CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de (1983). *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CANO, Wilson (1998). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1997). “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929”, in: LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1960). “Condições sociais da industrialização de São Paulo”. *Revista Brasiliense*, n. 28, 1960.
- \_\_\_\_\_ (1971). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_ (1975). “Dos governos militares a Prudente – Campos Salles”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 1º volume – estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel.

- \_\_\_\_\_ (1995). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ & SERRA, José (s/d). “As desventuras da dialética da dependência”. Estudos CEBRAP 23. Petrópolis: Vozes
- CARONE, Edgard (1969). *A primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1971). *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1972). *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1973). *A segunda república (1930-1937)*. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1991). “Nas origens do capitalismo industrial: o caso de Alexandre Siciliano (1860-1923)”, in: *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- \_\_\_\_\_ (2001). *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CATANI, Afrânio Mendes (1985). *O que é imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
- CATELLI Jr., Roberto (1992). *Brasil: do café à indústria – transição para o trabalho livre*. São Paulo: Brasiliense.
- CHASIN, José (2000). “A via colonial de entificação do capitalismo”, in: *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem.
- COHN, Gabriel (1982). “Problemas da industrialização no século XX”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- CORRÊA, Dora Shellard (1988). “A crise do trabalho e o serviço de ‘desurbanização’ da capital (1914-1924)”. *Revista de História da USP*, número 119, julho de 1985<sup>a</sup> dezembro de 1988. São Paulo: USP.
- COSTA, Emília Viotti da (1999). *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP.
- COSTA, João Cruz (1989). *Pequena história da República*. São Paulo: Brasiliense/CNPq.
- DEAN, Warren (1991). *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- \_\_\_\_\_ (1997). “A industrialização durante a República Velha”, in: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III, 1º volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEBES, Célio (1990). “A propaganda republicana em São Paulo (1872-1889)”, in: LAPA, José Roberto do Amaral (org.): *História política da República*. Campinas: Papirus.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de (1990). *Cotidiano de trabalhadores na República (São Paulo, 1889-1940)*. São Paulo: Brasiliense.
- DEL ROIO, Marcos (2007). “Breve nota sobre a teoria do imperialismo”, in: Revista Novos Rumos, ano 22, nº 47. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira.
- DOBB, Maurice (1978). *Economia política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1970). *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: CESO/Facultad de Ciencias Economicas de la Universidad de Chile.
- \_\_\_\_\_ (1977). *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1985). *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- DOWBOR, Ladislau (1982). *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.
- ENGELS, Friedrich (1988). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- FALEIROS, Rogério Naques (2003). “Homens do café: relações de trabalho em Franca/SP 1890-1920”. Texto apresentado ao V Congresso Brasileiro de História Econômica, mimeo.
- FAORO, Raymundo (2000). *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro* (volume 2). São Paulo: Globo; Publifolha.
- FAUSTO, Boris (1978). “As crises dos anos vinte e a revolução de 1930”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 2º volume – sociedade e instituições (1889-1930).
- \_\_\_\_\_ (1982). “A revolução de 1930”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1995). *A revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense.

- \_\_\_\_\_ (1997). “Expansão do café e política cafeeira”, in: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 1º volume (Estrutura de poder e economia, 1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2002). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- FERNANDES, Florestan (1972). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- \_\_\_\_\_ (1975). *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_ (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FIORI, José Luís (1997). “Entrevista”. Revista Teoria e Debate, nº 33 ([www.fpa.org.br/td/td33/td33\\_entrevista.htm](http://www.fpa.org.br/td/td33/td33_entrevista.htm)), acesso em 02/10/2005.
- FISHLOW, Albert (1972). “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil”. São Paulo, Rev. Estudos Econômicos v. 02 n. 06, dezembro de 1972.
- FRANK, André Gunder (1970). *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_; COCKROFT, James D. & JOHNSON, Dale D. (1970). *Economia politica del subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos.
- FRITSCH, Winston (1985). “Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República”. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, 15 (2).
- FURTADO, Celso (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1979). “Brasil: da República oligárquica ao Estado militar”, in FURTADO, Celso (coord.): *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Publifolha.
- GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca (1989). “A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX”. Revista de História da USP, número 120, janeiro a julho de 1989. São Paulo: USP.

- GASPARIAN, Fernando (1973). *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOMES, Angela M. de Castro (1979). *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus.
- \_\_\_\_\_ (2002). “A República não- oligárquica e o liberalismo dos empresários”. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs): *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- GORENDER, Jacob (1978). *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (1990). *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (2002). “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, in: STÉDILE, João Pedro (coord.): *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- GRAHAM, Richard (1973). *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil* (capítulo 05, “A Grã-Bretanha e a industrialização do Brasil”). São Paulo: Brasiliense.
- GRAMSCI, Antonio (2001). “Americanismo e fordismo”, in: *Cadernos do cárcere*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUANABARA, Alcindo (1983). *A presidência Campos Sales*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo (2003). “A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação”. Texto apresentado ao V Congresso Brasileiro de História Econômica, mimeo.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo & DIAS, Adriana (2002). “Trabalho e indústria na Primeira República: a experiência do Rio Grande do Sul”, in: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.): *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- HILFERDING, Rudolf (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).
- HOBSON, John Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_ (s/d). *Estudio del imperialismo*. Alianza Universidad.

- HOLLOWAY, Thomas H. (1972). “Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1888-1915 – uma análise preliminar”. São Paulo, Rev. Estudos Econômicos v. 02 n. 06, dezembro de 1972.
- HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. (2000). *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes.
- IANNI, Octavio (1963). *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1984). *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- IGLÉSIAS, Francisco (1993). *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- JAGUARIBE, Hélio (1969). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOVAL, Boris (1982). *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega.
- KUGELMAS, Eduardo (1973). “A Primeira República no período de 1891 a 1909”, in: BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte (2002). “Santos – transformações urbanas e mercado de trabalho livre 1870-1914”, in: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.): *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- LEAL, Victor Nunes (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov (s/d). *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_ (1978). *El Estado y la revolución – la doctrina marxista del Estado y las tareas del proletariado en la revolución*. Moscou: Editorial Progreso.
- \_\_\_\_\_ (1982). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1980). *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- LEVINE, Robert (1975). “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, in: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil republicano), 1º volume (estrutura de poder e economia, 1889-1930). São Paulo: Difel.



- LIMA, Heitor Ferreira (1965). *Do imperialismo à libertação nacional (análise da economia mundial de 1890 a 1960)*. São Paulo- Rio de Janeiro- Lisboa: Editora Fundo de Cultura.
- \_\_\_\_\_ (1973). *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_ (1976). *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega.
- \_\_\_\_\_ (1978). *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LIST, Georg Friedrich (1983). *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- LOVE, Joseph (1975). “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 1º volume – estrutura de poder e economia (1889-1930).
- \_\_\_\_\_ (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2003). Entrevista concedida a Flávio M. Heinz, Revista Estudos Históricos CPDOC/FGV, nº 32, Rio de Janeiro.
- LUXEMBURG, Rosa (1985). *A acumulação de capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).
- \_\_\_\_\_ (2005) *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.
- LUZ, Nícia Vilela (1978). *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.
- MANCHESTER, Alan K. (1973). *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense (capítulo VIII, “O preço do reconhecimento, 1822-1827”).
- MANDEL, Ernest (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARINI, Ruy Mauro (1972). *Subdesarrollo y revolución*. México D. F./Madrid/Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Dialética da dependência (uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini)*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- MARTINS, José de Souza (1977). “O café e a gênese da industrialização em São Paulo”, in: Contexto, número 3, julho de 1977. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1989). “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930”. Revista de História da USP, número 121, agosto-dezembro de 1989. São Paulo: USP

- MARTINS, Luciano (1965). “Aspectos políticos da revolução brasileira”. Rio de Janeiro: Revista Civilização Brasileira, ano 01, número 02.
- MARX, Karl (1974). *Teorias sobre la plusvalía*. Buenos Aires: Editorial Cartago.
- \_\_\_\_\_ (1984). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1997). *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- \_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global.
- MAZZEO, Antonio Carlos (1988). *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Cortez
- \_\_\_\_\_ (1999). *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp Marília Publicações/Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2003). “O Partido Comunista na raiz da teoria da *via colonial* do desenvolvimento do capitalismo”, in: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOVA, Maria Izabel (orgs.): *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez.
- MAZZUCHELLI, Frederico (1985). *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1987). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- MENDONÇA, Sonia Regina de (2002). “Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens”. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs): *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- MORAES, João Quartim de (1996). “Resenha” do livro *Estado e democracia*, de Décio Saes, em: *Crítica Marxista*, vol. 01, número 03. São Paulo: Brasiliense.
- MORAIS FILHO, Evaristo de (1991). “A proto-história do marxismo no Brasil”, in: REIS Filho, Daniel Aarão e outros: *História do marxismo no Brasil*, volume 01: O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOREIRA, Ruy (1990). *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- MOREIRA, Sílvia (1988). *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

- MOTTA, Fernando C. Prestes (1979). *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense.
- NOVAIS, Fernando A. (1998). *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, Francisco de (1975). “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. Seleções CEBRAP 1. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP.
- \_\_\_\_\_ (1977). “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”, in: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_ (1985). “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”, in: MOISÉS, José Álvaro e outros: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. & REICHSTUL, Henri-Phillippe (1977). “Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil”, in: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de (2005). *Política externa brasileira* (capítulo 2, “De Rio Branco à Segunda Guerra Mundial”). São Paulo: Saraiva.
- PELÁEZ, Carlos Manuel (1972). *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC Editora.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff (2000). *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, tomos I e II. São Paulo: FAPESP; Campinas: UNICAMP.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1977). *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1978). “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 2º volume – sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: 1978.
- \_\_\_\_\_ (1978). “O proletariado industrial na Primeira República”, in: FAUSTO, Boris (org.): *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil Republicano), 2º volume – sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro – São Paulo: 1978.
- POULANTZAS, Nicos (s/d). “Classes sociais e luta de classes”, in: SILVEIRA, Paulo (org.): *Poulantzas*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- \_\_\_\_\_ (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

- PRADO JR., Caio (1960). “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense* 28, março/abril de 1960.
- \_\_\_\_\_ (1972). *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1974). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1981). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1987). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense – Publifolha.
- PREBISCH, Raúl (2000a). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, in: BIELSCHOWSKI, Ricardo (org.): *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL* (vol. 01). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- \_\_\_\_\_ (2000b). “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”, in: BIELSCHOWSKI, Ricardo (org.): *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL* (vol. 01). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- RICARDO, David (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (1990). *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense.
- SAES, Décio (1975). *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1982). “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”. *Nova Escrita Ensaio*, ano IV, n. 09. São Paulo: Escrita.
- \_\_\_\_\_ (1985). *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1985). “A classe média na Primeira República (1889-1930): liberalismo oligárquico e protesto popular”, in: *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- \_\_\_\_\_ (2001). *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de (1981). “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)”. *Revista Brasileira de História*, n. 02, setembro de 1981, ANPUH.

- \_\_\_\_\_ (1988). “Os investimentos franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930)”. *Revista de História da USP*, número 119, julho de 1985 a dezembro de 1988. São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_ (1989). “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”. *Estudos Avançados*, vol. 03, n. 07, São Paulo, setembro-dezembro de 1989 ([www.scielo.br/scielo.php/ing\\_es](http://www.scielo.br/scielo.php/ing_es)).
- SANTI, Paolo (1975). “El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo”, in: *Teoria marxista del imperialismo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente.
- SCHUMPETER, Joseph Alois (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico – uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (capítulo II: “O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico”). São Paulo: Abril Cultural.
- SCHWARTZMAN, Simon (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro* (capítulo 5: “Do Império à República: centralização, desequilíbrios regionais e descentralização”, pp. 89-113). Rio de Janeiro: Campus.
- SILVA, Ligia Maria Osório (2002). “A apropriação territorial na Primeira República”, in: SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.): *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- SILVA, Sérgio (1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- SIMONSEN, Roberto (1973). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.
- \_\_\_\_\_ (1976). “As crises no Brasil”, in: LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros*. São Paulo: Alfa-Omega.
- SINGER, Paul (1982). “Apresentação” aos *Princípios de economia política e tributação* de David Ricardo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_ (1975). “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”, in: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil republicano), 1º volume (estrutura de poder e economia, 1889-1930). São Paulo: Difel.
- SKIDMORE, Thomas (1976). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SMITH, Roberto (1990). *Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense –MCT/CNPq.

- SOARES, Luiz Carlos (2003). “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX”, texto apresentado ao V Congresso Brasileiro de História Econômica da ABPHE, mimeo.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1964). *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1967). *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1984). *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global.
- \_\_\_\_\_ (1987). *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Evolução social e econômica do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- SOLA, Lourdes (1982). “O golpe de 1937 e o Estado Novo”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL.
- SOUZA, Angelita Matos (2001). *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1982). “O processo político-partidário na Primeira República”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- STAVENHAGEN, Rodolfo (1967). “Sete teses equivocadas sobre a América Latina”, in: DURAND, José Carlos Garcia (org.): *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- STEDILE, João Pedro (2005). “Introdução”, in: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960)*. São Paulo: Expressão Popular.
- STEIN, Stanley (s/d). *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Brasiliense.
- SUNKEL, Osvaldo (1975). *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano* (colaboração de Pedro PAZ e Nações Unidas). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Forum.
- SUZIGAN, Wilson (2000). *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp.
- SUZIGAN, Wilson & SZMRECSÁNYI, Tamás. “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil”. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs): *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – Edusp – Imprensa Oficial.
- VERSIANI, Flávio Rabelo e VERSIANI, Maria Teresa R. O. (1977). “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”, in: VERSIANI, Flávio Rabelo e

- BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação econômica do Brasil – a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva.
- VIANNA, Luiz Werneck (1978). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIANNA, Oliveira (1988). *História social da economia capitalista no Brasil*. Niterói: EDUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense).
- WEBER, Max (1974). *Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural.
- WEINSTEIN, Bárbara (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)